



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Departamento de Letras

A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização

Domingos Gabriel Dele Zau

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Letras
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Carlos Venâncio
Co-orientador: Prof.^a Doutora Maria da Graça d'Almeida Sardinha

Covilhã, Agosto de 2011

Dedicatória

À Rosa, minha esposa
(pelo amor)

À Leticia
(pela alegria)

e

À Neyma e Luzia
(pelo carinho)

À Rosita e Palucha
(pela paciência)

À Mãe e às manas
(por todos os motivos)

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho só foi possível graças a ajuda de muitas pessoas, umas com participação directa e activa, outras, mesmo sem pronunciarem palavra alguma, assumiram-se como lenitivo da ansiedade. Nesta óptica, torna-se melindroso citar nomes, temendo o risco de cairmos no ridículo de esquecimento. Entretanto, como temos de agradecer, queremos, sem classificar nenhuma hierarquia, dirigir o nosso agradecimento:

À Universidade da Beira Interior (UBI), na pessoa do Professor António dos Santos Pereira, Presidente do Departamento de Letras, pelo incentivo e compreensão.

Ao Professor José Carlos Venâncio e à Professora Maria da Graça de Almeida Sardinha, pela disponibilidade, ensinamentos e apoio científico.

Ao “Yaya” Filomão Cubola - lembra-se do debate durante a travessia do Tejo? - pela amizade, sugestões, enfim, o saber inesgotável.

À Embaixada de Angola em Portugal, na pessoa do seu Embaixador, Dr. José Marcos Barrica, pela viabilização da deslocação a Angola para o estudo empírico.

Ao Governo Provincial de Cabinda, pelo valiosíssimo apoio económico.

Ao GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação), pelo material fornecido sobre o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, que muito enriqueceu a investigação.

Aos amigos que nos ajudaram durante a realização do estudo empírico, manifestamos reconhecimento que sem o vosso valioso apoio ser-nos-ia difícil obter os dados que se revestiram de importância fundamental para a prossecução dos objectivos desta investigação. Por isso, que fique gravado o esforço de todos, de modo particular os sr^s Francisco Nionje e Maria Madalena Zau (Cabinda), Mwamba Garcia Neto e António Paráclito (Luanda), Malogrado José Dalama e Almeida Dipinda (Bengo), P^o Graciano Kapingala e Maria Teresa Nalueio Custódio (Huambo). Associamos, aqui, o nome da Paula Mesquita, pela disponibilidade e apoio na tradução do resumo.

Por último, mas não menos importante, queremos agradecer à família em geral e, em especial, à Rosa, minha esposa, pelo apoio, confiança e paciência incansavelmente demonstrados, enquanto durou a investigação.

A todos, o nosso profundo BEM-HAJA!

Resumo

O desenvolvimento de uma investigação sobre um país como Angola reveste-se de alguns aspectos muito particulares não só pela vastidão geográfica, como, de igual modo, pela diversidade cultural, linguística e histórica de que é portador, onde línguas e culturas de origem africana e europeia se entrecruzam, tentando, em simultâneo, delimitar espaços e mentalidades. Pretendendo encontrar soluções advindas desta problemática, vários trabalhos têm vindo a lume, no sentido de proporem caminhos considerados mais adequados em prol de uma sã harmonia.

Nesta perspectiva, a abordagem da temática linguística angolana sugere alguma prudência: primeiro, por ser uma área sensível que envolve questões de identidade individual ou colectiva; segundo, por se tratar de uma sociedade de tipo pluralista, onde coabitam povos com línguas e culturas próprias e, conseqüentemente, indivíduos que tentam manter as suas identidades. No seio desta osmose cultural e linguística se vem realizando a língua portuguesa, que, desde a sua introdução no século XV, passando pela proclamação como língua oficial em 1975, até à actualidade, tem vindo a conhecer um processo de expansão territorial, com dinâmicas de contornos algo irreversíveis. Em consequência do processo expansional, observa-se a acentuação do contacto da mesma língua com indivíduos residentes em zonas outrora de “exclusividade” das denominadas línguas nacionais de origem africana, tendo como efeito um aumento galopante do número de falantes maternos e não maternos.

Perante as evidências, numa altura em que se perspectiva o futuro da “nação” angolana através de distintas iniciativas políticas, sociais, académicas e outras, envolvendo entidades específicas, problematizar os mitos que ainda pairam sobre o passado e o presente da língua portuguesa, visando perspectivar o seu futuro, não é apenas legítimo e imperioso, como é, igualmente, desafiador. O percurso para a materialização do desafio gira, assim, em torno de quatro questões centrais: nacionalização da língua portuguesa, democratização de ensino (bilinguismo), consciência de assunção e distribuição da frequência do seu uso.

Deste modo, antes de partirmos para a análise baseada em métodos quantitativos e qualitativos, propusemos, como ponto de partida, por um lado a problemática das etnicidades angolanas e a relação estabelecida entre língua e sociedade, tendo como pano de fundo o exame do panorama linguístico angolano e as funções da língua portuguesa em Angola respectivamente, e, por outro a trajectória da língua portuguesa em busca da nacionalização. Constatamos, ainda que os resultados suscitem prudência quanto a generalizações em termos nacionais, a existência de um processo em curso, que pode emergir na nacionalização da língua portuguesa a curto, médio ou longo prazo. Tal constatação deriva do facto de os resultados fornecidos pela empiria revelarem uma clara tendência de assunção da língua

portuguesa, a par de uma frequência cada vez mais generalizada do uso desta, assim como de uma consciência de cooperação recíproca entre esta e as suas congêneres de origem africana.

Finalmente, propomos para investigações futuras a confirmação da tendência anunciada, com recurso à investigação empírica mais abrangente, de maior representatividade nacional, albergando, em proporcionalidade, não apenas falantes de língua portuguesa em situação de língua materna ou segunda, mas, de igual modo, as duas principais zonas habitacionais da população angolana: zona rural e urbana.

Palavras-chave

Consciência linguística, distribuição da frequência do uso da língua portuguesa, nacionalização da língua portuguesa e democratização de ensino.

Abstract

Research on a country like Angola implies many specificities, not only regarding geographical range, but also its cultural, linguistic, and historical diversity. African- and European-based languages and cultures intersect here, and tentatively delineate spaces and mentalities. Several works have come to light attempting to offer solutions to these problems, suggesting more adequate ways towards sound harmony.

From this perspective, approaching Angolan linguistics requires caution. In the first place, it is a sensitive area involving questions of individual and collective identity; secondly, this is a pluralist society, where peoples with different languages and cultures cohabit, trying to preserve their identities. Amidst this cultural and linguistic osmosis, the Portuguese language has found its way, and since its introduction in the 15th century to becoming an official language in 1975, it has expanded throughout the territory until today, with seemingly irreversible dynamics. As a consequence of the expansion process, there is accentuated contact of inhabitants of formerly Angolan-language speaking areas with Portuguese, fostering a great increase in the numbers of first- and second-language speakers.

In face of the evidence, at a time when the future of the Angolan “nation” is considered from different political, social, and academic perspectives, involving specific entities, to problematise the myths still hovering over the past and present of the Portuguese language and to estimate its future is not only legitimate and urgent, but also challenging. The challenge lies in four central questions: the nationalisation of the Portuguese language, the democratisation of education (bilingualism), awareness of appropriation and distribution of the frequency of use.

Before beginning the analysis based on quantitative and qualitative methods, the starting point will be the issue of Angolan ethnicities and the relation established between language and society, having as background the overview of the Angolan linguistic landscape and the functions of the Portuguese language in Angola, respectively. Additionally, the trajectory of the Portuguese language towards nationalisation will also be discussed. Though results require prudence as to generalisations to a national level, the process is ongoing and may emerge at short, medium, or long term in the nationalisation of Portuguese. This conclusion derives from the empirical data, which reveal a clear tendency to appropriation of the Portuguese language, in line with a growingly generalised frequency of its use, as well as an awareness of reciprocal cooperation between this language and its African counterparts.

Finally, we propose for future research the confirmation of the identified trend, resorting to more wide-reaching and representative research, encompassing not only first- and second-language speakers of Portuguese, but equally the two main habitation areas of the Angolan population: the rural and urban areas.

Keywords

Linguistic awareness, distribution of frequency of the use of Portuguese, nationalisation of the Portuguese language, democratisation of education.

Índice

	Pg.
Introdução	16
1. A problemática da investigação	16
2. Delimitação da investigação	22
3. Proposta da investigação	23
4. Definição de conceitos-chave	25
4.1 Enquadramento sociolinguístico	25
4.2 Acerca do contacto de línguas	31
5. Trajectória analítica da investigação	39
5.1 Esquema da estrutura da investigação	41
Capítulo 1: Angola: Línguas e Etnicidades	42
1.1 Introdução	42
1.2 Comunidades étnicas angolanas	46
1.2.1 Comunidades étnicas não bantu	47
1.2.2 Comunidades étnicas bantu	48
1.3 Para uma descrição do panorama linguístico angolano	49
1.3.1 Línguas angolanas de origem africana	50
1.3.1.1 Línguas bantu de Angola	54
1.3.1.2 A designação de línguas bantu	56
1.3.1.3 Classificação e caracterização das línguas bantu	56
1.3.2 A língua de origem europeia de Angola - o português	59
1.3.2.1 Preliminares	59
1.3.2.2 Circuitos de angolanização do português	59
1.3.2.3 Acerca do contacto de línguas: implicações no português em Angola	61
1.3.2.3.1 Interferências linguísticas	64
1.3.2.3.2 Considerações sobre a variação linguística em Angola	74
Capítulo 2: Língua e Sociedade: das Funções da Língua numa Sociedade às Funções da Língua Portuguesa na Sociedade Angolana	77
2.1 Introdução	77
2.2 Língua e linguagem	77
2.3 Linguagem e comunicação	80
2.4 Carácter vocal da linguagem	81
2.5 Linguagem como instituição humana	83
2.6 Relação língua vs utente	84
2.7 Funções da língua numa sociedade	85

2.7.1 Função identificadora da língua	87
2.8 Funções e estatutos da língua portuguesa na sociedade angolana	88
2.8.1 Estatutos da língua portuguesa em Angola	89
2.8.1.1 Estatuto de prestígio da língua portuguesa em Angola	90
2.8.2 Três funções da língua portuguesa em Angola	91
2.8.2.1 Função comunicativa	91
2.8.2.2 Função democratizadora	92
2.8.2.3 Função identificadora da língua portuguesa	92
Capítulo 3: A Língua Portuguesa em Busca da Nacionalização	94
3.1 Introdução	94
3.2 Os primeiros momentos de contacto com Angola	94
3.2.1 Da horizontalidade à verticalização das relações	95
3.3 A incipiente conquista do interior	96
3.3.1 A particularidade angolana	98
3.4 Da transição para a independência	99
3.4.1 Acção da política linguística colonial	101
3.4.2 Acção da política linguística dos dirigentes no pós-independência	102
3.5 Da independência ao declinar do século XX	105
3.5.1 Acerca da angolanidade em língua portuguesa: uma nova identidade?	108
3.6 A língua portuguesa na actualidade: perspectivas para o século XXI	113
3.6.1 Carácter irreversível da expansão territorial da língua portuguesa	113
3.6.2 Para a nacionalização e naturalização da língua portuguesa	116
3.7. A necessidade de uma alfabetização bilingue	118
3.7.1 Que bilinguismo para Angola?	120
3.7.2 Achegas ao ensino em/de português em Angola	122
3.7.3 Que professor para o ensino em/de português em Angola?	124
3.7.4 Que formação para o professor de português em Angola?	125
Capítulo 4: Contribuição da Empiria	128
4.1 Justificação e descrição das opções metodológicas	128
4.2 Especificação dos objectivos	128
4.3 Formulação de hipóteses	129
4.4 Recolha de informação	131
4.4.1 Pesquisa qualitativa: entrevista	133
4.4.1.1 Tipo de entrevista	133
4.4.1.2 Acerca dos entrevistados	133
4.4.1.3 Procedimentos	134
4.4.2 Pesquisa quantitativa: inquérito	135
4.4.2.1 Caracterização	136

4.4.2.2 Selecção dos inqueridos e aplicação do questionário	136
4.4.2.3 População e amostra	137
4.5 Apresentação dos resultados	139
4.5.1 Perfil dos inquiridos	139
4.5.2 Distribuição da frequência do uso e grau de assunção da língua portuguesa	143
4.6 Discussão dos resultados	152
Considerações Finais	163
1. Conclusões gerais da investigação	163
2. Limitações da investigação	167
3. Sugestões para futuras investigações	169
Bibliografia	171
Anexos	182

Lista de Figuras

Figura 1: Esquema da estrutura da investigação	41
Figura 2: Fases da vitalidade das línguas	43
Figura 3: Mapa da zona linguística H	55
Figura 4: Sistema vocálico da maioria das línguas bantu	57
Figura 5: Família de línguas Indo-Europeia	59
Figura 6: Disposição dos registos da linguagem	63
Figura 7: Elementos que confluem na formação da VAP	63

Lista de Tabelas

Tabela 1: Países que asseguram o ensino do português no estrangeiro	19
Tabela 2: Falantes de países de língua oficial portuguesa (em milhões)	20
Tabela 3: Dimensões de bilinguismo de Harnes	34
Tabela 4: Top 10 das línguas mais divulgadas na Internet	42
Tabela 5: As dez línguas maternas mais faladas no mundo	43
Tabela 6: Formação dos reinos de Angola	49
Tabela 7: Famílias de línguas de África segundo Westermann	51-52
Tabela 8: Ramificações da família de língua congo-cordofaniana segundo Greenberg	53
Tabela 9: Famílias de línguas de África segundo Greenberg	53-54
Tabela 10: Realização das vogais /e/ e /o/	65
Tabela 11: Realização da consoante /r/	66
Tabela 12: Variação do número dos nomes em kimbundu e no português	67
Tabela 13: Morfologia do verbo em kimbundu e no Português	68
Tabela 14: Expressões nominais de uso quotidiano	73-74
Tabela 15: Expressões verbais de uso quotidiano	74
Tabela 16: Algumas expressões de gíria e calão angolanos	76
Tabela 17: Estimativa da população de Angola de 1845 a 1970	100
Tabela 18: Países e línguas oficiais vizinhos dos PALOP	111
Tabela 19: Respostas dos inquiridos	137
Tabela 20: Província de residência dos inquiridos	139
Tabela 21: Género dos inquiridos	140
Tabela 22: Idade dos inquiridos	140
Tabela 23: Escolarização dos inquiridos	141
Tabela 24: Residência habitual dos inquiridos	141
Tabela 25: Província de residência dos inquiridos	142
Tabela 26: Província de nascimento dos inquiridos	142
Tabela 27: Grau de domínio da língua portuguesa	144
Tabela 28: Línguas de origem africana dos inquiridos	147
Tabela 29: Razões por que fala a língua portuguesa	156
Tabela 30: Frequência do uso do português/locais (em %)	157
Tabela 31: Itens constantes da 3ª parte do questionário	160

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Frequência do uso da língua portuguesa no meio familiar	145
Gráfico 2: Frequência do uso da língua portuguesa no meio laboral	145
Gráfico 3: Frequência do uso da língua portuguesa no meio escolar	146
Gráfico 4: Frequência do uso da língua portuguesa com amigos	146
Gráfico 5: Frequência do uso da língua portuguesa com desconhecidos	146
Gráfico 6: Uso das línguas nacionais de origem africana	147
Gráfico 7: Língua de melhor transmissão de pensamento e sentimento	148
Gráfico 8: Preferência de língua para o ensino oficial	148
Gráfico 9: Faixa etária que mais usa a língua portuguesa	149
Gráfico 10: Português é a língua mais falada em Angola	150
Gráfico 11: Os angolanos acham também sua a língua portuguesa	150
Gráfico 12: Os angolanos apresentam resistência à língua portuguesa	151
Gráfico 13: Deixar de falar o português e falar apenas as línguas africanas.....	152
Gráfico 14: A língua portuguesa é um perigo à vitalidade das línguas africanas.....	152
Gráfico 15: Grau do domínio da língua portuguesa	156

Lista de Siglas e Acrónimos

- a.C.:** Antes de Cristo (tempo cronológico anterior ao nascimento de Jesus Cristo).
- ALALC:** Associação/Aliança Latino-Americano de Livre Comércio.
- CEDEAO:** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.
- DGIDC:** Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- CPLP:** Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
- d.C.:** Depois de Cristo (tempo cronológico posterior ao nascimento de Jesus Cristo).
- EUA:** Estados Unidos da América.
- GEPE:** Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- ILTEC:** Instituto de Linguística Teórica e Computacional.
- IMN:** Instituto Médio Normal.
- INIDE:** Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação.
- ISCED:** Instituto Superior de Ciências da Educação.
- i. é:** Isto é.
- LNOA:** Línguas Nacionais de Origem Africana.
- LNOE:** Línguas Nacionais de Origem Estrangeira.
- LO:** Língua Oficial.
- LOP:** Língua Oficial Portuguesa.
- LP:** Língua Portuguesa.
- L1:** Língua Materna, a 1ª em termos de aquisição e que mais se domina.
- L2:** Língua Segunda, aprendida depois da L1.
- MED:** Ministério da Educação.
- MERCOSUL:** Mercado Comum do Sul.
- NC:** Nasal-Consoante.
- OEA:** Organização dos Estados Americanos.
- OEI:** Organização de Estados Ibero-Americanos.
- ONU:** Organização das Nações Unidas.
- PALOP:** Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
- PB:** Padrão Brasileiro (Português do Brasil).
- PE:** Padrão Europeu (Português de Portugal).
- P^e:** Padre.
- RDC:** República Democrática de Congo (ex-Zaire).
- SADC:** Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.
- Sr^ª:** Senhores.
- UA:** União Africana.
- UE:** União Europeia.
- UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- VAP:** Variante Angolana de Português (Português Angolano).

Introdução

1. A problemática da investigação

A escolha do título “A Língua Portuguesa em Angola: um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização” para designarmos a nossa investigação não é inocente. Com efeito, ela resulta do desafio de querermos ser também partícipes numa discussão em crescendo desde a década de 80 do século XX, porém mais vincadamente a partir da década de 90, sobre a questão da nacionalização da língua portuguesa. Tal discussão procura problematizar se se pode reconhecer à língua portuguesa o estatuto de língua nacional e não apenas língua oficial e veicular como, de resto, é habitual designá-la, ou se, pelo contrário, se deve reservar o estatuto “nacional” apenas às línguas de origem africana. Estamos, pois, perante uma temática pertinente - tal como são as questões relacionadas com o modelo organizacional que melhor se adequa à realidade angolana, as questões de interesse económico e a valorização dos padrões de referência e de unidade nacional - apesar do seu carácter sensível, por envolver sentimentos de identidade.

Em termos de abordagem, a história ganha um lugar de destaque conferido pelo valor de argumento metodológico, visto que muitos investigadores têm vindo a realçar a impossibilidade de compreender e explicar as sociedades sem levar em conta a sua história. É o caso de Braudel, ao debruçar-se em torno da valorização daquela, em *la longue durée*, um conceito que transferiu da historiografia alemã para uma formulação francesa mais ágil e operatória, em sua opinião (Braudel apud Henriques 2004). Convém, aqui, citar, na senda da valorização da história, o nome de Jacques Le Goff, historiador gaulês, que a destaca como novidade que emerge de *la longue durée* e não como ruptura, ao aludir que: “*plutôt qu'une rupture, j'aime voir l'histoire comme une nouveauté qui se dégage de la longue durée*” (Henriques, op. cit., p. 7). Com efeito, do ponto de vista do domínio científico, consideramos que a investigação se enquadra na sociolinguística, pois, ao contrário de a maior parte dos trabalhos de investigação sobre o português em Angola parecer privilegiar as descrições linguísticas, nesta privilegamos uma abordagem sociolinguística, na esperança de que a investigação possa trazer elementos passíveis de ajudar os decisores a definir uma política linguística assente na real situação de Angola, um país etnicamente heterogéneo.

Quanto ao domínio sociolinguístico, sabe-se que desde a sua autonomização na segunda metade do século XX, a sociolinguística não cessa de dar contributos teóricos e práticos, nem pára de revelar descobertas, muitas ainda por (re)descobrir. Um dos vários contributos da referida ciência na sua relação com a comunidade e que representa, em nossa opinião, um progresso enorme no campo das ciências sociais é a legitimação do par língua vs cultura. Esta

dicotomia sociolinguística permite que a língua seja considerada um veículo de cultura, pois ao ser seu principal transporte e catalisador, a língua incute sempre cultura, podendo ser um instrumento que a inocula. Em virtude dos contributos da sociolinguística, é ainda possível questionar os limites da ideia de Saussure que declara essencial à língua o papel de instrumento de comunicação, um entendimento que os comparativistas, pelo contrário, consideraram uma causa de degenerescência (Ducrot & Todorov, 1978). De facto, uma língua, mais do que ser utilizada como instrumento ao serviço de determinada comunidade humana, acaba, ela própria, por utilizar os membros dessa comunidade. Neste contexto, é um elemento não apenas passivo, instrumentalizado para veicular ideias, desejos, volições, mas também, um elemento activo de formatação da própria razão humana. Ela desencadeia nos utilizadores reacções que ainda estão por descobrir; formata e trabalha-os do mesmo modo que a geografia, o meio ambiente e todos os input's - digamos naturais - trabalham os indivíduos, adequando-os à vida. Os nossos ideogramas, as nossas aspirações e os nossos sonhos não apenas são encaminhados, mas também retidos num vai e vem de emoções. Deste modo, é solícito e tem cabimento admitirmos que, por estas razões, a língua é um elemento vivo com princípio activo. Tal princípio, que é como de “ADN linguístico” se tratasse, é um operador vivo e cativo em cada língua, que se pode, quiçá, comparar à informação genética.

Um dos grandes desafios da ciência em geral, que, por honestidade, reconhecemos não ser o nosso nesta investigação, pode passar por descobrir e ir determinando, em várias etapas, esse elemento com princípio activo das línguas. Poderemos estar, nesta perspectiva, no caminho do progresso científico, ao permitir, progressivamente, e admitir ou ir admitindo como uma determinada língua pode contribuir para a formatação de determinados tipos de cógito, ou seja, determinados tipos de visão do mundo. Qualquer indivíduo que não consiga mergulhar na consciência, no “ambiente de trabalho” psicológico e sociolinguístico do ADN da língua pode ficar alheio da realidade profunda dessa mesma língua. É assim que em tradução, por exemplo, podemos dizer que se torna necessário ao tradutor mergulhar no ambiente (socio)linguístico do ADN vigente da língua para se traduzir, com sucesso, um determinado texto. Ao registar, descrever e analisar factos sociais da língua e os da língua na sociedade, a sociolinguística apresenta-se como o domínio científico ideal da nossa abordagem.

Efectivamente, os temas que compõem o objecto desta investigação devem, diremos, se não na totalidade, pelo menos muito significativamente às áreas científicas como a linguística e a sociologia, com fortes nuances com a história, e na combinação desta com aquelas. Trata-se de uma operação feita à luz da interdisciplinaridade, ou seja, em convivência pacífica entre as ciências, uma vez que estas têm vindo a admitir, cada vez mais, nas suas abordagens, relações dialógicas entre si. Nesta óptica, é solícito e tem cabimento que a sociolinguística seja o domínio científico de excelência, na medida em que o destaque recai sobre a nacionalização de uma língua, neste caso, da língua portuguesa em Angola. Todavia, temos consciência que a reflexão não deve perder de vista o caminho feito no passado, sob pena de

sermos rotulados como defensores de uma visão exclusivamente mercantilista da língua portuguesa, ignorando-a, conforme alerta Trigo (Trigo, 2009), pelo facto de funcionar como cimento nacional, ou como língua da geografia dos afectos.

De facto, muito se tem falado e feito, ao longo dos tempos, desde a criação de Portugal, particularmente desde que este país se (re)criou expansivamente, nos séculos XV e XVI. Na mesma época, a língua portuguesa viajou com Portugal, recriando-se à semelhança daquele. Falada inicialmente por menos de um milhão de pessoas (Esperança, 2008), estendeu-se por vários continentes, onde, cronologicamente, Guiné-Bissau (1446), descoberta, ao que parece, por Álvaro Fernandes; Cabo Verde (1460 e 1462), respectivamente, ilhas do grupo Sotavento e Barlavento, descobertas por António de Noli e Diogo Afonso; São Tomé e Príncipe (1470 e 1971), respectivamente, por João de Santarém e Pêro Escobar; Angola (1482), por Diogo Cão; Moçambique (1498), por Vasco da Gama (em África); Brasil (1500), por Pedro Álvares Cabral (na América); e Timor-Leste (1512 a 1520) (na Ásia), no tempo de D. Afonso de Albuquerque, ganham particular importância, não apenas por serem condóminos da língua portuguesa, mas, sobretudo, por esta língua ser a língua oficial (LO) destas antigas colónias portuguesas espalhadas pelo mundo.

Depois da descolonização, a mesma língua não voltou à portuguesa Europa, enraizando-se nos novos territórios conquistados, tornando-se num bem público nacional, internacional e mesmo intercontinental. Espalhada pelo mundo, a língua portuguesa tem vindo a ganhar um número crescente de falantes, sobretudo como língua segunda (L2), sendo mesmo ensinada em vários países de língua oficial não portuguesa como Andorra, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Alemanha e Suíça (na Europa), Namíbia, África do Sul e Suazilândia (em África), Canadá, Boston e São Francisco (na América) e Austrália (na Austrália) (GEPE¹, 2009). Entretanto, para além dos dados fornecidos por esta entidade educacional, fruto da actual dinâmica de expansão, a língua portuguesa é ensinada também no Zimbábue, no caso da zona SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), e no Senegal, em relação à CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental). Merece ser referenciada a Guiné-Equatorial, país da África Ocidental que aspira integrar a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). Para tal propósito, adoptou o português como língua oficial (LO), ao lado do espanhol e do francês, por ser uma condição prévia para integrar a comunidade. Quanto ao espaço da comunidade do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), há que considerar um crescente ensino da língua portuguesa na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, assim como em outros países da América Latina que não integram o MERCOSUL. No Oriente, a presença de Timor Leste, país da CPLP, pode ser considerada a porta de entrada para o ensino da língua portuguesa em alguns países da região e reforçar, no caso das antigas possessões portuguesas do Oriente (Macau, Malaca, Goa, Damão e Diu) e no caso particular da China, o interesse pela língua portuguesa.

¹ Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação.

Todos estes factores, aliados ao desenvolvimento das relações económicas e culturais e à presença de comunidades portuguesas importantes em vários cantos do mundo, podem fazer dela uma língua do futuro, cujo sucesso depende de boas políticas para a sua difusão e internacionalização (MED, Portugal, 2005). Da reavaliação dos dados cedidos pelo GEPE, referentes a países onde a língua portuguesa é actualmente ensinada, resulta a tabela mais actualizada que se segue.

Tabela 1: Países que asseguram o ensino do português no estrangeiro

Europa	África	América	Austrália	Ásia
Alemanha	Guiné-Equatorial	Argentina	Austrália	China
Andorra	Namíbia	Canadá		Damão
Bélgica	R. África do Sul	EUA (Boston)		Goa Diu
Espanha	Senegal	EUA (S. Francisco)		Macao
França	Suazilândia	Paraguai		Malaca
Holanda	Zimbábue	Uruguai		
Luxemburgo		Venezuela		
Reino Unido				
Suíça				

Fonte: Adaptação nossa.

A língua portuguesa tem sido, de igual modo, por si só, a pedra angular que alicerça motivações e gera instituições e projectos. Citamos, não pela relevância, mas a título informativo, a criação de uma zona PALOP em África, acrónimo de países africanos de língua oficial portuguesa, ou a fundação de uma entidade CPLP no mundo, à semelhança das suas congéneres *Commonwealth* (no caso dos países de língua inglesa), *La Franconphonie* (para os países de língua francesa), a Liga de Estados Árabes (Karim apud Esperança, *idem*) ou ainda *La Hispanofonia* (no caso da comunidade dos países de língua espanhola). Mantém, de igual modo, relações com várias instituições internacionais como a UA (União Africana); a CEDEAO e SADC, em África; a OEA (Organização dos Estados Americanos), na América (Norte e Sul); o MERCOSUL e a ALALC (Associação/Aliança Latino-Americano de Livre Comércio), na América Latina; a OEI (Organização de Estados Ibero-Americanos), no caso da Europa e América; a UE (União Europeia), na Europa; a UNESCO (ONU); e a União Latina, no caso da África, América, Ásia e Europa.

Mediante o exposto, sem sermos redutores, mas procurando, contudo, mitigar dissonâncias², tudo o que se disse refere-se unicamente à língua portuguesa. Aliás, esta tanto pode ser sedimentadora de interstícios e clivagens nas comunidades dos falantes, como, no convívio com outras línguas, principalmente as das antigas colónias, atribuem quase sempre a arrogância, parecendo, deste modo, sobrepor-se mais do que dialogar com elas o quanto basta. A mesma língua é culpabilizada pela morte das outras, em muitos casos para absorver mediócras políticas linguísticas nos novos Estados pós-coloniais. Entretanto, reconhecendo-lhe

² Por exemplo, o facto de a língua portuguesa motivar a consumação de um acordo ortográfico entre os países membros da comunidade CPLP, cujas expectativas goradas nos impelem a considerá-lo mais motivador de desacordos do que de acordos.

algum entrosamento com aquelas, é considerada como peça-chave para a solidificação do espírito nacional, um dado imprescindível ao projecto de construção de nações em países linguística e culturalmente heterogéneos como este em apreço. É ainda a mesma língua que, no espaço lusófono, surge nas siglas de algumas organizações como elemento fundador de partida, isto é, “-LP” (língua portuguesa) em CPLP; “-LOP” (língua oficial portuguesa) em PALOP, cambiantes designativos de uma língua cujo número de falantes nativos no mundo, em franco crescimento, ronda os cerca de 244 milhões, representando 3,7% da população mundial (Banco Mundial apud Esperança, 2008).

Tabela 2: Falantes de países de língua oficial portuguesa (em milhões)

Países de Língua Oficial Portuguesa	População (em milhões)	Ranking mundial
Brasil	191.6	5
Moçambique	21.4	49
Angola	17.0	56
Portugal	10.6	74
Guiné-Bissau	1.7	145
Timor Leste	1.1	151
Cabo Verde	0.5	161
São Tomé e Príncipe	0.2	182
Total	244	
Percentagem da população	3.7%	

Fonte: Esperança, 2008.

Há, por conseguinte, razões e conteúdos de vária ordem, quer sejam do foro linguístico e sociolinguístico, quer político, económico e ideológico, que a língua portuguesa tem capitalizado e se prestam, em nossa opinião, para um trabalho de carácter científico como o de uma tese de doutoramento. Para nós, a feitura da história e da vida, no dia-a-dia, e pelos acontecimentos, por um lado, e a feitura do discurso sobre a história ou sobre a vida, por outro, englobam dois níveis distintos. O primeiro, imediato, mais ou menos irreflectido, espontâneo e pragmático, e o segundo, mais racional e analítico, capacitando o homem para uma gestão mais produtora do próprio nível pragmático da sua existência. Mesmo que muitos indivíduos no mundo dispensem uma reflexão (analítica, teórica) sobre as suas vidas para, supostamente, melhor fazerem gestão de si mesmos; mesmo que certos decisores políticos achem que as suas práticas, ignorando o estado insalubre do ambiente, dispensem lições da ciência para melhor escolherem as mesmas práticas e apostarem na redução de vigor à ciência, um trabalho como o nosso significa, a nosso ver, um contributo para o esclarecimento de fenómenos que envolvem a Humanidade, cujo valor efectivo consistirá em tornar o Homem mais capacitado, mais competente, portador de *performances* que o levem a cultivar e usufruir da própria Vida.

É com esta consciência de utilidade, ainda que relativizada circunstancialmente pelo seu carácter pioneiro, que a nossa investigação se propõe como um discurso sobre um segmento

da dimensão evolutiva, multirradicular e mesmo pluri-desenvolvimentista da língua portuguesa, com maior incidência a partir do pós-descolonização.

Angola, Estado africano criado em 1975, em resultado da descolonização portuguesa, é hoje, sem dúvida, um dos grandes condóminos da língua portuguesa. O desafio de elaboração de um tal discurso de rigor científico sobre a temática enunciada é, praticamente, o de vertermos sobre “o que é e poderá vir a ser Angola para a língua portuguesa” e o que a “língua portuguesa é e poderá ir a ser para Angola”. Este exercício, cuja metá é a nacionalização da língua portuguesa, apoia-se na averiguação do grau de assunção e da distribuição da frequência do uso da mesma língua. É um assunto que nos parece central, devido ao perfil de Angola, e, igualmente, tendo em conta aquilo que tem acontecido e de que se tem falado pragmaticamente, sem, no entanto, se aprofundar sociolinguisticamente o papel da língua portuguesa nesse país lusófono.

Numa altura em que insígnias e visionárias palavras de Pessoa - “A língua portuguesa é a minha Pátria” - têm feito pleno sentido; em que se perspectiva o futuro da “nação” angolana, tendo, a par da etnicidade, a questão linguística como central, a temática anunciada orienta-nos também para encetarmos, ponderarmos e assumirmos com maior consciência o controle dos efeitos do alcance de iniciativas passadas, presentes, emergentes e ulteriores em torno da língua portuguesa. Neste desafio científico, o enfoque incide na língua portuguesa e o horizonte aponta para a sua nacionalização, partindo do pressuposto de que uma língua não é apenas um instrumento, um servidor, um elemento prestador de serviço ao homem, quando a “usa” como seu falante ou seu “utente”. Uma língua é, em si, um “codex formatador”; um dispositivo que formata o seu utente. Ao mesmo tempo que o utente dela se serve, ela acaba por ir formatando, com o seu “codex circunstancial próprio”, esse utente. É nesta óptica que a língua portuguesa pode ter o efeito de ajudar a desenvolver uma identidade nacional nova, nascida do somatório das identidades étnicas, com o selo do estatuto político que lhe é atribuído pelo Estado, pese embora se considerar a incerteza manifestada por Hodges (2002) quanto à possibilidade de a sua afirmação poder interferir negativamente na diversidade cultural (e sobretudo linguística)³ angolana.

De facto, a língua portuguesa está, hoje, circunstancialmente imbuída, entre outros elementos, de um “códex nacional”, podendo, com ela, Angola acelerar a sua partida para a realização do projecto ideológico do Estado angolano: a construção de uma nação angolana.

³ Parêntese nosso.

2. Delimitação da investigação

Para facilitar a operacionalização dos parâmetros de uma investigação, a delimitação em planos variados parece ser um método eficaz, ao permitir estabelecer balizas, quer ao nível do assunto e da extensão, quer ao de outros factores, nomeadamente os meios humanos, os recursos económicos e a exiguidade de prazo. Nesta investigação, a delimitação obedece a dois planos definidos, como a seguir apresentamos.

Enquanto procura de um quadro teórico contributivo para o processo da nacionalização da língua portuguesa em Angola, o plano temático constitui um debate de autores, na senda da interdisciplinaridade. Trata-se de um rodopio cogitacional de orientação (socio)linguística, visando avaliar os níveis de consciência da assunção e o grau da frequência do uso da língua portuguesa em Angola, em busca da nacionalização. Entretanto, não se trata de orientação sociolinguística do ponto de vista variacional, mas, sim, em questionar, com recurso à empiria, se a situação actual da língua portuguesa permite discutir a sua nacionalização, uma vez que algumas vozes, incluindo certas figuras políticas, perfilam nesse objectivo.

O plano temático representa, do mesmo modo, um debate acerca do aproveitamento das benesses do elemento sociolinguístico “língua”, neste caso, língua portuguesa, no projecto angolano de construção de uma nação. Aliás, mesmo se houver espaço, como é natural num trabalho desta natureza, para se perspectivar a variação linguística, a abordagem não se cingirá à perspectiva de mudança linguística, mas, principalmente, no plano de história da língua, por este último ser terreno permeável à análise de questões relacionadas, entre outras, com a política linguística, a democratização de ensino, o estatuto político e as funções sociais da língua portuguesa em Angola, no quadro de uma sociedade pluralista, pluriétnica e plurilingue.

Quanto ao plano cronológico, os assuntos discutidos nesta investigação situam-se entre o período de transição para a independência e o período pós-independência, se bem que rasgos de outros momentos - anteriores à transição ou posteriores ao século XX - se possam intrometer para melhor complementaridade. O realce do período cronológico definido pode justificar-se assim: i) pelo facto de ser um período crucial no processo sobre a autodeterminação de Angola e a respectiva criação do Estado angolano que, a partir do feito, se responsabiliza pela materialização do projecto nacional⁴; ii) pelo facto de o pós-independência, na sua relação com o pós-colonialismo, representar um acentuar de animosidades entre os Estados emergentes do processo da descolonização e as potências colonizadoras, por corresponder ao período do questionamento da modernidade europeia/ocidental como modelo único de modernização (Venâncio, 2009). Nesta perspectiva,

⁴ Entretanto, o projecto de construção da nação fracassou com o eclidir da guerra civil, pondo em causa a unidade aparentemente criada em torno da luta de libertação colonial.

correspondeu ao momento fundamental na definição do futuro da língua portuguesa em Angola, uma vez que a sua natureza pluriétnica e plurilingue e/ou multilingue⁵ dificultava uma previsão correcta do futuro da língua em análise; iii) pelo facto de o mesmo período, principalmente as últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI, corresponderem à fase de maior revelação da ideia escondida pela expressão “língua veicular” - a maneira artificiosa encontrada pelos decisores políticos de não chamar “nacional” à língua do colonizador.

3. Proposta de investigação

Desde a sua introdução no século XV, passando pela proclamação como língua oficial a 11 de Novembro de 1975, até à actualidade, a língua portuguesa tem vindo a conhecer uma dinâmica traduzida num crescente número de falantes em situação de língua segunda. Todavia, apesar de nos últimos anos a procura crescente das produções angolanas e brasileiras (Esperança, op. cit.) poder também contribuir para o aumento da cifra de falantes não maternos, a realidade angolana é atípica no contexto africano. Tal particularidade não reside no facto anteriormente referido nem tão-pouco por assinalar uma expansão territorial cuja dinâmica assume, cada vez mais, contornos irreversíveis. Resulta, sim, daquilo que podemos apelidar de processo de assunção da língua portuguesa que tem marcado o período pós-independência angolano, desde a década de 80.

Em termos concretos, o processo de assunção da língua portuguesa traduz-se num aumento do número de falantes que a têm como língua materna e única, uma situação sem paralelo em toda a África Subsariana (Hodges, 2002; Venâncio, 1992/93), permitindo estimar que “num futuro breve possa colocar-se na posição de uma das línguas maternas mais importantes de Angola em termos quantitativos” (Pepetela: 1986:11). O inquérito realizado em 1996 coloca o português na posição de segunda língua mais importante de Angola, com cerca de 26% de falantes maternos, apenas ultrapassado pelo umbundu (30%), mas posicionando-se muito à frente de kimbundo e kicongo, com 16% e 8% respectivamente (Hodges, op.cit., pp. 46-47).

Actualmente, não obstante a precariedade de alguns dados por falta de censos actualizados, estes, na ausência de outros mais fiáveis, têm revelado que a LP tem vindo a ultrapassar a barreira da urbanidade, ao deixar de ser falada apenas em meios urbanos ou em espaços outrora da “exclusividade” das línguas nacionais de origem africana. Esta crescente popularização da língua portuguesa fá-la surgir como língua mais falada no contexto nacional,

⁵ Segundo François Grin, o plurilinguismo supõe uma diversidade calculável, ou seja, que o número de línguas em presença esteja especificado, ao contrário de multilinguismo que retoma a noção geral de diversidade das línguas, sem identificação das línguas que constituem essa diversidade. Cf.: François Grin (2005). *O ensino das línguas estrangeiras como política pública*. Paris: Relatório Encomendado pelo Haut Conseil de L'évaluation de L'école.

“ultrapassando todas as outras línguas de Angola”⁶, podendo já ser falada por mais de 90% dos angolanos, embora uns se expressem melhor do que outros⁷. Eis por que parece difícil encontrar, sobretudo no seio da camada jovem, alguém que, se não fala, pelo menos compreenda o português. Excepto alguns Estados insulares, nenhum outro país de África apresenta similitudes com Angola em relação à proeminência ganha pela língua europeia da ex-potência colonizadora junto das massas populares (Hodges, op. cit.), deitando por terra todos os medos e expectativas que lhe auguraram futuro sombrio, ou melhor incerto - para sermos mais contidos - no pós-independência⁸.

Estamos, nesta óptica, perante um passado que não é o seu presente e os ablativos de um futuro que certamente se apregoa muito para além, nem do passado colonial que o gerou, nem do presente ruidoso, nem do futuro, apesar de tudo, ainda por esclarecer. Em face do quadro descrito e atendendo ao objectivo principal da investigação, que passa pelo processo da nacionalização da língua portuguesa, levantamos, adiante, três interrogações de partida:

Conforme referimos, desde a adopção como língua oficial do Estado na década de 70, passando pelas décadas de 80 e 90 do século XX, até ao dealbar do século XXI, a língua portuguesa tem vindo a conhecer um processo de expansão territorial, cuja dinâmica aponta para um carácter irreversível. Em consequência, acentua-se o contacto com indivíduos residentes em zonas rurais, tendo como efeito um aumento galopante do número de falantes não maternos. Paralelamente, verifica-se um crescimento do número de falantes maternos, uma ferramenta imprescindível tanto para a naturalização, como para a nacionalização de uma língua. Ora, perante o fenómeno de expansão territorial da língua portuguesa e em conformidade com o quadro conceptual de língua nacional, será pertinente continuar a considerar o português como língua estrangeira? Sabendo-se que em Angola a temática linguística envolve questões de identidade individual e/ou colectiva; que no país coabitam povos com línguas e culturas diferentes, que, naturalmente as tentam preservar, estarão criadas as condições para que a língua portuguesa possa ser considerada “a língua nacional” de Angola ou, pelo contrário, existem sentimentos de resistência? Para que tal processo de nacionalização seja pacífico, não será, então, necessário o desenvolvimento de uma política linguística que proteja a diversidade, nomeadamente a institucionalização do bilinguismo e do ensino bilingue?

⁶ Pepetela. In www.diarioliberalidade.org. Acedida a 29.04.2010, às 2h00.

⁷ Pepetela. Idem, ibidem.

⁸ Em causa está a manifestação de inquietação por Jacinto Prado Coelho, ao questionar o futuro do português como língua literária (subentendendo em África) (Ferreira, 1988), ou o caso de Guiuseppe Tavani, crítico e sociolinguista italiano, que punha em causa a pertinência científica e ideológica de uma eventual decisão no sentido de se conferir à língua portuguesa um estatuto privilegiado, em “Problemas da expressão linguístico-literária nos países africanos de independência recente” (Tavani, 1976).

4. Definição de conceitos-chave

4.1 Enquadramento sociolinguístico

Como já afirmámos, a sociolinguística é o domínio privilegiado da presente investigação. A sua história, assim como a relação que os precursores desta ciência lhe atribuíram com a linguística sugere-nos, de imediato, a seguinte interrogação: são ou não, linguística e sociolinguística, dois nomes à volta do mesmo conceito? Em jeito de resposta, se é verdade que inicialmente a fronteira entre ambas as ciências carecia de nitidez, fazendo com que as discussões em torno de questões do campo de estudo da sociolinguística carecessem de (de)limitação, não deixa de ser também verdade que cada uma foi construindo o seu objecto próprio ao longo do tempo. Tanto numa quanto noutra, tal autonomização terá ocorrido a partir de finais do século XIX, mas com maior incidência ao longo da 1ª metade do século XX. Antes desse período, a sociolinguística não se constituía verdadeiramente como disciplina autónoma, pese embora os debates que vão marcar o seu futuro já fervilhassem no seio académico de então. Basta, para o efeito, recuarmos aos finais do século XIX e princípios do século XX, altura em que Antoine Meillet, opondo-se a Saussure, coloca a tónica no carácter social da língua. A divergência suscitou duas posições que acabaram por constituir os dois âmbitos de abordagem sociolinguística de então: uma posição que não reduz a sociolinguística ao estudo do aspecto social da língua, mas que ela é a própria linguística; outra que admite a complementaridade entre uma linguística centrada na questão da gramaticalidade e uma sociolinguística preocupada com a dimensão social das línguas (Maingueneau, 1997).

O facto de a primeira posição implicar a recusa dos pressupostos e métodos da linguística dominante, que, quiçá, cometeria o erro de excluir a variação linguística e, portanto, de trabalhar com os dados artificiais, e também de situar no sistema linguístico processos efectivamente dependentes de factores sociais, despoletou nos anos 60 e 70 do século XX, nos Estados Unidos da América, uma forte polémica baseada, fundamentalmente, na noção de “locutor-ouvinte ideal” pertencente a uma comunidade linguística homogénea, apoiada na linguística generativa. Assim se abriu o caminho para o surgimento e afirmação da sociolinguística como ciência autónoma, envolvendo o ambiente e a dinâmica que a seguir se descreve.

Por influência do estruturalismo⁹ europeu, John Boas e Edward Sapir, dois professores universitários, fundaram as primeiras escolas de linguística americana, as primeiras a receber influências exteriores devidas às novas ciências humanas: psicologia social do comportamento

⁹ Convém referir que este termo pode ser aplicado, para designar, apenas, uma escola linguística (por exemplo, a de Saussure), ou ainda para designar a totalidade de escolas linguísticas. Entretanto, todas apresentam concepções e métodos que implicam a definição de estrutura em linguística (Dubois, 2007, op.cit., p. 248). A concepção generalizada da linguagem do ponto de vista estruturalista é de conceber a língua como sistema que deve preservar a identidade das suas unidades e cuja função essencial é comunicar informações da maneira mais económica possível. (Maingueneau, op. cit., p.48).

(*behaviorismo*) - no caso das teorias de Boas - e sociologia - no caso da linguística de Leonard Bloomfield. Entretanto, a linguística americana era muito marcada pelas investigações antropológicas, devido à necessidade de descrever um grande número de línguas índias, cuja estrutura se afasta muito das línguas europeias (Maingueneau, op. cit.). Deste modo, com a obra *Language*, de Bloomfield, considerado como especialista das línguas indo-europeias (Ducrot & Todorov, op. cit.), e sobretudo com *Methods in Structural Linguistics*, de Zellig Sebbetai Harris, o estruturalismo transforma-se numa nova teoria designada por distribucionalismo, ao procurar definir as unidades pertinentes apenas com base nas suas distribuições, isto é, no conjunto dos seus contextos (Maingueneau, idem, ibidem).

É de salientar que outros nomes como Weinreich, Ferguson e Fishman figuram na lista de investigadores que deram mote ao surgimento da sociolinguística, ao tentarem descortinar situações resultantes do contacto de línguas, entre as quais o fenómeno da diglossia. Entretanto, embora se reconheça mérito a todos os nomes mencionados, contribuindo cada um, com maior ou menor impacto, para a afirmação da sociolinguística, merecem realce, por várias razões, os nomes de Edward Sapir e William Labov. O primeiro, Sapir, impulsor do estruturalismo na perspectiva americana¹⁰, observou as diferenças de formas gramaticais e lexicais entre homens e mulheres na tribo californiana dos *yanas*, se bem que a crítica da altura tivesse atribuído ao seu trabalho um cunho de curiosidades antropológicas (Favrod, 1980). Compreende-se, nesta perspectiva, a notoriedade de Sapir no âmbito dos estudos antropológicos e linguísticos. O segundo, Labov, para muitos investigadores a estrela maior no domínio da afirmação da sociolinguística enquanto ciência autónoma, e, por isso, considerado como pai da sociolinguística, fez investigações que tiveram um impacto revolucionário, acabando por dissipar, ou mesmo resolver, problemas que até então a linguística (saussuriana) não resolvera, enquadradas na questão da variação linguística.

As investigações de Labov, baseadas no inglês falado em Nova Iorque, causaram grande impacto e admiração, ao revelarem que certas variações fonéticas apresentavam uma estreita correlação com a origem social. Nesta óptica, este investigador americano defendia que as variações dos fonemas estariam ligadas à situação de comunicação, acrescentando que um indivíduo não pronuncia os sons da mesma maneira nas conversas banais, quando fala em público ou quando lê em voz alta. Mesmo assim, estes desvios variam, afirma Labov, conforme o estatuto socioeconómico do locutor (Favrod, op. cit.). Na mesma teia de contributos à sociolinguística e na linha da perspectiva variacional da linguagem, associamos o nome de Karl Bühler, ao atribuir uma dupla função ao código linguístico. Para este psicólogo de origem alemã, que viveu até à morte em Los Angeles (EUA), para além da função

¹⁰ É importante, todavia, distinguir o Estruturalismo francês do americano: enquanto o primeiro agrupava estudos diversificados como a Semiologia, a Semântica, a Psicanálise e a Etnoantropologia, o segundo, americano, referia-se a uma simples escola de estudos puramente linguísticos, sob o impulso de Edward Sapir. Deste modo, pode-se afirmar, apesar da diferença de trabalhos, que Roland Barthes, Claude Lévi-Strauss, Jacques Lacan são mais ou menos estruturalistas.

representativa de transmissão dos sentidos, a linguagem comportaria um aspecto expressivo, dado que certas variáveis indicam as características pessoais do locutor: região de origem, profissão, nível de educação, etc. A linguagem, na óptica de Buher, constituiria, assim, um signo de reconhecimento social tanto como um instrumento de comunicação (idem). Estava, deste modo, aberto o caminho para a legitimação das variações linguísticas, matéria que se tornou canónica e indissociável de qualquer abordagem de situações de contacto de línguas como o nosso estudo, e que adiante apresentamos.

Retomando a questão da evolução dos estudos sociolinguísticos, fundamentalmente no que concerne ao surgimento, inferimos que a sociolinguística surge como consequência da procura dos limites, das complementaridades e das hierarquias possíveis entre as ciências sociais; ergue-se numa época de constantes buscas capazes de dar respostas a questões que até à altura a linguística se mostrou incapaz de fornecer; aparece, enfim, numa fase em que as atenções dos linguistas ultrapassavam os limites primitivos estabelecidos à linguística, partindo para a análise das relações entre sistemas, usos linguísticos e factos sociais, e passando a admitir, embora desconfiadamente, as sobrevivências de uma determinada filosofia e sociologia da linguagem, sendo que esta última tinha como pretensão servir-se dos factos da língua e do discurso como meios para alcançar um melhor conhecimento dos factos sociais, utilizando e discutindo para a sua formação as descrições e as conclusões da linguística (Gramadi, 1983).

Assim sendo, sociologia da linguagem e sociolinguística passam a significar, para alguns investigadores, a mesma ciência: o formalista russo Roman Jakobson, à guisa de exemplo, considera que a sociologia da linguagem - aqui usada como sinónimo de sociolinguística - é parte integrante da linguística; Joshua Fishman e os seus colaboradores corroboram esta ideia sinonímica entre sociologia da linguagem e sociolinguística, pese embora Fishman ter tentado estabelecer, por vezes, certas diferenças, ao considerar a sociologia da linguagem uma sociolinguística integrada nas perspectivas da sociologia. Quanto a nós, consideramos que essa discussão não é nossa, uma vez que não queremos tomar posição na matéria em discussão. Entretanto, esclarecemos que a nossa preferência terminológica privilegia a sociolinguística, opção justificada mais por razões de ordem discursiva do que conteudística.

Uma das ciências que lado a lado com a sociolinguística nasce da sequência de dinâmicas em torno da paradigmatisação das ciências sociais, no período pós-segunda grande guerra, a partir dos trabalhos de Osgood, Miller, Carrol, Sebeok e Chomsky, é a psicolinguística, ciência com a qual a sociolinguística tem afinidades inegáveis, do mesmo modo que as duas as têm com a linguística. Não foi em vão que se considerou a psicolinguística, nos anos 60 do século XX, ter sido estimulada consideravelmente pela linguística generativa, de Chomsky. Um dos grandes contributos desta corrente de pensamento linguístico chomskiano é a abertura do debate em torno do carácter inato das estruturas gramaticais, ao atribuir à linguística a

finalidade de construir um modelo de competência dos locutores. Por influência da transversalidade da teoria chomskiana, uma vez que estuda processos psicológicos ligados à produção da linguagem verbal, a psicolinguística é, hoje, na sua relação com a sociolinguística, uma área de estudo multidisciplinar que abarca questões que vão desde os processos de produção e interpretação dos enunciados, passando pelos processos de memorização, patologia da linguagem até ao processo de aquisição da linguagem¹¹.

No primeiro processo, a produção e interpretação dos enunciados constitui um debate tripartido em torno da relação linguagem, pensamento e cultura, visto que se trata de um processo que questiona como o locutor passa de uma intenção de significação para a emissão de uma série de sons ou de signos escritos; como um locutor controla a sua produção enquanto a leva a cabo ou, por outro lado, como se opera, mentalmente, a segmentação da cadeia verbal em unidades (palavras a texto); como se identifica uma palavra, tendo em conta as variações de pronúncia consideráveis, conforme os momentos ou locutores, e qual o papel dos conhecimentos propriamente linguísticos e o dos conhecimentos enciclopédicos no processo de interpretação.

O mesmo não se pode dizer acerca da memorização, segundo processo, pois este funciona como uma continuidade do processo anterior, quer dizer: uma vez produzido o enunciado e desvendado o obscuro, há que armazenar a informação, impedindo o esquecimento. Nesta óptica, a preocupação da memorização é desvendar como as palavras, as frases e os textos estão presentes na memória, questionando se são representações linguísticas ou, por outro lado, informações transformadas em representações de um tipo diferente.

Quanto ao processo de patologia da linguagem, o terceiro da nossa sequência, a sua etimologia grega (*pathos*: sofrimento, doença + *logos*: tratado, ciência) sugere, como objecto, doenças, isto é, enfermidades relacionadas com a linguagem e/ou diversas perturbações da linguagem: dislexia (perturbação da capacidade de ler ou dificuldade na reprodução ou compreensão da linguagem); afasia de expressão (dificuldade ou incapacidade de expressão); afasia sensorial (dificuldade ou incapacidade de compreensão); alexia (incapacidade patológica ou congénita de ler ou cegueira verbal); agrafia (dificuldade ou incapacidade de escrita); outras perturbações devidas a uma patologia mental (autismo, esquizofrenia, etc). Segundo Maingueneau (op. cit.), a partir do século XIX, graças aos trabalhos de Paul Broca (1824-1880), o estudo das afasias ficou ligado ao da localização, no cérebro, das diferentes capacidades linguísticas.

Vejamos, por último, o processo da aquisição da linguagem que, pela importância de que se reveste, lhe dedicamos maior atenção. A aquisição da linguagem é um dos problemas centrais da própria linguística actual, já que apresentam, em simultâneo, carácter universal e

¹¹ Para mais detalhes, pode cf. Dominique Maingueneau, op. cit., pp. 64-66.

características idiossincráticas. No primeiro caso, as capacidades linguísticas desenvolvem-se paulatinamente, à semelhança de outras faculdades como a locomoção e a percepção. Este paradigma leva a inferir que o recém-nascido é capaz de adquirir qualquer língua, visto estarem prontos a funcionar, desde o nascimento, os seus sistemas nervoso e muscular que permitirão o aparecimento ulterior da linguagem (Favrod, op. cit.). No segundo caso, apesar de o mecanismo de aquisição estar pronto, a especificidade do meio linguístico onde a criança cresce pode condicionar a prática ou a aquisição de outra língua diferente do falar materno (idem).

Existem três perspectivas principais que divergem quanto à abordagem em torno da aquisição da linguagem: o associacionismo, o behaviorismo e o inatismo. A aquisição da linguagem, na perspectiva da escola associacionista, baseia-se na imitação dos adultos, tendo esta corrente vigorado durante muito tempo. No entendimento da escola associacionista em psicologia, a ligação estabelecida entre as significações e as palavras pela criança é semelhante àquela que é criada pelos reflexos condicionados de Pavlov. Os linguistas e psicólogos behavioristas remetem para reforço. Por exemplo, enquanto Thorndike refere que a criança opera uma selecção entre todos os sons que pronuncia na origem, guiando-se pelas reacções dos que a rodeiam, Bloomfield e Skinner, linguista e psicólogo behavioristas, respectivamente, associam a linguagem a um simples sistema de hábitos adquiridos (idem).

No que concerne ao inatismo, Chomsky dispara críticas em várias direcções. Censura a linguística saussuriana porque, em sua óptica, ao ter mais em vista um sistema de elementos do que regras, Saussure reduz a linguagem a uma espécie de inventário, sem poder gerador. Para Chomsky, existe um mecanismo de aquisição da linguagem que, no essencial, seria transmitido hereditariamente. O facto de as crianças normais assimilarem, em muito pouco tempo, gramáticas muito complexas leva a pensar que os seres humanos são geneticamente predispostos para a linguagem (Favrod, op. cit). Por outras palavras, a criança possui, à partida, um conjunto de faculdades linguísticas complexas, particularmente a de compreender ou de formar enunciados nunca antes ouvidos. A imitação, tese defendida pelos behavioristas, não dá conta desta força criadora, remata Chomsky (idem).

Em termos particulares, ao behaviorista Skinner, Chomsky censura aquilo que considera ser análise de comportamento apenas exterior, ignorando a estrutura interna do organismo e o modo como ele recebe e elabora as mensagens. Esta concepção vigorou até à década de sessenta do século XX, altura em que os generativistas americanos abandonam a prudência de Chomsky, fazendo da hipótese uma certeza, ao declararem inato, por intermédio de Katz, tudo aquilo que se relaciona com a aprendizagem, utilização e inteligência da linguagem. Katz sustenta que não há mais nada que possa explicar que certas propriedades se encontram em todas as línguas naturais. Lenneberg, na teia de Katz, realça que o desenvolvimento linguístico de um indivíduo é estritamente determinado pelo processo de maturação,

concluindo que as estruturas gramaticais, latentes no organismo, são apenas actualizadas (idem).

Convém referirmos que antes da afirmação da sociolinguística como ciência autónoma, a situação da face social da língua já tinha, de certo modo, despertado a atenção de alguns linguistas, incluindo Saussure. Entretanto, tratou-se de um interesse pouco incisivo, que consistia em situar processos dependentes de factores sociais no sistema linguístico, visto que, de uma maneira geral, os linguistas excluía, quase sempre, do seu campo de estudo, as variações do uso. Ferdinand de Saussure, por exemplo, manifesta no *Cours* uma preocupação ligada à própria linguística, ou seja, definir o seu objecto e encontrar os seus próprios métodos. Por outras palavras, preocupa-se, primeiramente, com a autonomização da linguística (já que era uma ciência nova) face as congéneres tais como fisiologia, psicologia, lógica, filosofia, sociologia e história, que lhe podiam ensombrar a posição, e das quais dependia total ou parcialmente. Nesta perspectiva, lançar bases suficientes para o estudo das relações entre as línguas e os utentes não constituía prioridade para Saussure (Gramadi, op. cit.). Ainda assim, o contributo de Saussure é de extrema importância, visto que com o genebrino se evidencia a oposição à linguística histórica dominante em todo o século XIX que, ao tratar a língua como objecto físico submetido a leis de evolução fonética, parece negligenciar a dimensão psicológica e social da linguagem, definindo-se com rigor o quadro epistemológico da linguística.

A ideia que atenua a incidência de questões relacionadas com a variação, no campo da linguística daquele período, é realçada por Ducrot e Todorov, ao aludirem que nunca se tinha negado a relação entre a linguagem, por um lado, e a sociedade ou comportamento, por outro, se bem que até à altura nenhum acordo estava feito entre os investigadores quanto à natureza dessa relação. Por isso, concluem: “...estamos mais empenhados, mais do que numa disciplina única, num conjunto de respostas e de investigações cuja incoerência se reflecte até na multiplicidade de denominações: sociologia da linguagem, sociolinguística, etnolinguística, antropologia linguística, linguística antropológica, etc.” (Ducrot & Todorov, 1978: 85). Deste modo, a sociolinguística busca inspiração no método sociológico para registar, descrever e analisar, sistematicamente, factos sociais da língua e os desta na sociedade. Esse comportamento torna a variação linguística, entendida como um princípio geral e universal passível de ser descrita e analisada cientificamente, seu objecto de estudo (Mollica & Barros, 2004).

Como ciência autónoma, a sociolinguística tem-se tornado um campo profícuo de estudos científicos, à semelhança do que vem acontecendo com as novas áreas científicas que floresceram nas décadas do seu surgimento. Sendo uma corrente científica que se propõe a descrever diferentes variedades coexistentes no seio de uma comunidade linguística, relacionando-as com as estruturas sociais (Favrod, op. cit.), ou podendo ainda ser

considerada uma das sub-áreas da linguística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais (Mollica & Barros, op. cit.), a sociolinguística ganha fortes ligações à linguística, antropologia (...) sociologia, etnologia e política. Compreende-se, pois, por que é considerada uma área científica abrangente, multidisciplinar e multifacetada. Entende-se, de igual modo, por que as várias áreas e sub-áreas relacionadas com a diversidade linguística e os problemas de contacto interlinguístico, bem como as suas implicações e regulamentação do uso das línguas constituem matérias que maior interesse ganham nesta nossa investigação. Feita esta pequena incursão na sociolinguística, por ser o principal domínio científico da investigação, funcionando como ponto de partida para atingirmos alguns conceitos pertinentes, com fortes ligações ao fenómeno de contacto de línguas, passamos, de imediato, a destacá-los.

4.2 Acerca do contacto de línguas

Uma das principais dimensões humanas é a dimensão social. Esta implica que o ser humano não viva isoladamente, pois está em constante interacção quer com outros seres humanos, quer com seres não homólogos. Os contactos abrem caminhos para uma imensidade de atitudes tanto positivas, por exemplo a solidariedade, quanto negativas, como é o caso da exploração ou a dominação. Do ponto de vista (sócio)linguístico, o contacto de línguas pode igualmente ser encarado como fenómeno positivo ou negativos, favorecendo, porém, a diversidade linguística. Esta expressão - diversidade linguística - é usada no contexto da coexistência de indivíduos que não falam a mesma língua quer se trate de uma situação passageira, quer de uma situação enraizada, como é o caso de Angola. Actualmente, é cada vez mais recorrente o apelo à valorização da diversidade linguística, ao permitir o reconhecimento da identidade linguística de cada sujeito, a par do seu desenvolvimento cognitivo e emocional. Em sentido contrário devem apontar as baterias contra a glotofagia, tendo em conta a relação semântica que mantém com o fenómeno da morte de línguas.

Um dos fenómenos sociolinguísticos derivados da diversidade linguística é o multilinguismo, fenómeno que ocorre em sociedades tipicamente pluralistas, em situações nas quais os locutores utilizam, concomitantemente, várias línguas. De acordo com a perspectiva do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC, 2003-2005), a expressão é utilizada quando se referem situações em que coexistem falantes de várias línguas, em geral de proveniências culturais diferenciadas, havendo necessidade de institucionalizar, como oficial, uma ou mais línguas. O termo aplica-se perfeitamente à realidade angolana, uma vez que este país, muito antes da sua proclamação como Estado soberano em 1975, já era um território marcado por várias línguas de origem africana, a que se veio juntar a língua portuguesa, língua oficial. Nesta óptica, era - e continua a ser - um território multilingue.

Do ponto de vista do conteúdo da expressão, o multilinguismo não se restringe apenas a inventariar línguas, mas, sobretudo, a questionar como diversas línguas de uma sociedade podem estar armazenadas nas memórias; se estarão dissociadas ou interpenetradas; o modo como o sujeito as mobiliza, ao passar de uma para outra. Cremos, pois, que o multilinguismo faz parte de uma reflexão linguística que postula a existência de uma linguagem para lá da variedade das línguas particulares, apelando, por sua vez, vários conceitos com ligação estreita ao fenómeno de contacto linguístico, entre os quais o bilinguismo, a diglossia e outros afins.

Pela importância de que o bilinguismo se reveste, vejamos tal conceito mais pormenorizadamente. De facto, as últimas décadas do século XX, a par da conjuntura actual, marcadas pelo fenómeno da globalização e por um frequente contacto entre povos, línguas e culturas diferentes, apresentam-se como um quadro propício para o surgimento de populações que falam mais do que uma língua, favorecendo os contextos multilingues. A abordagem destas situações foi ignorada durante muito tempo, até à altura em que se começa a verificar um crescente interesse pelas questões relacionadas com o conhecimento das minorias étnicas, fundamentalmente pelas ciências sociais contemporâneas. A partir daí, aumenta, simultaneamente, o interesse pelo comportamento linguístico desses grupos sociais. Em consequência, o fenómeno bilingue não só veio à ribalta, como também se tornou uma das temáticas dominantes e mais relevantes no domínio sociolinguístico da actualidade. Os estudos que se têm realizado nas últimas décadas, de que se reconhecem avanços significativos, deixam transparecer que no mundo, cerca de metade da população é bilingue (Grosjean, 1982), podendo este fenómeno estender-se a quase todos os países do mundo.

Em termos conceptuais, o bilinguismo foi considerado, durante muito tempo, como a simples aptidão de um indivíduo para falar uma segunda língua, tão facilmente como o seu idioma materno (Favrod, op. cit.), sendo bilingue o indivíduo que manifestasse competência comparável numa outra língua, para além da sua primeira língua, e que também revelasse capacidade de utilizar uma e outra, em todas as circunstâncias, com semelhante eficácia (Siguán & Mackey, 1986). Esta aptidão foi associada a comunidades de elite, levando o bilinguismo a ser percepcionado, num longo espaço de tempo, como um facto exclusivo de uma elite cultivada. Entretanto, circunstâncias familiares ou sociais que favorecem contactos interlinguísticos, por exemplo a questão da emigração de trabalhadores das pequenas localidades para as grandes metrópoles, acompanhados de suas famílias, conferem a este fenómeno, inicialmente visto como elitista, uma ampla abordagem e uma diversidade de pontos de vistas. Daí que, nos tempos actuais, o bilinguismo seja considerado um conceito sociolinguístico aplicado para referir a competência linguística de alguns falantes que possuem capacidade de comunicar e de se expressar em duas línguas diferentes (ILTEC, op. cit.).

Para uma melhor análise do fenómeno, visto que se trata de um conceito dinâmico, a crítica tem proposto algumas classificações, do mesmo modo que lhe tem atribuído dimensões. Nesta perspectiva, segundo o modo de aprendizagem da língua segunda (doravante L2), Ducrot, psicólogo americano, distingue bilinguismo composto (*compound*) do bilinguismo coordenado: enquanto o primeiro tipo ocorre quando as estruturas da L2 são apenas acrescentadas às da língua materna (L1), o que acontece no caso da aquisição de uma língua em contexto escolar, em que a língua aprendida serve de referência ao código não materno; o segundo é o tipo de bilinguismo em que o locutor consegue distinguir, de forma radical, os dois códigos (L1 e L2), e pratica cada código segundo a lógica que lhe é própria (Ducrot apud Favrod, op. cit.). Há também a considerar o bilinguismo natural, em oposição ao bilinguismo artificial. O primeiro, normalmente empregue como sinónimo de plurilinguismo natural, refere a aprendizagem de línguas durante a infância, podendo, segundo a opinião de alguns investigadores, conduzir a uma melhor prática de linguagem. Em contrapartida, o bilinguismo artificial é do tipo escolar.

É raro, efectivamente, que uma criança bilingue mantenha em pé de igualdade duas línguas. Nesta óptica, embora Siguán e Mackey (op.cit.) concebam o bilinguismo a partir da semelhança da eficácia do uso de uma e outra língua, ideia em voga durante muito tempo, há também a considerar que mesmo nos casos em que o indivíduo entre em contacto com duas línguas, desde a infância, e as empregue facilmente na fase adulta, uma será sempre mais privilegiada do que a outra, mesmo que, em termos de uso, o indivíduo não transpareça esse privilégio. Deste modo, aquela que no seio de duas línguas, que tentam manter equilíbrio, sobressai, é considerada a língua materna do indivíduo. Outro dado de realce prende-se com o carácter depreciativo que alguns investigadores, inclusive nomes ilustres das ciências sociais, associaram ao fenómeno do bilinguismo: i) para Durkheim, o bilinguismo seria responsável pela estagnação cultural das regiões onde existe, quando se debruça a propósito da sua terra natal, a Alsácia (Favrod, 1980: 46); ii) muitos outros psicólogos responsabilizam o bilinguismo precoce, no plano individual, pelo surgimento de situações de perturbação patológicas como a dislexia, ou, noutros casos, a diminuição do quociente intelectual das crianças (Favrod, idem, ibidem). Em contrapartida, estudos posteriores feitos em indivíduos bilingues acabaram por destruir tais concepções anteriores, ao considerarem o bilinguismo uma forma de resolução de problemas sociais. Portanto, não oferece, de modo geral, reversos negativos (Tavani, 1976) nem prejudica o desenvolvimento intelectual ou psicológico do bilingue, podendo, pelo contrário, contribuir para o desenvolvimento intelectual ou psicológico dos sujeitos (ILTEC, op. cit.).

Contudo, a avaliação de situações de bilinguismo requer muita atenção, em primeiro lugar devido ao perigo de enviesamento dos resultados, tendo em conta o tipo de testes utilizados; em segundo lugar porque o enviesamento pode levar a confundir a linguagem do bilingue com as suas capacidades mentais. Investigadores do fenómeno de bilinguismo defendem que um bilingue precoce pode esquecer totalmente a sua própria primeira língua. Uma das situações

em que o esquecimento pode ocorrer é a emigração definitiva. Neste caso, o bilinguismo reduz-se a um período de transição muito breve nas crianças. Contudo, as suas reacções podem estar dependentes de numerosos factores extra-linguísticos, por exemplo: línguas utilizadas pelos pais, pelo meio, carácter uni ou multilingue da sociedade circundante, vontade de integração no país que acolhe, etc. Para além das classificações anteriores, têm sido propostos outras tipologias de bilinguismo. Lambert, à guisa de exemplo, fala de bilinguismo aditivo, para se referir à situação em que a aprendizagem de uma língua segunda não impede nem substitui o desenvolvimento e a aprendizagem da língua materna. Em suma, por ser percebido em diversas dimensões, muito do que nos apresentam acerca do fenómeno de bilinguismo são recortes particulares dessas dimensões. Para uma compreensão dessa diversidade de dimensões do bilinguismo, apresentamos o quadro-síntese proposto por Harmes e Blanc (Harmes & Blanc, 2000).

Tabela 3: Dimensões de bilinguismo segundo Harmes

Dimensão	Denominação	Definição
Competência relativa	Bilinguismo balanceado	L1=L2
	Bilinguismo dominante	L1>L2 ou L1<L2
Organização cognitiva	Bilinguismo composto	1 representação para 2 traduções
	Bilinguismo coordenado	2 representações para 2 traduções
Idade de aquisição	Bilinguismo infantil	L2 adquirida antes dos 10/11 anos
	Simultâneo	L1 e L2 adquiridas ao mesmo tempo
	Consecutivo	L2 adquirida posteriormente a L1
	Bilinguismo adolescente	L2 adquirida entre 11 e 17 anos
	Bilinguismo adulto	L2 adquirida após 17 anos
Presença da L2	Bilinguismo endógeno	Presença da L2 na comunidade
	Bilinguismo exógeno	Ausência da L2 na comunidade
Status das línguas	Bilinguismo aditivo	Não há perda ou prejuízo da L1
	Bilinguismo subtrativo	Perda ou prejuízo da L1
Identidade cultural	Bilinguismo bicultural	Identificação positiva com os dois grupos
	Bilinguismo monocultural	Identidade cultural referente a L1 ou a L2
	Bilinguismo acultural	Identidade cultural referente apenas a L2
	Bilinguismo descultural	Sem identidade cultural

Fonte: Harmes & Blanc, 2000.

Outro conceito ligado ao contacto de línguas, próprio de comunidades multilingues, e que grande parte das sociedades à escala mundial não escapa é a diglossia. O conceito surge em finais da década de 50 do século XX, concretamente em 1959, pela mão de Charles Fergusson, linguista americano, como resultado da distinção entre duas variedades da mesma língua: uma variedade alta (*high speech*), a mais prestigiada, aprendida na escola, na literatura e nas situações oficiais, por isso, consideravelmente estável; outra variedade baixa (*low speech*), ou seja, de uso mais familiar, de intercâmbios correntes, pouco controlada e, portanto, de carácter instável (Favrod, op. cit.; Magneneaux, op. cit.). Num estudo publicado na revista *Word*, Fergusson indica três condições que propiciam a diglossia: a) o nível baixo de instrução da maioria dos locutores (analfabetismo); b) a existência de uma literatura prestigiosa; c) e a permanência dessa situação por vários séculos. Inicialmente, a diglossia era um fenómeno atribuído apenas a comunidades subdesenvolvidas, cujos índices de analfabetismo eram

elevados, e onde a hierarquia social era mais acentuada. Esta posição foi rejeitada por John Bumperz, para quem um fenómeno comparável à diglossia ocorre quando se associa um registo de língua a uma determinada situação (Bumperz citado por Favrod, op. cit.). Uma vez que este conceito se confunde largamente com o bilinguismo, convém esclarecermos que enquanto o bilinguismo implica necessariamente a coexistência de línguas, este factor é prescindível pela diglossia, visto que aqui os dois níveis ou as duas variedades (high e low) pertencem à mesma língua. Nesta óptica, a diglossia não é um fenómeno exclusivo de situação de multilinguismo.

Considerando a realidade angolana, há lugar para referirmos os conceitos de língua nacional, língua materna, língua segunda, língua não materna e língua estrangeira. Baseando-nos na definição proposta no projecto sobre a Diversidade Linguística na Escola Portuguesa, desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional, no biénio 2003-2005, nota-se uma relação estreita entre língua nacional e língua materna. No entendimento dos autores do projecto, a língua nacional é a língua materna de um grupo de indivíduos que pertencem a um país, cuja língua oficial pode ser diferente. Ainda em torno de língua nacional, o Dicionário Temático da Lusofonia, sob a direcção e coordenação de Fernando Cristóvão, define-a como “uma língua falada em determinado território que, por plasmar marcas de uma herança específica ou código de afirmação de originalidade ético-cultural, pode configurar um elemento caracterizador de uma consciência nacional e, nos casos mais evoluídos, ser suporte de uma expressão literária autónoma” Cristóvão (Dir. e Coord), Amorim, Marques & Moita, 2007: 606). Situação idêntica se vive em muitos países africanos, ex-colónias de potências europeias.

Aplicando tal conceito à realidade angolana, o português é a língua oficial, ou seja, aquela que os dirigentes políticos determinaram, apesar da sua origem estrangeira, para ser usada nas relações administrativas, na escolarização e nas relações internacionais, enquanto a expressão “língua nacional” foi e continua a ser normalmente usada para se referir às variadíssimas línguas de origem africana. Entretanto, vários factores entre os quais a expansão territorial e o número de falantes maternos, estimado em 26%, em 1996, assim como o facto de ser a língua oficial do Estado têm vindo a influenciar a manifestação do sentimento de reconhecimento do português como língua nacional, restando saber, caso se confirme, qual será a designação a aplicar à generalidade das suas congéneres de origem africana. À luz da tendência de nacionalização da língua portuguesa, e enquanto não houver designação alternativa, usaremos, ao longo da investigação, as expressões línguas nacionais de origem africana (LNOA) em oposição à língua nacional de origem europeia/estrangeira (LNOE) - o português.

No que concerne à língua materna, a expressão é usada para referir a língua que se fala em torno de uma criança durante os primeiros anos de vida e através da qual se desenvolve o seu

processo de aquisição da linguagem (ILTEC, op. cit.). É a língua através da qual o falante se torna parte integrante da sua comunidade linguística e na qual os elementos socioculturais e linguísticos vivem como que em simbiose (Gonçalves, 1998); é a língua, digamos, de inserção do falante, utilizada para a satisfação das suas necessidades comunicativas (idem). Trata-se de um conceito com forte ligação à figura de mãe, por ser considerada o principal sujeito transmissor da língua à criança. Deste modo, a língua da mãe - língua materna - é a primeira língua adquirida naturalmente em contacto com aquela e com outros membros da sociedade em interacção. É, por estas razões, a língua de referência e da socialização da criança¹², devendo atribuir-se também à língua materna um papel simbólico que permita reforçar a identidade e o estabelecimento de laços de pertença a uma determinada comunidade.

Ora, se a língua nacional tem esse valor social, em países multilingues como Angola, onde a língua oficial é uma língua de origem estrangeira, sendo de igual modo língua materna de cerca de 26% da população, designá-la de língua estrangeira (LE), por essa origem, pode tornar-se conflituoso. É capaz, inclusivamente, de despertar sentimento de exclusão por parte dos sujeitos que a têm como língua materna, daí, com efeito, o carácter melindroso da questão, por envolver aspectos relativos ao problema da identidade. O que, de resto, não carece de consenso é o plano de ensino onde, pacificamente, se sugere a aplicação das metodologias do ensino de uma língua estrangeira, em casos de educação bilingue.

Quanto às expressões língua segunda e língua estrangeira, estas confundem-se frequentemente, ao terem em comum o facto de não serem línguas maternas dos falantes. Nesta óptica, são línguas não maternas. Todavia, ambas não significam necessariamente a mesma coisa, tendo em conta as circunstâncias variáveis das suas aprendizagens. A língua segunda é uma língua que resulta de alguns factores contextuais, como o contexto linguístico, cultural e político das sociedades. É uma língua que se podia confundir com a língua estrangeira, não fosse esta designação passível de não ser aceite, nem fosse a língua segunda passível de ser língua oficial duma dada comunidade (Tavares, 2007). Aceita-se, assim, a aplicação da designação de língua segunda à língua oficial de um país, quando aprendida com objectivos específicos (...), por falantes que não a possuem como língua materna (ILTEC, op. cit.).

Por seu turno, a língua estrangeira aprende-se em contexto escolar, podendo justificar-se o interesse da sua aprendizagem na ampliação de conhecimentos, desenvolvimento da investigação e viabilização de contactos sociais de carácter internacional (ILTEC, op. cit.). Por ser aprendida em tal contexto, a aprendizagem pode considerar-se descarnada de todo o tecido que suporta a língua materna, e que solicita a sua utilização e integração nas situações comunicativas (Gonçalves, op. cit.). Em diferenciação com a língua materna, que é a língua

¹² Clara Ferrão Tavares (2007). *Didáctica do Português - Língua Materna e Não Materna - No Ensino Básico*. Porto: Porto Editora, pp. 26-29.

da inserção do falante, utilizada para a satisfação das suas necessidades comunicativas, a língua estrangeira é uma língua de aspiração que leva o sujeito falante a ter de aprender a passar da sua comunidade linguística de inserção para a comunidade linguística de aspiração, o que acontece, em termos de comparação de tempo, durante alguns minutos que ocorrem na sala de aula, por oposição às restantes horas do dia que são utilizadas no uso da língua materna (Gonçalves, *idem*). Apesar de em Angola a língua de escolarização ser o português, que é também a única língua oficial, ela não deixa de ser, devido a factores múltiplos, uma língua segunda para muitas crianças em idade escolar. Daí a necessidade de democratização do ensino, conceito introduzido pelas Nações Unidas para referir o processo de ensino em língua materna, sobretudo nos primeiros anos de escolarização.

Creemos que a materialização desse processo só será possível se existir a definição de uma boa política linguística, ou seja, conjunto de tentativas explícitas e implícitas de regulação das práticas linguísticas de uma comunidade que pode radicar em iniciativas que envolvem o Estado (nível macro), grupos ou organizações (nível meso) e indivíduo (nível micro) (Haugen; Kaplan & Baldauf apud Feitor, 2008). Cada elemento dos três níveis reveste-se de uma grande importância para o sucesso de uma política linguística. Deste modo, ao estado cabe o papel decisório ou regulador das práticas linguísticas, com recurso a diplomas legais, quer incitativas, quer imperativas, tendo diferentes níveis de intervenção geográfica (internacional, nacional e regional) e jurídica (leis e decretos) (Calvet, 1996). Por outras palavras, será da responsabilidade do Estado, no âmbito de uma política linguística, embora sendo verdade que todas as decisões tomadas por esta entidade só se concretizam se houver adesão da sociedade individual e colectiva: a oficialização de uma ou mais línguas; o estabelecimento e a actualização da norma padrão; o lugar do ensino da língua nos currículos escolares; a rede de difusão da língua em países estrangeiros; o apoio à normalização e estabilização da língua nos países em que é língua segunda; o incentivo a traduções e à criação de instrumentos e materiais de ensino. Também se pode definir a política linguística como um conjunto de decisões relativas ao ensino, uso e divulgação das línguas de um determinado país, decisões que são tomadas pelas entidades competentes e que devem ter como base algumas convicções como: i) a importância do domínio da língua materna para o desenvolvimento psicológico e social dos falantes; ii) o reconhecimento das línguas como formas de identificação cultural, o que exige preocupação com a sua difusão e com o lugar que ocupam em contextos multilingues (ILTEC, *op. cit.*).

Com base nos trabalhos de Rubin, Kaplan e Baldauf apud Feitor (*op. cit.*), Calvet (*op. cit.*), Daoust e Haugen (Feitor, *op. cit.*), a política linguística deve assentar em quatro pilares ou etapas: i) preparação da planificação a partir da recolha de informação sobre as práticas e a cultura linguística da comunidade, sendo que esta etapa permite diagnosticar problemas linguísticos remanescentes da interacção social e problemas de comunicação decorrentes da mudança social, assentando sobre quatro vertentes: planificação do estatuto, do corpus, da

aquisição e do prestígio (Feitor, op. cit.); ii) formalização das decisões tomadas; iii) adopção de medidas que visem a implementação das decisões tomadas; iv) e controlo da actividade de planificação através da referida avaliação constante dos seus efeitos no ambiente linguístico. A sermos imparciais, este domínio da sociolinguística - política linguística - tem representado uma das vertentes onde se escondem muitos males responsáveis pela actual situação de desequilíbrio entre as línguas de Angola, pois muitas tentativas de regulação das práticas linguísticas expiram, quase sempre, antes de ser implementadas.

Quanto à variação, um conceito central da abordagem sociolinguística, permite considerar as línguas corpos dinâmicos em constante mudança. Sendo um conceito assente na mudança, a variação linguística pode ser entendida como fenómeno caracterizado pelas alterações que ocorrem nas línguas, motivadas por diversos factores, quer sejam de natureza geográfica e culturais, quer estejam ligadas aos tipos de modalidade expressiva. Podemos afirmar que este é um assunto muito proficiente no contexto angolano, devido à diversidade linguística que caracteriza o país. A abordagem da variação linguística costuma implicar dois níveis de tratamento: i) o nível diacrónico ou de mudanças que ocorrem ao longo dos tempos, que estudaria, por exemplo, as variações da língua portuguesa, em Angola, desde a sua introdução no século XV. Nesta óptica, é diacrónico (subentendendo um estudo linguístico), ao fazer intervir elementos e factores pertencentes a estados de desenvolvimento diferentes de uma mesma língua; ii) o nível sincrónico é o das mudanças cronologicamente simultâneas. Um fenómeno da linguagem é dito sincrónico se todos os elementos e factores que coloca em jogo pertencem a um só e mesmo momento de uma só e mesma língua, ou seja, a um único estado (Ducrot & Todorov, op. cit.). Por exemplo, estudar a variação da língua portuguesa desde a independência de Angola à actualidade.

Ducrot e Todorov chamam a atenção para os perigos que os dois conceitos podem suscitar. Por exemplo, quanto à expressão “uma mesma língua”, advertem que poderá restar sempre a tendência de nos interrogarmos, em relação ao caso francês, se é a mesma língua francesa que é falada em Paris, em Marselha e no Quebec. Paralelamente, podemos questionar, no contexto da lusofonia, se é a mesma língua portuguesa que se fala em Portugal (no Porto, em Lisboa, no Algarve, na Madeira e nos Açores); no Brasil (no Rio de Janeiro, São Paulo, Seará e Baía); em Angola (em Cabinda, em Luanda, no Huambo e no Cunene), ou, por último, se é o mesmo Português que é falado nesses três países.

A expressão “o mesmo estado” também requer, na óptica dos mesmos investigadores, algumas cautelas, na medida em que nos podemos interrogar se o português falado hoje e o que era falado nas décadas de 60 e 70, do século XX, pertencem ao mesmo estado de desenvolvimento da língua portuguesa, ou ainda se o português e o latim pertencem ao mesmo estado de desenvolvimento da língua-mãe indo-europeia. Por último, o facto de qualquer fenómeno de língua estar sempre ligado a factores históricos faz com que os

modificadores sincrónico e diacrónico qualifiquem menos os próprios fenómenos do que o ponto de vista adoptado pelo linguista. A investigação sincrónica, de que Saussure é o primeiro a reivindicar autonomia, abarca variações diatópicas, diastráticas e diafásicas.

As variações diatópicas dizem respeito ao conjunto de diferenças que uma língua, considerada a mesma, apresenta num dado espaço geográfico. São, por este motivo, designadas também por variações geográficas, abrangendo falares locais, variantes regionais e intercontinentais. Neste tipo de variações, o destaque recai sobre o elemento “dialecto”, expressão que se pode aplicar à forma tomada pela língua normal de um país, numa determinada área. Não sendo objectivo da investigação apresentar as formas dialectais da língua portuguesa em Angola, por um lado, e por se tratar de uma matéria de escassa abordagem ou, até, de inexistentes estudos, por outro, vamos, de uma forma genérica, referir no capítulo 2 alguns casos mais evidentes em relação a níveis de variações da língua portuguesa em Angola, em diferenciação com o português padrão europeu (PE), que nos parece ser a principal referência gráfico-compreensiva da variante angolana do português (VAP).

A língua pode variar também em função dos usuários, em modalidades diferentes. Nesta perspectiva, falamos de variações diastráticas quando se analisam os diferentes usos linguísticos em função das camadas socioculturais dos falantes/usuários, incluindo neste lote a linguagem técnica, gíria, calão. Por isso, constituem, tecnicamente, sociolectos, ou seja, modos colectivos do uso da linguagem (Szymaniak et al., 2000), podendo também definir-se como códigos específicos de um grupo. Ao contrário do dialecto, que é determinado pelos factores geográficos, o sociolecto é influenciado pelo nível educativo ou posição social do falante/usuário. Em contrapartida, se forem salientadas diferenças entre os tipos de modalidade expressiva (língua falada e língua escrita, literária, linguagens especiais, linguagem dos homens e das mulheres), ou o uso que o falante faz da língua em função das suas intenções e da situação da comunicação, estamos perante as variações diafásicas. Daí corresponderem ao idiolecto, ou seja, aquilo que é específico da fala de um determinado locutor (Gallisson & Coste, 1983), sendo que este tipo de variações tanto pode remeter para o estilo (traços que conferem um carácter distintivo a um conjunto de frases pronunciadas ou escritas), quanto para o registo (ligado aos locutores e às variantes da fala) (idem).

5. Trajectória analítica da investigação

A nossa investigação materializa-se, do ponto de vista estrutural, em 4 capítulos precedidos de uma introdução e sucedidos pelas considerações finais. Na introdução, é feito o enquadramento geral da investigação sob a forma de levantamento de uma problemática, assim como a delimitação, a apresentação da proposta de investigação, a definição de conceitos-chave e, por fim, a descrição da trajectória analítica, seguida do esquema

correspondente. Quanto às “Considerações finais”, como sugere a designação, correspondem à parte vulgarmente denominada de conclusão. Aqui, para além de apresentarmos a síntese do conteúdo da investigação e as observações críticas, fizemos também uma avaliação crítica no que se refere às limitações da investigação. Ora, uma vez que se trata de uma área temática sobre a qual pretendemos desenvolver trabalhos futuros, não foi esquecida a apresentação de sugestões para futuras investigações.

O primeiro capítulo, “Angola: Línguas e Etnicidades”, é uma incursão na complexa situação etnolinguística angolana feita em duas dimensões. A primeira, de carácter generalista, incide sobre a situação das línguas no mundo e no continente africano. Funciona como trampolim para particularizarmos o caso angolano, que corresponde à segunda dimensão. Aqui, a análise é feita quer do ponto de vista exclusivamente africano, quer da coabitação África - Europa.

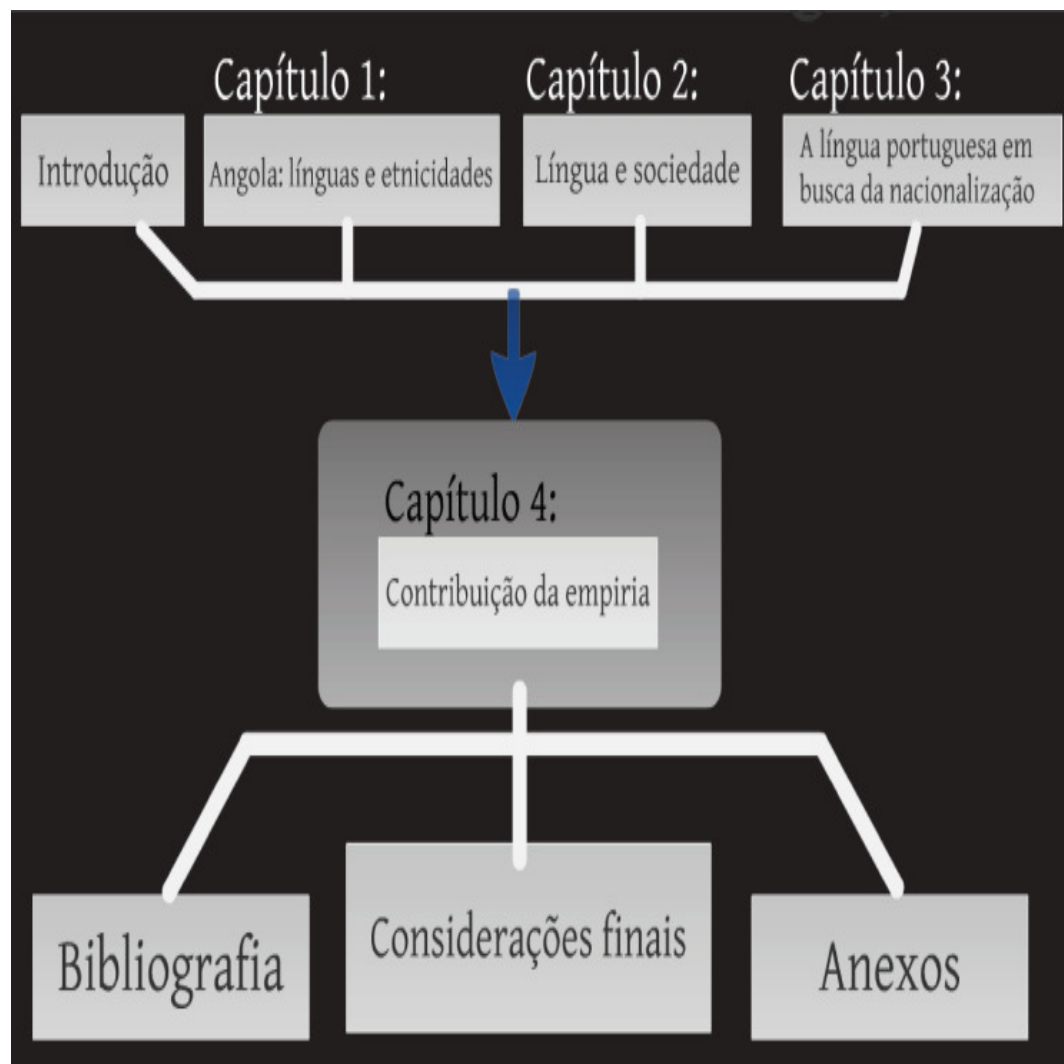
Quanto ao segundo capítulo, este centra-se na relação língua e sociedade, por permitir a análise das funções da língua numa sociedade, podendo gerar a discussão à volta dos estatutos da língua portuguesa e as suas funções sociais, num cenário onde reina o multilinguismo. Para tal propósito, partimos do trinómio língua, linguagem e comunicação, passando pelas funções da língua numa sociedade, até chegarmos às funções da língua portuguesa na sociedade angolana, sem, como é óbvio, descorar os seus estatutos. Daí o capítulo intitular-se “Língua e sociedade: das funções da língua numa sociedade, às funções da língua portuguesa na sociedade angolana”.

O terceiro capítulo é aquele que mais se aproxima, pelo menos em termos nominais, à temática central da investigação, conforme atesta o título “A língua portuguesa em busca da nacionalização”. Trata-se de um capítulo que, em suma, traça um percurso histórico da língua portuguesa desde a sua introdução no século XV, passando pela oficialização no século XX, e terminando no século XXI, onde emerge a questão de nacionalização. Ao longo deste percurso histórico, salientamos os contornos da adopção do português como língua oficial, assim como o questionamento se tal adopção terá implicado uma mudança de identidade, fazendo, finalmente, emergir a questão do ensino bilingue e das situações afins.

Em relação ao quarto capítulo, intitulado “Contribuição da empiria”, este baseia-se na investigação empírica, sustentando-se na aplicação de questionário (inquérito e entrevista) a cidadãos angolanos, em Angola. Estrutura-se em três partes: a primeira faz referência à justificação e descrição das opções metodológicas, assim como a especificação dos objectivos, formulação de hipóteses e descrição dos métodos de colecta de dados. A segunda e a terceira partes fazem, respectivamente, a apresentação dos resultados da pesquisa empírica, assim como a discussão dos resultados da investigação.

No quadro da descrição da trajetória analítica da investigação, convém igualmente referirmos a figura 1, adaptado nosso, que representa, esquematicamente, a síntese, por capítulos, de toda a investigação.

5.1 Esquema da estrutura da investigação (Figura 1)



Capítulo 1: Angola: Línguas e Etnicidades

1.1 Introdução

As línguas do mundo estabelecem entre si relações de proximidade ou de afastamento como se de árvores de uma floresta se tratasse. Nas suas relações, encontram-se ramificadas, cujo tronco comum é a língua-mãe, isto é, a língua de onde as restantes provêm, constituindo o seu antepassado comum. Para além das diferenças que podem apresentar em termos genéticos e/ou tipológicos, cada árvore partilha certas características com todas as outras árvores, e cada floresta, com todas as outras (Faria, Pedro, Duarte & Gouveia, 1996). Graças a este tipo de análise, torna-se possível dispor as línguas segundo modelos de representação de famílias genéticas, facilitando o seu estudo, sobretudo a nível comparativo.

Em relação à situação das línguas vivas à escala global, a UNESCO, organismo especializado das Nações Unidas (ONU) que responde pelas questões de Educação, Ciência e Cultura, apresenta dados estatísticos, até certo ponto, preocupantes. Estima que cerca da metade de mais das 6.700 línguas vivas correm o risco de desaparecimento ao longo prazo. Tal risco é mais visível nos continentes asiático, africano e americano, sendo que em cada quinzena desaparece uma língua, na razão da estimativa do desaparecimento de 25 línguas (ou idiomas) por ano. Constata também que pelo menos 96% das línguas são faladas por apenas 4% da população mundial e cerca de 90% das línguas do mundo não estão representadas na Internet. Deste modo, o conteúdo da Internet encontra-se reduzido a apenas 12 línguas, entre as quais o português, língua que integra o top 10 das línguas mais divulgadas na Internet (Banco Mundial apud Esperança, 2008), na 8ª posição, conforme a tabela abaixo apresentada.

Tabela 4: Top 10 das línguas mais divulgadas na Internet

Posição	10 principais línguas	% do total de utilizadores de Internet	Utilizadores de Internet (milhões)	Acesso à Internet	Crescimento da Internet (2000-2008)	Utilizadores da língua 2008 (milhões)
1	Inglês	30.4%	427	21.0%	201.1%	2.039
2	Chinês	16.6%	233	17.1%	622.0%	1.365
3	Espanhol	8.7%	122	27.1%	395.7%	452
4	Japonês	6.7%	94	73.8%	99.7%	127
5	Francês	4.8%	67	16.4%	451.8%	410
6	Alemão	4.5%	64	66.0%	129.6%	96
7	Árabe	4.2%	60	16.7%	2062.2%	357
8	Português	4.1%	58	24.3%	668.0%	240
9	Coreano	2.5%	34	47.9%	82.9%	73
10	Italiano	2.4%	34	57.9%	155.4%	58
	TOP 10	84.8%	1.194	22.9%	263.6%	5.218
	Outras	15.2%	213	14.6%	556.7%	1.458
	TOTAL MUNDIAL	100.0%	1.408	21.1%	290.0%	6.676

Fonte: Esperança, 2008.

A mesma língua portuguesa aparece, de igual modo, no top 10 do ranking das línguas maternas mais faladas no mundo, ocupando o 6º lugar, de acordo com os dados divulgados em 2000, pelo *Ethnologue* apud MED-Portugal (2005), que se resumem na tabela seguinte:

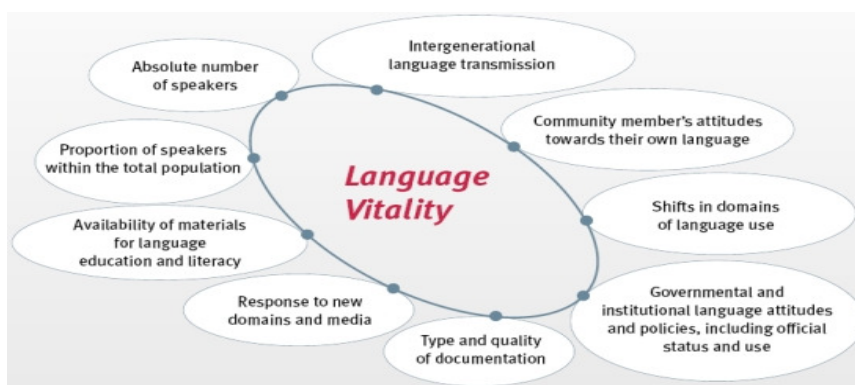
Tabela 5: As dez línguas maternas mais faladas no mundo

As dez principais línguas maternas no mundo				
LÍNGUA	Ano de 1999		Ano de 2000	
	Posição	Falantes	Posição	Falantes
Chinês (Mandarim)	1	885.000.000	1	874.000.000
Espanhol	2	332.000.000	3	358.000.000
Inglês	3	332.000.000	4	341.000.000
Bengali	4	189.000.000	5	207.000.000
Hindi	5	182.000.000	2	366.000.000
Português	6	170.000.000	6	176.000.000
Russo	7	170.000.000	7	167.000.000
Japonês	8	125.000.000	8	125.000.000
Alemão	9	98.000.000	9	100.000.000
Chinês (Wu)	10	77.175.000	10	77.175.000

Fonte: MED-Portugal, 2005.

Preocupada com a situação das línguas, em 2002 e 2003, a Unesco atribuiu a um grupo internacional de linguistas a incumbência de desenvolver um quadro que permitisse determinar a vitalidade das línguas¹³. O objectivo da missão é prestar auxílio no desenvolvimento de políticas e na identificação das necessidades e medidas adequadas de salvaguarda. Essa comissão *ad hoc* do grupo de peritos sobre línguas ameaçadas de extinção elaborou um documento de reflexão marco intitulado “Vitalidade e Desaparecimento de Línguas”, que estabelece nove critérios, conforme o esquema que a seguir apresentamos:

Figura 2: Fases da vitalidade das línguas



Fonte: <http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=00142>. Consultada em 25.09.09, às 12h00.

¹³ Segundo Stephen A. Wurm e Theo Baumann (1996), uma língua está em risco de desaparecimento quando, duma maneira geral, não é ensinada às crianças nas escolas ou a um grande número de crianças duma determinada comunidade linguística em cerca de 30% de ensinamentos, no mínimo.

A distribuição das línguas por continentes é outra questão que preocupa a UNESCO, pelo facto de ser desconforme. A África é apontada, ao lado da Ásia e da América, como um dos continentes com maior número de idiomas e, respectivamente, com maior risco de desaparecimento destes, representando cerca de 30% das línguas do mundo (2,01 mil línguas), contra os 32% do continente asiático (2165 mil línguas). No extremo oposto, encontra-se a Europa, continente que representa a menor taxa de línguas, 3,4%, que correspondem a 225 idiomas. Com base nos dados apresentados, deduz-se que a maior concentração de línguas está em países em via de desenvolvimento dos continentes asiático e africano. A Europa, não obstante o número reduzido de línguas, em comparação com a Ásia e África, é, de longe, o continente em que se demonstra maior sensibilidade em torno da preservação das línguas. O Pacífico e a América apresentam, respectivamente, 1,3 mil línguas e 1000 línguas (Couto, 2001).

No que concerne ao nível de concentração das línguas, quase metade concentra-se em apenas sete Estados que contam com mais de 200 mil línguas: Papua-Nova Guiné lidera a lista de países onde se fala maior número de línguas, com cerca de 850 idiomas. Completam a lista outros países como Indonésia (650), Nigéria (410), Índia (380), Camarões (270), México (240) e República Democrática do Congo (210). Há estudos que integram o Brasil no lote de países com cerca de 200 mil idiomas ou mais, baseando-nos num levantamento efectuado por três entidades (Governo Federal, Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística - IPOL e UNESCO), que apontam para 200 idiomas, dos quais cerca de 180 falados por índios (GTDL, 2006 - 2007)¹⁴.

Actualmente, o desaparecimento de línguas é um fenómeno à escala mundial, se bem que com maior agravamento nos chamados países do terceiro mundo. Esse fenómeno que ameaça a existência de muitas línguas pode ter alguma relação com o nível de desenvolvimento dos países e o estatuto das línguas minoritárias de várias comunidades, por influência das línguas com o estatuto oficial (Couto, idem). Entretanto, mesmo em países desenvolvidos e de reconhecidas políticas linguísticas, nota-se, cada vez mais, uma certa hegemonia de algumas línguas em detrimento das outras. O Inglês, nesse particular, assume uma dianteira inquestionável¹⁵ que faz dele a língua franca do século XX. Trazemos, para o efeito, alguns dados da União Europeia (UE). Nesta Comunidade, apesar de o Alemão ser a língua materna (L1) mais falada, com cerca de 90 milhões de falantes nacionais, e o Francês, L1 de cerca de 60 milhões de cidadãos da UE tal como o Inglês e o Italiano, é, porém, o Inglês a primeira língua estrangeira de cerca de um terço (1/3) dos cidadãos da EU. Isto faz dele a língua mais

¹⁴ Relatório do grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (2006 - 2007). Relatório de Actividades 2006 - 2007. Presidido por Luiz Fernando de Almeida. In <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/12/grupo-de-trabalho-da-diversidade-linguistica-do-brasil-relatorio.pdf>. Acedida a 12.06.2010, às 11h40.

¹⁵ Sem colocarmos em causa a supremacia do inglês, faria pouco sentido ignorarmos o interesse cada vez mais notório pelo mandarim, a língua oficial da Chinês, principalmente por razões de atracção económica ligadas ao seu crescimento neste domínio.

utilizada na UE, muito à frente do Alemão. A posição do Inglês como língua franca tem vindo a reforçar-se ao longo dos anos, como pode provar o inquérito publicado pela Comissão Europeia, em que 66% dos jovens da UE dos 15-24 afirmam falar Inglês, 53% na faixa etária 25-39 anos, 38% dos 40-54 anos e apenas 18% dos cidadãos com mais de 55 anos (Comissão Europeia, 2004).

Considerada pior é a situação das ex-colónias europeias, por enfrentarem uma dupla realidade: i) as consequências nefastas resultantes do fenómeno da colonização em termos linguísticos, cujos efeitos, quiçá, irreparáveis; ii) as actuais implicações incontornáveis do fenómeno da globalização que, segundo o martinicano Edouard Glissant¹⁶, não representa apenas um perigo a nível mundial, como também o véu por detrás do qual se escondem novas opressões e dominações. Entendemos que a globalização pode ter vantagens e desvantagens do ponto de vista linguístico, uma vez que tanto pode levar as comunidades a abandonarem as suas línguas, sendo, neste contexto, um perigo eminente, como também pode ser uma oportunidade para difundir, com mais celeridade, as diferentes línguas que convivem no mundo. Ao funcionar a nível político como aumento da intervenção internacional e estratégia para o estabelecimento de uma nova disposição mundial, ou a nível sociológico como futuros problemas internacionais em todas as sociedades (cultura comercial, cultura de massas, consumismo), ou a nível económico como fenómeno de integração económica mundial entre os mercados produtores e consumidores de diversos países e blocos económicos (Dan, 2006), os mais fortes influenciam os menos fortes, assim como os produtores influenciam o *modus vivendi* dos consumidores, usando a língua e a tecnologia como principais meios para introduzirem um novo *modus faciendi*.

¹⁶ Questionado sobre se as Caraíbas são o lugar exemplar da mestiçagem e se é o lugar onde são elaboradas as formas actuais de relacionamento, Edouard Glissant, martinicano, argumenta que existe nas Caraíbas um extraordinário poder de diversidade e unidade ao mesmo tempo. Pegue o exemplo da música antilhana em que ritmos novos estão a nascer por causa da interacção com a África e os Estados Unidos da América. Fenómenos similares estão a operar-se no campo da literatura, das artes plásticas, do cinema, do comércio e do esporte. Nós estamos a assistir actualmente à "arquipelização" das Caraíbas, que é exemplar, e caminha na direcção da "crioulização". Mas o mundo inteiro está a crioulizar-se hoje. A Europa está a arquipelizar-se por sua vez e está a dividir-se em regiões. A Flórida está a mudar de água para o vinho sob pressão de suas populações cubanas e caraibenses. Parece-me que essas novas dimensões da existência escapam aos dados nacionais que tentam resistir às forças da arquipelização. A novidade virá, a meu ver, dos pequenos países que não têm passado colonial nem tradições nacionais e, portanto, têm menos medo de se desagregar ou perder o seu "status". É preciso, portanto, que habituemos o nosso imaginário a essas novas organizações do mundo, onde a relação entre o centro e a periferia vai ser completamente diferente. Tudo será centro e tudo será periferia. É o que chamo de *política da mundialidade*, que, é claro, também tem seu aspecto negativo: a *globalização*. Esse é o véu por trás do qual se escondem novas opressões e dominações. Entrevista concedida a Tirthankar Chanda. In <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label38/dernier/15creolisation.html>. Acedida a 13.01.2008, às 23h15.

1.2 Comunidades étnicas angolanas

É comum dividir o continente africano em duas zonas distintas, fruto da sua extensão e diversidade etnolinguística: zona Centro-Norte e Centro-Sul.

A primeira zona é dominada fisicamente pelo deserto de Sahara, com cerca de 8.600.000 km² (Branco, s/d), que, pela influência da matriz sócio-antropológica, é designada tanto por África Branca, no caso da influência racial, como por África Muçulmana, em relação à influência religiosa. Tal influência remonta ao século VII d.C., ao que parece no ano 639 d.C., à luz da penetração dos árabes muçulmanos, tipicamente beduínos (Oliver, 1980). É uma zona habitada maioritariamente por povos muçulmanos, nomeadamente berberes, egípcios e tuaregues. Com a penetração dos beduínos, entrou também a língua árabe que, a partir dessa altura, abre a página da sua história de propagação em África, com maior incidência na zona Norte, onde, ao lado de outras línguas de origem europeia, se tornou, até aos nossos dias, na língua oficial de muitos países como Marrocos, Egipto, Argélia, Tunísia, Líbia, *Sudão*, *Mauritânia*, *Djibuti*, *Chade*, *Somália* e *Comores*¹⁷. Podemos, no entanto, incluir o território do Sara Ocidental que, mesmo não tendo uma língua oficial, no estrito sentido da palavra, tem o árabe e o espanhol numa perspectiva de línguas regionais. Convém lembrarmos que, antes da invasão árabe no século VII d.C., o Norte de África já tinha conhecido outros povos asiáticos e europeus, por exemplo, fenícios, romanos e gregos.

A segunda é a zona Centro-Sul, a propalada África Negra, por apresentar um substrato racial composto por população maioritariamente negra, avaliada em mais de 800 etnias diferentes (Branco, idem). Abrange a região localizada a Sul do deserto de Sahara, tocando o Cabo de Boa Esperança, na África do Sul. Contrariamente à zona anterior, com forte presença da cultura e língua árabes, aqui, predominam a cultura e as línguas dos povos bantu, pese embora ter sido habitada, antes destes, por populações não ou pré-bantu (ainda existem algumas, mas em números bastante reduzidos). Tal é o caso dos pigmeus e kohisan (bosquímanos e hotentotes). É nesta zona Centro-Sul que se integra Angola, nosso principal elemento de interesse.

Concretamente a Angola, este país apresenta, à semelhança da maioria do continente, uma estrutura sócio-antropológica bastante complexa que reside, efectivamente, na combinação de uma minoria populacional de origem europeia, resultante do fenómeno da colonização, com uma maioria étnica de origem africana que, em termos globais, abarca populações pré-bantu e populações bantu, em torno das quais apresentamos a descrição que se segue.

¹⁷ O itálico indica os países que, para além do árabe, têm outras línguas oficiais: inglês (Sudão), francês (Comores, Mauritânia, Djibuti e Chade). Contudo, em Comores, ao lado do árabe e do francês, aparece também o *shikomor* como outra língua oficial.

1.2.1 Comunidades étnicas não bantu

Os khoisan (de khoi/khoin - hotentote + san - bosquímano) costumam ser apontados como os primeiros povos primitivos da África Equatorial e Austral (Cruz, 1940). Juntamente com os vátua (kwisi e kwepe), são, neste contexto, considerados os primeiros habitantes do território angolano na fase proto-histórica (História de Angola, 1965) do paleolítico. Quer o grupo khoisan, quer o vátua, constituem o que genericamente se designa por povos não-bantu e pré-bantu. Oriundos de várias raças localizadas a sul do Equador, principalmente em *Boskop (Florisbad)*, - daí se chamarem “boskopoides” (idem) - os khoisan são vistos por alguns investigadores como dos mais primitivos povos da humanidade¹⁸, e descendentes dos homens de Grimaldi¹⁹. Presume-se que terão chegado à África, passando pela Ásia e Europa Ocidental, provavelmente há perto de 50 000 (cinquenta mil anos) a.C.²⁰.

Os khoisan vagueavam no extremo sul do continente, antes da perseguição a que foram sujeitos pelos bantu. A partir daí, dispersaram-se, encontrando-se actualmente na Namíbia, África do Sul, Botswana, Zimbabwe e Angola, com cerca de 50.000 indivíduos (Fernandes & Ntondo, 2002). Em Angola, os khoisan estão confinados à zona sul, assim como reduzidos a núcleos minúsculos que, até aos nossos dias, mantêm uma existência estimada em cerca de 8.000 indivíduos (idem). Tendo em conta a distribuição étnica de Angola proposta por José Redinha, podemos inferir que alguns povos do grupo khoisan, os kedés, se encontram na região do Mupa, numa zona de influência do grupo etnolinguístico ambó, e no Baixo Cunene (Redinha, 1970).

Do ponto de vista fisioantropológico, os khoisan costumam ser caracterizados como indivíduos não negros, claros, de cor acastanhada (História de Angola, op. cit; Gonzaga, 1963), de estatura pigmóide (“patologia” que se julga derivar da nutrição). O seu cabelo forma pequenos tufo, os olhos são do tipo oriental (Fernandes & Ntondo, op. cit.) e os pés e as mãos minúsculos, daí serem muitas vezes confundidos com os pigmeus (Gonzaga, op. cit.).

Em relação aos vátua, outra comunidade etnolinguística não bantu, estes são considerados povos de origem pouco conhecida. No entanto, julga-se que o subgrupo kwisi, de língua com o mesmo nome, apresenta afinidades com o grupo khoisan/hotentote, ao passo que o subgrupo kwepe, também com língua assim designada, terá resultado da miscigenação de khoisan com o kwisi. Os vátua encontram-se localizados em Angola, tal como os khoisan, na zona sul, concretamente na faixa semi-desértica do deserto da província do Namibe, entre o Mar e a

¹⁸ Veja-se, a título de exemplo, Norberto Gonzaga, 1963, p. 24.

¹⁹ Diz-se de gentes do paleolítico superior que, oriundas da Ásia, chegaram à África, vindas da Europa Ocidental.

²⁰ Este autor não utiliza o termo genérico khoisan, referindo-se apenas aos bosquímanos. In Norberto Gonzaga (1963). *História de Angola (1482 - 1963)*. Edição do C.I.T.A., Fundo de Turismo e Publicação, p. 24.

Serra da Chela, numa zona de influência do grupo etnolinguística herero, juntamente com os hotentotes. Criadores de gado e bons caçadores de antílopes e de zebras, estima-se a existência de cerca de 6.000 indivíduos do grupo vátua (Fernandes & Ntondo, op. cit.).

Tanto os khoisan, como os vátua não chegaram a constituir reinos nem Estados à semelhança dos seus sucessores, podendo essa falta de estrutura política sólida ser um handicap na luta contra os invasores bantu.

1.2.2 Comunidades étnicas bantu

Os bantu, também conhecidos no mundo muçulmano antigo por cafres (infiéis), por se recusarem a adoptar a religião de Maomé (Gonzaga, op. cit.), eram caracterizados como nómadas, polígamos e belicosos. A sua origem e respectiva chegada à África suscitam algumas dúvidas, dando azo ao surgimento de algumas hipóteses relacionadas com as versões que abaixo apresentamos.

A versão de Bryan sustenta que os bantu teriam emigrado da Polinésia e ilhas do Pacífico antes de haver sido submergido o continente Indo-Malaio, que desapareceu em tempos remotos que então se chamava *Lemuria*, dando origem a expressão *lemurianos* para designar os antepassados dos bantu (Quintão apud Cruz, op. cit.). Por seu turno, Torrend defende na sua versão uma origem ligada aos descendentes de Kush, filhos de Canaan (Chan), que vieram da Ásia para a África, passando pelo canal de Suez e chegaram a Sul do Nilo (idem). A última versão pertence a Mas'Oudi, encontrada no "Golden Meadows" (943 a. C.), e, quiçá, a mais citada. A versão "mas'oudiana" faz uma descrição que reúne informações consideradas mais aceitáveis acerca dos bantu, também denominados por si e por outros autores árabes por *Zindji*. Mas'Oudi sustenta que na altura em que os descendentes de Noé começaram a espalhar-se pelo mundo, os filhos de Kush, filho de Kanaan (Cam), seguiram na direcção Oeste e atravessaram o Nilo, formando aí dois grupos: os Nubios, os Bedjah e os Zindj, que voltaram para a direita, entre Leste e Oeste; os outros, em grande número, foram para Oeste na direcção de Zagawah, Kanem, Markah, Ganah e outras partes da terra dos pretos e Dendemeh. A separação dos grupos que seguiram a direcção Leste e Oeste originou diversas tribos dos Zindj, sendo estes, segundo Mas'Oudi, os únicos que atravessaram o canal que vem do Nilo superior, de entre todas as tribos da Abissínia.

Apesar de tanta panóplia de versões, é ponto assente que os bantu integram o grupo Ocidental desse conjunto de povos que se julga ter provindo da Ásia e que terá partido, de seguida, da região de Benue (entre Camarões e Nigéria), atingindo a Bacia do Congo, do Planalto Luba e dos Grandes Lagos. Eis por que as línguas bantu (LB) são também integradas, em termos de classificação, na família benuecongolesa. A partir dos Grandes Lagos, os bantu espalham-se, atingem Sofala (Moçambique) no extremo oriental, e África do Sul, no extremo

meridional, incluindo Angola. Que razões os terão levado a preferir o Sul em detrimento do Norte? Os investigadores apontam várias que convergem, fundamentalmente, no carácter nómada dos bantu, à semelhança, como por exemplo, dos beduínos. Tratando-se de povos numerosos, houve necessidade de conquistar novas terras, pois o espaço escasseava na região dos Grandes Lagos que habitaram antes das famosas migrações bantu. A solução foi, nesta perspectiva, dirigir-se para Sul, uma vez que no Norte, Noroeste e Leste existiam povos com os quais não podiam competir, respectivamente, os fortes povos da Mauritânia e do Egipto (Norte), os povos da antiga Abissínia - Etiópia (Leste) e os Sudaneses - Estado do Benin (Noroeste), devidamente organizado (Villas, 1938). Outra razão da preferência do Sul pode estar relacionada com o despovoamento, naquela época, das regiões da África Ocidental e Austral.

Foi nessas circunstâncias que se dá início a vagas de correntes migratórias de populações que, em Angola, apenas terminaram no século XIX, numa altura em que as novas formas de organização e o controlo militar das terras por parte da potência colonizadora inviabilizavam as deslocamentos. Nesta óptica, a actual população angolana de origem bantu resulta, historicamente, da diluição de vários reinos formados entre os séculos XIII e XIX (Martins, 1993), como pode ilustrar o quadro que se segue, por influência de tais correntes migratórias:

Tabela 6: Formação dos reinos de Angola

Agrupamentos de reinados	Grupos étnicos e Línguas	Fundação e extinção
Reino do Congo	BACONGO / Quicongo	Século XIII a XVI
Reinos de Ndongo e Matamba	AMBUNDO / Quimbundo	Século XVI a XVII
Reino da Quissama	AMBUNDO / Quimbundo	Século XVI a XVII
Reinos do Planalto	OVIMBUNDO / Umbundo	Século XVI a XVIII
Reino de Cassange	AMBUNDO / Lunda-Tchócue Quimbundo/Tchócue	Século XVI a XVII
Reino de Lunda-Tchócue	LUNDA-TCHÓCUE / Tchócue	Século XVI a XIX
Reinos do Sudoeste	HERERO/NHANECA-HUMBE/AMBÓ Herero/Nhaneca/Quanhama	Século XVI a XVIII
Região de Comunidades pouco fixadas	NGANGUELA/XINDONGA Nganguela/Xindonga	-----

Fonte: Adaptação nossa.

1.3 Para uma descrição do panorama linguístico angolano

A história dos territórios africanos que viveram várias centenas de anos sob a dominação colonial sugere distinguir pelo menos dois grandes grupos de línguas: línguas de origem africana e línguas de origem europeia. No primeiro grupo, incluímos as diversas línguas autóctones faladas pelas populações africanas antes e depois da invasão europeia, ao passo que no segundo, integramos as línguas de origem não africana, esmagadoramente europeias, sendo introduzidas no âmbito da expansão europeia, pelas potências coloniais, que do século XV a XIX disputaram e fragmentaram o continente, à luz dos seus interesses económicos.

Assim, a abordagem do panorama linguístico angolano, concretamente dos principais grupos linguísticos, sugere, com alguma razão, aceitar que as línguas de Angola pertencem a dois grupos alargados de línguas em termos de origem. Entretanto, admite-se, numa perspectiva de sequência cronológica de antiguidade, que as línguas em uso, maioritária ou minoritariamente pela generalidade da população angolana, pertencem a três famílias de línguas, assim seriadas: línguas das populações pré bantu (khoisan e vátua); línguas das populações bantu (família bantu) e língua das populações de origem europeia (família latina).

Contudo, em relação à população afro-europeia, que tem sido significativa ao longo da história angolana, adoptou a língua portuguesa, por vezes a par de uma das línguas de origem africana, sobretudo o kimbundu e kicongo, como língua de comunicação. Não desenvolveu língua própria, na medida em que o fenómeno de pidginização não chega a evoluir a um crioulo como, por exemplo, sucedeu em Cabo Verde, ou na Guiné-Bissau, ou em São Tomé e Príncipe.

1.3.1 Línguas angolanas de origem africana

No contexto angolano, usamos a expressão línguas de origem africana para designar todos os idiomas das populações africanas que compõem as comunidades não bantu e bantu. Nesta óptica, integram-se, aqui, as línguas khoisan, vátuas e bantu. A nossa abordagem vai priorizar as línguas bantu, sem qualquer intenção discriminatória, porém pelo facto de as não bantu se confinarem a núcleos bastante reduzidos. Ainda assim, assinalamos que entre as línguas khoisan destacam-se kankala (bosquímano) e vakankala (hotentote). Estas apresentam, por sua vez, as seguintes variantes: kankala (bosquímano), hotentote, kazama, kasekele e kwankala. Por seu turno, para os vátua, temos as línguas kwisi e kwepe, faladas, respectivamente, pelas populações com os mesmos nomes.

As línguas de Angola e as demais línguas de África encontram-se distribuídas, graças às relações de proximidade ou de afastamento que apresentam, em famílias de línguas que vamos abordar sob duas propostas, tendo como principal referência o estudo de Vatomene (Vatomene, 1985): a proposta de Westermann, que refere três grandes famílias de línguas africanas, e a de Greenberg, que considera a existência de quatro famílias. Entretanto, se considerarmos a globalidade do continente e o mapa “África Etnográfica”, propriedade artístico-literária da Enciclopédia Italiana, poderemos estar em presença de outras famílias de línguas. Tal mapa incorpora, por exemplo, a família maleo-polinesiana para se referir às línguas faladas em Madagáscar, uma realidade que muitos investigadores pouco ou quase nada aludem. De igual modo, outros factores, entre os quais a colonização, permitem considerar a presença da família indo-europeia. Pese embora não serem línguas originariamente africanas, as línguas de colonização (português, espanhol, inglês, francês, etc), que beneficiaram do estatuto de línguas oficiais na maior parte dos casos, têm desempenhado, a par dos crioulos

surgidos da miscigenação linguística entre aquelas e as autóctones, a sua função social e política.

Retomando a questão das propostas de classificação apresentadas no estudo de Vatomene, Dietrich Westermann, na sua classificação de 1940, surgida no apêndice linguístico da obra de Baumann “*Volkerkunde von Afrika*”, conhecida na versão francesa de L. Homburger “*Les Peuples et les Civilisations de l’Afrique*”, de 1948, apresenta três famílias principais de línguas africanas: i) *família khoisan*: compreende as línguas dos hotentotes e dos bosquímanos, constituindo uma unidade linguística, ainda que certos traços particulares permitam caracterizar cada grupo. As línguas bosquímanas compreendem idiomas distintos, mas claramente aparentados. Apresentam três grupos: grupo do norte, do centro e do sul. Ao grupo norte das línguas bosquímanas pertencem os falares dos bosquímanos de Angola (vide zonas no mapa). Enquanto as línguas dos bosquímanos se estendem em três grupos, as dos hotentotes compreendem dois grupos (ou subgrupos): (sub)grupo do norte e (sub)grupo do sul; ii) línguas dos negros, onde se incluem: a) línguas do Sudão, cuja área se estende genericamente do Sara ao Equador. As línguas sudanesas, como também são largamente conhecidas, repartem-se pelos seguintes grupos: negríticas, mandé, semi-bantu (línguas com classes), e grupo do interior do Sudão; b) línguas bantu: línguas de um grupo de povos que se servem da raiz “-ntu” para qualificarem a(s) pessoa(s) humana(s). Antecedendo-lhe o prefixo do plural “ba-”, dá-se origem a expressão “bantu” (pessoas, indivíduos) com que são designados os povos que se estendem desde o sul dos Camarões até à África do Sul, e as suas respectivas línguas; c) línguas nilóticas: faladas na Bacia do Alto Nilo, ou mais concretamente no Sudão, na Etiópia Ocidental, no Nordeste da República Democrática do Congo e em pequenos espaços de Uganda e Quênia; iii) línguas camito-semíticas: expressão que congrega as línguas faladas na África acima do Sara, também designada por África branca. A expressão leva-nos a distinguir dois tipos de grupos de línguas: as línguas camíticas que, por sua vez, se dividem em dois subgrupos principais: o berbere (a Norte) e o cuchita (a Nordeste), e as línguas semíticas, onde se destacam o Amárico, principal língua moderna da Etiópia, e o Árabe, a língua regional dominante. Na sequência da proposta de Westermann que acabamos de descrever, resulta o quadro-resumo que se segue.

Tabela 7: Famílias de línguas de África segundo Westermann
(Westermann - 1940)

Famílias de línguas	Variedades de línguas	Grupos de línguas
LÍNGUAS KHOISAN	Bosquímanos	Do Norte
		Do Centro
		Do Sul
	Hotentotes	Do Norte
		Do Sul

(Continua)

Famílias de línguas	Variedades de línguas	Grupos de línguas
LÍNGUAS DOS NEGROS	Sudaneses	Negrítico, Mandé
		Semi Bantu
		Do Interior do Sudão
	Bantu
	Nilótica	
LÍNGUAS CAMITO-SEMÍTICAS	Camíticas	Berbere (Norte)
		Cuchita (Nordeste)
	Semíticas	Amárico
		Árabe

Fonte: Adaptação nossa a partir da classificação de Westerman.

Contrariamente à proposta de Westermann, Joseph Harold Greenberg, eminente linguista novaiorquino, que se tornou célebre tanto na classificação, quanto na tipologia das línguas, apresentou, em 1963, um novo sistema de classificação das línguas africanas que, grosso modo, foi e continua a ser largamente aceite pelos investigadores nesse domínio científico. Fruto da sua formação em linguística, área que o seu contributo enriqueceu, mormente a linguística sincrónica, a classificação de Greenberg baseia-se em critérios exclusivamente linguísticos.

A proposta de Greenberg agrupa as línguas africanas em quatro famílias: i) família khoisan: distribuída pelo sul do continente, na África do Sul, ramificando-se em: khoisan da África do Sul do norte; khoisan da África do Sul do centro e khoisan da África do Sul do sul). A família khoisan estende-se, de igual modo, na Namíbia e nalgumas regiões da República Democrática do Congo e Angola (mucancalas). Inclui línguas como namara e kwadi, sandawe e hatsa; ii) família afro-asiática: também designada por hamito-semítica, abarca as línguas localizadas no norte de África. Está subdividida em cinco grupos: semítico, que inclui, entre outras línguas, o árabe e o amárico - língua oficial da Etiópia; berbere, inclui o amázico, o tuaregue e o guanche; egípcio antigo, o único membro conhecido do seu grupo; cuchita (setentrional, central, oriental, ocidental e meridional), que integra línguas como o somali - língua oficial da Somália - ou o oromo; chadiano, que inclui o haussa, que se julga ser a língua com mais falantes em África, a seguir ao árabe; iii) família nilo-sariana: situa-se, em diversos núcleos, entre a família afro-asiática e a nígero-congolesa. Abrange songhai, sariana, maban, fur, chari-nilo (sudanesa oriental, central, berta, kunama), koman, massai, tchiluk, canúri, nuer, entre outras; e iv) família congo-cordofaniana: considerada, conforme referimos anteriormente, como o maior grupo de línguas do mundo, a seguir à família austronésica. Estende-se do Senegal ao Quênia e chega ao sul do continente africano. Apresenta duas grandes subfamílias de línguas: cordofaniana e nígero-congolesa, esta última com vários ramos entre os quais oeste-atlântico, mandé, voltaica, kwa, adamawa e benué-conguesa. No último ramo, enquadra-se o grupo bantuídeo, de que fazem parte as línguas bantu. À luz da classificação de Greenberg, a família congo-cordofaniana pode ser esquematizada da seguinte maneira:

Tabela 8: Ramificações da família de língua congo-cordofaniana segundo Greenberg

Família	Subfamílias	Ramos	Grupos	Subgrupos	
CONGO-CORDOFANIANA	Cordofaniana				
	NÍGERO-CONGUESA	Oeste-Atlântico Mandé Kwa Woltaica Adamawa			
		BENUÉ- CONGUESA	Planalto Yukunuídeo Cross-River		
			BANTUIDEO	Tiv Ndoro Batu Bitare Bantu Mambila Jarawa	

Fonte: Adaptação nossa a partir da classificação de Greenberg.

Na óptica de Greenberg, as línguas bantu, de que faz parte a maioria das línguas de Angola, é uma das sete subdivisões (tiv, ndoro, batu, bitare, bantu, mambila e jarama) do grupo bantuídeo, que é um dos quatro grupos do ramo benué-congo, um dos seis ramos da subfamília nígero-conguesa, sendo uma das duas subfamílias do congo-cordofaniana. A demarcação geolinguística desta família parece seguir, como critério de classificação, os grandes rios de África. Por exemplo, a família congo-cordofaniana abarca as línguas faladas desde a região Cordofana até ao rio Congo (ou rio Zaire); a subfamília nígero-conguesa estende-se do rio Benué ao rio Zaire, o mesmo se podendo dizer em relação ao ramo benué-conguesa. Daí muitos investigadores atribuírem valor sinónimo às expressões congo-cordofaniana e nígero-conguesa.

Tabela 9: Famílias de línguas de África segundo Greenberg (Greenberg - 1963)

Famílias de línguas	Variedades	Grupos
KHOISAN	África do Sul	Do Norte Do Centro Do Sul
	Sandawe Hatsa	
CONGO-CORDOFANIANA	Nígero-Conguesa	Oeste-Atlântico Mandé Woltaica Kwa (Kiva) Adamawa Bunué-Conguesa
	Cordofaniana	Koalib Tegali Talodi Tumtum Katha

(Continua)

Famílias de línguas	Variedades	Grupos
AFRO-ASIÁTICA	Semítica Egípcio Antigo Berbere	
	Cuchita	Setentrional Central Oriental Occidental Meridional
NILO-SARIANA	Songhai sariana Maban Fur	
	Chari-Nilo	Sudanesa Oriental Sudanesa Central Berta Kunama
	Koman	

Fonte: Adaptação nossa a partir da classificação de Greenberg.

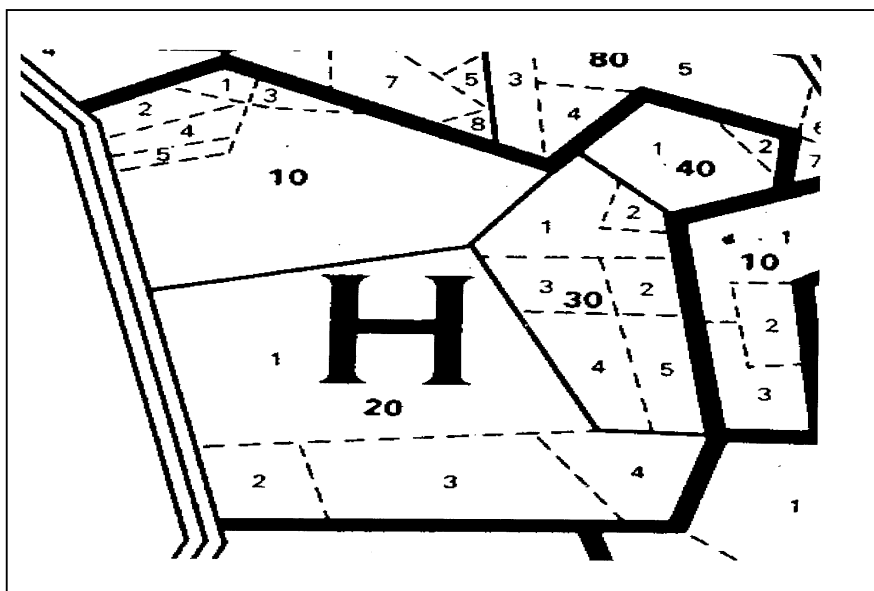
1.3.1.1 Línguas bantu de Angola

Estima-se “*qu’il existe aujourd’hui plus de 450 langues bantu distinctes en Afrique*” (Obenga, 1985) faladas em 22 países africanos de populações maioritariamente bantu, incluindo Angola, num universo de mais de mil línguas (Hyltenstam & Stroud apud Rego, 2000). Entretanto, estudos mais recentes apontam para a existência de mais de 600 línguas bantu em mais de 1000 línguas possíveis. Com efeito, as línguas bantu de Angola fazem parte da família congo-cordofaniana, encontrando-se distribuídas em grupos e subdivididas em três zonas, de acordo com a classificação de Guthrie (1948) e a actualização de Greenberg, Mann e Dalby (Cavacas, 1994). Em termos sequenciais, de Norte a Sul do país, as três zonas estão distribuídas de seguinte maneira:

i) Zona H: abrange o Norte e o Noroeste do país. Aqui, sobressaem dois grandes grupos etnolinguísticos: mbundu e bacongo. No primeiro grupo, kimbundo é a língua dominante, numa área geográfica que abrange as zonas históricas correspondentes às actuais províncias de Bengo, Luanda, Kwanza-Norte, Malanje e parte de Kwanza-Sul. Quanto ao segundo grande grupo etnolinguístico da zona H, o kicongo é a língua dominante. Ora, embora a crítica continue a sustentar que esta língua dos habitantes do antigo reino de Congo é falada nas regiões correspondentes, no caso de Angola, às províncias de Cabinda, Zaire e Uige, tal sustentação parece algo não consensual na actualidade. De facto, o kicongo era a língua do antigo reino do Congo - como o foi kimbundu no reino do Ndongo - pelo menos até à desagregação do reino, por volta do século XVII, devido às constantes interferências dos portugueses nos assuntos internos da monarquia. Entretanto, uma vez fragmentado o reino do Congo, notou-se um acelerado processo de dialectização da mesma língua, consoante as novas geolinguísticas que configuraram os novos Estados vizinhos de Angola, de população bacongo. Deste processo de dialectização do kicongo surgiram novos idiomas, alguns dos quais

em franco processo de mobilidade estatutária, como parece ser o caso, no contexto angolano, de fiote/ibinda²¹. A Zona linguística H pode ser mapeada como na figura abaixo apresentada:

Figura 3: Mapa da zona linguística H



Fonte: Nzau, 2004.

ii) Zona K: cobre a região Leste, é representada pelos lunda-cokwe e “ovingangela”, cujas línguas cokwe e “ngangela” são mais representativas. Tais línguas cobrem vastas regiões correspondentes, entre outras, às actuais províncias de Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Bié;

iii) Zona R: ocupa o Centro-Sul, onde se podem encontrar vários grupos etnolinguísticos entre os quais ovimbundu, “ocindonga”, owambo, nyaneka-humbe, “ovingangela” e herero. Entretanto, umbundu é a língua mais representativa na parte sul do país, secundado, consoante a região, por nhaneca, herero, kwanyama e “cindonga”. Também nas zonas K e R há dialectizações à semelhança da zona H, uma informação que se pode aprofundar em “Distribuição Étnica da província de Angola”, de José Redinha (op. cit.), na ausência de um mapa etnolinguístico oficial mais actualizado.

Uma realidade implícita às línguas das três zonas é o carácter transnacional de diversas comunidades étnicas que as falam, salvos alguns casos²². Por exemplo, o kicongo é falado em Angola, na R.D.C., no Congo-Brazaville e no Gabão; os grupos tchokwe-luchazi são falados em Angola, na R.D.C. e Zâmbia; o cuanhama, em Angola e na Namíbia. Contudo, apesar do elevado número de línguas do universo das três zonas supracitadas, apenas sete línguas têm sido referenciadas como línguas nacionais nos principais serviços noticiosos do país, o que de

²¹ É frequente, nos meios de comunicação oficial, como por exemplo, nos espaços noticiosos em línguas nacionais africanas, da TPA (Televisão Pública Angolana), considerarem essa variante de kicongo como língua de Cabinda.

²² Em entrevista concedida no âmbito desta investigação, Kajibanga exceptua os ovimbundu do carácter transnacional.

per si vem demonstrando lacunas e critérios desequilibrados quanto à abordagem da questão linguística nacional, bem como uma deficiente política linguística. Tais línguas nacionais são, de Norte a Sul: ifiote/ibinda, kicongo, kimbundo, tchócue, nganguela, umbundo e cuanhama.

1.3.1.2 A designação de línguas bantu

A compreensão da designação de línguas bantu insinua um recuo no tempo. Situemo-nos, por ora, no século XIX e destaquemos, para o efeito, o nome de Wilhelm H. I. Bleek, teólogo alemão. O século XIX é importante na história das línguas bantu, pois, tal como na Europa se procura estabelecer as genealogias linguísticas a partir da comparação entre línguas (comparativismo), em África, por influência dos ecos do método comparativista, alguns linguistas europeus interessam-se em questões linguísticas africanas. No caso das línguas do ramo bantu, um dos passos mais significativos foi dado por Bleek, no estudo comparativo dos sistemas de classes de quatro línguas do sul de África - *herero*, *sotho*, *tswana* e *whosa*, em 1851. A partir de então, a história reservou-lhe o lugar de precursor do termo bantu.

No seu trabalho apresentado como tese de doutoramento com o título *De nominarum generibus linguarum Africae Australis* (Dos géneros de nomes das línguas da África Austral), o teólogo alemão conclui que as semelhanças entre os sistemas de classes das quatro línguas eram tão estreitas e tão evidentes que só podiam pertencer a uma mesma família linguística. Cerca de onze anos passados, isto é, em 1862, Bleek deu a essa família a designação bantu, na primeira parte da gramática comparativa que intitulou “*A Comparative Grammar of the South African Languages*”. Foi nesse mesmo ano de 1862 que introduziu a expressão bantu no vocabulário das ciências sociais, para se referir não só a uma língua, mas ao conjunto de línguas da mesma família, com características comuns, faladas maioritariamente na África sub-equatorial, a sul de uma linha divisória que vai desde os montes Camarões (África Ocidental) até à foz do rio Tana (África Oriental) (Rego, op. cit.). O seu berço corresponde à região entre o extremo Oriental-Sul da Nigéria e os Camarões, o foco das migrações bantu na sua disseminação para o Sul, até à África do Sul. Todavia, apenas a partir do método histórico-comparativo, onde se destacam outros nomes como Meinhof e Guthrie, se chega a atribuir às línguas bantu um antepassado comum - “Proto-Bantu” - que é, por conseguinte, uma língua hipotética que se considera ter sido falada na região dos Grandes Lagos, o ponto de partida dos povos que falavam essas línguas durante a sua dispersão pelo sul de África. Esses povos ficaram também conhecidos na história como povos bantu.

1.3.1.3 Classificação e caracterização das línguas bantu

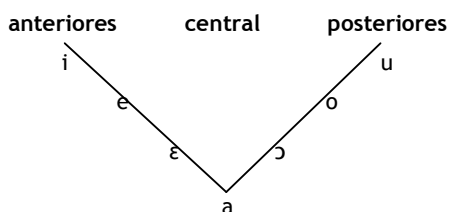
Conforme referimos anteriormente, o mundo bantu é vastíssimo, abrangendo uma grande quantidade de povos e línguas. Pese embora a diversidade das línguas bantu, é possível notar

nelas características semelhantes, que a seguir mencionamos, susceptíveis de reforçar a ideia de provirem da mesma língua-mãe, viabilizando a classificação:

1- O seu parentesco morfológico, sintático e lexical é imediato, remontando a 1862, por W. Bleek²³ (Obenga, op. cit.), que a partir do termo bantu, com o significado de pessoas, indivíduos, povos, gente, demonstra que as línguas dessa família com o mesmo nome são semelhantes, salvo pequenas diferenças fonéticas aceitáveis numa língua natural viva. A expressão bantu é o plural do nominal “-ntu” (em luba, kicongo, zulu) ou “-thu” (em kimbundu), que na maior parte das línguas da família bantu remete para pessoa/indivíduo/povo.

2- Considera-se que todas as línguas bantu têm uma origem comum, o proto-bantu, como, aliás, atestam as suas características linguísticas essenciais que a seguir apresentamos²⁴: i) os nomes nas línguas bantu são caracterizados pelos prefixos que indicam os números singular e plural, ou seja, ao contrário da língua portuguesa que recorre ao morfema /s/ para indicar o plural, nas línguas bantu, a flexão faz-se com prefixos. Exemplos: *mu-ntu* (sing.): ser humano - *ba-ntu*: seres humanos; *bu-atu* (*bwatu*): canoa - *mi-atu* (*myatu*): canoas. Porém, certos nominais são uniformes e só se usam ou no singular, por exemplo, *tuvi*: excrementos (embora em alguns casos se tente forçar o plural *matuvi*: excrementos), ou no plural, por exemplo, *masika*: período de tarde. O singular, que seria *lisika* ou *disika*, não ocorre. Há, por outro lado, nominais que não apresentam a oposição de número, isto é, não são nem do singular nem do plural. Fazem parte deste grupo, sobretudo, os nominais que representam líquidos: *masuba*: urina; *mafuta*: óleo; *mazi*: água²⁵; ii) a maioria das línguas bantu é tonal. O tom é fonémico e apresenta uma função gramatical e semântica. Todavia, em algumas línguas (swahili, por exemplo), ocorre a quebra do tom, devido a empréstimos extensivos; iii) o sistema vocálico das línguas bantu, na maior parte delas, é simétrico, quer dizer, comporta uma vogal central e um número idêntico (2 ou 3) de vogais anteriores /i/, /e/, /ɛ/ e vogais posteriores /u/, /o/, /ɔ/, como pode ilustrar o esquema que se segue:

Figura 4: Sistema vocálico da maioria das línguas bantu



²³ O seu estudo comparativo envolveu quatro línguas da África do Sul, a saber: zulu, shosa, suthu e herero.

²⁴ Inspiramo-nos nos *Traits Généraux de Langues Bantu*, de Théophile Obenga (1985). Les Bantu, Langues, Peuples, Civilisations. Paris: Édition Presence Africaine, pp. 18-19. A tradução aqui apresentada é nossa.

²⁵ Exemplos apresentados em fiote/ibinda (língua de Cabinda).

iv) observa-se abundância de nasais em combinação com os bilabiais, palatais, fricativas, consoantes implosivas (mp, mb, mf, mv, mbv, nd, nt, ns, nz, ng, nk, nj, ndz, nl.) e “clicks”, no caso de algumas línguas bantu da África Austral; v) os verbos são derivacionais, quer dizer, podem dar origem a numerosos sememas por sufixação. Por exemplo, em *kubaka*: conseguir, apanhar, ter, ganhar; *kubakana*: estar e/ou ser apanhado (em fiote/ibinda). O conhecimento destas características gerais das línguas bantu é muito importante, do ponto de vista didático, principalmente para os docentes de língua portuguesa, em países onde estas línguas são faladas, assim como para os alunos que as têm como línguas maternas e que vão pela primeira vez aprender a língua portuguesa.

Relativamente à classificação, os bantuistas e, sobretudo, os “*savants de l'International African Institute de Londres ont beaucoup fait pour la classification des langues bantu*” para facilitar o estudo (Obenga, op. cit.). Desse esforço nasce o célebre *The Classification of the Bantu Languages*, de Guthrie, em 1948, onde procura reconstruir um bantu comum (Sóstenes, op. cit.). Para o efeito, agrupa as LB em 16 zonas diferentes identificadas por letras do alfabeto romano: A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S²⁶, e apresentando a seguinte relação:

“zone A contains predominantly Cameroonian Bantu languages; [as línguas da zona C] are mainly spoken in Zaire; zone F covers a number of Bantu languages in Tanzania; zone H - languages are spoken in Angola, Zaire, Cabinda and Congo, and languages of zone S are spoken further south: in Mozambique, Zimbabwe, South Africa, Botswana”.

[Lojenga apud Rego, 2000: 46]

Jacky Maniacky, bantuista congolês, demarca-se ligeiramente da proposta Guthriana apresentada por Lojenga e sugere 15 zonas ou grupos, a saber: Grupo A: Sul de Camarões e Norte de Gabão; Grupo B: Sul de Gabão e Oeste da República de Congo; Grupo C: República de Congo (Noroeste, Norte e Centro); Grupo D: Nordeste e Este da R.D.C., Ruanda e Burundi; Grupo E: Sul de Uganda, Sudoeste de Quênia e Noroeste da Tanzânia; Grupo F: Tanzânia (Norte e Oeste); Grupo G: Centro e Este da Tanzânia e «côtes swahili»; Grupo H: Sudoeste da República do Congo e Norte de Angola; Grupo K: Este de Angola e Oeste da Zâmbia; Grupo L: Sul da R.D.C. e Zâmbia (Oeste e Centro); Grupo M: Zâmbia (Este e Centro), Tanzânia (Sul e Oeste) e R.D.C. (Sul e Este); Grupo N: Malawi, Centro de Moçambique e Zâmbia (Sul e Este); Grupo P: Sul da Tanzânia e Norte de Moçambique; Grupo R: Sudoeste de Angola e Noroeste de Namíbia; Grupo S: Zimbabwe, Sul de Moçambique e Este da África do Sul.

A tarefa de agrupar as línguas baseou-se no grau de parentesco. Deste modo, as línguas de cada zona serão mais semelhantes entre si do que estas em relação às de um outro grupo.

²⁶ Alguns bantuistas (Jacky Maniacky) consideram apenas 15 zonas contra as 16 de Guthrie ao não mencionarem a zona J, que se julga ser uma criação de Meussen. Este linguista belga reparou que nas zonas D e E havia línguas semelhantes umas das outras. A partir delas criou uma nova zona, que atribuiu a letra J. Portanto, trata-se de uma criação posterior à proposta de Guthrie (Nzau, 2004).

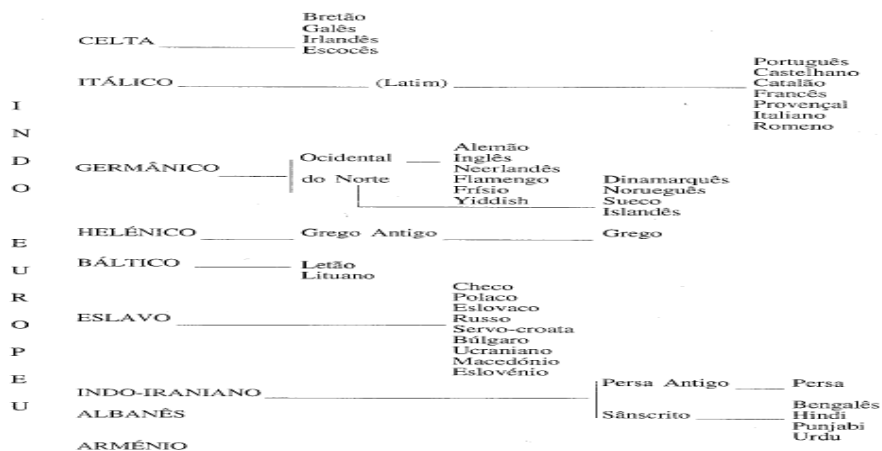
Quer dizer, existem relações de parentesco entre línguas da mesma zona (relações intra-zonais) e entre línguas de zonas diferentes (relações inter-zonais), que nos levam a admitir um princípio de proporcionalidade entre o grau de parentesco e a ordem crescente das letras que representam as zonas. Por esta lógica, conclui-se que as línguas da zona A terão maior proximidade com as da zona B do que, por exemplo, com línguas da zona K.

1.3.2 A língua de origem europeia de Angola - o português

1.3.2.1 Preliminares

Em termos de origem, o português é uma língua novilatina derivada dos diferentes romances falados na Península Ibérica, assim como o castelhano, catalão, francês, provençal, italiano e romeno. Estas línguas, que são também designadas por românicas, encontram no latim (língua inicialmente falada na região do Lácio, que tinha Roma como capital) o seu antepassado comum próximo. O latim, por sua vez, provém do itálico e este, do indo-europeu. A grande família de línguas indo-europeia, assim designada por ter origem asiática com ramificações por grande parte da Europa, integra várias outras famílias de línguas espalhadas pelo mundo (celta, germânico, helénico, báltico, eslavo, indo-iraniano, albanês e arménio), conforme o esquema que se segue:

Figura 5: Família de línguas Indo-Europeia



Fonte: Introdução à Linguística Geral e Portuguesa, 1996, p. 506.

1.3.2.2 Circuitos de angolanização do português

São duas as questões que se podem colocar a priori quanto à presença da língua portuguesa em Angola, o fio condutor da nossa reflexão neste ponto: i) explicar como é que uma língua de família indo-europeia, exterior a Angola, pode fazer parte do património cultural de um país africano, maioritariamente bantu, sendo, se não o principal, pelo menos um dos grandes vectores na redução das distâncias étnicas; ii) as implicações (sócio)linguísticas e culturais

que poderão daí resultar. A resposta imediata é, indiscutivelmente, a colonização. Porém, tal resposta torna-se demasiado simplista, pois uma análise mais substancial permite introduzir outros factores de natureza linguística, política (...) e social, cujo propósito é o de ajudar a compreender a realidade subjacente às questões anteriores, sem ignorar, como é óbvio, o impacto matricial desse fenómeno colonial. Consideremos, por ora, a colonização como ponto de partida.

Pese embora as devidas distâncias e as especificidades de cada caso, julgamos que a história da presença da língua portuguesa em Angola pode ser compreendida à luz da história do surgimento da própria língua portuguesa no seio de um território dominado pelo latim. Como regista a história, conquistada a Península Ibérica no século III a.C. pelos romanos, por serem o povo vencedor e portador de uma cultura considerada mais desenvolvida, estes conseguiram impor a sua língua aos vencidos: o latim. Foi a mesma língua que, em contacto com os idiomas autóctones, se foi modificando pouco e pouco, dando origem, a partir do latim popular (falado pela maioria da população), as diversas línguas novilatinas que atrás citamos. Até adquirir progressivamente as características fonéticas que permitem considerá-la como um estágio anterior da língua portuguesa, o percurso foi longo, estendendo-se até finais do século XVII. Foi nesse período que a língua falada no Noroeste da Península Ibérica se distancia das variedades do latim vulgar, numa altura em que já mantinha fortes contactos com várias línguas, ameríndias, asiáticas e africanas em geral, bem como contacto moderado com algumas línguas angolanas em particular.

Paralelamente ao que sucedeu na Península Ibérica em relação à imposição do latim, os portugueses, à chegada ao território que hoje é Angola, encontraram povos com línguas e culturas próprias, cuja hegemonia económica e sociopolítica se manteve até à progressiva conquista colonial, quiçá, por força da existência de um Estado organizado, a primeira grande unidade política formada no século XIII, após as migrações bantu (Birmingham, 1974) - o reino do Congo. Entretanto, depois de uma convivência inicialmente pacífica, marcada por relações até certo ponto cordiais, e mais tarde por alguns conflitos, superiorizou-se o português, colonizador, assumindo-se como proprietário e senhor de terras outrora pertencentes a reinos, muitos dos quais desavindos, que juntou, à luz dos seus interesses, num território único, entre os séculos XV e XX. Assim começou o nascimento de Angola e, concomitantemente, a história da língua portuguesa naquele país da África Austral. À semelhança da realidade ibérica, o português, língua do vencedor, acompanhou a hegemonia portuguesa, tendo sido introduzido como língua oficial dos territórios angolanos conquistados e imposto a todos os vencidos, se bem que até ao século XVI poucos o falassem.

Nesse processo de implantação da língua portuguesa em terras inóspitas, o comércio e a religião são considerados dois instrumentos de importância assinalável, por implicarem maior contacto entre diversos povos e línguas. Tais contactos, que se acentuaram sobretudo nos

séculos XVIII e XIX, permitiram aproximar línguas diferentes, tornando-as vulneráveis, obviamente, a interferências interlinguísticas. Entretanto, o português daquelas paragens funcionou, de uma maneira geral, como língua franca, equivalendo ao sabir, ou seja, um idioma acessório, com uma estrutura gramatical mal caracterizada, e um léxico pobre. Daí que, quer o seu primeiro consequente pidgin, quer o segundo, crioulo, que resulta da evolução do seu antecedente, serem ridicularizados pelos colonizadores como “...gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné, que aquele povo tanto preza e os mesmos brancos não se comprazem d’imitar” (Lima, 1841: 331) ou “...idioma mais perverso, corrupto e imperfeito, sem gramática e que não se pode escrever...” (Chelmich & Varnhagen apud Veiga, 2004: 33).

Enquanto idioma acessório, o sabir (língua franca) não substituía a língua de origem daqueles que o falavam, pois não deixava de parecer um idioma “estranho”, na medida em que nem era português nem outra língua qualquer. Respondia, apenas, a necessidades comunicativas limitadas resultantes da combinação de línguas que esse tipo de necessidade colocou em contacto. A evolução do sabir ao longo do tempo torna-o sistema completo, embora língua segunda da população: o pidgin; da complexidade deste resulta outro idioma que se torna língua materna da(s) comunidade(s): o crioulo, como, aliás, aconteceu em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, no caso concreto da África lusófona.

1.3.2.3 Acerca do contacto de línguas: implicações no português em Angola

Na sequência do que acabamos de referir no ponto anterior, colocamos a seguinte questão: Por que não foi desenvolvido um crioulo em Angola, sabendo-se que houve contactos entre línguas?

De facto, o contacto de línguas é uma condição essencial para a emergência do crioulo. Todavia, durante a segunda metade do século XIX angolano, que se pode considerar o primeiro período de maior contacto entre a língua portuguesa e as línguas angolanas de origem África, devido ao esforço português de conquista do interior, o processo de pidginização não teve vida contínua como sucedeu em alguns países da comunidade dos PALOP onde este processo evoluiu para língua principal ou mesmo única da população. Em Angola, tal como em Moçambique, razões políticas, históricas, geográficas e até sociolinguísticas impossibilitaram a sobrevivência dos pidgins, tais como: i) incremento considerável da população de proveniência europeia; ii) existência de sociedades africanas sistematizadas, à chegada dos portugueses²⁷, facto que terá implicado maior resistência ao português, que era considerado como elemento estranho à cultura, ou língua do invasor; iii)

²⁷ Por exemplo, o reino do Congo, no caso de Angola, que Birmingham considera como primeira grande unidade política formada no século XIII, após as migrações bantu (Birmingham 1974), e, no caso de Moçambique, o reino de Monomotapa.

tratando-se de um território de elevada densidade territorial, só numa fase em que a pidginização já se sistematizava (em crioulo) é que o português começou a difundir-se para o interior, espaço que representava a maior parte de Angola e dos angolanos; iv) mesmo se admitindo a existência de uma elite afro-europeia, o processo de pidginização não chegou à fase da criação de um novo sistema linguístico que se podia considerar como tal. Tal elite, bilingue, embora houvesse monolíngues de português, manteve as suas línguas, havendo, inclusive, fases de superiorização das línguas africanas face à língua portuguesa, sobretudo kimbundu e kicongo; v) apesar de não haver vida contínua ao processo de pidginização em Angola, admitimos, contudo, a existência de um falar português híbrido - o “pretoquês”²⁸ - que, à semelhança da franja da população afro-europeia miscigenada, resultou da mistura do português com as línguas de origem africana. Esse linguajar tem vindo a dar origem, desde o século XVI, àquilo que a crítica designa genericamente por variedades reestruturadas do português²⁹, denominando-as “Mestiço de Luanda” (Schuchardt 1888: 249), ou “Pequeno Português” (Valdman 1978: 22), ou “Português Vernacularizado” (Fernandes et al. 2002: 19). Entretanto, Mingas (1998) prefere a designação de “Português de Angola” ou simplesmente “Angolano”, ao se debruçar nestes termos:

“... uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos ‘português de Angola’ ou ‘angolano’, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o ‘angolano’ apresenta já especificidades próprias (...) Pensamos que, no nosso país, o ‘português de Angola’ sobrepor-se-á ao português padrão como língua segunda dos angolanos”.

[Mingas, 1998: 115]

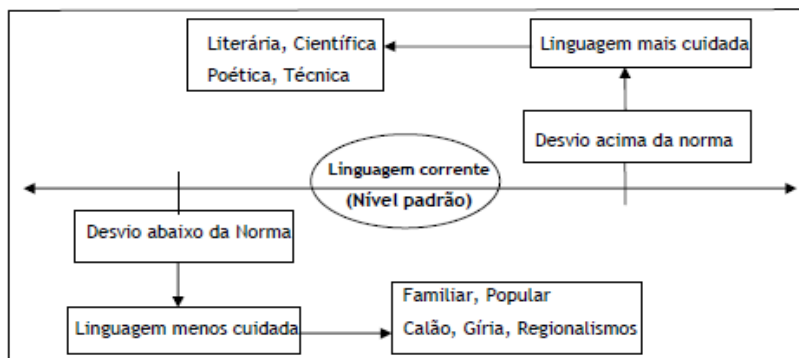
Sem nos perdermos em comentários, parece, de facto, estarmos perante a emergência de uma maneira de falar português, que já não é mais a de Portugal nem do Brasil, mas, sim, especificamente angolana. Por ora, e por uma questão de prudência, preferimos a designação de Variante Angolana de Português (VAP). Tais reservas prendem-se com o facto de não haver estudos aprofundados nem jurisdição criteriosa que pudessem consagrar, oficialmente, a existência de uma variante padronizada do português angolano, à semelhança do que acontece em Portugal, onde as variantes do português correspondentes às regiões de Coimbra e Lisboa costumam ser consideradas como registo padrão. Esta lacuna, no caso angolano, é susceptível de desencadear interrogações diversas: Existirá um português angolano? Qual? A variante dos musseques? A variante falada na administração? A variante usada em documentos oficiais? Será uma variante semelhante ao português padrão europeu? (...) ou será uma variante híbrida, do tipo LB+LP, nascida da fusão de línguas banto com a língua portuguesa?

²⁸ Pode ter, entre outros significados, português (mal) falado pelos pretos.

²⁹ Existe uma tendência de a crítica as designar, genericamente, por “português do musseque”. Ora, a realidade actual demonstra que o linguajar em causa está longe de ser uma exclusividade dos musseques (bairros suburbanos, normalmente desfavorecidos - pobres), acentuando, desde modo, o debate em torno do assunto.

Como se depreende, existe um trabalho de base que, a fazer-se, deve passar: i) pela legitimação oficial da existência do tão propalado português angolano; ii) pelo estabelecimento de critérios convencionais para a padronização de uma variante dentro das variantes existentes em Angola; iii) pela definição dos âmbitos dos registos, ou seja, criação de condições para que, a partir do registo considerado corrente (normal), sejam estabelecidos outros que tanto se podem afastar acima da norma (literária, científica, poética, técnica), como abaixo dela (familiar, popular, gíria, calão, regionalismos), conforme a disposição ensaiada no esquema que se segue:

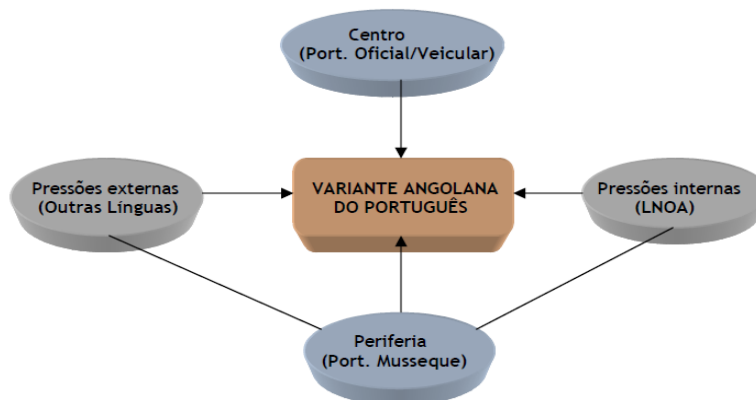
Figura 6: Disposição dos registos da linguagem



Fonte: Adaptação nossa a partir de Gallisson.

De facto, há situações de base por esclarecer, tornando-se longo o caminho a percorrer para a padronização da variante angolana do português. Nesta óptica, exige-se o esforço árduo de todos, principalmente dos investigadores, e da coragem dos decisores, visto que o português angolano não só incorporará, necessariamente, elementos/traços do “centro” e da “periferia” da sociedade angolana, como, igualmente, os provenientes de influências externas, conforme ilustra a figura abaixo.

Figura 7: Elementos que confluem para a formação da VAP



Fonte: Adaptação nossa.

Contudo, esta variante angolana do português, que pode ser considerada uma evolução natural daquilo que, por outras razões, se designou “pretuguês”, já se apresenta num estágio diferente de evolução linguística, em comparação com aquele. Por força dessa evolução, o português falado actualmente em Angola é uma variante que expressa a angolanidade, uma característica enriquecida pelo perfume das línguas africanas que lhe conferem uma sonoridade melódica, contendo, desde já, traços próprios proporcionadores de existência autónoma.

1.3.2.3.1 Interferências linguísticas

Tratando-se de uma sociedade pluralista, onde coabitam vários povos e línguas diferentes, a língua portuguesa tem vindo a realizar-se em situação de contacto de línguas, por um lado com as variadíssimas línguas angolanas de origem africana, e, por outro, com estas últimas entre si. Embora não seja nosso objectivo descrever o português falado em Angola, o que, necessariamente, implicaria uma abordagem dialectológica, apresentamos em quatro planos alguns traços que têm caracterizado a emergente variante do português angolano. A análise dos mesmos é feita em diferenciação com o português padrão europeu (PE), pois funciona, em nossa opinião, como a principal referência gráfico-compreensiva do português oficial angolano, mais do que o português padrão do Brasil (PB). O kimbundo será, de entre as várias línguas africanas de Angola, o principal termo de comparação, não apenas por se tratar de uma das línguas de Angola com mais tradição académica (apesar do actual retraimento de uso sobretudo nos centros urbanos), mas também por nos parecer, no universo das línguas de origem africana de Angola, aquela que mais influência tem exercido quer no PE, quer na própria VAP, nos vários níveis de descrição linguística, fundamentalmente no enriquecimento lexical. Contudo, sempre que for necessário, não escusamos de recorrer a exemplos de outras línguas angolanas de origem africana no intuito de os diversificar³⁰.

1) Plano fonético

Neste plano, a atenção recai sobre a produção e percepção de determinados sons da língua portuguesa por parte de falantes angolanos da VAP, em comparação com a produção e percepção dos mesmos sons por locutores e ouvintes do PE. As demonstrações estão agrupadas em dois níveis: vocálico e consonântico.

1. Nível vocálico

O destaque recai sobre a realização das vogais /e/ e /o/, por nos parecer emblemática para o que pretendemos demonstrar. Na variante angolana do português, estas vogais tendem a realizar-se de forma aberta [ɛ] na posição inicial ou intermédia, com algumas variações que se verificam a nível prosódico. Contrastivamente, no português de Portugal

³⁰ Uma das nossas referências nesta abordagem sobre as interferências é a obra “Interferências do Kimbundu no Português Falado em Lwanda”, de Amélia Mingas.

distinguem-se as realizações tónica aberta [ɛ], média [e] e muda [ɔ]. O quadro que se segue pretende ilustrar as realizações supracitadas numa e noutra variante.

Tabela 10: Realização das vogais /e/ e /o/

Variante Angolana do Português(VAP)	Variante Portuguesa do Português (PE)
Comportamento do /e/	
Dedo [dɛdu]	Dedo [dèðu]
Vestido [vɛʃtidu]	Vestido [vðʃtidu]
Necessidade [nɛsɛsidade]	Necessidade [nesesiðaðð]
Comportamento do /o/	
Bolo [bɔlu]	Bolo [bolu]
Local [lɔkal]	Local [lukal]
Bonito [bonitu]	Bonito [bunitu]

Fonte: Adaptação nossa.

Notas:

1ª: O fonema [o] não se realiza em [u], conforme sucede em português, no fim da palavra. No kimbundo, este fonema tem o mesmo valor quer no princípio, quer no fim, variando apenas o grau de abertura.

2ª: As vogais /i/, /u/ realizam-se em semivogais /y/, /w/ quando combinam com vogais diferentes, o que remete para a ausência de ditongos. Esta situação tem repercussão na grafia de palavras de origem africana incorporadas no português:

Luanda: Lwanda/Luanda (Capital de Angola).

Cuanza: Kwanza/Kuanza (rio ou moeda de Angola).

Quiabo: kyabu/kiabu (legume).

Quianda: kyanda/kianda: (cidade em kimbundo).

2. Nível Consonântico

Aqui, destacamos alguns casos mais relevantes que diferenciam a variante angolana do português da de Portugal:

1º Acerca do /s/

Tem o valor fonético [s] = /ss/, mesmo em posição intervocálica. Este facto cria hesitação na pronúncia e na grafia de certos vocábulos. Vejamos:

Disanga [disaŋga] e não [dizãga]: bilha grande (em kimbundu).

Kusumba [kusum̃ba] e não [kuzūba]: comprar (em kimbundu e kicongo).

Masangu [masaŋgu] e não [mazãgu]: espécie de cereal local (em kicongo).

2º Acerca do /c/

Esta consoante é representada por /k/:

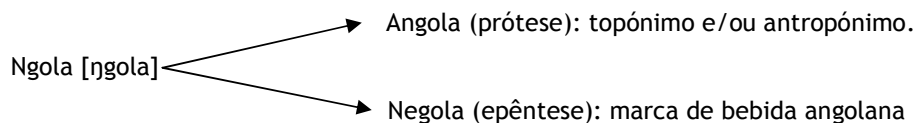
Candengue por kandenge: criancinha.

Catinga por katinga: um tipo de cheiro desagradável.

Cubaza por kubaza: ir-se embora.

3º Acerca do /g/

Tem o valor fonético [g] e não [ʒ]. Não necessita de /u/ para formar o som /gu/. Porém, normalmente é precedido da nasal [n] para formar a pré-nasal [ŋg]. A falta desta pré-nasal no PE resulta o fenómeno de aportuguesamento de palavras quer por acrescentamento de fonemas (prótese, epêntese paragoge), quer por queda (aférese, síncope apócope):



Jinginga [ʒiŋgiŋga] e não Jinguinga [ʒiŋgiŋga]: iguaria angolana.

Ngangela [ŋgaŋgela] e não nganguela [gãguela]: grupo etnolinguístico de Angola.

4º Acerca de /r/ e /R/

Não é frequente a realização do [r] nem [R]. Deste modo, para suprir a carência, os locutores de língua materna africana, sobretudo os menos escolarizados, recorrem com frequência ao lateral [l]. Em outras ocasiões, há alternância do [l] com [r]. Julgamos que o esforço de adaptar o [r] na VAP tem provocado um emprego deficiente deste, trocando-o por vezes por [R], como se pode verificar na tabela que a seguir apresentamos.

Tabela 11: Realização da consoante /r/

Variante Angolana do Português(VAP)	Variante Portuguesa do Português (PE)
[fartar] ou [faRtar]	[faltar]
[morew] ou [mɔRɛw] ou [molew]	[muRɛw]
[karu] ou [kalu]	[kaRu]
[teReza] ou [tɛReza] ou [tɛleza]	[tɔReza]
Muturi [mutúri] ou mutudi [mutúdi]	[mutúri]

Fonte: Adaptação nossa.

5º Acerca de (NC)

Existem sequências do tipo nasal + consoante (NC) representadas pelos dígrafos /mb/, /nd/, /ng/, /mv/, /nz/. As mudanças fonéticas que ocorrem destas sequências contribuem bastante para o surgimento de neologismos externos provenientes da interferência interlinguística entre as línguas de origem africana e o português. Alguns destes neologismos já se encontram incorporados no léxico português, e usados no PE. Apresentamos para o efeito alguns exemplos: *kubaza* > baza(r)>bazar: ir-se embora; *kambuta*: de estatura baixa, anão; *mabanga*: nome de molusco; *mulembeira*: árvore frondosa; *jindungo*: piri-piri; *quimbanda*: curandeiro; *ngola*: ngola, Angola, negola.

2) Plano morfológico

Aqui destacamos aspectos ligados a fenómenos de flexão (variações da forma da palavra), derivação por afixação (prefixação e sufixação) e fenómenos de composição (justaposição e aglutinação), por serem as principais áreas de interesse da morfologia. A língua portuguesa em Angola realiza-se com várias línguas de origem bantu. Esse facto é, por si, suficiente para justificar diferenças morfológicas entre a VAP e o PE. As interferências, no plano morfológico, introduzem mudanças estruturais, dando origem a criação de novas unidades lexicais, numa língua e noutra, a partir de processos diferenciados, graças às diferenças genealógicas e formais entre as línguas que entram em contacto. Do ponto de vista genealógico, o português é, conforme referimos atrás, uma língua novolatina, da família indo-europeia, ao passo que as línguas africanas de Angola pertencem, maioritariamente, ao ramo bantu, da família Congo-cordofaniana. Ora, ao lado da questão genealógica, há que destacar a estrutura morfológica das línguas em causa, que pretendemos esclarecer com a ajuda da tabela que se segue.

Tabela 12: Variação do número dos nomes em kimbundu e no português

Kimbundu		Português	
Singular	Plural	Singular	Plural
Mu-hetu (1 ^a clas.)	A-hetu	Mulher	Mulheres
Mu-lele (2 ^a clas.)	Mi-lele	Pano	Panos
Ki-tuxi (3 ^a clas.)	I-tuxi	Pecado	Pecados
Di-kamba (4 ^a clas.)	Ma-kamba	Amigo	Amigos

Fonte: Adaptação nossa.

De acordo com a tabela, conclui-se que enquanto na língua portuguesa a variação de género e número é feita com recurso a morfemas gramaticais travados na parte final da unidade lexical, nas línguas bantu, os nominais organizam-se em classes representadas por grupos paritários de prefixos (Mingas 2000: 66), que assim se designam por antecederem a base nominal, ou núcleo semântico³¹. Ainda no que toca ao plano morfológico, concretamente às novas configurações formais que os nominais e verbos vão adquirindo por influência do processo de contacto interlinguístico, Mingas (op. cit.) adverte para o facto de não haver uniformização quanto aos neologismos (kimbundismos) lexicalizados na língua portuguesa. No caso dos verbos da maioria das línguas bantu, e de kimbundu em particular, a lexicalização faz-se eliminando o prefixo do singular (aférese), adicionando à base verbal (paragoge) a desinência do infinitivo português:

³¹ Sendo uma matéria tratada em muitos estudos publicados, preferimos não nos alongarmos nos exemplos, visto que podem ser encontrados em trabalhos como: Interferência do Kimbundu no português Falado em Lwanda, de Amélia Mingas (2000); Contributo para o Estudo de Ibinda, de Domingos Nzau (2004); Algumas Considerações Sobre a Problemática Linguística em Angola, de Irene Marques (1983), entre outros.

Tabela 13: Morfologia do verbo em kimbundu e no português

Kimundu	Lexicalização em Português	Significado em Português
Kusungila	Sungular	Fazer serão
Kuxinga	Xingar	Insultar
Kubaza	Bazar	Ir-se embora
Kukanga	Cangar	Amarrar, apanhar
Kukoxila	Cochilar	Dormitar
Kuxingila	Xinguilar	Agitar-se
Kuzunga	Zungar	Deambular
Kubungula	Bungular	Amaldiçoar
Kujinga	Jingar	Desfilar

Fonte: Adaptação nossa.

Mediante o exposto, nota-se que: i) o infinitivo em kimbundu compõe-se de um prefixo, normalmente “ku-”, e de um tema verbal que termina, geralmente, pelo grafema “-a”, em diferenciação com a língua portuguesa, marcada pela ausência do prefixo, tendo como característica principal do infinitivo a desinência “-r”; ii) em termos pedagógicos, pode estabelecer-se um paralelismo entre o prefixo “ku-” do kimbundu e o morfema “to”, indicativo por excelência do infinitivo inglês. Nesta óptica, admite-se uma aproximação estrutural entre o infinitivo inglês e o de kimbundu e o infinitivo inglês.

Quanto aos nominais, aqui ocorrem mais processos de lexicalização. Com efeito e sem delongas, uma vez que a nossa intenção restringe-se a demonstrar com exemplos como tal processo desenrola, vamos referir³²: i) os casos de lexicalização apenas a partir do singular³³: kubata > *cubata* (palhota), kyabu > *quiabo* (um tipo de legume), kasule > *caçula* (o/a último/a filho/a), kambuta > *cambuta* (de pequena estatura), kandenge > *candengue* (criancinha), museke > *musseque* (bairro periférico); ii) os casos de lexicalização a partir da perda de prefixo do singular: Dikota > *cota* (mais velho), dikamba > *camba* (amigo), disanga > *sanga* (bilha); iii) os casos de lexicalização apenas a partir do plural: misanga > *missanga* (jóia/s tradicional/is), imbamba > *imbamba* (bagagem), milongu > *milongo* (medicamento/s), jindungu > *jindungu* (baga/s picante/s); iv) os casos de lexicalização do singular e plural: dika > *dica* (informação) e maka > *maca* (problemas, discussões, situações).

3) Plano sintático

Enquanto disposição de elementos na sequência horizontal, quer para formar palavras e sintagmas, quer para formar frases, o plano sintático é um campo complexo, cuja complexidade resulta fundamentalmente das diferenças entre os sistemas linguísticos em análise, mais concretamente da característica matriz das línguas bantu: a existência de prefixos que regem o acordo entre o nome e a classe. Podemos afirmar, nesta perspectiva, que o plano sintático, ao lado do lexical, é onde se evidenciam, de forma intensa, as

³² Inspirámo-nos em Interferência de Kimbundu no Português falado em Lwanda (2000), de Amélia Mingas, pp. 78-81.

³³ O itálico indica a forma lexicalizada no português.

principais marcas das línguas nacionais de origem africana, em virtude de muitos angolanos falantes da língua portuguesa terem como língua materna uma dessas línguas.

Sendo as principais línguas com função identificadora³⁴, é natural que, ao usarem o português, façam a transferência das estruturas e dos esquemas da sua gramática intuitiva das línguas africanas para a gramática da língua portuguesa. É disso que nos fala Marques quando, em relação a construções do tipo “*³⁵os pai”, “*as casa”, “*os pioneiro”, “*as camarada”, em falantes angolanos com fraco domínio da língua portuguesa, afirma:

“Como ele [o falante angolano] raciocina dentro da lógica da sua língua materna, para ele, o artigo português pode confundir-se com o prefixo e a sua função na língua materna”. (Marques 1983: 219).

Mingas (2000: 67) aponta no mesmo sentido, ao considerar as diferenças entre os sistemas linguísticos em causa como responsáveis para a produção de enunciados do tipo “*Os péø me dói.” ou “*Vigia as criançaø” por falantes de kimbundo. Destacamos de seguida alguns exemplos para demonstrar a ocorrência de desvios, em relação ao PE, a nível dos argumentos frásicos.

A nível do Sintagma Nominal - Sujeito (SN-SU):

F1: O carro está longe. (Di-kalu dyakala dikanga.)	F2: * Os carroø estão longe. (Ma-kalu makala dikanga.)
---	---

Analisando os exemplos anteriores, verificamos a falta de concordância a nível do sintagma nominal-sujeito entre o determinante (D) e o nome (N) que este determina, em F2, provavelmente por influência da língua materna. Sendo kimbundu, a língua materna do enunciador, uma língua bantu, cuja flexão se opera a nível do prefixo, o raciocínio dentro da lógica dessa língua materna é susceptível de confundir o prefixo com o determinante. Nesta óptica, o falante pode não sentir necessidade de fazer a concordância com recurso à marca do plural. Portanto, a lógica do locutor, neste caso, é atribuir aos determinantes a função que os prefixos exercem na sua língua materna africana.

A nível do objecto directo e indirecto (SN-OD e SN-OI)

SN-OD e SN-OI nominalizados

Tendo como núcleo um nome, o comportamento sintáctico referido no SN-SU verifica-se de igual modo a nível dos argumentos OD e OI, assemelhando-se a ordem de colocação dos elementos na frase ao ordenamento da frase portuguesa SVO.

³⁴ Via através da qual um falante consegue exprimir melhor o seu mundo, a sua alma, enfim, toda a sua realidade envolvente.

³⁵ O asterisco indica “frase marcada”, ou seja, que viola as regras da coesão frásica.

F3: Quero o pano.
 V OD
 (Ngyandala mu-lele.)
 OD

F4: *Quero os pano.
 V OD
 (Ngyandala mi-lele.)
 OD

Chamamos atenção do facto de o locutor de kimbundo não dizer “o carro” e/ou “o pano” quando se quer referir a vários, mas, sim, “os carroø”, “os panoø”. Este tipo de comportamento torna evidente o domínio das noções de singular e plural, bem como a oposição entre elas, por parte do locutor. Mostra, de igual modo, a necessidade do recurso à língua materna africana durante o processamento de enunciados em língua portuguesa.

No que concerne ao OI, uma situação que importa aludir, tendo em conta as suas implicações no português, é a ocorrência da preposição “ku” ou “kwa” equivalentes às preposições simples “a” e “em”, incluindo as suas realizações. Esse uso bivalente (a/em) torna possível a ocorrência de desvios em enunciados produzidos por falantes de kimbundo com fraca competência em língua portuguesa:

F5: Dei o cão ao Sabino.
 OI
 (Nga bana imbwa kwa Sabino.)
 a/em

F6: *Dei o cão no Sabino.
 OI

F7: Ele deu as ovelhas ao meu pai.
 OI
 (Mwene wabana jimburi kwa tata yami).
 a/em

F8: *Ele deu as ovelhas no meu pai.
 OI

SN-OD e SN-OI pronominalizados

Se quanto aos complementos nominalizados não há grandes casos de relevância, em relação aos complementos pronominalizados a situação altera-se, dado que se vislumbra uma tendência marcante da VAP: a próclise, ou seja, a anteposição do pronome ao verbo. A VAP aproxima-se, nesse âmbito, mais ao português padrão do Brasil (PB) do que ao PE. Não sendo obra do acaso, uma vez mais a influência das línguas bantu joga um papel preponderante no que toca à posição proclítica do pronome. Ora, vejamos:

F8: Nga mumono kya.
Nga mu mono kya
 SU OD V ADV
 Eu o vi já
 [Tradução no PE: Eu vi-o já. / Eu já o vi.]

F9: Nga mubane mahonjo.
Nga mu bane mahonjo
 SU OI V OD
 Eu lhe dei bananas
 [Tradução no PE: Eu dei-lhe bananas.]

F10: Jingombe nga musumbu’ju
Jingombe nga mu sumbu ju
 OD SU OI V OD
 Os bois eu lhe comprei os
 [Tradução no PE: Os bois comprei-lhos.]

Nota: Inferimos que o facto de as funções de OD e OI ocorrerem em kimbundu, indiscriminadamente com o prefixo “mu-” no singular e “a-” no plural (= a ele/s, a ela/s, o/s, a/s, lhe/s em português), pode ser responsável pela produção de enunciados como os que se seguem: F11: ³⁶Ele lhe viu no mercado. (Locutor: Um jovem de instrução secundária) = PE: Ele viu-o/a no mercado; F12: ²Fomos nós que levámos-lhe ao hospital. (Locutor: Um jovem do Ensino Médio) = PE: Fomos nós que o/a levámos ao hospital; F13: ²O João lhe deu uma chapada. (Locutor: Um aluno de 8ª classe) = PE: O João deu-lhe uma chapada.

4) Plano semântico

A demonstração de interferências resultantes do contacto entre as línguas angolanas de origem africana e a língua portuguesa tanto ao nível das relações de significado entre pares de palavras, ou entre morfemas, como ao das questões de ambiguidade estrutural, anomalias na disposição das palavras na frase, relações de paráfrase, contradição, implicação semântica e pressuposição, vai ter por base a semântica. Esta área da linguística tem-se ocupado a estudar o significado das expressões linguísticas (sejam elas fonemas, morfemas, palavras, sintagmas, frases), bem como das relações de significado que essas expressões estabelecem entre si e com o mundo (Porto Editora 2003 - 2011). Para orientar as nossas demonstrações, seleccionámos cinco enunciados:

F14: ²O cabrito malanjinho, nome dele é sobral.

Fonte: Velhas Estórias, de Pepetela, p. 13

F15: ²Dinheiro não junta, estraga só nos bolos.

Fonte: Velhas Estórias, de Pepetela, p. 113

F16: ²Comeu o dinheiro do senhor.

Locutor: um velho de instrução primária (Luanda, 13-4-99)

F17: ²Este é o problema que estamos com ele.

Frase bastante enraizada no seio angolano

F18: ²A faca que estou com ela.

Locutores: Angolanos de diferentes estratos sociais (sobretudo menos escolarizados).

A produção de enunciados como os supracitados constitui um exemplo da realidade sociolinguística angolana do ponto de vista do uso da língua portuguesa, ainda que estes (enunciados) não sejam representativos de todos os estratos sociais. A análise da F14 permite inferir que o enunciado em causa resulta de uma tradução directa provocada pela ausência do verbo “chamar-se” em kimbundu. Para suprir tal ausência, os falantes socorrem-se da expressão nominal “meu nome é... / nome dele(a) é...”, aproximando-se, nesta óptica, da construção inglesa *my name is...* Semanticamente, nota-se também que enquanto no PE o verbo chamar-se é reflexo, com emprego transitivo (O cabrito malanjinho chama-se sobral), o

³⁶ O ponto de interrogação colocado no princípio da frase assinala frase de construção duvidosa, por isso, agramatical do ponto de vista do PE.

seu equivalente em kimbundo é uma construção predicativa (O cabrito malanjinho, nome dele é sobral).

Situação similar verifica-se nos enunciados F15 e F16. Aqui, a opacidade e fugacidade semânticas convivem lado a lado, podendo dificultar a compreensão e aumentar a incompreensão da informação subjacente. É curioso verificar as alterações semânticas em relação ao emprego de verbos em cada um dos enunciados. Assim, na F15, que, dita no PE, corresponderia a “Não economiza o dinheiro, gasta-o apenas em doces”, é de destacar o processo inversivo no que respeita a sequência dos argumentos internos da frase, a respeito da topicalização do SU-OD, bem como a variação semântica dos verbos em ambas as línguas. Em F16, correspondente no PE à frase “Gastou o dinheiro do senhor”, embora se possa admitir uma realização similar do verbo no PE no domínio da metalinguagem, aqui prende a nossa atenção o facto de o locutor de língua materna kimbundo não se situar nesse domínio matalinguístico, mas pelo facto de o seu enunciado resultar da influência da língua materna, conforme está expresso em “Kudya kitadi kya...” (literalmente significando “comer o dinheiro de...”). Portanto, há mudança semântica ao nível dos verbos traduzida pela passagem do sentido “comer” para “gastar”, embora mantenham, ambos os verbos, a transitividade. Também é interessante verificar a forma como os verbos “estragar” e “comer” ganham semelhança semântica quanto ao seu emprego em F15 e F16.

Relativamente aos enunciados F17 e F18, sobretudo o F17, ocorrem coloquialmente inclusive em indivíduos com alguma instrução. Efectivamente, apesar de serem construções estranhas no PE, o tipo de enunciados em causa realiza-se na VAP por influência directa do kimbundo, uma vez que há ausência do verbo “ter” nessa língua. Assim, de acordo com Chatelain (1888-89: 8), faz a vez deste verbo [subentendendo “ter”] a base verbal “-kala” (estar), seguida da preposição “ni” (com), isto é, “estar com”. Na mesma esteira perfila Mingas, ao acrescentar que:

“Em kimbundo nunca se diz “tenho fome”, ou “tenho uma faca”, ou “tenho um problema”, mas, sim, “estou com fome” ou “a fome está comigo”; “estou com a faca” ou “a faca (que) estou com ela”; “estou com um problema” ou “o problema (que) estou com ele”. (Mingas 2000: 83)

Julgamos, pois, que a introdução do “que” nesse tipo de construções ocorre quando a frase inicia com o possuído e não com o possuidor [item nosso], conforme se pode comprovar nas frases abaixo:

Kimbundu:

a) Ngala ni nzala.

b) Ngala ni poko.

VAP:

a) Estou com fome. Ou “A fome que estou com ela”.

b) Estou com a faca. Ou “A faca que estou com ela”.

PE:

- a) Estou com fome. ou Tenho fome.
- b) Estou com a/uma faca. ou Tenho a/uma faca.

4) Plano lexical

É, sem dúvida, um dos planos em que se nota maior presença angolana na língua portuguesa, sendo também onde se acentuam diferenças significativas entre a variante portuguesa de Portugal e de Angola, pois qualquer sistema linguístico pode manifestar tanto no seu léxico, como na sua gramática, uma classificação e uma ordenação de dados típicos dessa língua e da cultura com que ela se conjuga. Por outras palavras, cada língua traduz o mundo e a realidade social segundo o seu próprio modelo, reflectindo uma cosmovisão que lhe é própria, expressa nas suas categorias gramaticais e lexicais (Biderman s/d). Ora, tratando-se de um país onde ao lado do português se realizam outras línguas, estas vão se interferindo e enriquecendo mutuamente. Esta capacidade de assimilação ou de osmose, que faz parte da vitalidade e do desenvolvimento das línguas, torna a VAP muito rica. Do enriquecimento linguístico interno, parte-se, com naturalidade, para o enriquecimento externo, tornando Angola, no contexto dos PALOP, um dos países, ou, quiçá, o país que mais tem enriquecido a bolsa lexical da língua portuguesa.

O kimbundu assume, nesse particular, um papel preponderante no universo das línguas nacionais de origem africana, por ser, de longe, a língua de onde emana a maior quantidade de neologismos (angolanismos) presentes quer no português de Portugal (PE), quer no do Brasil (PB), muitos dos quais a conquistar novos espaços na diáspora. Casos como *bazar* (ir-se embora), *bué* (abundante), *camba* (amigo), *cota* (velho, adulto), *cacuço* (peixe), *caçula* (o mais novo dos irmãos), *cafune* (carícia na cabeça), *xingar* (insultar), *muamba* (alimento), *samba* (dança)³⁷ são, entre vários, alguns dos exemplos de expressões em franca expansão pela diáspora angolana. Acrescem-se outras expressões que, pese embora o uso coloquial e o carácter sociolectal na maior parte dos casos, há que reconhecer em algumas um certo uso corrente no dia-a-dia de uma parte considerável de falantes angolanos. Trouxemos, para o efeito, alguns casos a nível dos nomes e verbos³⁸:

Tabela 14: Expressões nominais de uso quotidiano

Nome e adjectivo	Significado
Cota	Indivíduo de idade superior, mais velho
Ngapa	Feiticeiro/a
<i>Muadié</i>	Indivíduo, fulano, tipo
Maca	Problema, conflito

(Continua)

³⁷ Estes exemplos e os que se seguem nas tabelas, foram escrita com o recurso ao aportuguesamento, por ainda haver falta de uniformização gráfica.

³⁸ Recolha feita durante a nossa estadia em Angola, principalmente aquando da aplicação do inquérito nas províncias de Cabinda, Luanda, Bengo e Luanda. Outros exemplos são fruto da nossa convivência em Angola.

Nome e adjectivo	Significado
Ndengue	Indivíduo de idade inferior, criança
Candengue	Criancinha
Ngombidi/ngombela	Mulherengo, violador
Cumbu/massa	Meios financeiros, dinheiro
Nguvulo	Indivíduo diplomata ou responsável
Turum	Moto
Zongola	Difamação, mexerique
Mboa	Indivíduo de sexo feminino, mulher, namorada
Mbunda/bunda	Quadris, nádegas, rabo
Mambo	Utensílio, coisa, objecto
Comba	Funeral, óbito
Quilapi	Crédito, fiado
Nduta	Condutor
Banda	Terra de origem
Zungueiro	Ambulante, nómada, sem paradeiro
Desbunda	Diversão, distração, entretenimento
Muangolé	Indivíduo de origem angolana, angolano

Fonte: Adaptação nossa.

Relativamente aos verbos, apresentamos, de igual modo, alguns exemplos elucidativos do que temos vindo a referir no plano lexical.

Tabela 15: Expressões verbais de uso quotidiano

Verbo	Significado
Bumbar/bulir	Exercer actividade, trabalhar
Bilar	Disputar, lutar
Tchilar	Distrair, entreter,
Pentear	Extorquir, burlar, enganar
Païar	Afligir, estar com dificuldade
Ancorar	Falir, empobrecer
Ngombelar	Violar, estuprar
Cangar	Pegar, agarrar, deter, prender
Banzelar	Recordar, imaginar, pensar
Mbaïar	Ultrapassar, passar além de, transpor
Zongolar	Difamar, mexericar
Pitar	Comer, alimentar
Tarraxar	Esfregar-se, roçar-se, friccionar-se
Pelar	Jogar
Xinguilar	Agitar-se por influência de divindades
Ndutar	Conduzir
Zungar	Deambular, andar dum lado para outro
Desbundar	Divertir, distrair, entreter, recrear
Dicar	Transmitir informação
Musongar	Comer sopa de peixe
Partir braço	Aproveitar-se de alguém, extorquir

Fonte: Adaptação nossa.

1.3.2.3.2 Considerações sobre a variação linguística em Angola

A variação é uma característica de qualquer língua natural. É um conceito que assenta na mudança linguística, daí tratar-se de matéria do domínio da linguística histórica de que é objecto de estudo. Ao ser o processo através do qual as línguas vivas não estagnam, pelo contrário evoluem, acompanhando a dinâmica das sociedades que as utilizam como

instrumentos de comunicação (Castro, 1991), pela mesma dinâmica, as línguas seguem um ciclo de vida que as pode levar até à morte, conforme sucede aos restantes seres vivos. Temos como exemplo de língua morta o latim, apesar da sua hegemonia no passado. Conforme refere Castro (op. cit., p. 11), “mudam as palavras o seu significado para melhor servir a expressão do pensamento, criam-se palavras para representar novos objectos e ideias, enquanto outras palavras caem em desuso”.

Ora, as mudanças podem ser influenciadas por factores atinentes à localização geográfica dos falantes. Neste tipo de variações que se designam por diatópicas ou geográficas, o destaque recai sobre o elemento “dialecto”, expressão que se pode aplicar à forma tomada pela língua normal de um país numa determinada área. No contexto angolano, o estudo da dialectologia é um campo praticamente inexplorado. A maior parte de estudos que se debruçam sobre a LP em Angola fá-la, quase sempre, numa perspectiva descritiva, funcional e comparativa entre a variante do português europeu (PE) e VAP. A complexidade da situação linguística angolana, resultante do multilinguismo, causa algum retraimento, tendo em conta as exigências, a envolvimento e o rigor de uma investigação dialectológica.

Sabe-se que a língua portuguesa em Angola vem sofrendo, desde os tempos remotos, a influência das línguas regionais, uma matéria imprescindível em qualquer estudo sobre a variação da língua portuguesa naquele país. Somente a partir daí poderão estar criadas as condições para uma análise mais específica da dialectização dentro das comunidades regionais. Entretanto, apesar da ausência de estudos, há termos de variação do português que, pese embora o facto de carecerem de fundamentação científica, costumam ser apontados. Por exemplo, quando as pessoas se referem ao português do Norte ou do Sul, estão a falar implicitamente das variedades dialectais do português intrínsecas a bacongo e mbundu ou a ovimbundu e cuanhama. Normalmente, a nasalação e a transformação da dental [d] em apico-dental [ð] são, das características dialectais, aquelas que mais se apontam para distinguir o português falado nessas zonas de Angola.

Quanto às variações diastráticas, sendo mudanças que dizem respeito às diferenças entre camadas socioculturais, incluindo a linguagem técnica, gíria, calão, constituem, na realidade angolana, um campo de estudo com algumas reservas, uma vez que carece por definir a VAP considerada como norma, mas, ainda assim, bastante rico para análise, podendo, nesta óptica, apresentar alguns sociolectos em circulação no universo angolano³⁹.

³⁹ Aqui referimos também expressões que, mesmo não sendo exclusivamente angolanas, são de uso muito corrente na sociedade angolana por diversos grupos sociais.

Tabela 16: Algumas expressões de gíria e calão angolanos

Algumas expressões de gíria	Algumas expressões de calão
Barra, truta: indivíduo muito inteligente	Naite = saída nocturna
Amarrar, bucar: estudar	Ambi: algo que não presta
Dar cabrito ou mé: passar por cima (da cabeça)	Ancorado: falido
Dar ova ou caguero: passar por entre as pernas	Grife: traje de gala
Pelar: jogar	Turum: moto
Dar jajão: mentir	Birra: cerveja
Partir o braço: extorquir	Sapar: retirar-se, viajar
Mboa: namorada, mulher	Fobado: esfomeado
Dar mbaia: ultrapassar, passar a mão na cara	Carga: nádegas enormes
Nduta: condutor	Tass bem: estar bem
Manguito: musculação	Trapo: veste
Tchilar: divertir-se	Estar paiado: estar em má situação

Fonte: Elaboração nossa.

Por último, o tempo disponível não nos permitir constituir um corpus para uma análise mais incisiva das variações diafásicas, razão por que não apresentamos quaisquer exemplos. Contudo, o nosso conhecimento da realidade cultural e linguística angolana leva-nos a inferir que, em termos de modalidade expressiva, a mulher angolana usa menos sociolectos, comparativamente com o homem. A mesma introspecção leva-nos a deduzir que literatura angolana é um campo propício para a análise deste tipo variação. Uma vez que se ocupam das modalidades expressivas (língua falada e língua escrita, literária, linguagens especiais, linguagem dos homens e das mulheres) ou do uso que o falante faz da língua, em função das suas intenções e da situação da comunicação, correspondem ao idiolecto, ou seja, aquilo que é específico da fala de um determinado locutor (Gallisson & Coste, op. cit.), que tanto pode remeter para o estilo (traços que conferem um carácter distintivo a um conjunto de frases pronunciadas ou escritas), como para o registo (ligado aos locutores e às variantes da fala (idem). Todos os itens abordados neste capítulo são artefactos que poderão, a curto, médio ou longo prazo, dar corpo ao português angolano.

Capítulo 2: Língua e sociedade: das funções da língua numa sociedade às funções da língua portuguesa na sociedade angolana

2.1 Introdução

As discussões em torno de problemas relacionados com as línguas marcaram, desde os primórdios da “ciência moderna”, debates multidisciplinares. Esses debates apontam, genericamente, para dois sentidos possíveis: um sentido instrumentalizador da língua, que lhe reserva a função principal de transmitir pensamentos, ideias e volições; outro sentido cuja essência assenta em relacionar a língua com o próprio pensamento. Estamos, pois, perante duas visões diferenciadas do mesmo fenómeno linguístico que podem admitir paralelismo, no contexto da comunicação, com as Escolas Processual e Semiótica, respectivamente, de que nos fala Fiske (2002). Embora ambas as concepções tenham importância no desenrolar da nossa investigação, considerando as funções que qualquer língua pode exercer numa sociedade e, neste caso, a língua portuguesa na sociedade angolana, a relação língua vs pensamento é um dos assuntos que prende a nossa atenção, uma vez que permite a análise de várias questões que se prendem, por exemplo, com a relação entre língua e cultura.

Tratando-se de um capítulo centralizado na análise da relação língua - sociedade, numa sociedade com tamanha diversidade linguística e cultural como esta em estudo, a compreensão das relações intrínsecas e extrínsecas entre as duas variáveis pode ser fundamental para a implementação de políticas de cooperação, passíveis de propiciarem um ambiente salutar entre as diversas línguas e culturas angolanas. Nesta óptica, a teorização refere-se às funções da língua numa sociedade, partindo de reflexões em torno do binómio língua e linguagem, para servir de trampolim à reflexão das funções da língua portuguesa na sociedade angolana.

2.2 Língua e linguagem

Termos bastante recorrentes no dia-a-dia e no universo linguístico, língua e linguagem são conceitos cujas delimitações nocionais são de difícil definição, devido ao carácter fluído que apresentam, graças à sua variação, consoante o entendimento de cada investigador e/ou de cada Escola. É verdade que o vocábulo língua, entendido em sentido lato, levanta poucas dúvidas - falamos, por exemplo, da língua portuguesa, língua inglesa, kicongo, kimbundu e

outras. Todavia, as dificuldades começam a surgir quando se procura defini-la, uma vez que o termo tanto é motivador de contradições, como usado abusiva e indiscriminadamente. Ora, sendo também um vocábulo frequente nos vários domínios científicos, cada investigador procura adequá-lo ou aproximá-lo à realidade do seu domínio do saber. Por essa fluidez conceptual, Langacker (1977) alude que enquanto temos uma ideia mal delineada e intuitiva do que significa o termo língua, os usos da língua são tais que, muitas vezes, é extremamente difícil decidir quando o termo é bem empregado. Surge-nos, então, a seguinte questão: o que é, afinal, uma língua? Não existe, para a questão colocada, uma resposta que se possa considerar única, visto ser um campo bastante rico em termos de estado da arte. Aliás, conforme aludimos, as definições apresentadas sobre língua têm a ver, em muitos casos, com a inclinação científica do investigador e do carácter da investigação onde o termo é empregue. Por exemplo, como linguista, Martinet define a língua da seguinte maneira:

“Um instrumento de comunicação segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades providas de conteúdo semântico e de expressão fónica - os monemas; esta expressão fónica articula-se por sua vez em unidades distintivas e sucessivas - os fonemas -, de número fixo em cada língua - *26 no caso da Língua Portuguesa* (itálico nosso) - e cuja natureza e relações mútuas também diferem de língua para língua”. (A. Martinet, 1991: 24)

A ideia de língua como instrumento, presente na definição de Martinet, aproxima-se de Langacker citado para quem uma língua é um instrumento de comunicação, embora reconheça que esta, em si mesma, não comunica. Para que tal ocorra, é necessário, na sua óptica, que o falante avalie a situação e empregue o sistema linguístico que maneja para codificar a ideia sob a forma de um sinal a partir do qual o ouvinte poderá reconstruir, pelo menos aproximadamente, essa mesma ideia que incitou a manifestação oral. O potencial comunicativo de uma língua deve ser explorado, acrescenta o investigador, de uma maneira que permita adequação ao contexto.

Hoebel e Frost (2006), mais ligados à antropologia, defendem que cada língua é um sistema acabado de símbolos e abstracções, adaptado e adequado a todas as situações humanas. Na sua óptica, as ideias que uma língua expressa são dependentes do interesse e das preocupações da sociedade que as utiliza. Consideram ainda que, por ser um sistema estruturado em si mesmo, as línguas se constituem como entidades relativas, devendo cada uma ser entendida nos seus próprios termos, porque cada uma está centralizada em determinada espécie e modo de expressão. Ducrot e Todorov (1978) consideram a língua um código, no sentido de uma criação de correspondência entre imagens auditivas e conceitos, respectivamente, significante e significado, consubstanciando-se o mesmo código na fala pelos sujeitos falantes. Por último, a língua é também entendida como um produto social da faculdade da linguagem; um conjunto de convenções necessárias adoptadas pelo corpo social, capaz de permitir aos indivíduos o exercício dessa faculdade (Saussure, 1992).

Em relação à linguagem, convém referir, antes de mais, que um outro ponto controverso frequente na abordagem da língua é a confusão que dela se faz com a linguagem. Apesar de manterem uma relação estreita e uma interdependência nítida, língua e linguagem diferem substancialmente. Saussure (idem, *ibidem*), em relação ao uso indiscriminado dos termos, alerta para o facto, dizendo que a língua não se confunde com a linguagem: esta é, antes pelo contrário, parte determinante e essencial de linguagem. Ambas se diferem porque a linguagem não é classificável em nenhuma categoria de factos humanos, dado que não se sabe onde está a sua unidade. Isto significa que: i) enquanto a linguagem não é classificável em nenhuma categoria de factos humanos, dado que não se sabe onde está a sua unidade, a língua é um princípio de classificação que ocupa o primeiro lugar entre os factos da linguagem; ii) a língua tem uma característica muito evidente que se traduz na sua dimensão convencional, ao passo que a linguagem verbal oral, embora não possamos afirmar que é inteiramente natural, podemos, pelo menos, admitir que a dimensão convencional é menos marcante do que a natural (Gonçalves, 1998).

A linguagem é considerada como uma faculdade inata que os seres humanos têm de saber usar uma língua (Mauro, 2000). Na mesma linha, perfila Gonçalves (*op. cit.*), ao conceber a linguagem como um instrumento que materializa a língua e que, ao serviço do pensamento, a toma como referência e pertença dum grupo social, geográfico e culturalmente determinado. A linguagem pode, igualmente, ser definida como um conjunto complexo de processos resultado de uma certa actividade psíquica profundamente determinada pela vida social que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer. O termo linguagem é ainda utilizado para referir qualquer sistema de sinais que, mediante valor convencionalmente correspondente a cada sinal, serve de meio de comunicação entre os indivíduos de uma mesma comunidade linguística (Slama-Cazacu apud Cunha & Cintra, 2002). Este carácter psíquico da linguagem é um dos principais traços distintivos entre a linguagem humana e animal, levando alguns investigadores (Benvéniste apud Favrod, 1980) a utilizarem expressões como “comunicação animal” em oposição à “linguagem humana”, que apresentam as características diferenciadas abaixo discriminadas: i) a linguagem verbal (humana) permite a construção de textos analisáveis em entidades menores às quais se atribui um significado específico; isto não acontece à linguagem animal; ii) enquanto os animais herdaram as manifestações que exibem (inatismo), o homem, pelo contrário, não herda a linguagem verbal. O que ele herda são determinadas dimensões do plano intelectual e do plano fisiológico, condições psico-físicas que permitem a aquisição do saber e da técnica linguísticos; iii) enquanto a linguagem verbal apresenta uma grande variabilidade, pois ao longo dos tempos sofre mutações e transformações, a linguagem animal, salvo em casos de manipulação, permanece imutável, visto que as comunidades animais não sofrem qualquer tipo de evolução intelectual naturalmente; iv) através da linguagem verbal, o homem pode adaptar-se às diferentes finalidades, aos diferentes objectivos, sendo que nos animais tal procedimento não se aplica; v) na linguagem verbal, os comportamentos permitem evidenciar

uma intenção e atingir os objectivos dessa mesma linguagem. Nos animais, isso não se verifica; vi) o emissor humano é dotado de consciência. Nota-se, por isso, que é perfeitamente necessária a utilização de sinais intencionais; vii) a linguagem humana é produto da mente que se manifesta através da língua (usada por um determinado grupo social), realizando-se esta pela fala; viii) a representação simbólica é também uma característica distintiva entre a linguagem animal e humana. A linguagem humana envolve a representação simbólica de conceitos e diversos tipos de relações entre eles, possibilitando um número infinito de enunciados a partir de um número finito de símbolos, por intermédio do processo de comutação. Nisto reside a pertinência do processo da dupla articulação; ix) a quase inexistência de fronteira entre linguagem e o pensamento, pois ambos se misturam à medida que a capacidade de comunicação simbólica se desenvolve (Lopes, 1984).

2.3 Linguagem e comunicação

A linguagem apela a comunicação, uma característica indissociável a qualquer ser vivo animado, independentemente da sua espécie. Muitos investigadores, sobretudo linguistas, vêem nela (comunicação) a função fundamental da linguagem⁴⁰. Ora, se até aqui tudo parece clarificado, o mesmo não sucede quando se procura saber em que seres se exerce tal função. Aliás, esta questão tem sido um dos pontos de discórdia na abordagem da linguagem, sendo que alguns investigadores defendem a exclusividade humana da linguagem. Outros, pelo contrário, estendem-na para os demais seres animados não humanos. Nesta óptica, a comunicação é também uma área problemática de conceituação. John Fiske alude, a propósito, que “é uma daquelas actividades humanas que todos reconhecem, mas que poucos sabem definir satisfatoriamente” (Fiske, op. cit., p. 13), pois tanto pode ser entendida como simples troca de mensagem, como também envolver processos mentais.

Sem querermos entrar em polémicas, questionando se todos os seres animados, humanos e não humanos, usam a linguagem, assumimos, ainda assim, que esses seres recorrem à comunicação na sua interacção uns com os outros. Cada espécie, todavia, se serve de meios próprios nesse processo comunicacional. A título ilustrativo, os voos circulares das abelhas em formato de oito quando chegam à colmeia podem comunicar às outras abelhas a distância do lugar onde recolheram o pólen. Karl von Frisch, professor da Universidade de Munique que dirigiu as pesquisas mais avançadas a propósito da linguagem daqueles insectos, explica que o voo circular significa que a colmeia se encontra a menos de uma centena de metros, ao passo que o voo em oito assinala um lugar mais afastado (até 6 km aproximadamente). Acrescenta que quanto mais próxima estiver a flor, mais rápida é a dança e mais numerosas são as voltas. Segundo este investigador alemão, de origem austríaca, e Prémio Nobel em

⁴⁰ A propósito, pode ler-se Favrod, 1980: 56.

Fisiologia/Medicina, em 1973, o eixo do oito (ou o seu ângulo relativamente ao sol) indica a direcção com uma tal precisão que as outras abelhas vão lá ter sem a menor hesitação (Favrod, 1980). Entretanto, Frisch encontra também dissemelhanças entre abelhas de países diferentes, ao concluir no seu estudo que as abelhas austríacas e italianas compreendiam-se. Porém, a avaliação das distâncias diferia numas e noutras.

O gaulês Philippe Gramet, referenciado por Favrod (idem, ibidem), estudou, no âmbito do Instituto de Pesquisa Agronómica, as funções da voz nos corvos. No seu estudo, salienta a capacidade destas aves em anunciarem a aproximação do perigo, indicando, inclusive, a espécie de animal detectado, assim como o grau de iminência da sua chegada. Em relação aos cães, dizem os entendidos em matérias caninas que a intensidade e a duração do simples ladrar pode traduzir situações diferentes, desde o stresse ao sinal de alarme, e do alerta até à brincadeira. Mais exemplos de comunicação animal podem ser apontados: os delfins trocam sinais, emitindo assobios debaixo da água que correspondem a ordens efectivamente executadas; algumas espécies animais têm a possibilidade de imitar os fonemas humanos (Favrod, idem, ibidem).

Todas estas manifestações da linguagem motivam divergências de opinião quanto à exclusividade humana da linguagem. Trazemos para o efeito dois casos: W. H. Thorpe acredita que os exemplos das manifestações de linguagem supracitados, aliados ao índice de alternância de altura sonora do canto de pintarroxo, que assinala a intenção de defender o território, podem provar que os animais dispõem de uma linguagem análoga nas suas características essenciais à dos humanos. Na mesma linha, Konrad Lorenz mostrou que várias espécies de pássaros fazem este tipo de distinção nos seus gritos de alarme, para assinalar, por exemplo, um inimigo em voo ou no solo (Favrod, op. cit.). Em ruptura com a perspectiva de Thorpe e Lorenz parece estar Émile Benvéniste que, ao comentar as experiências de Frisch sobre a linguagem das abelhas, defende que a mensagem de uma abelha não poderia ser recebida por outra, por exemplo, numa segunda colmeia. Entretanto, este estruturalista francês reconhece que determinados comportamentos vocais de certos carnívoros que caçam em grupo, como é o caso do lobo e da raposa, fazem pensar que o modo de comunicação bilateral não é exclusivo do homem, pois parece que as informações desses animais não são unicamente transmitidas, mas também trocadas (idem).

2.4 Carácter vocal da linguagem

Apesar de referirmos exemplos de outras linguagens (abelhas, corvos, delfins, etc), a linguagem que aqui prende a nossa atenção é aquela, usando a terminologia de Martinet (Martinet, 1991), que o linguista estuda, ou seja, a linguagem humana. Trata-se, na fala corrente, da faculdade que os seres humanos dispõem para se compreenderem por meio de

sinais vocais. O carácter vocálico da linguagem humana tanto pode manifestar-se através do uso de signos picturais ou gráficos, principalmente em sociedades desenvolvidas (de tradição escrita), como também na oralidade, em sociedades tradicionais (sem tradição escrita), embora não seja um comportamento exclusivo desse tipo de sociedade. A forma escrita da linguagem ganhou prestígio devido ao seu carácter definitivo em relação à forma oral, que é de carácter temporário - *verba volant, scripta manent*. Basta recordar que é sobretudo da escrita que nos chegam as principais obras, baluarte do nosso conhecimento, da nossa cultura.

Sem pretendermos ser reducionistas, entendemos que a forma oral da linguagem humana, própria de sociedades tradicionais e sem tradição de escrita, também é importante no processo de transmissão da cultura de geração em geração. Não se deve pensar - diz Salinas Portugal - que uma sociedade onde a prática escrita, de forma sistemática, não existiu, foi residual ou episódica, ou ainda ritual fica privada da sua história (Portugal, 1999). Aliás, as duas formas, escrita e oral, complementam-se, ou seja, uma minimiza as lacunas da outra, pelo que não podem separar-se dos documentos escritos as tradições orais. Ainda assim, a forma oral de comunicação humana pode ser considerada a mais natural, não só porque é adquirida naturalmente à luz do processo de aquisição da linguagem, e, portanto, menos convencional, mas também porque precede todas as outras formas de linguagem humana.

Muito do que sabemos das sociedades antigas chegou até nós por via da comunicação oral, passando de boca em boca, conforme acontecia no período anterior à invenção dos correios. Daí que a própria designação de correio tenha nascido do facto de o homem per(correr) distâncias para transmitir as mensagens de boca em boca. Com efeito, só mais tarde é que este encontrou as primeiras formas de escrita, tais como o desenho, o ideograma, o alfabeto, a escrita, a imprensa. Porém, teve que passar, como salienta Vargas (2005), pelos gestos, pelos tambores, pelos sinais de fumaça e pelos corredores que atravessavam grandes trilhas. De facto, mesmo a poesia, considerada enquanto modo de criação, anterior à escrita, trilhou o mesmo caminho, sendo no princípio transmitida oralmente. Foi assim com os *aedos*⁴¹ na Grécia antiga ou com os trovadores e os cancioneros populares medievais. No contexto africano, a figura de griot⁴² é, de longe, o paradigma dos agentes que carregam consigo a

⁴¹ Poetas que, na Grécia Antiga, recitavam ou cantavam poemas improvisados, ao som da cítara, em festas e festins, celebrando os feitos dos deuses e heróis.

⁴² O termo é francês, mas foi assumido e introduzido no uso corrente em realidades africanas por estudantes africanos que frequentaram as universidades francesas. Motivados pela preocupação de conservar os agentes que carregavam consigo a tradição oral, o griot passou a ser o “mestre da palavra”, o “património cultural imaterial” - normalmente um velho -, que pode acumular funções aparentemente contraditórias e gozar de um estatuto especial, por vezes prestigioso, e ser, ao mesmo tempo, objecto de desprezo e de temor. Pela sua função difusora de contador de histórias, músico e poeta, pode, em determinados casos, estimular um paralelismo com o trovador medieval. Trabalhando por sua conta numa aldeia, ou ligado a um chefe ou a um rei, o griot é, conforme as sociedades: o “louco”, o bufão, o cantor, o animador público, o músico profissional, o “conservador do verbo”, “o detentor da literatura oral da sociedade”, o recitador encarregado de anunciar as genealogias ou os efeitos e os méritos dos chefes e dos reinados, o censor dos costumes, o verdadeiro “especialista da

tradição oral, juntamente com a figura do velho. Por isso, “*La mort de chaque traditionaliste est comme la destruction d’une bibliothèque restée inexplorée et inexploitée*” (Hampaté Bâ apud Cauvin, 1980), ou ainda, “*un vieux peut comparé a une bibliothèque, laquelle dans une civilisation de l’écriture, rassemble le savoir accumulé par les hommes des générations passées*” (idem). Os ovimbundu, um dos grupos etnolinguísticos de Angola, têm um provérbio que esclarece o seguinte: “Os brancos escrevem em livros, nós escrevemos no peito” (Oliveira, s/d).

A importância dos agentes que carregam consigo a tradição oral supracitados é tão assinalável nas sociedades, fazendo com que após a adopção da “Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural⁴³, em 1972”, alguns Estados-Membros das Nações Unidas manifestassem interesse em criar um instrumento de protecção do património imaterial. Nesta óptica, a UNESCO viria a adoptar, em 1989, a “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore”. Na sequência da recomendação, a mesma instituição da ONU lançou um conjunto de iniciativas dentro desse âmbito, entre elas: “Tesouros Humanos Vivos⁴⁴”; “Línguas em Perigo no Mundo” e “Música Tradicional”.

A Convenção para a salvaguarda do Património Cultural e Imaterial, aprovada em Outubro de 2003, entrou em vigor a 2 de Abril de 2006, sustentada nos seguintes objectivos principais: i) salvaguarda do património cultural imaterial; ii) respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa; iii) sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo; iv) cooperação e o auxílio internacionais, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado, que ameaça uniformizar as culturas do mundo, aumentando, simultaneamente, as desigualdades sociais⁴⁵.

2.5 Linguagem como instituição humana

Debruçando-se acerca da linguagem como instituição humana, Martinet (1991) rejeita que a linguagem resulte de qualquer exercício natural de algum órgão humano, ao apontar alguns

memória”. Serve em certa medida de “historiológico”, o porta-voz do poder, o mediador e, por vezes, o feiticeiro.

⁴³ À luz da convenção de 1972, consideram-se património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões - bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte do seu património cultural.

⁴⁴ Em Inglês Living Human Treasures. A expressão é usada para referir as pessoas que possuem um elevado nível de conhecimentos e as habilidades necessárias para interpretar ou recriar os elementos específicos do património cultural e imaterial.

⁴⁵ Cf.: *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)*; *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore (1989)*; *Convenção para a salvaguarda do Património Cultural e Imaterial (2003-2006)*. In http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9. Acedida a 18. 08.2010, às 23h30.

exemplos: a respiração e a marcha são uma das razões de ser dos pulmões e das pernas. Ora, mesmo aos chamados órgãos da fala, do aparelho fonador, rapidamente se acrescenta a função primária de cada um dos órgãos e de cada um dos elementos do aparelho fonador⁴⁶. Quando se relaciona a afasia com lesões que intervêm na circunvolução cerebral, em que se pretendeu localizar o centro da fala, nada prova, defende Martinet, que tal seja a sua função primeira essencial.

Efectivamente, são várias as razões que nos levam a situar a linguagem entre as instituições humanas: a) as instituições humanas resultam da vida em sociedade, assim como a linguagem, essencialmente um instrumento de comunicação, logo, elemento de interacção social; b) as instituições humanas supõem o exercício das mais diversas faculdades, podendo encontrar-se muito espalhadas, sendo, à semelhança da linguagem, universais, sem se identificarem nas várias comunidades; c) a família, por exemplo, caracteriza, talvez, todos os grupos humanos, se bem que se apresentando de um ponto para outro com diferentes características; d) a linguagem, idêntica também nas suas funções, difere de comunidade para comunidade, de maneira que só pode funcionar entre os membros de determinado grupo; e) as instituições não são imutáveis, antes pelo contrário susceptíveis de variar sob a pressão de necessidades diversas e a influência de outras comunidades, sendo que as diferentes modalidades da linguagem que as línguas representam acompanham essa dinâmica das instituições. Se por um lado a linguagem acompanha a dinâmica das instituições sociais, principalmente por acção da força centrífuga, por outro a linguagem resiste às mudanças, por acção da força centrípeta. É o que Saussure designa por mutabilidade e imutabilidade do signo linguístico, respectivamente, - dicotomia que estabelece o equilíbrio da linguagem humana, numa das suas modalidades, língua, que a representa.

A linguagem verbal, característica da linguagem humana, apresenta, entre várias, as seguintes propriedades: universalidade (os elementos são considerados no seu todo); uso constante; campo de acção ilimitado; finalidade de comunicação (intencionalidade, alteridade); sinais produzidos pelo aparelho fonador; manifestação articulada; arbitrariedade; discreta vs contínua (autónomo / sem interrupção no tempo); flexibilidade; produtividade; carácter evolutivo; ambiguidade (lexical, polissémica, gramatical...); redundância; intermutabilidade; feedback; prevaricação (desvios); dupla articulação.

2.6 Relação língua vs utente

A ideia de se considerar a dicotomia língua vs cultura como a mais evocada no domínio sociolinguístico pode ser, em nossa opinião, uma falsa questão, visto que a língua, antes de

⁴⁶ A título de exemplo, à boca se pode reservar a função de ingerir os alimentos; às fossas nasais, para respirar ou para cheirar, etc.

exercer pressões sobre outras entidades, exerce-as sobre si própria. Exemplos dessa auto-pressão ocorrem, com mais frequência, no campo da literatura, uma vez que aí as palavras têm a magia de chamar outras palavras. Chamemos a isso “poder de evocação da linguagem”. A língua, nesta óptica, é não só considerada um fetiche, mas também um instrumento bastante delicado, cujo poder mágico faz chover na mente das pessoas e, principalmente dos artífices da língua outras, palavras, como se na língua existisse vida própria. Ora, esta asserção só é possível graças ao princípio activo e cativo da língua. No uso corrente da língua, os usuários acabam, de igual modo, por proferir palavras evocadas por outras e ideias apeladas por outras, sobretudo quando se encontram dentro de um códex. Este comportamento permite-nos inferir que vivemos num uso constante da activação de relações entre as palavras; vivemos numa constante relação dialógica entre as palavras, frases, discursos e textos; enfim, vivemos em constante intertextualidade.

Contudo, cada língua tem a sua idiosincrasia, a sua tramitação, a sua geografia, os sinais que tornam possível a reflexão nessa língua. Ora, vejamos: um dia, uma senhora de idade disse ao filho o seguinte: “Se eu não rezasse, tu não existirias”. Esta é uma ideia, um ideograma que só se traduz nesse campo de reflexão. Portanto, para a senhora, Deus da terra é mãe e pai, ou seja, os progenitores são o Deus da terra. Se eles (pai e mãe) não te quiserem, tu estás morto ou não tens existência. De facto, este tipo de reflexão, que aponta para um paralelismo com a existência humana na Terra, no entendimento dos defensores da criação divina do mundo, não reporta apenas a crença, como a priori sugere. Reflecte, sim, um determinado códex linguístico e até sociolinguístico, para sermos mais precisos. Daí concluímos que qualquer língua exerce funções nas sociedades, de modo geral, e nos indivíduos, de forma particular, matéria central nas rubricas que se seguem.

2.7 Funções da língua numa sociedade

À semelhança das discussões de questões linguísticas, os problemas em torno da relação língua e sociedade, língua e cultura, funções da língua numa sociedade e o próprio carácter da língua enquanto modalidade da linguagem são antigos. Os pontos de vista divergem, apontando, em nossa opinião, para duas tendências: uma tendência que procura questionar se a língua é propriedade exclusiva de uma classe dominante (relação língua e poder) e outra que procura problematizar se a língua é propriedade de uma sociedade inteira. Estaline, em Maio de 1950, no âmbito do debate sobre problemas de linguística, concretamente sobre as duas tendências supracitadas, defendeu que a língua não faz parte da superestrutura, querendo isto significar a não associação da linguagem a um instrumento de dominação, tal como o sistema filosófico, ou religioso, ou as instituições políticas. Na óptica de Estaline, a linguagem serve, de igual modo, os membros da sociedade, seja qual for a classe a que pertençam (Favrod, 1980). Sobre as variações linguísticas tais como os sociolectos e outras,

explica que estes dialectos constituem apenas ramos da língua nacional, comum a todo o povo. Deste ponto de vista, a mudança linguística vai-se produzindo por enriquecimento e empobrecimento progressivo.

Nicolai Marr tem, em contrapartida, opinião diferente. Este linguista russo considera a linguagem, desde o seu aparecimento na sociedade humana, um instrumento de opressão. Opondo-se à ideia estalinista de mudança linguística por enriquecimento e empobrecimento progressivo, aquele autor propõe uma tese de mudança linguística por saltos quantitativos. Ora, se é possível aceitar que a teoria de Marr leva ao entendimento de que, por exemplo, depois de cada revolução a estrutura essencial da língua, o seu sistema gramatical e o fundo do seu léxico sejam destruídos e substituídos por outros, também não pode ser camuflada, em nosso ponto de vista, a relação existente entre a língua e o poder. Esta, ao serviço daquele, pode ser instrumento de opressão. O caso da política colonial da língua portuguesa, que é referido no capítulo seguinte, pode ser um exemplo de como a língua tanto pode ser um instrumento de poder, ou seja, para oprimir, como, também, para libertar. Deste modo, pela língua, tanto se pode condenar, como salvar.

A função da língua numa sociedade é uma temática passível de gerar uma discussão interminável, caminho que não queremos trilhar. No entanto, entendemos que as funções de uma língua numa sociedade têm alguma relação estreita não só com a natureza da sociedade, isto é, se se trata de uma sociedade monocultural e monolíngue ou uma sociedade pluralista, mas também, e conseqüentemente, com o estatuto que uma determinada língua goza nessa mesma sociedade. Embora todas as línguas, em todas as sociedades, tenham como função essencial a comunicação, não nos parece sensato admitir que todas as línguas, em todas as sociedades, exercem as mesmas funções. Certos fenómenos, entre os quais o multilinguismo, podem ajudar a perceber o que acabamos de afirmar. Também a determinação de língua oficial, em diferenciação com as línguas não oficiais, em resultado do fenómeno supracitado, permite compreender as diferenças estatutárias entre as línguas e, por conseguinte, a diferença de funções. Portanto, o que aqui fazemos é referir-nos a algumas funções consideradas universais de qualquer língua e em qualquer sociedade, em oposição às funções idiossincráticas da(s) língua(s) na(s) sociedade(s), matéria reservada à análise das funções da língua portuguesa em Angola.

Para além das funções mencionadas, uma outra função da língua de elevada importância é, por assim dizer, dar suporte ao pensamento, promiscuando-se com o mesmo largamente, e cujo diagnóstico depende muito da psicolinguística. Existe, igualmente, uma função estética da língua, embora se confunda, com alguma facilidade, com a função comunicativa e expressiva. Por último, mas não menos importante, apresenta-se-nos a função identificadora da língua que, pela sua relevância, abordamos em separado.

2.7.1 Função identificadora da língua

A função identificadora da língua não é uma estipulação ou uma construção mental. É, sim, uma constatação. Considerámo-la das funções ainda não bem exploradas nas línguas, mas, quiçá, a mais idiossincrática, para além do carácter universal, e a única insubstituível. Manifesta-se através de várias propriedades de que descrevemos, intencionalmente, três.

A primeira é a propriedade locativa *ubi* (onde), que indica o lugar. Ocorre quando a força da língua transporta ou transfere para um “locus” quer restrito, quer difuso. Por exemplo, se um falante de ibinda se encontrar, espontaneamente, com um outro falante de ibinda, algures fora de Cabinda ou no meio de uma multidão não “ibindofalante”⁴⁷, e, de repente, falarem ibinda, ambos poderão ser transferidos mentalmente para Cabinda - uma espécie de remissão à casa ou de transferência para o lar. A língua tem, assim, essa força estimulante. Este “onde” de ibinda será, por exemplo, muito íntimo, restrito. Se no mesmo espaço e/ou numa multidão não portuguesa, um indivíduo se encontrar com um português, ao comunicarem em português, ver-se-ão ambos transferidos para um *locus*, um *ubi* mais difuso. Este poderá remeter ou transferi-los para vários espaços da portofonia, concretamente os espaços da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Portanto, a língua (re)encaminha sempre para um espaço. Porém, este tanto pode ser um locus restrito, como um continuum.

Na propriedade cronológica *nunc* (quando), a segunda da nossa sequência, a força da língua transporta ou transfere para um determinado momento, quer concreto, quer imaginário. Na sequência do exemplo anterior, as duas línguas referenciadas, ibinda e português, remeterão também para um *nunc*, um tempo, seja qual for. No caso de ibinda, este poderá ser um *nunc* geracional dos interlocutores, ao passo que o português remeterá muito provavelmente para um *nunc* colonial bivalente, uma vez que, para um, será o *nunc* colonial de colonizador e, para o outro, um *nunc* colonial de colonizado. Deste modo, há sempre, na língua, um *nunc*, sendo que este *nunc* da função identificadora da língua concede fecundidade à comunicação, tornando o uso da língua mais ou menos prazerosa, pois esta é utilizada pelo homem, conforme lhe vai dando mais ou menos prazer em usá-la com o seu interlocutor. Nesta perspectiva, a língua é também uma substância de prazer, sendo que muito desse prazer advém do facto eventual de significar um *nunc* geracional passível de se explicar da seguinte maneira: se cresci contigo, falando esta língua, então ficamos retidos na língua do nosso tempo e no tempo da nossa língua. É muito bom falá-la; falá-la-emos, não porque só seja nela que pudéssemos exprimir os conteúdos, mas só e porque estamos a ver-nos (embutidos, retratados) nela, com um *nunc* e, já agora, também um *ubi*.

⁴⁷ Expressão usada na acepção de falantes de ibinda, uma das formas para designar a língua de Cabinda, resultante do processo da dialectização do kicongo falado no antigo reino do Congo.

A última propriedade da nossa eleição é entendida como um conjunto de conteúdos que uma língua pode suportar no seu ponto perpendicular entre o ubi e o nunc, daí designá-la por propriedade “quo”. Esta propriedade quo da língua apresenta uma relação estreita com o conceito de língua materna, na medida em que há conteúdos que melhor se exprimem numa língua do que noutra. Aí reside a força da língua materna, por ser a língua de socialização, onde os elementos socioculturais e linguísticos vivem como que em simbiose. Por exemplo, para um indivíduo de língua materna ibinda, esta língua poderá ser preferencial para narrar uma historieta, uma fábula tradicional, substituindo o português, língua segunda. A substituição pode explicar-se pelo facto de a língua segunda não corresponder ao formato mental daquele que a narração exige, a fim de poder exprimir com eficácia os conteúdos da língua primeira.

À luz desta perspectiva, admitimos que há formatos de conteúdos linguísticos que mais servem a determinadas línguas do que a outras. O ibinda será, enquanto língua materna, a língua de eleição, fundamentalmente na oralidade, para as narrativas tradicionais de Cabinda, assim como para cantar o kintuene⁴⁸. Paralelamente falando, um português acharia, na linha da nossa análise, que a língua portuguesa não seria tão elegível para cantar o kintuene e/ou o *Soul* negro-americano, mas, sim, o fado. Neste contexto, consideramos a existência de um certo número mais ou menos vasto (quando enumerado) de conteúdos de que uma língua, quase, “carismaticamente”, se apropria. Em suma, cada língua é um conjunto de traços de identidade a que qualquer vida humana fica vinculada. A identidade de cada língua é só uma, insubstituível. Quando se perde uma língua, se não se perder a identidade, perde-se, pelo menos, um instrumento versátil remissor à própria identidade.

2.8 Funções e estatutos da língua portuguesa na sociedade angolana

Conforme referimos, uma língua não apenas é um elemento de que se servem os falantes para transmitir informações, mas um elemento com princípio activo passível de formatar a própria consciência desses falantes. A partir do princípio activo da língua, é possível, em sociedades multilingues, proceder a uma repartição de funções, de acordo com vários aspectos de natureza histórica ou política, ou social. Angola, nesta perspectiva, é um exemplo paradigmático, pois a existência de várias línguas obriga a repartição, se bem que, quase sempre, com pouca consideração da natureza sensível que a situação exige.

Desde a altura em que foi proclamada oficialmente como língua oficial de Angola independente, a língua portuguesa tem vindo a conhecer uma dinâmica que, no contexto

⁴⁸ Dança tradicional de Cabinda.

africano, constitui, parafraseando Venâncio e Hodges citados, uma situação anômala e sem paridade. Em consequência, aumenta o reforço do seu estatuto, assim como a sua função social, de acordo com a descrição que a seguir apresentamos.

2.8.1 Estatutos da língua portuguesa em Angola

Qualquer estatuto assenta, rigorosamente, numa regulamentação do funcionamento. Sem nos querermos desviar desse propósito, tomamos, aqui, a expressão no sentido sociológico de posicionamento social. O mesmo é dizer que vamos abordar questões relacionadas com o lugar e/ou o posicionamento da língua portuguesa em Angola, sabendo-se, desde já, que estamos perante uma sociedade etnolinguisticamente heterogénea.

Segundo Venâncio (1992/93), uma das preocupações do MPLA ao assumir o poder em 1976, terá sido colmatar a diferença entre a sociedade crioula - nós preferimos a expressão menos polémica “população afro-europeia” - e as sociedades periféricas; algumas das quais sustentavam os dois movimentos rivais, FNLA e UNITA. Havia, por isso, que ultrapassar, continua o mesmo investigador, o dualismo cultural que separava os angolanos das cidades dos que ainda viviam integrados nas sociedades periféricas. Para tal propósito, era necessário “vencer as barreiras do isolamento em que poderiam cair os habitantes da sociedade crioula e os próprios dirigentes partidários, sendo muitos deles brancos ou mestiços”. No seio dessa miscigenação biológica, linguística e cultural, o português fazia a ponte, tornando-se a principal língua desse grupo. Em consequência, a língua portuguesa não apenas se abriu como língua de comunicação e de cultura, como também foi dada ao seu ensino e divulgação uma grande ênfase, provavelmente maior que a devida ao colonialismo português, independentemente dos modelos de desenvolvimento e de integração social que vieram a ser discutidos e adotados⁴⁹ posteriormente.

Relativamente à ênfase dada por Angola à língua portuguesa, encontramos, de facto, razões para destacar o empenho do Estado angolano nesse domínio. Trazemos, a propósito, as considerações de Kajibanga (2010)⁵⁰ que, ao pronunciar-se sobre os principais problemas enfrentados pela língua portuguesa na sua convivência com as demais línguas de Angola, faz um reparo que “os primeiros que pediram junto das Nações Unidas que o português fosse considerado como língua oficial de trabalho foram os angolanos, na pessoa do então presidente da República, Agostinho Neto”. Por outro lado, em 1988 foi reconhecido, com distinção, pela UNESCO o esforço realizado pelo Centro Nacional de Alfabetização de Angola,

⁴⁹ Venâncio (1992/93) citando Heimer (1980) alude que estiveram em discussão dois modelos de reconstrução nacional ou de descolonização - como os denomina Heimer - desde a independência. Um deles previa um desenvolvimento autocentrado, a começar pelas sociedades periféricas ou tributárias. O outro modelo previa um desenvolvimento centralizado na sociedade crioula ou central, também no dizer de Heimer. Após da tentativa do golpe de estado de 27 de Março, optou-se definitivamente pelo segundo modelo.

⁵⁰ Entrevista concedida no âmbito da investigação.

com um prémio internacional (Venâncio, 1992/93). Fruto do empenho dos responsáveis políticos angolanos, o português tornou-se, pelo menos até às eleições de 1992, a terceira língua materna dos angolanos, falada por cerca de 11,8% da população, com idade eleitoral, apenas batida pelo umbundu, com 38%, e kimbundu, falado por 21 em cada 100 eleitores.

Kicongo e tchókwe, duas línguas nacionais de origem africana, consideradas, até ao registo eleitoral, como tendo um número de falantes maternos superior ao português, ficaram abaixo deste, com 11% e 8,2%, respectivamente (Jornal Público apud Venâncio, op. cit.). Por conseguinte, através dos resultados do inquérito realizado em 1996, confirma-se uma dinâmica interessante do ponto de vista da tendência de arraigamento. Tal constatação deve-se ao facto de os resultados colocarem o português, quatro anos a seguir a introdução da democracia, na posição de segunda língua mais importante de Angola, com cerca de 26% de falantes maternos, apenas ultrapassado pelo umbundu (30%), mas posicionando-se muito à frente de kimbundu e kicongo, com 16% e 8% respectivamente, de acordo com os dados apresentados na introdução da investigação.

Sem colocarmos em causa o esforço do Centro de Alfabetização, impõe-se considerar outras razões que contribuíram para o enraizamento da língua portuguesa, um assunto mais pormenorizado no capítulo seguinte. Entretanto, podemos, de antemão, sublinhar as deslocações provocadas pela guerra civil que empurraram para os grandes centros urbanos várias populações, jamais daí saindo. Acresce-se o facto literário explicável por Angola registar uma das mais pujantes e problematizantes literaturas de África e do espaço mundial de língua portuguesa (Venâncio, 1992/93). Todos esses dados e outros que poderiam ser registados representam o esforço dos dirigentes de Luanda em extrapolar a sua própria experiência de enculturação e socialização em português para todo o território herdado do colonialismo (idem, ibidem), tendo a língua portuguesa como trunfo para, com base nela, ajudar a criar a nação angolana, um projecto ainda em construção.

Portanto, a língua portuguesa, em Angola, cresceu e vai continuar a crescer, partindo de língua franca e da colonização, passando por língua estrangeira, língua segunda ou não autóctone até ao estatuto de língua oficial do Estado, língua da literacia, língua materna não autóctone, língua de promoção social, língua oficial universal (língua da globalização), língua de identidade nacional, directório das línguas nacionais autóctones e, provavelmente língua nacional não africana.

2.8.1.1 Estatuto de prestígio da língua portuguesa em Angola

Parece existir uma tendência generalizada e um comportamento algo automático acerca do recurso à língua portuguesa em contextos de comunicação com indivíduos desconhecidos, principalmente nos centros urbanos. Em nosso entender, essa situação não pode justificar-se

apenas pela dúvida que o desconhecimento suscita, nem tão-pouco pela necessidade de afirmação perante o desconhecido, uma vez que o português esteve sempre ligado a uma classe culta, logo, prestigiada. Justifica-se também pela existência de um pressuposto “intuitivo” que governa as pessoas, permitindo-lhes fazer selecções, e que, assentando sobre o diferencial (i)literacia, se pode resumir assim: na dúvida, a língua portuguesa é a solução. Perante tal quadro, até o indivíduo do musseque esforça-se em falar a língua portuguesa, como forma de revelar o seu nível de literacia, marcar a sua posição socioeducativa perante o interlocutor, solucionar um problema e minimizar o “mussequismo”. Porém, há selecções forçadas pelos interlocutores, mesmo quando não são do seu total agrado e preferência. Podemos, assim, inferir que o uso do português, em certos casos, não ocorre somente por agrado e/ou por necessidade de comunicação, mas igualmente como uma situação forçada por conjunturas várias. Em última análise, o uso pode ser considerado uma forma de vida, assim como pode, de igual modo transformar-se, no contexto multilingue da sociedade angolana, numa verdadeira necessidade.

2.8.2 Três funções da língua portuguesa em Angola

Em Angola, a língua portuguesa desempenha várias funções. A sua utilidade reflecte-se em vários domínios, graças ao(s) estatuto(s) que o domínio político lhe tem conferido quer no tempo colonial, quer no período pós-colonial. Desde língua franca (utilizada nas relações económicas entre indivíduos de línguas maternas diferentes) à perspectiva actual de língua em nacionalização, tem sido o garante, a nível territorial, de funções que nenhuma outra língua de Angola poderia exercer. Este posicionamento tem-lhe reservado um lugar privilegiado na encruzilhada linguística angolana. No âmbito das funções que o português desempenha em Angola, vão merecer destaque, pela relevância, três: função comunicativa, função democratizadora e função identificadora.

2.8.2.1 Função comunicativa

É, de resto, a função imediata, básica de qualquer língua, sendo, no caso da língua portuguesa em Angola, a mais referida genericamente. A língua portuguesa é usada para exercer, além de outras funções, a função de ser o principal veículo de informação. No exercício da função comunicativa, a língua portuguesa pode ser considerada como directória de comunicação nacional. Nesta óptica, ela é uma peça-chave num *puzzle* linguístico tecido também com várias línguas interétnicas, contribuindo para a consolidação da unidade nacional, e para assegurar a intercompreensão entre comunidades de línguas maternas diferentes. Podem derivar desta função outras entre as quais a de língua veicular e língua de unidade nacional, pois ao assegurar a intercompreensão entre comunidades de línguas maternas diferentes, permite, simultaneamente, a diluição de clivagens provocadas pelas diferenças linguísticas. Ora, o encurtamento de distâncias introduzidas pela unidade

linguística é, em nossa opinião, um requisito fundamental para o projecto de construção da nação angolana.

2.8.2.2 Função democratizadora

Ainda no âmbito não do que os utentes fazem da língua, mas, fundamentalmente, do que a língua pode desencadear nos utentes, podemos considerar a língua portuguesa como ferramenta que ajuda a fomentar o espírito da democracia, ainda que faltem referências para fundamentar com profundidade esta consideração. A função democratizadora só pode ser exercida com plenitude se, e só se, a sociedade for democrática e os líderes políticos, verdadeiros democratas. Para nós, o português é, no quadro linguístico angolano, a língua que mais transporta o espírito de proximidade entre as populações, podendo contribuir na redução de tensões sociais entre elas; é dos únicos elementos culturais de identidade nacional capaz de fazer com que as populações das diferentes etnias se possam sentir como pertencentes a uma “super-estrutura” (nação angolana), mesmo que isso não seja à custa da anulação das microestruturas de base étnica; enfim, funciona para imprimir celeridade na conciliação da ideia da democracia, uma vez que esta é, por força da história, um traço presente na cultura dessa língua. Está mais activo na cultura dessa língua do que naquela que está subjacente nas demais línguas de Angola de origem africana, e que transita com esse valor, quiçá, “filantrópico” - para não utilizar uma expressão incómoda - para a(s) cultura(s) angolana(s).

Quanto às línguas nacionais de origem africana, se não rejeitam, apresentam, pelo menos, um códex que, fruto de um certo apego à etnia, pode concorrer para desacelerar a implementação da democracia, embora esta tolere a diversidade. Nesta óptica, parece ainda não serem línguas que transportem esse códex que o português já transporta, apesar de todas as cautelas que este tipo de raciocínio exige. Talvez venham a ganhá-lo com o passar do tempo. Explica-se, deste ponto de vista, para além do factor económico, as fracassadas democracias em muitos Estados multiétnicos, tornando a discussão em torno das questões étnicas, sobretudo a da sua relação com o poder, novamente uma das questões mais importantes na África actual (M’bokolo, 1993).

2.8.2.3 Função identificadora da língua portuguesa

Todas as línguas de Angola exercem uma função identificadora, mas em níveis diferenciados. No caso específico da língua portuguesa, essa função pode ser algo questionável. O questionamento deve-se por se tratar de um país de matriz bantu, não podendo representar, com autenticidade, a alma africana, conforme fazem as suas congéneres de origem africana. que só aquelas línguas conseguem transportar. Podemos, assim, admitir que a função identificadora da língua portuguesa em Angola se realiza num nível mais universal. Vejamos

como tal se procede: se um português viajar, por exemplo, para a África do Sul⁵¹ e se deparar com um compatriota, é quase certo que vai querer comunicar com ele em português. E sobre esta língua, a tendência é cair, com facilidade, na conversa da cultura nela subjacente: conversas sobre o bacalhau (...) e vinho do Porto. Mesmo admitindo que não é tão sumariamente assim, de facto, a probabilidade de buscar temas portugueses é previsível. Ao bacalhau e ao vinho do Porto podem associar-se outras matizes lusas como Lisboa, Tejo, Douro e Porto, ainda com espaço para os habituais lugares-comuns interrogativos do tipo “o que fazes aqui?”, “desde quando estás aqui?”. Efectivamente, este viajante não se desliga nem perde a oportunidade de se identificar com o português através de referências do português: sabe falar da sopa de Portugal que é diferente da de África do Sul; sabe falar do Sporting, de Benfica ou do Porto. Quer dizer, a função identificadora exerce-se com eles, entre os interlocutores. É a função da língua que remete, no caso concreto, para a cultura/identidade portuguesa transportada pela língua portuguesa. É este, mais uma vez, o grande paradigma da língua: não ser apenas subserviente aos utentes, mas, pelo contrário, tornar-se (a língua) a própria “casa acolhedora”, o “ambiente”, a “abóbada” que, digamos, se apossa das pessoas. Deste modo, os utentes não escolhem, mas vêm-se e revêm-se na própria língua.

Em relação ao ciclo da realidade de identificação linguística, este majora-se. Por exemplo, se um angolano se encontrar com um português algures em Paris, tendencialmente vão comunicar, ou melhor, há uma grande probabilidade de comunicarem em português. Isto significa que o seu universo de identidade e identificação naquele momento sobe de grau, ainda que de forma implícita: nós portófonos; nós somos Portugal, Angola, Brasil (...). O mesmo sucede, com frequência, no mundo desportivo. Ora, vejamos: se uma equipa portuguesa - as pessoas têm as suas escolhas e preferências - estiver a jogar na Ucrânia com uma equipa local, se lá houver um angolano, um brasileiro ou um português, esses facilmente se refugiarão na função identificadora, pelo que podem torcer pela equipa portuguesa. A questão que colocamos é: será que estamos perante um tribalismo linguístico? Não se trata, necessariamente, de tal configuração, uma vez que isso só ocorre porque se está perante a função identificadora da língua. Quer dizer, a identidade remete para o lugar onde o indivíduo nasceu, onde foi configurado do ponto de vista identitário, do ponto de vista do último reduto que faz o seu espelho, o refúgio de onde ninguém o tira e onde ele (indivíduo) se sente mais segura, mais à-vontade. É esse conjunto de características que compõem a identidade. Esse último reduto de protecção, de dignidade e de montra é, mais uma vez, a identidade, em cuja língua é o grande suporte e veículo.

⁵¹ Referimos África do Sul como poderíamos referir qualquer outro país que não seja de língua oficial portuguesa onde se nota uma presença considerável de emigrantes portugueses. Portanto, é uma escolha aleatória por ser um de vários países de expressão inglesa onde se nota uma comunidade portuguesa alargada.

Capítulo 3: A língua portuguesa em busca da nacionalização

3.1 Introdução

A história da língua portuguesa no mundo, em África e de modo particular em Angola é indissociável da aventura marítima portuguesa de procura do caminho marítimo para a Índia. Do ponto de vista historiológico, Bailey Diffie e George Winius (1977) sustentam que os genoveses foram os primeiros europeus a tentar concretizar a ideia de contornar o continente africano, em busca do caminho marítimo para alcançar o Oriente. Em relação ao interesse português por África, este remonta ao século XIII, acrescentam os mesmos autores, embora tivesse sido bastante assombrado pelo mito do Cabo Bojador, considerado, na altura, como o limite máximo da navegação ao longo da costa ocidental de África. Desmistificado em 1434 por Gil Eanes, escudeiro da casa do infante, deu-se início à exploração portuguesa da costa africana, atingindo, mas abaixo, as terras do Congo.

3.2 Os primeiros momentos de contacto com Angola

Reza a tradição historiográfica que a chegada de Diogo Cão à embocadura do rio Zaire em 1482⁵², marca o arranque da historicidade moderna de Angola e, conseqüentemente, o arranque do processo que culminaria com o nascimento de uma nova nação: a nação angolana. A literatura das viagens admite a validade desse argumento, por se tratar da data em que a expedição comandada por Diogo Cão, navegador português do século XV, nascido no norte de Portugal, ao que se julga em Vila real, chegou às Cataratas de Lelala⁵³, perto de Matadi, no reino do Congo. A chegada marca, como é óbvio, os primeiros contactos entre os portugueses e os futuros angolanos e o despertar de uma longa história de convivência comum, feita de cumplicidades, que jamais teve fim (Henriques, 2004).

Vivia-se o período de governação dos Manicongo Nzinga-a-Nkuvu e Mvemba-a-Nzinga (no caso angolano) e dos monarcas D. João II, D. Manuel I e, por extensão, parte do reinado de D (na realidade portuguesa). João III. À chegada, os navegadores encontraram povos com línguas e culturas próprias, cuja hegemonia económica e sociopolítica foi resistindo até à progressiva conquista colonial. Com estes povos, línguas e culturas, os portugueses, que aí embarcaram com a sua língua e cultura, jamais deixaram de partilhar espaço comum, mais de cinco

⁵² Ainda assim, continua a verificar-se falta de consenso quanto à data da chegada de Diogo Cão à foz do rio Zaire, se bem que o ano por nós adoptado pareça reunir maior consenso. Por exemplo, Henriques (2004: 16) aponta o ano de 1483 como a data provável da chegada.

⁵³ http://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_C%C3%A3o. Acedida a 23.02.2008, às 23h30.

séculos passados. Encontraram também um Estado organizado (à moda tradicional), apontado como uma das primeiras grandes unidades políticas formadas no século XIII, após as migrações Bantu (Birmingham, 1974), e que passaria para a história como Reino do Congo.

Depois de uma convivência inicialmente pacífica, marcada por relações até certo ponto cordiais, pois nessa fase as relações eram do tipo horizontal, e, mais tarde, por vários conflitos e até guerras sangrentas, enquanto durou a implantação e consolidação do sistema colonial, venceu o português, colonizador, tornando-se proprietário e senhor de terras de reinos em tempos desavindos que juntou, à luz dos seus interesses, num território único, entre os séculos XV e XIX. O Português, língua do vencedor, acompanhou a hegemonia portuguesa, tendo sido introduzido como língua oficial do novo território e imposto aos vencidos. Simplificamos - é certo. Porém, foi nesses moldes que começou a conquista portuguesa de espaços anteriormente exclusivos às línguas autóctones pertencentes à maioria vencida. A necessidade de difundir a religião criou condições para que o português fosse igualmente considerado como língua da missão, ao ser usado nas missões para a instrução do indígena. Em suma, 1482 não só marca a data do início de relações comerciais entre dois povos, como também abre uma nova página quer para a língua portuguesa, quer para as várias línguas africanas daquela região de África.

3.2.1 Da horizontalidade à verticalização das relações

Apesar de a língua portuguesa ser introduzida em Angola no século XV, tinha fraca expressão até ao século XIX e mesmo durante toda a primeira metade do século XX. Com efeito, no século XVIII, temendo a resistência das culturas e línguas africanas, e tentando, a todo o custo, impedir a crescente africanização da elite afro-portuguesa emergente nos séculos XVII a XIX (1620 a 1870), assiste-se, no século XVIII, a imposição de medidas legislativas a favor da língua e cultura portuguesas. Como exemplo dessa política linguística, podemos referir-nos ao decreto de Sousa Coutinho, sucessor de António de Vasconcelos no cargo de governador de Angola, que desencorajava o uso das línguas africanas no ensino dos filhos da referida elite. Bilingue, pois incorporava valores tradicionais africanos e europeus, era composta por falantes de língua portuguesa e de uma língua de origem africana, normalmente kicongo ou kimbundu, as duas línguas africanas mais faladas nas áreas sob o controlo português. Posteriormente, a referida elite viria a ocupar cargos de relevo na administração pública, nos centros urbanos, enquanto agia, no interior, como capturadora de escravos, protectora das rotas comerciais e mantedora da paz (Venâncio, 1996). Esta situação ter-se-á mantido, de modo mais subtil até 1850, data que, por influência do triunfo da revolução industrial, se assinala, oficialmente, a proibição da importação de negros, por um decreto brasileiro, uma vez que à semelhança do que fizeram a Inglaterra e a França, o Brasil considerava, naquela altura, o tráfico como um acto de pirataria (Zau, 2007).

No mesmo período, a língua portuguesa restringia-se a zonas urbanas, primeiramente Luanda (a principal cidade da Colónia de Angola) e seu *interland*, e mais tarde Benguela (anexada à Colónia de Angola em 1779) e seu *interland*), igualmente. Estas duas cidades antigas na costa atlântica eram pontos de partida para a colonização do interior, para além de serem entrepostos de engorda de escravos capturados em guerras do interior pelos pombeiros ou vendidos pelos chefes tribais. Em contrapartida, o kimbundu, a língua geral do antigo reino de Angola como o chamou Chatelain (1888: 89), dava o ar da sua supremacia. Daí que entre 1575, data da fundação da cidade de Luanda por Paulo dias de Novais, e 1845, data que assinala, entre outros acontecimentos, a introdução do ensino oficial em Angola, a partir do decreto de 14 de Agosto de 1845, o kimbundu⁵⁴ tornava-se a língua dominante.

A supremacia dessa língua era de tal forma que até os escravos exportados a partir de Luanda, onde ficavam o tempo mínimo para se restabelecerem fisicamente do desgaste provocado pela viagem em caravanas do interior para a costa, com o fim de poderem suportar as condições sub-humanas da viagem para as Américas e a Europa, no âmbito do tráfico negreiro transatlântico, eram obrigados a terem, no mínimo, algumas noções de kimbundu, assim como serem baptizados nessa língua, antes do embarque. Há factores que ajudam a explicar essa supremacia de kimbundu, em oposição à restrição do português, naquela época. Destacamos, aqui, dois: i) as contínuas guerras, quer entre portugueses e os reinos africanos, quer os últimos entre si; ii) as doenças responsáveis pelo elevado índice de mortalidade do já bastante reduzido número de portugueses (homens e mulheres) que se fixaram na altura em Angola para a manutenção de uma vastíssima colónia. Estima-se, nesta óptica, que dos cerca de 2340 portugueses, apenas 300 permaneciam em Luanda em 1592, uma vez que 450 terão morrido na guerra e os restantes por doença, ou terão escapado para o interior, onde assimilaram as línguas e culturas africanas, entre 1575 e 1592 (Santos, 1998; Inverno, 2005). Estamos, pois, pelas evidências, numa fase de assimilação recíproca.

3.3 A incipiente conquista do interior

O século XIX representa o momento crucial do fenómeno colonial português em África, em geral, e em Angola, em particular, visto que coincide com o início do período de materialização do ideal colonial de dominação efectiva, a partir do alargamento para o interior das possessões, uma vez que a África passa a ser vista como uma boa fonte de matéria-prima para a indústria europeia, assim como um bom potencial de mercado para o

⁵⁴ Uma das línguas nacionais de Angola de origem africana falada principalmente nas províncias de Luanda, Bengo, Malanje, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul. Foi a 1ª língua de actual Angola a ser estudada e escrita pelos missionários que evangelizaram o reino de Ngola nos séculos XV e XVI, daí ser considerada genericamente língua de Angola Chatelain (1888: 89). Nunca tendo chegado ao estatuto de LO mesmo nos tempos da sua hegemonia, hoje o Kimbundu é apenas uma de entre as línguas nacionais de origem africana da imensa Angola.

consumo dos produtos europeus. Este cenário implicou uma frenética corrida àquele continente e, conseqüentemente, uma maior tensão entre potências coloniais rivais, destacando, a título meramente informativo, o caso português de reivindicação, por direito histórico, de vastas terras africanas. Foi nesse clima que se deu lugar ao fracassado projecto de mapa cor-de-rosa, na sequência da conferência internacional realizada na Alemanha em 1885, que ficou conhecida na história do colonialismo europeu com a designação de Conferência de Berlim. O referido cenário implicou, de igual modo, maior resistência por parte dos africanos. Veja-se, no âmbito das campanhas de pacificação de 1902, os casos da resistência militar e cultural dos reinos de Bailundo, Bié, Huambo e outros reinos autónomos do Planalto Central (Pélissier apud Zau, 2007).

Neste enquadramento, o século XIX é crucial do ponto de vista da “maquetização” do continente africano, na medida em que a Conferência de Berlim permitiu definir as zonas de influência de cada potência europeia. A língua portuguesa beneficiou em todo esse processo. Acresce-se, ainda, ser crucial por corresponder ao período incipiente em termos da manifestação de ideais autonomistas, apoiadas no Nativismo, e que, sob o impulso do espírito da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade), se converteriam em finais do século XIX e ao longo de toda a primeira metade do século XX, no Nacionalismo que dinamizou a formação dos novos Estados africanos.

Pela localização de Angola, indicamos apenas aqueles Estados que integram a África Subariana⁵⁵: África do Sul (*Pretória*, 1910/61), Angola (*Luanda*, 1975), Benin (*Porto Novo*, 1960), Botswana (*Gaborone*, 1966), Burkina Faso (*Ouagadougou*, 1960), Burundi (*Bujumbura*, 1962), Cabo Verde (*Praia*, 1975), Camarões (*Yaoundé*, 1960), Chade (*Ndjamena*, 1960), Comores (*Moroni*, 1975), Congo (*Brazzaville*, 1919/60), Costa do Marfim (*Yamoussoukro*, 1958), Djibouti (*Djibouti*, 1977), Eritreia (*Asmara*, 1993), Etiópia (*Adis Abeba*, 1941), Gabão (*Libreville*, 1960), Gâmbia (*Banjul*, 1960), Gana (*Acra*, 1957), Guiné-Conacri (*Conacry*, 1958), Guiné Equatorial (*Malabo*, 1968), Guiné-Bissau (*Bissau*, 1973/74), Lesoto (*Maseru*, 1966), Libéria (*Monróvia*, 1847), Madagáscar (*Antananarivo*, 1960), Malawi (*Lilongwe*, 1964), Mali (*Bamako*, 1960), Maurícia (*Port Louis*, 1968), Moçambique (*Maputo*, 1975), Namíbia (*Windhoek*, 1990), Níger (*Niamey*, 1960), Nigéria (*Abuja*, 1960), Quênia (*Nairobi*, 1963), República Centro-Africana (*Bangui*, 1958), República Democrática do Congo (*Kinshasa*, 1960), Ruanda (*Kigali*, 1962), São Tomé e Príncipe (*São Tomé*, 1975), Senegal (*Dakar*, 1960), Serra Leoa (*Freetown*, 1961), Seychelles (*Victoria*, 1976), Somália (*Mogadísio*, 1960), Suazilândia (*Mbabane*, 1968), Sudão (*Cartum*, 1956), Tanzânia (*Dodoma*, 1961), Togo (*Lomé*, 1960), Uganda (*Kampala*, 1962), Zâmbia (*Lusaka*, 1964), Zimbabwe (*Harare*, 1965/80).

⁵⁵ Os parênteses indicam a capital e o ano de independência de cada país.

3.3.1 A particularidade angolana

Angola acompanhou essa dinâmica africana, apesar de a sua transformação em Estado independente pecar, em demasia, por atraso, se comparada com a generalidade dos novos Estados africanos pós-coloniais, facto que se deveu a várias razões de que salientamos apenas as de natureza económica.

De acordo com Pepetela (2002), a independência do Brasil, no século XIX (1822), provocou a diminuição progressiva da exportação de escravos, gerando uma crise na economia, com cerca de um século de duração. A burguesia angolana, sem ter de enviar o dinheiro dos impostos do tráfico para Portugal, vislumbrava grandes benefícios na ligação directa com o Brasil, região que lhe comprava os escravos. A crise agravou-se com a abolição do tráfico de escravos, em 1836, por pressão da Inglaterra, embora continuasse a existir a exportação clandestina e massiva de escravos, assim como a fuga de capitais e de pessoas para a metrópole, até ao seu desaparecimento completo, nos finais do século XIX.

Para defender os seus interesses, Portugal mudou de estratégia, enviando tropas e substituindo a economia de feitorias por uma economia de base agrícola, materializada através do envio de maior número de colonos para o interior, com o fim de se dedicarem à agricultura. Foi possível, deste modo, desenvolver o comércio da borracha e do marfim, bem como a exploração do café, no intuito de tentar compensar as perdas provocadas pelo fim da escravatura. Estas transformações do sistema de produção implicaram, obviamente, mudanças significativas na camada social afro-europeia. O pai branco envia o filho mestiço para obter escravos ou dirigir o entreposto comercial, enquanto outros filhos mestiços estudam para alcançar uma carreira administrativa ou militar. De igual modo, os proprietários negros, ligados ao tráfico de escravos ou ao comércio de produtos agrícolas e detentores de fazendas, enviam os filhos à escola. Compreende-se, deste modo, que na segunda metade do século XIX, a esmagadora maioria dos alunos das escolas de Luanda e Benguela era composta por negros, mas sobretudo mestiços. De acordo com Manuel Lima, havia na mestiçagem uma segregação feita em função da tonificação da cor de pele. Nesta perspectiva, eram considerados “mulatos” quando os progenitores eram branco e negro, representando cerca de 50% de cor de cada um; “cafuzo” quando um dos progenitores era mestiço e outro, negro, com cerca de 25% de cor branca; “cabrito”, cerca de 75% de cor branca, em virtude de ser filho de branco com mulato e “fulo” ou indivíduo de pele clara, sem que, no entanto seja filho de progenitores brancos ou mestiços⁵⁶.

Em relação à composição social e inspirando-nos em “Influência do Kimbundu no Português falado em Lwanda”, de Amélia Mingas (2000), constatamos que a sociedade colonial angolana

⁵⁶ Informação obtida na conferência “À conversa com Manuel dos Santos”, com os alunos do curso de Ciência Política e Relações Internacionais. UBI, 16.04.2009, às 15h, Anfiteatro 7.20.

apresentava dois grupos socioantropológicos principais: i) o grupo dos portugueses, constituindo a classe da minoria dominante, abrangia os indivíduos de raça branca. Ora, com o passar do tempo, principalmente a partir da altura em que o número de portugueses nascidos na Colónia começa a superar o dos nascidos na “Metrópole”, uma vez que a colonização portuguesa se caracterizou não apenas na exploração, mas também, e significativamente no povoamento, a coroa resolveu estabelecer diferenças hierarquizadas. Deste modo, passaram a ser considerados brancos de primeira (classe) os nascidos na Metrópole, reservando o estatuto de branco de segunda aos nascidos fora dela. Aos primeiros era concedida prioridade na ajuda económica, bem como no acesso a cargos de alta chefia nas colónias; ii) o grupo dos africanos formava a classe dominada.

Com a emergência dos mestiços e o surgimento de uma burguesia que integrava indivíduos de raça negra, criaram-se as categorias de assimilado (para designar os negros e/ou mestiços com determinados direitos, como a cidadania e o direito ao ensino, ou seja, aqueles que tinham conseguido a portugalidade) e indígena. Esta última categoria integrava, grosso modo, os indivíduos de raça negra ou os seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nas províncias ultramarinas, não possuíam os hábitos individuais e sociais para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Todavia, podiam adquirir o estatuto de assimilado após um exame feito, em geral, pelo administrador do bairro. Existiram dois tipos de assimilados: os passivos (ou alienados), assim designados por se lhes achar desintegrados do seu mundo social, e os activos que, aproveitando os direitos que usufruíam, serviram-se dos conhecimentos que adquiriram nas escolas, usando a própria língua do colonizador como principal meio para denunciarem o colonialismo⁵⁷. São, portanto, o alfofre da angolanidade e os arquétipos dos movimentos nativistas e, mais tarde nacionalistas, que, na década de 40 do século XX, ergueram-se, de viva voz, com o grito de revolta traduzido no slogan “Vamos Descobrir Angola”, na sequência da dinâmica imprimida pelos movimentos de “Voz de Angola Clamando no Deserto” e “Luz e Crença”, seus antecedentes, no romper do século XX, precisamente em 1901 e 1902, respectivamente.

3.4 Da transição para a independência

Quando muitos países viviam os ventos do fim da segunda grande guerra, procurando pôr termo aos regimes ditatoriais (Hitler, na Alemanha; Mussolini, na Itália; Franco, em Espanha; e Salazar, em Portugal) e aos regimes coloniais, Portugal mantinha firme o sonho colonial, enquanto as suas congéneres europeias o davam por terminado em África. Foi assim que a

⁵⁷ Aqui, o destaque recai sobre o trabalho jornalístico desenvolvido principalmente em Luanda e Benguela, os grandes centros de intensa actividade cultural e de debates, onde eram abertamente defendidos em publicações os ideais da Revolução Francesa, e onde foi emergindo uma crescente vontade de autonomia política.

maioria das ex-colónias das outras potências europeias (Inglaterra e França principalmente) ganhou soberania na década de 60, algo que nos PALOP só viria a acontecer uma década depois, sob forte pressão externa e interna. Ainda assim, Angola tornou-se o último país do universo africano de língua portuguesa a conquistar a autodeterminação, logo que a situação se tornou algo inadiável.

A manutenção do ideal colonialista português em Angola, na primeira metade do século XX, traduziu-se, do ponto de vista linguístico, no reforço da obrigatoriedade de ensino do português nas missões, em oposição à proibição do uso das ditas línguas indígenas:

“Artigo 1º, ponto 3: É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa; Artigo 2º: Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas”. (Decreto nº 77, de Norton de Matos, publicado em 1921)⁵⁸

Ainda assim, apesar de duras medidas legislativas em seu desfavor, as línguas africanas continuaram a ter um domínio mais expressivo, se tivermos em conta a densidade da população de origem africana que, de acordo com Bender (2004:71), nunca foi inferior a 95%, entre 1845 e 1970.

Tabela 17: Estimativa da população de Angola de 1845 a 1970

Ano	Porcentagem por ano						
	1845	1900	1920	1940	1950	1960	1970
População africana	99,9%	99,7%	99,3%	98,1%	97,4%	95,3%	—
População branca	0,03%	0,02%	0,48%	1,2%	1,9%	3,6%	5,1%
População mestiça	0,01%	0,06%	0,18%	0,75%	0,72%	1,1%	1,57%

Fonte: Adaptação nossa a partir de Bender (2004:71)

Daí que, até à véspera da independência de Angola em 1975, exceptuando uma minoria que utilizava a língua portuguesa com frequência, a maioria da população, principalmente no interior, pouco falava o português (Heimer apud Bender, op. cit.). Esta situação tornou Angola dos países de África tropical em que, no início do século XX, as etnias locais mais vigorosamente resistiram ao domínio europeu (Pélissier apud Zau, 2007). No entanto, há que reconhecer que é no mesmo século, e com maior incidência na segunda metade, que a língua portuguesa começa a expandir-se significativamente pelo território, em nossa opinião por influência da acção da política linguística colonial e da política dos dirigentes que assumiram o poder no período pós-independência.

⁵⁸. Mónica Hilário (s/d). *A Língua Portuguesa como instrumento veiculador de identidade nacional em Angola*. In <http://users.domaindx.com/africadebate/ad2%20monica%20hilario.htm> (consultado em 16.07.2008).

3.4.1 Acção da política linguística colonial

Cumpre, aqui, destacar inúmeras medidas decretadas pelo regime colonial com os objectivos de difundir a língua, impondo-a, e de manter a supremacia da mesma língua face às suas congéneres angolanas de origem africana. Na senda das medidas adoptadas, a extinção do estatuto de indígena e a necessidade de concretização do projecto colonialista⁵⁹ terão contribuído significativamente para a expansão da língua portuguesa, se considerarmos que a efectivação do mesmo projecto se apoiava nos seguintes condicionalismos processuais:

1) Assimilacionismo como caminho para a europeização

A instauração do Estado Novo tornou possível, de forma oficial, ao angolano (negro ou mestiço) ser considerado como cidadão português, ou seja, alcançar o mesmo estatuto legal de um europeu. O caminho para o reconhecimento, possível somente a partir dos 18 anos, era a assimilação. Ora, além da perspectiva linguística, onde o processo exigia demonstrar saber ler, escrever e falar fluentemente o português, o assimilacionismo tocava o ente socioantropológico na sua integridade, implicando mudanças a todos os níveis: vestuário e religião, por exemplo. Deste modo, o assimilado tinha de ser necessariamente um trabalhador assalariado; tinha de comer e vestir como os portugueses e professar a mesma religião; tinha de manter padrões de vida e costumes semelhantes aos europeus; não podia ter cadastro na polícia (Lemos apud Zau, 2007). A assimilação era, portanto, o caminho para a europeização, sendo assimilado aquele que conseguisse percorrê-lo.

2) Domínio do padrão europeu do português contra as variedades reestruturadas do português

Se é verdade que houve necessidade de aprender a língua portuguesa, também é certo que as variedades reestruturadas do português - o dito “pretuguês” - não permitiam a mobilidade estatutária ao assimilado. De facto, para que tal ascensão ocorresse, era necessário falar correcta e fluentemente a língua portuguesa, ou seja, falar à maneira portuguesa, ignorando, quiçá, o colonizador português que qualquer língua está sujeita à pressão do tempo e do espaço.

3) Implementação de colonatos agrícolas no interior para controlar a acção dos movimentos nacionalistas

Já no século XIX, por influência de uma resolução saída da Conferência de Berlim, que postulava não bastar a ocupação da costa para reivindicar o interior do território, Portugal

⁵⁹ O projecto colonial visava efectivar os princípios da Conferência de Berlim e reforçar no plano superestrutural o projecto colonialista da metrópole (Margarido apud Portugal, 1999), após a Constituição de 1933, sob a égide do Estado Novo.

decidiu, à semelhança de outras potências coloniais, ocupar com recurso à força militar os territórios que reivindicava, penetrando o mais longe possível no interior, como forma de se antecipar aos vizinhos europeus, predadores de terras. Na década de 60 do século XX, por influência dos movimentos nacionalistas, Portugal viu-se obrigado a alargar a sua presença para o interior de forma intensa. Para tal propósito, fomentou a criação de grandes colonatos agrícolas (Bender, *idem*).

4) Política de aldeamentos como forma de evitar a dispersão

Numa tentativa de controlar uma situação já por si delicada, quer na metrópole, pelas pressões internas e externas, quer na colónia, devido à acção dos movimentos nacionalistas, o regime, recorrendo ao exército, partiu para a política de agrupamento das populações, principalmente na zona Leste de Angola, em aldeamentos, durante a década de 70. Bender (2004) descreve os aldeamentos como vastas aldeias organizadas pelos militares, muitas vezes rodeadas de arame farpado, onde se agrupavam africanos anteriormente dispersos.

3.4.2 Acção da política linguística dos dirigentes no pós-independência

Não nos parece sensato ignorar nem escamotear a influência negativa da política linguística colonial em relação às línguas africanas. Todavia, torná-la bode expiatório para continuar a justificar os desequilíbrios reinantes entre a língua portuguesa e as africanas é, em nossa opinião, ridículo. Sabe-se inclusive que, enquanto decorria o processo de independência dos estados africanos de que as colónias portuguesas constituíam excepção, realizaram-se várias iniciativas de pendor internacional, no intuito de prevenir os novos estados e os candidatos a estado dos perigos que poderiam advir da não valorização da cultura e das línguas autóctones. Dessas iniciativas destacamos uma, pela importância histórica e pela relação que nutre com o assunto que estamos a tratar. Referimo-nos, concretamente, ao 1º Festival Cultural Pan-africano de Argel, realizado entre 21 de Julho e 1 de Agosto de 1969, na cidade com mesmo nome.

Nas Actas do referido festival, defendia-se a necessidade de uma cultura autónoma e democrática, elaborada por toda a sociedade, e fonte de intensa criação progressiva, empenhada no desenvolvimento dinâmico das tradições autóctones e não na sua simples preservação. Esta cultura autónoma e democrática deve estar apta a espelhar e a estimular a evolução socioeconómica de base e a solicitar, ao mesmo tempo, a tomada de consciência das massas. Deve também ser respeitadora das características regionais e sub-regionais e preocupada em promover a fundação de uma área cultural pan-africana e aberta ao mundo extra-africano, depois da libertação dos modelos europeus (Tavani, 1976). A delegação anfitriã do evento manifestava-se, a propósito, como no relato transcrito:

“A língua usada fica em muitos países a mesma da antiga potência colonial; é este um perigo de que é preciso tomar consciência, embora reconhecendo que durante um período transitório, mais ou menos longo, segundo as condições - variáveis de um país para outro -, o uso de uma língua estrangeira continue necessário. É preciso impor a língua nacional em todos os graus de ensino, de modo que a personalidade africana possa afirmar-se e desenvolver-se a partir das escolas elementares até à universidade. Deste modo evitaremos a formação de quadros excluídos das realidades nacionais e das massas populares, que ignoram ou conhecem mal a língua estrangeira na qual foi educada a elite”. (Tavani, 1976)

Nos pontos 12º e 14º das Actas do referido festival, podem ler-se algumas decisões tomadas a propósito do problema linguístico: i) promover a utilização e o ensino das línguas nacionais necessárias para a expressão autêntica da cultura africana e como meio popular para a divulgação científica e técnica; ii) traduzir para as nossas línguas as obras literárias, históricas, filosóficas e científicas que constituem o património comum da humanidade; iii) encorajar a tradução das obras africanas para outras línguas estrangeiras (Ferreira, 1988).

Houve participação de várias delegações, entre as quais a delegação dos actuais PALOP. Antes de lá chegarmos, merece referência, por encarnar o espírito do evento (valorização da cultura e línguas autóctones manifestada), a delegação da República da Guiné-Conakry, que denota, como considera Tavani (op. cit.), o testemunho de uma consciência muito mais desenvolvida em relação aos termos reais do problema, ao defender que:

“A valorização das nossas línguas é concebida como um potente factor de desalienação, de libertação ideológica através de uma renovada confiança em nós próprios, que o colonialismo nos tinha tirado. Assim, desde as primeiras classes, as línguas nacionais não constituem matérias ou disciplinas, mas instrumento, veículo de transmissão de conhecimento e técnica. Nos anos posteriores, inclusive os do ensino superior - 4º ciclo - , as línguas nacionais são disciplinas obrigatórias, não só para as Faculdades de Ciências Sociais, mas também para as Faculdades técnicas. As línguas nacionais, a este nível, são provisoriamente consideradas como matérias específicas, porque são previstas nos nossos planos de revolução cultural como instrumentos de ensino que servirão para a liquidação das estruturas mentais estranhas à cultura do nosso povo”. (Tanani, 1976)

Os PALOP, comunidade que Angola integra, fizeram-se representar nesse festival por uma delegação chefiada pelo cabo-verdiano Abílio Duarte, simultaneamente chefe da delegação do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e porta-voz dos outros movimentos de libertação, nomeadamente de Angola (MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola) e Moçambique (FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique). Relativamente ao problema linguístico, assume o princípio de “[...] codificação de línguas africanas e o seu uso para a instrução das massas, para os estudos, e para adaptá-las às necessidades do mundo moderno” (Tavani, 1976: 9). Entretanto, esse programa que o sociolinguista italiano Tavani considera extremamente genérico, denotando, em sua opinião, falta de uma correcta tomada de consciência político-ideológica do problema em questão, rapidamente evidencia carências manifestadas pela adopção, por parte do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), da língua portuguesa como língua de

alfabetização das massas nos territórios libertados. Situação similar ocorre em Angola e Moçambique, onde, sem causar grande espanto e em harmonia com aquele movimento, a língua portuguesa é adoptada como única língua oficial. Em relação a Angola, essa opção foi tomada pelos dirigentes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido que proclama a independência nacional. Deste modo, os dirigentes dos PALOP não entram apenas em contradição com as sugestões do Manifesto Cultural Pan-Africano, mas também com o seu próprio programa apresentado no 1º Festival Cultural Pan-africano de Argel.

No caso particular de Angola, esta decisão cria ambiguidade entre o espírito do artigo nº 1, da Lei Constitucional de 1975, que pugna pela “total libertação dos vestígios do colonialismo”, e o conteúdo revelado no artigo 16º da primeira e segunda Repúblicas (Sistema Presidencialista e Semipresidencialista respectivamente), bem como o artigo 19º da terceira República (Sistema Presidencialista-Parlamentar), onde se pode ler: “1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”. Evidentemente que o conteúdo desta directiva governamental em pouco ou quase nada diverge do artigo 9º da Lei de Bases do Sistema de Educação em vigor:

“O ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa”, sendo que “o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” e “sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais”. (Lei de Bases do Sistema da Educação, 2001)⁶⁰.

Nesta óptica, se a independência significou o fim da era colonial e a esperança numa injeção de lufada de ar para a promoção e afirmação das culturas e línguas africanas, em muitos planos ela trouxe à ribalta várias questões sensíveis que o sistema colonial e a luta anti-colonial disfarçadamente adiaram. Evidenciou também uma certa incapacidade e/ou impreparação dos decisores políticos em lidar com os desafios que o momento exigia. Não é por acaso que Mário Andrade, um ilustre nacionalista angolano, considera a independência um grande teste, uma vez que os nacionalistas tinham de discernir entre “rejeição definitiva do substrato negro-africano?”, “diluição na cultura dominante?” ou “aceitação da pseudo-condição de mestiço cultural?” (Andrade apud Jorge, 1998: 156). Neste rol de decisões, a questão linguística é das mais relevantes, uma vez que envolve a identidade individual ou colectiva.

⁶⁰ In <http://www.inide.angoladigital.net/pdf/LEIdeBASES%20do%20novo%20Sistema%20de%20ensino.pdf> (consultado em 12.04.2008).

3.5 Da independência ao declinar do século XX

Quase todos os indicadores da história da língua portuguesa em Angola permitem afirmar que, desde muito cedo, ainda sob o domínio colonial, o português dava sinais para ser a língua do Estado angolano, pelo menos na fase da independência, por diversas razões adiante mencionadas, que convergem na aproximação humana e antropológica entre portugueses e africanos, cultivada em perto de quinhentos anos de convivência. Foi, por isso que, sem grande espanto, ainda que persistisse algum cepticismo em relação ao período pós-independência, o português foi proclamado como língua oficial de Angola, enquanto, ironicamente, a mesma língua proclamava a independência. Sim, ironicamente, pois tudo ocorre numa altura em que essa língua representa Portugal; Portugal significa colonialismo e a descolonização de “tudo⁶¹” reger a palavra de ordem, apesar de, em termos políticos, o discurso oficial procurar resfriar as tensões, recorrendo ao politicamente correcto de que a luta armada não fora contra o povo português (Patraquim, 2009). Porém, espantosa é a situação que se seguiu no pós-independência, relacionada com a importância dada a uma língua europeia e de colonização, tendo-se espalhado pelo território, e assumido como língua materna de muitos angolanos, não obstante ser um país onde, de resto como noutros Estados pós-coloniais, a descolonização supor a erradicação de tudo o que era colonial⁶², e estar integrado num continente que se pretendia e, retoricamente, se pretende descolonizado.

A independência desmistificou, assim, o cepticismo criado em torno do futuro da língua portuguesa em Angola, sobretudo devido ao carácter multilingue desse país, pois suscitavam-se algumas dificuldades em se prever correctamente o futuro daquela língua⁶³. De facto, há razões de natureza diversificada que contribuíram de forma decisiva para a adopção do português como língua oficial de Angola, a par da inquietação resultante da necessidade de saber qual seria a alternativa ao português e como escolhê-la numa fase em que a unidade nacional era um objectivo imediato. Neste contexto, de entre as inúmeras razões para o não cumprimento das decisões do Manifesto Cultural Pan-africano que, como consequência, viabilizaram a adopção de uma língua do ex-colonizador como língua oficial, apresentamos, de seguida, algumas:

⁶¹ O Artigo nº 1 da Lei Constitucional, de 1975, debruça-se nestes termos: “Total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares”.

⁶² É o que consta no art. 1º da Lei Constitucional, 1975.

⁶³ Por exemplo, Manuel Ferreira apresenta algumas interrogações frequentes a esse respeito: “Que estatuto real iria colher a língua portuguesa nessa espessa rede linguística?”; “Iria funcionar como língua de escolaridade?”; “E, nesse caso, isoladamente ou em simultâneo com as línguas maternas de origem africana?”; “E a luta contra o analfabetismo em que língua ia ser travada?”; “Que efeitos iria provocar, por exemplo, uma decisão favorável à implantação da língua portuguesa?”; “Ou, simplesmente, ela iria ser abandonada e cumpriria o seu destino de língua estrangeira marginalizada?” (Ferreira, 1988: 16). Colocava-se também a questão de saber qual seria a alternativa ao português e como escolhê-la numa fase em que a unidade nacional era um objectivo imediato.

a) Princípio de pragmatismo

Houve-se dizer com alguma frequência, no seio da comunidade intelectual angolana, que o português ganhou espaço nos PALOP, em geral, e em Angola, em particular, mesmo antes das independências políticas. De facto, essa visão faz pleno sentido, como, aliás, deixa transparecer o incumprimento dos objectivos do 1º Festival Cultural Pan-africano, de Argel. Na mesma linha, apesar das dúvidas que se colocavam na fase de transição, perfila Ferreira (1988). Este investigador admite que a decisão havia sido ditada no tempo da guerra colonial, pelo que muita propaganda política, textos de esclarecimento e consciencialização, propagandas da rádio, expressão no seio do exército, da administração, da igreja, a escolarização nas zonas libertadas (...) tudo eram espaços conquistados pelo Português.

Por seu turno, Pepetela, em entrevista concedida no âmbito desta investigação, em Junho de 2010, confirma a tese de Ferreira, ao aludir que *“desde o princípio, o MPLA definiu o português como língua oficial, língua de unidade e língua do ensino, pelo menos numa primeira fase”* (Pepetela, 2010)⁶⁴. Sendo o partido que ficou no poder à data da proclamação da República, não só proclamou a República em língua portuguesa, como também se limitou a assumir e aprofundar essa prática corrente, ou seja, fazer como o fizeram as suas congéneres dos PALOP. *“Trata-se de uma decisão ditada antes da independência, i.é, ainda no tempo da guerra colonial”* (idem). Portanto, a acção da política linguística colonialista que, ao tornar a LP habitual no seio da elite e meio para a cidadania, terá contribuído para que essa língua se tornasse a principal língua da elite (e do “povo”), ao vedar “na catequese das missões, nas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas, por escrito ou faladas, ou outras línguas que não seja a portuguesa, por meio de folhetos, jornais, folhas avulsas e quaisquer manuscritos” (Decreto 77/1921, de Norton de Matos). Também a acção dos dirigentes angolanos, aliada ao carácter híbrido da referida elite em termos raciais (negros, brancos e mestiços), culturais e linguísticos, terá favorecido a língua portuguesa no âmbito do seu carácter neutral.

b) Princípio cultural

Sendo a única língua de escolarização e desde já com uma razoável taxa de cobertura nacional durante a fase de transição para a independência, com naturalidade ganhou vantagem sobre todas as outras línguas porque: i) a elite aprendeu a ler e escrever em LP, por isso tinha uma dimensão elitista e prestigiante; ii) a literatura, os manuais (...) tudo o que existia estava escrito em língua portuguesa, o que nos leva a inferir que essa língua tinha uma dimensão canónico-literária; iii) os próprios documentos oficiais dos movimentos de libertação nacional estavam escritos em língua portuguesa, quer dizer, a LP tinha uma dimensão oficial e política; iv) por último, como refere Kajibanga, *“os estatutos, os*

⁶⁴ Entrevista com Pepetela, 2010.

*programas máximos e mínimos dos movimentos vinham também escritos em língua portuguesa, salvo alguns casos em que eram traduzidos em línguas nacionais de origem africana (LNOA), por uma questão de afirmação do movimento no continente ou no mundo*⁶⁵. Deste modo, a propaganda política, os textos de esclarecimento e consciencialização, as propagandas da rádio, a expressão no seio do exército, da administração, da igreja, a escolarização nas zonas libertadas (...) tudo eram, conforme afirmamos atrás, espaços conquistados pela LP. Portanto, os movimentos de libertação nacional angolanos, principalmente o MPLA, parece “nunca terem colocado nas suas agendas a questão da negação da língua portuguesa”⁶⁶.

c) Princípio de neutralidade

A complexidade da sociedade angolana, aliada a toda a situação que acompanhou a transição para a independência, permite-nos afirmar que, até à altura da independência nacional, não existia em Angola nenhuma das LNOA que pudesse ter uma cobertura nacional de forma não conflituosa. Mesmo o kimbundu, que foi a 1ª língua de Angola a ser estudada e escrita pelos missionários que evangelizaram o reino de Ngola nos séculos XV e XVI, e que chegou a ser considerada como língua de Angola, dificilmente podia ser declarado como língua oficial, em nome da unidade nacional, que dependia do aniquilamento dos micronacionalismos, separatismos, tribalismo e regionalismos rumo à construção de uma nação supra-étnica. Como se pode deparar, toda essa situação favorecia claramente a língua portuguesa. Visto assim, parece não haver, na altura, outra escolha. “*Houve um líder político - disse Pepetela - que tentou propor a adopção do Francês, para evitar a LP, língua do colonizador. Entretanto, provocou reacções hilariantes que teve de recuar no discurso*”⁶⁷.

d) Princípio sociopolítico

De acordo com Kajibanga, o nacionalismo angolano teve um cunho tribal. Em sua opinião, embora a questão careça ainda de pesquisas sólidas, o senso comum e a propaganda política sempre relacionaram, do norte ao sul, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) aos bacongós (kicongo), o MPLA aos mbundos (kimbundu) e a UNITA (União Nacional para a Independência de Angola) aos ovimbundos (umbundu). Mesmo a nível gráfico das LNOA, não se observava uniformidade. A igreja católica tinha uma grafia própria, distinta, por exemplo, da grafia utilizada pelas igrejas protestantes, diferindo a grafia destas da grafia tida como formal. Neste contexto, seria pouco provável que um kimbundu aceitasse falar umbundu e vice-versa, ou um kicongo aceitasse falar umbundu ou kimbundu e vice-versa⁶⁸.

⁶⁵ Entrevista com Kajibanga, 2010.

⁶⁶ Entrevista com Pepetela, 2010.

⁶⁷ Entrevista com Pepetela, 2010.

⁶⁸ Entrevista com Kajibanga, 2010.

Na senda do princípio sociopolítico, Pepetela refere que a escolha estava feita anteriormente, pois estava inscrita nos factos. Nem houve discussão, acrescenta⁶⁹. A situação era extremamente melindrosa para os responsáveis políticos que recearam o risco da ameaça de guerra linguística, pois tal como as guerras religiosas e interétnicas, poderia aumentar os sentimentos de ódio e violência, numa altura sensível da história de Angola. Mais uma guerra, num turbilhão de guerras étnicas, poderia ser muito prejudicial, não só ao projecto da independência, como também ao da criação de nação una com que tanto se sonhou. Fernando Ganhão, ex-reitor da Universidade Eduardo Mondlane, dá mote à importância do factor linguístico naquela fase, quando, debruçando-se, em particular, sobre a realidade moçambicana, país com características sociolinguísticas similares a Angola, deixa claro que:

“Teria sido impossível que em 25 de Junho de 1975 (data da independência de Moçambique) se tivesse escolhido uma das várias línguas moçambicanas para língua nacional, porque as querelas que isso traria fariam de certo perigar a existência de estado uno, teriam impossibilitado a unidade que criámos no seio do nosso Partido Frelimo e impedido as vitórias que já alcançámos na edificação das bases materiais e ideológicas para a construção da sociedade socialista.” ([Ferreira, 1988])

Diríamos, à luz das similitudes, que seria difícil ou quase impossível que a 11 de Novembro de 1975 se tivesse escolhido uma das várias línguas angolanas de origem africana para língua nacional, porque as querelas resultantes de tal escolha poderiam, de certo, ensombrar a ideia da unidade hoje alimentada pela língua portuguesa, ainda que, na altura, não se conseguisse evitar uma longa guerra civil de contornos étnicos.

e) Princípio económico

Uma das principais dificuldades que se poderiam colocar consistia em saber como o Estado, esgotado economicamente após longa e dura guerra de libertação, iria despoletar para a criação de estruturas adequadas, rumo ao ensino de uma língua de origem africana fosse qual fosse. Havia, praticamente, falta de tudo, já que o colonizador não cuidara, durante os cerca de quinhentos anos de dominação - até procurando tornar isso impossível - de instituir a prática de ensino de uma língua materna de origem africana. Neste aspecto, a colonização portuguesa afasta-se da política colonial dos ingleses que tiveram comportamento diferente nesse domínio, ao adoptarem uma postura colonial que radicava na institucionalização do *indirect rule* (governança indirecta).

Outra razão de monta, como é de uso afirmarem os dirigentes políticos e os responsáveis pela instrução e cultura, vem a ser aquela que permite que a língua portuguesa, espalhada por todo o território, possa constituir-se em notável factor de unidade nacional, já que um elemento fundamental, embora não determinante, da existência de uma nação é a língua. No caso de Angola, a posição do português, do ponto de vista da dinâmica em direcção à

⁶⁹ Entrevista com Pepetela, 2010.

nacionalização, é notável, como, aliás, revelam os resultados apresentados no capítulo seguinte, porém com as devidas cautelas em termos de generalizações.

3.5.1 Acerca da angolanidade em língua portuguesa: uma nova identidade?

À semelhança de outros acasos, a coabitação entre os sistemas africanos e europeu em Angola não foi pacífica na primeira fase da dominação colonial portuguesa motivada, significativamente, por uma certa “descoincidência” e um desfasamento, a par de cumplicidades e compromissos estratégicos (Henriques, 2004: 14). Este clima, que acompanhou todo o percurso da construção do território angolano, tem uma relação estreita com o comportamento do sistema colonial em pretender organizar, segundo o paradigma social europeu, o território conquistado à luz dos descobrimentos, e que declara seu, com recurso à violência, sem medir custos. Tal violência obriga o colonizado a procurar reforçar as condições de autonomia, implicando uma redefinição das suas relações com o território, da mesma forma que procura recuperar as terras ocupadas pelo colonizador, porém, sem nunca as poder ter como dantes.

Assim, o novo território criado nessas circunstâncias - o território colonial - onde os africanos aparecem mais como mera força de trabalho, ou seja, a “periferia” necessária para a manutenção do domínio do “centro”, origina uma identidade nova, nascida da intersecção do “centro” com a “periferia”. Por conseguinte, num e noutro, pese embora as disparidades hegemónicas, deixa de haver completamente uma terra portuguesa, como Portugal, nem terras africanas, como eram antes da chegada dos portugueses, na medida em que se força a integração de ambos na nova identidade. O africano tinha de conviver forçosamente com o europeu e este com aquele, porém em planos desajustados: o colonizado procura reforçar ou, pelo menos, manter a africanidade ameaçada pela portugalização, apoiando-se na angolanidade como conceito-chave, sem que, no entanto, se descole radicalmente daquela. Em sentido oposto, o europeu, pese embora o rótulo de civilizado como forma de impor o seu domínio, não escapa à africanização por influência do meio envolvente, ainda que tal processo se desenrole de forma intuitiva. Deste modo, africanos e europeus acabam por ser co-autores na construção de Angola, uma unidade geopolítica nascida da soma das antigas autonomias políticas africanas e da intervenção colonial portuguesa. (Henriques, op. cit.).

Conquistada a independência, seguiu-se a fase em que se pretendia pôr em prática os desígnios da luta de libertação pela independência agregados no Artigo nº 1 da Lei Constitucional, de 1975:

“Total libertação do povo angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares”. (Art. 1º, Lei Constitucional, 1975)

À luz do artigo supracitado, considera-se o período pós-independência correspondente à defesa e afirmação da angolanidade, palavra que é um dos neologismos forjados pelos nacionalistas angolanos, ao que parece da autoria de Alfredo Margarido, em 1961 (Jorge, 1998). Entretanto, é pela pena de Costa Andrade que aparece pela 1ª vez, considerando que “por ‘angolanidade’ deve entender-se não só a negritude, mas a perspectiva do homem novo que Franz Fanon menciona como sendo indispensável a um diálogo efectivo entre os homens de África e os dos outros continentes” (Costa Andrade apud Jorge, op. cit.). As insuficiências reveladas pela perspectiva da angolanidade defendida por Costa Andrade, resultantes, ao que parece, do facto de ser elaborada sob a pressão dos acontecimentos político-militares que se desenrolaram em Angola, originaram críticas, por uma suposta inaptidão em dar conta da realidade cultural angolana, ao enfatizar a negritude, que podia ter o perigo de negar o efeito de aculturação resultante da colonização, e ao ignorar a história do fenómeno cultural angolano. Aliás, Agostinho Neto, atento à realidade, recorda que “O povo e o meio ambiente foram, aqui em Angola, marcados pelo ferro da escravatura e a colonização marcou ainda durante muito tempo a vida do povo angolano” (Jorge, op. cit., p. 157).

Na mesma linha, o mesmo Neto supracitado acrescenta que “A cultura do povo angolano compreende hoje várias componentes que vão das zonas urbanas às zonas rurais pouco atingidas pela assimilação cultural europeia” (idem, ibidem), ideia que, para Manuel Jorge, evidencia ignorância por parte de Neto em relação aos critérios da aculturação, ao reduzi-los à forma única forçada, enquanto pode também ser espontânea, natural, livre ou mesmo controlada. Daí que a ideia de Alfredo Margarido, que vê na angolanidade a “substância nacional angolana” (Alfredo Margarido apud Jorge, idem, pp. 157-158), parece aproximar-se da verdadeira angolanidade, uma vez que incorpora a problemática da cultura angolana na sua história: “Angola tem uma característica cultural própria, que resulta da sua história, ou das suas histórias” (Agostinho Neto apud Jorge, idem, p. 158). Portanto, sendo um conceito dinâmico, a abordagem da angolanidade remete para duas dimensões: uma dimensão política, instrumental, isto é, angolanidade como instrumento necessário ou indispensável para a criação e afirmação da identidade nacional em construção, e uma dimensão cultural que lhe concede o realismo. Ora, a língua portuguesa é um elemento omnipresente, na medida em que incorpora ambas as dimensões.

O período pós-independência corresponde também ao momento sensível em relação à definição do futuro do novo Estado e da língua portuguesa, uma vez que ainda pairavam perigos remanescentes do período colonial cessante, que poderiam tornar difícil a consecução do tão almejado projecto da angolanidade. Os desafios eram vários, sendo que o novo Estado acabara de sair de um longo período de dominação por um sistema dotado de mecanismos violentamente poderosos, tais como o colonialismo, o racismo, a escravatura, a destruição cultural, para impor não só a sua hegemonia, mas também para anular o próprio indivíduo africano negro, como atestam as palavras de Neto:

“As culturas africanas tinham sofrido um processo de «coisificação». Aos olhos desses alguns, a música, a dança, as línguas, a filosofia, as religiões africanas eram «coisas» e coisas sem importância. O próprio homem africano é submetido a esse processo - [e ao outro]. Na sua mente, nós somos coisas desprezíveis, destituídas do valor humano que têm todos os homens sobre a terra. Logicamente, deste(s) processo(s) (...) passa-se com a maior facilidade para a violência e a imoralidade.”

[Palestra proferida em 18 de Novembro de 1959, na CEI, Lisboa. In Mensagem, ano III, nº 5-6]

Havia necessidade de saber lidar com o conflito armado que eclodiu após a independência colonial e que se prolongou até 2002, de igual modo com o perigo que poderia resultar do carácter complexo da diversidade angolana, que ia desde a composição social à linguística. Aqui, sublinhamos as pressões internas originadas pelo multilinguismo angolano e externas que emanam da força centrípeta da língua. Tal é o caso da pressão exercida, por um lado, pelas línguas não africanas, que são línguas oficiais dos países vizinhos, e por outro, pelas línguas africanas não angolanas que, com pouca ou sem muita presença, se entrecruzam numa osmose linguística. Na generalidade dos PALOP, as línguas estrangeiras que são oficiais nos países vizinhos e que exercem pressão à língua portuguesa são resumidas na tabela que se segue⁷⁰:

Tabela 18: Países e línguas oficiais vizinhos dos PALOP

Países dos PALOP	País(es) vizinhos dos PALOP	Línguas oficiais dos países vizinhos dos PALOP
Angola	República do Congo, R.D.C, Namíbia e Zâmbia	Francês e Inglês
Cabo Verde	Senegal, Mauritânia e Gâmbia	Francês e Inglês
Guiné-Bissau	Senegal e Guiné-Conacri	Francês
Moçambique	África do Sul, Suazilândia, Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Tanzânia	Inglês
São Tomé e Príncipe	Gabão, Guiné-Equatorial, Camarões e Nigéria	Francês e Inglês

Fonte: Adaptação nossa.

No quadro das pressões externas das línguas de origem africana, merece destaque o lingala, uma das quatro maiores línguas francas, de origem “indígena”, com o estatuto de língua nacional, na RDC⁷¹. Apesar de não dispormos de informação estatística, o nosso conhecimento da realidade angolana dá-nos alguma margem que nos permite inferir, com prudência, que o lingala é, neste contexto, a língua que mais pressão vem exercendo sobre o português, com maior incidência inicialmente em zonas fronteiriças, do Norte e Leste, pela proximidade geográfica. Com efeito, o facto de estar a conquistar espaços em Luanda, a cidade que concentra cerca de 1/3 da população, acelera a sua expansão, a par de haver, na mesma cidade, um número considerável de angolanos provenientes da RDC que, se não falam correctamente o lingala, pelo menos compreendem-no. Deve-se considerar também a presença de imigrantes congolezes, maioritariamente concentrados no Bairro da Palanca, em

⁷⁰ No caso dos países insulares, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por não terem fronteiras terrestres, recorremos ao critério de proximidade geográfica.

⁷¹ Cf.: “Lingala language.” *Encyclopædia Britannica. Encyclopædia Britannica Online.* Encyclopædia Britannica. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/342347/Lingala-language>. Acedida a 23.08.2011, às 13h00.

Luanda, que pode ser considerado o principal foco de irradiação da referida língua. Convém referir que a procura de meios de sobrevivência nas famosas zonas de garimpo tem contribuído, de igual modo, para a sua difusão.

Nesta óptica, se a independência significou o fim da era colonial e a esperança numa injeção de lufada de ar para a realização dos ideais nacionalistas tais como: i) “a necessidade e a urgência de defender a dignidade e a especificidade cultural do homem angolano e salvaguardar, especialmente, as suas tradições culturais, historicamente perspectivadas e garantidas, por séculos de resistência popular, assim como as conquistas culturais obtidas ao longo da luta pela independência nacional”; ii) “a necessidade e a urgência de activar, a partir dessas tradições e conquistas, o inventário cultural do país, no contexto particular do renascimento cultural africano, como contribuição original para um mundo verdadeiramente livre” (Jorge, 2006: 7), em alguns domínios, ela traduziu-se em “algo” semelhante à extensão do colonialismo ou, quiçá, um neo-colonialismo (linguístico), trazendo à ribalta questões sensíveis que o sistema colonial e a luta anti-colonial disfarçadamente adiaram. Evidenciou, de igual modo, uma certa incapacidade e/ou impreparação dos decisores políticos em lidar com os desafios que o momento exigia. Não é por acaso que Mário Andrade, um ilustre nacionalista angolano, considera a independência um grande teste, uma vez que os nacionalistas tinham que discernir entre “rejeição definitiva do substrato negro-africano?”; “diluição na cultura dominante?” ou “aceitação da pseudo-condição de mestiço cultural?” (Mário Andrade apud Jorge, 1998: 156). De facto, neste rol de decisões, a questão linguística é das mais relevantes conforme referimos, não só por envolver a identidade individual ou colectiva, mas também por incorporar o principal elemento sociocultural de unidade nacional: a língua portuguesa.

Nesta óptica, contrariamente ao espírito do artigo nº 1, da Lei Constitucional de 1975, que pugnava pela “total libertação dos vestígios do colonialismo”, e dos ideais nacionalistas, o período pós-independência não significou, nem de longe nem de perto, a propalada ausência total dos vestígios do colonialismo, antes, porém, a sua presença sob outras maneiras. Por exemplo, se a adopção da língua portuguesa não deixa de poder remeter para o colonialismo, que muitas vezes é apelado por desagrado a determinadas políticas linguística, a adopção como única língua oficial pode, por sua vez, anuir à continuidade da política linguística colonial de favorecimento da língua portuguesa, não obstante as diferenças no plano da aplicação das medidas, sendo mais vistosas no período colonial e engenhosas no pós-independência.

Mediante o exposto, resta-nos concluir que a língua portuguesa representa vestígios do colonialismo. Porém, não restam dúvidas quanto à sua utilidade para a formatação de uma nova identidade nacional à custa de ameaça da diversidade. O seu papel enquanto directório de comunicação nacional tem contribuído para o reforço dessa identidade, situada entre a

européia e a africana, seus principais artefactos, e condimentado pelos efeitos da globalização. A angolanidade de que é, paradoxalmente, veículo e co-fundadora, ganha com a língua portuguesa e esta com aquela.

3.6 A língua portuguesa na senda da actualidade: perspectivas para o século XXI

Se até à véspera da independência, excepto uma minoria que utilizava a língua portuguesa com frequência, a maioria da população do interior pouco a falava, ao ponto de colocar Angola na lista dos países da África tropical em que, no início do século XX, as etnias locais mais vigorosamente resistiram ao domínio europeu, é exactamente sob a égide dos dirigentes angolanos que se assiste à maior expansão da língua portuguesa pelo território nacional, deixando de ser língua exclusiva do meio urbano e de uma elite, para se ir intrometendo no meio rural, massificando-se. Este clima não remete apenas para um carácter irreversível de expansão territorial, como também pela outras reflexões que envolvem questões tais como a naturalização, nacionalização linguísticas e democratização do ensino.

3.6.1 Carácter irreversível da expansão territorial da língua portuguesa

Este ponto faz uma incursão nos motivos que ajudam a perceber as razões que estão na base da expansão galopante da língua portuguesa que se vem assistindo na generalidade do país, tendo como principal referência o estudo “Língua Portuguesa em África: perspectivas presentes e futuras”, de Mão-de-Ferro Martinho (s/d). Nesta óptica, apresentamos a seguir algumas dessas razões.

1) O conflito armado

O conflito armado pode ter uma dupla implicação na análise do fenómeno linguístico. Primeiramente, ao puxar para si as atenções, tornando-se prioridade política do estado angolano, atirou para segundo plano as questões linguísticas. Nesta óptica, a língua portuguesa continuou a beneficiar-se, por ser a língua oficial de e nas forças armadas, isto é, o principal veículo entre os guerrilheiros que pertenciam a etnias diferentes. Em segundo lugar, pese embora o carácter deplorável do referido conflito, que devastou o país em 27 anos de intensa guerra civil, podemos reconhecer-lhe três contributos fundamentais do ponto de vista da assunção da língua portuguesa:

a) A guerra forçou à convivência de pessoas de etnias diferentes nos mesmos espaços, na medida em que a maioria da população do interior abandonou as suas zonas de origem em busca dos grandes centros que oferecessem maior segurança ameaçada pela guerra;

b) A partilha de espaço comum acima referida ajudou a encurtar as fronteiras identitárias, a diminuir querelas e a inculcar a ideia de “um só povo, uma só nação(!)”;

c) A língua portuguesa foi um instrumento fundamental em todo este processo, funcionando como elo de ligação, ou seja, com funções de língua franca, por ser aquela através da qual populações de etnias diferentes podiam comunicar entre si, em todas as suas necessidades.

Numa só palavra, o conflito armado provocou simultaneamente a desterritorialização da população e a territorialização da língua portuguesa.

2) A instauração da democracia

Nas décadas de 80 e 90 do século passado eclodiu o movimento da democratização de muitos Estados africanos, incluindo Angola, a par do advento da economia de mercado. Segundo Furtado (1998), este movimento é influenciado tanto por factores exógenos inerentes ao contexto político internacional, por exemplo, os acontecimentos do Leste Europeu e as exigências dos organismos de cooperação bilateral e multilateral, condicionando a ajuda ao desenvolvimento e a concessão de créditos à boa *gouvernance* (Furtado, idem), quanto por factores endógenos ligados ao contexto sociopolítico interno do continente africano, tais como:

1) A procura do melhor modelo de governação, tendo em conta os milenares conflitos étnicos e tribais que marcam o continente africano, com vista à execução do projecto de construção de nações.

2) As interdependências económicas, políticas e culturais que ganham peso significativo nas opções que se fazem, bem como na determinação da perspectiva analítica que se pretende desenvolver. (Furtado, idem).

Ora, uma vez que a língua é um meio de poder e um factor de desenvolvimento, a economia de mercado implicou a necessidade da escolha de uma língua angolana de mercado nas transacções internacionais, uma vez que esta representa também uma condição essencial ao desenvolvimento económico e social. E, no quadro linguístico angolano, com muita naturalidade, a língua portuguesa ganhou à concorrência, pelas funções que vem desempenhando, sejam de carácter psicossocial ou cultural, reforçadas, como é óbvio, pela função política e económica que, por sua vez, se inserem num contexto mundial. Tornou-se, assim, a língua oficial de mercado e das transacções, uma vez que: i) é, no quadro das línguas de Angola, a língua com maior tradição académica (mais bem estruturada e estudada) e com maior projecção nacional e internacional; ii) é a única língua com condições estruturais para assegurar a escolarização em todo o território nacional; iii) é a única língua isenta de conotação étnica, aspecto fundamental para evitar o risco da ameaça de “guerra linguística” interétnica; iv) é a única língua que reúne condições de ser língua da diplomacia, ou seja,

língua não só das cimeiras entre os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), como também entre cada um deles e outros países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), ou com outras instituições internacionais.

3) A pressão exercida pelos meios dominantes de comunicação social

Salvo alguns programas em línguas nacionais de origem africana, tanto na rádio como na televisão estatais, a vida nos *Media* angolanos é feita em português. O recurso às línguas autóctones parece s(t)er, em alguns casos, um mero fundo decorativo. A realidade actual deixa transparecer que o português é a língua de eleição no dia-a-dia, assumindo-se como principal veículo em muitos meios familiares, no meio escolar, no meio laboral, entre amigos e com pessoas desconhecidas.

4) Exercício continuado de procedimentos administrativos e oficiais dos quais a língua portuguesa é meio veicular

Sem velarem pelos perigos da politização linguística num país plurilingue, todos os procedimentos administrativos e oficiais ocorrem em língua portuguesa. Observa-se carência, ou melhor, ausência generalizada de traduções que poderiam ajudar a compreender melhor vários conteúdos de extrema importância para o cidadão comum, tais como as leis mais importantes, os discursos políticos, só para citar alguns casos. O texto bilingue podia ser uma solução experimentável.

5) A alfabetização feita em língua portuguesa

Sendo a língua oficial de escolarização e tendo já uma considerável taxa de cobertura nacional, o português tem vindo a cimentar, com naturalidade, a sua hegemonia sobre todas as outras línguas de Angola pelos seguintes motivos:

a) A elite aprendeu a ler e a escrever em língua portuguesa, daí ter uma dimensão elitista e prestigiante;

b) As obras literárias e técnicas, os manuais escolares e genericamente tudo o que existe está escrito em língua portuguesa - salvo raras excepções -, o que nos leva a reconhecer-lhe uma dimensão canónico-literária;

c) Os documentos oficiais, desde o tempo dos movimentos de libertação até ao actual Parlamento, escrevem-se em língua portuguesa, daí ter uma dimensão oficial e política.

Todas as razões supracitadas levam-nos a concordar com Martinho Mão-de-Ferro, ao concluir que “vivemos uma situação em que a importância da língua portuguesa representa na

actualidade, de forma empírica e observável, o desiderato do período pós-independência, a saber, a natureza transversal da língua portuguesa e a sua constituição como plataforma comunicativa extensiva” (Martinho, op. cit.).

3.6.2 Para a nacionalização e naturalização da língua portuguesa

A discussão em torno da nacionalização da língua portuguesa em Angola tem vindo a acentuar-se cada vez mais. O interesse pela temática não é apenas uma consequência da sua dinâmica expansão territorial, como também, e principalmente por estar a tornar-se uma das línguas maternas com maior número de falantes, não obstante a associação que dela se faz ao colonialismo. Estas são as bases da discussão, tendo como suporte o quadro conceptual de língua nacional: i) “uma língua falada em determinado território que, por plasmar marcas de uma herança específica ou código de afirmação de originalidade ético-cultural, pode configurar um elemento caracterizador de uma consciência nacional e, nos casos mais evoluídos, ser suporte de uma expressão literária autónoma” (Cristóvão et al., p. 606); ii) “língua materna de um grupo de indivíduos que pertencem a um país cuja língua oficial pode ser diferente da sua” (ILTEC, op. cit.).

À luz dos conceitos supracitados, é com naturalidade que tanto a língua portuguesa, como as línguas de origem africana se enquadram no perfil anunciado, apesar de assistirmos, em termos concretos, ao uso da expressão “língua nacional” como principal elemento para distinguir as línguas de origem africana - consideradas como línguas nacionais - e o português, língua oficial e veicular. Sendo um conceito que se apoia na “língua materna”, o seu uso actual deriva de um contexto colonial, visto que naquela época o português era uma língua elitizada, ou seja, falada por uma minoria, em contraste com as línguas de origem africana, faladas maioritariamente nas sociedades étnicas. Nesta óptica, consideramos que o critério do número de falantes maternos, influenciado implicitamente pela ideia de pertença, terá contribuído, no quadro em que nos situamos, para não integrar a língua portuguesa no lote das línguas nacionais de Angola. Não devemos esquecer que, até à independência, o português era falado por uma minoria, facto que poderia justificar a não aceitação/assunção por parte da maioria da população que tinha as suas línguas maternas.

Posteriormente, o quadro mudou, o número de falantes maternos e não maternos cresceu e a consciência de assunção é uma realidade cada vez mais concreta. Este comportamento é susceptível de permitir afirmar que a língua portuguesa parece já exercer a função de língua nacional, cabendo aos decisores a criação de condições (materiais e humanas) que a envolvência do assunto exige, a começar pela própria designação. Poderão estar criadas condições para responder várias questões que o assunto estimula, tais como as que a seguir sugerimos: “Uma vez aceite a expressão língua nacional para designar a língua portuguesa, por que terminologia(s) serão designadas as actuais línguas nacionais?”; “Terão todas o

estatuto de língua nacional ou será apenas o português a língua nacional de Angola?"; "Terá a expressão 'língua nacional' o mesmo significado que tem nas actuais línguas nacionais ou terá apenas, para o português, um valor político?".

Por conseguinte, além dessa perspectiva mais política, há outros assuntos que a nacionalização implica. Nesta óptica, uma vez que o assunto é susceptível de questionar a variante do português correspondente à língua nacional, coloca-se a questão do estabelecimento de um "português padrão angolano". Aliás, Marques (1983) lança um alerta, ao aludir que Angola: i) carece de um levantamento do português fundamental, isto é, mais usual, e o que ele traduz em termos de uso pela população angolana, por áreas geográficas, a nível da compreensão, expressão oral e expressão escrita; ii) carece de estudo apurado sobre a descrição fonética, morfossintáctica e semântica, passível de delimitar as marcas desse português, quer decorrendo de uma evolução natural da língua, quer resultando do contacto interlinguístico (interferências LP + LNOA e LNOA + LNOA). O mesmo é dizer que tal como se estabeleceram normas para as actuais línguas nacionais, dever-se-á fazê-lo em relação à língua portuguesa-língua nacional de Angola.

Deste modo, do ponto de vista da padronização do português angolano, a conjugação dos factores atrás assinalados poderá viabilizar: a) o estabelecimento de tal português padrão angolano; b) a definição da variante do português angolano a ser ensinada; c) a re-orientação da problemática das normas linguísticas como a revisão e estruturação de gramáticas descritivas e normativas; d) o estabelecimento de critérios para a ortografia oficial das línguas; e) a elaboração de métodos adequados ao ensino da língua portuguesa e das LNOA; f) a produção de material didáctico que permita a realização dos objectivos, conteúdos programáticos e aplicação dos métodos e técnicas de ensino (Marques, *idem.*). A importância desse exercício aumenta ainda pelo facto de se usar indiscriminadamente, e às vezes como sinónimas, as expressões "português angolano" e "português dos musseques".

Efectivamente, a língua é um instrumento de/para a sociedade que depende da influência de todos, mas sobretudo da política, para nela materializar as suas funções. Em comunidades linguisticamente heterogéneas como Angola ou Moçambique, onde encontramos uma grande variedade de línguas étnicas, as entidades políticas recorrem a uma língua, cuja escolha política é decidida em função de vários factores, para exercer determinadas funções a nível administrativo, escolarização, internacionalização, que outras línguas teriam dificuldades em exercer. No caso particular de Angola, por intermédio do Estado, o principal arquitecto do projecto de construção da nação, a escolha recaiu sobre a língua portuguesa que, a par da difusão territorial, das funções, do número de falantes maternos e, fundamentalmente, do estatuto político, caminha triunfante em direcção à nacionalização. Essa marcha, em nossa opinião irreversível, tem a chancela dos decisores políticos, que dão sinais inequívocos para

tal propósito, como atestam as palavras do Presidente da República, no trecho que a seguir transcrevemos:

“Devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa, adoptada desde a nossa independência como língua oficial do país e que já é hoje língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como a língua nacional em Angola”.

[JES. In *Soberania, Desenvolvimento, Identidade Nacional*, 2007, p. 90]

Outra questão que merece ser referida é a naturalização. Conceito por vezes confundido com nacionalização, usa-se quando uma língua, considerada alheia por parte de uma comunidade de indígenas, é aceite por essa comunidade, concedendo-lhe o estatuto de cidadania (Lopes, 1997). Essa aceitação pressupõe, segundo Vilela (2001), uma adaptação contínua da língua às novas realidades (indigenização ou nativização), bem como o reconhecimento de que a utilização das formas e significados da nova variedade não nativa (níveis de realização) serve o seu propósito funcional (Vilela, *idem*).

De facto, por altura da independência de Angola, a língua portuguesa, que representava Portugal (Portugal significava colonialismo e a descolonização de tudo regia a palavra de ordem), foi proclamada como língua oficial, assim como oficialmente foi naturalizada por se revelar suficientemente flexível e adaptável para servir as realidades angolanas, principalmente na resolução do problema da unidade nacional. Foi a partir dessa altura, usando a terminologia de Lopes (*op. cit.*), que teve direito a passaporte. De facto, hoje não restam dúvidas sobre esse processo da naturalização do português em Angola, assim como poucas dúvidas existirão sobre a sua marcha na procura da nacionalidade angolana. Resta, sim, confirmar em ambos os casos a emissão do bilhete de identidade.

3.7 A necessidade de uma alfabetização bilingue

No relatório “*Rapport mondial sur la culture*” (2000), a UNESCO é peremptória em afirmar que a maior parte dos conflitos que surgem, hoje, nos estados-nações apresenta uma componente cultural. Nesta perspectiva, sendo Angola uma sociedade pluralista, torna-se fundamental educar as populações para esta nova realidade mundial, no intuito de evitar tensões sociais, culturais e linguísticas. Tratando-se de um momento em que se nota uma expansão acelerada da LP em todo o território nacional; em que decorre a experiência da introdução das línguas nacionais de origem africana nos primeiros anos de escolaridade⁷²; em

⁷² O Jornal de Angola refere que a experiência está a ser apoiada por duas empresas sul-africanas, *Maskew Miller Longman* e *EBA*. In <http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID=42917>, consultado a 07.01.2007.

que se discute o Projecto-Lei sobre o seu estatuto, que visa dar-lhes maior dignidade⁷³ face à sua congénere portuguesa, ao estado pede-se maior acompanhamento e intervenção sustentados no terreno das competências pedagógicas, competindo-lhe definir políticas de língua sensíveis à realidade multicultural angolana. Compete-lhe também a adopção de modelos socioeducativos que suportem a aquisição e aprendizagem de várias línguas em simultâneo, quer em contextos formais, quer informais, bem como modelos de formação de formadores passíveis de formar profissionais competentes e reflexivos que o momento exige. Numa só expressão, é preciso que o estado reconheça o direito à diferença de todos os angolanos, investindo seriamente na educação.

A afirmação de cada cultura em contacto com outras enriquece e contribui, defende Bonal (2000), para a construção de uma cultura universal responsável por um património que a todos pertence. Ora, numa sociedade que se pretende democrática, se bem que em Martins (1949) se assista a uma perspectiva enraizada em caminhos não paralelos entre “filosofia de vida” e “sistema político” na concepção de uma democracia, torna-se imperioso, em nossa opinião, e baseando-nos em Bonal supracitado, o ajustamento das instituições educativas à diversidade cultural. Aquele investigador propõe alguns passos que julgamos pertinente enumerar: i) adição de conteúdos étnicos aos programas; ii) capacidade de sublinhar os contributos da adaptação dos grupos etnicamente minoritários para o património nacional, com vista ao desenvolvimento da auto-estima; iii) introdução no ensino de níveis de trabalho compensatórios das privações culturais; iv) institucionalização da educação bilingue, principalmente no ensino básico.

Na mesma linha de Bonal, Mão-de-Ferro Martinho (op. cit.), independentemente de várias razões, alerta as entidades governamentais sobre a necessidade de: i) elaborar uma profunda e séria análise da situação nacional em termos de alfabetização e iliteracia; ii) proceder a uma renovada análise da situação das línguas africanas bantu e de outras línguas que possam ter presença significativa em território nacional; iii) organizar e manter operativas actividades permanentes de formação contínua, pois é de domínio público que a maioria dos professores angolanos não detêm instrumentos eficazes de trabalho e de auto-avaliação e reflexão sobre as práticas respectivas; iv) organizar e manter, no sentido de uma planificação educativa auto-sustentada e autónoma, formação pós-graduada intensiva; v) iniciar a planificação de um projecto de dimensão nacional tendente à construção e manutenção de actividades de *e-learning*.

Sendo que a concretização deste projecto linguístico angolano exige como palco de excelência a escola, ou seja, o chamado ensino formal, a melhor forma de a escola lidar com a diversidade cultural é através do pluralismo, valorizando no currículo, de forma mais equitativa possível, todas as culturas presentes. A preocupação principal deste modelo passa

⁷³ É nesses termos que se debruçava o antigo Ministro angolano da Cultura.

pelo reconhecimento da multiculturalidade, contrário à homogeneidade no sistema educativo, encarando-se esse facto como uma grande fonte de riqueza pedagógica. Nesta perspectiva, deve privilegiar-se a educação intercultural, ou seja, aquela que potencialize a inter-relação entre as pessoas de distintas culturas e origens sociais. Contudo, cabe, em todo o caso, às autoridades de direito, no seio de vários modelos, discernir e aplicar aquele(s) que mais se adequê(m) e favoreça(m) a integração dos alunos, neste caso de língua materna e não materna portuguesa, respeitando as suas diferenças, porém encarando-as como um factor de enriquecimento do processo de ensino/aprendizagem e não como um entrave à aprendizagem e integração dos diferentes grupos étnicos. Aqui reside, mais uma vez, a aplicabilidade do conceito da democratização do ensino, traduzido do modelo de ensino bilingue, actual e pertinente.

3.7.1 Que bilinguismo para Angola?

Na actual conjuntura mundial, as Nações Unidas defendem que o desenvolvimento cognitivo da criança deve fazer-se na língua materna. Ora, no caso de Angola exige-se algum esclarecimento em torno de algumas questões tais como: havendo nesse país crianças de língua materna portuguesa e outras cuja língua materna é uma das variadíssimas línguas de origem africana; havendo também crianças que falam as duas línguas, em qual língua se pode aplicar o designado desenvolvimento cognitivo? Será que deve haver, no mesmo país, dois sistemas escolares? Para nós - e outros investigadores assim consideram⁷⁴-, o modelo bilingue pode ser, neste tipo de situações, o sistema ideal para não retirar da criança aquele que pode ser considerado elemento fundamental na estruturação do seu mundo interior e exterior: a língua materna. Entretanto, o mais importante pode passar por saber implementar, no seio de diversos tipos de bilinguismo, aquele que parece mais viável à realidade angolana. Nesta óptica, que bilinguismo para Angola?

Partindo do carácter multicolor da tipologia do fenómeno bilingual descrito na Introdução, para Angola, seria aplicável o bilinguismo aditivo, de Lambert, por se referir à situação em que a aprendizagem de uma língua segunda não impede nem substitui o desenvolvimento e a aprendizagem da língua materna. Parece também cabível o bilinguismo composto (*compound*), de Ducrot, que, na linha de Lambert, ocorre quando as estruturas da L2 são apenas acrescentadas às da língua materna (L1), o que acontece no caso da aquisição de uma língua em contexto escolar, em que a língua aprendida serve de referência ao código não materno. Este tipo de bilinguismo seria exequível através do modelo L1B + L2P (língua materna bantu + língua segunda portuguesa). Trata-se de um modelo que se pode conceber com primazia das crianças de língua materna africana que, por necessidades educativas devem entrar em contacto com a língua não materna portuguesa. No fundo, traduz, em linhas

⁷⁴ Por exemplo, Mário Vilela, op. cit.

gerais, o espírito de democratização de ensino - conceito que, segundo a UNESCO apud Zau (1998), não deve remeter apenas para o direito à educação e, portanto, à composição social do contingente escolar (equilíbrio na representação proporcional de classes e camadas sociais, de sexo, de regiões...), mas também para: i) conteúdos e valores de ensino-aprendizagem explícitos e implícitos predominantes no sistema (currículo manifesto, currículo oculto, meios de ensino, práticas pedagógicas, etc); ii) governo e funcionamento das escolas (órgãos e formas de gestão, relações intra-institucionais, sociais, entre pessoas e grupos) e às relações delas com as autoridades político-administrativas da educação (centrais, regionais, locais); iii) participação das forças e interesses sociais e culturais organizados, bem como dos grupos mais directamente implicados (professores, alunos, pais) na definição das políticas educativas; iv) relações de articulação do sistema educativo, tecnológico, social e cultural.

Em termos de funcionamento, a formação escolar seria estruturada em dois momentos principais, sendo as línguas maternas o garante do ensino nos primeiros anos de escolarização, substituídas paulatinamente pela língua oficial portuguesa nos ciclos de ensino seguintes. A implementação deste tipo de modelo de bilinguismo pode ter variadas vantagens quer do ponto de vista social, onde a introdução da língua materna no ensino é um factor de inclusão, quer do ponto de vista didáctico-pedagógico, ao poder favorecer o sucesso escolar. Consideramos que o próprio sucesso do ensino da língua portuguesa dependerá muito da fase precedente. Assim sendo, aos decisores exigem-se, para o sucesso de todo o processo de implementação do bilinguismo, medidas rigorosas traduzidas em política linguística que acompanhe a dinâmica social, com objectivos e estratégias bem definidos, que podem passar por⁷⁵: i) reconhecimento da diversidade cultural e linguística de Angola; ii) institucionalização do ensino bilingue, apostando na investigação sobre as línguas angolanas (incluindo o português); iii) elaboração de um plano coordenador baseado, por exemplo, no ensino de língua nacional de origem africana predominante na zona onde estiver implantada a escola, como, aliás, sugeria o actual Ministro da Educação, Pinda Simão (Simão, 2006).

Nas circunstâncias supracitadas, podem ser objectivos da política linguística em/de Angola: i) fortalecer, ao lado do português, a projecção nacional e internacional das línguas angolanas de origem africana, pelo menos as mais divulgadas; ii) assegurar a função do português como directório da comunicação nacional angolana; iii) reforçar o entendimento da cooperação como um espaço que favoreça a inter-relação afectiva, social, cultural e económica, isto é, um espaço multicultural e multilingue; iv) adoptar modelos que suportem a aquisição e aprendizagem de várias línguas em simultâneo, quer em contextos formais, quer informais; v) adoptar modelos dinâmicos de formação de professores passíveis de formar profissionais competentes e reflexivos que o momento actual exige; vi) promover uma política linguística nacional de protecção à diversidade linguística.

⁷⁵ Inspiramo-nos, principalmente do ponto de vista de abordagem, em Mira Mateus apud Nzau, Domingos & Sardinha, Maria (2008).

Estes objectivos requerem estratégias que, entre outras, podem passar por: i) desenvolver mecanismos adequados à formação e recrutamento de professores de línguas capazes de educar para o direito à diferença e para a abertura universal; ii) desenvolver projectos que, modestamente como o nosso, permitam compreender as diferenças entre as variações do português no plano nacional, bem como aprofundar aspectos de índole científico-pedagógica; iii) formar professores que eduquem para a tolerância, o respeito pelos outros e para o pluralismo cultural; iv) promover a iniciação de um trabalho com novas perspectivas e orientações, como forma de superação do próprio professor, levando-o a iniciar-se na pesquisa linguística aplicada ao ensino (Marques, 1983).

A concretização das estratégias exige: i) fazer o levantamento da investigação realizada e em curso para a constituição de uma base de dados sobre a relação entre o português e suas congéneres de origem africana; ii) desenvolver a investigação (socio)linguística, numa perspectiva comparativa; iii) preparar e produzir materiais didácticos; iv) apoiar projectos dinamizadores de acções conjuntas e de parceria com outros países; v) determinar um bilinguismo menos desequilibrado e, conseqüentemente menos instável, baseado na igualdade (ou proximidade) de níveis funcionais entre as línguas de Angola; vi) aplicar projectos baseados numa escola democrática que leve os alunos, a partir de problemas concretos, a aprenderem direitos e deveres, assim como a entenderem o seu destino individual e colectivo.

3.7.2 Achegas ao ensino em/de português em Angola

O ensino em Angola é regido, actualmente, pelo documento matriz promulgado em Dezembro de 2001 pela Assembleia da República: Lei de Bases do Sistema de Educação, cuja aplicabilidade se apoia num plano a longo prazo (2001 - 2015). Em linhas gerais, essa Lei apoia uma estratégia integrada para a melhoria do sistema da educação, tendo o português como principal veículo do ensino, sem, no entanto, excluir as demais línguas. Ao fazer o ponto de situação do ensino em Angola, no biénio 2002/2005, quanto ao aumento e à melhoria da cobertura da rede escolar e quanto à qualidade do ensino, o Ministro da Educação, em jeito de balanço, apresentava alguns dados que, sucintamente, apresentamos⁷⁶:

Quanto à cobertura da rede escolar:

- Extensão do Ensino Primário por todo o território nacional, incluindo as áreas outrora inacessíveis durante a Guerra.

⁷⁶ <http://www.jornaldeangola.com/Secção> especial. 02/01/2006.

- Incorporação no sistema de 50.000 novos agentes de ensino, evoluindo de 1.500.000 efectivos escolares para 5.185.509, dos quais 4.707.929 alunos são do Ensino Primário que beneficiaram de ensino gratuito, traduzindo um crescimento de mais de 300%.
- Diminuição do índice percentual de analfabetismo de 58% para 33%.
- Construção de mais de 10.000 novas salas de aula, com maior incidência para as províncias onde a guerra se fez sentir, bem como quintuplicação da capacidade da Educação Especial, expandindo-a por todo o país, através do princípio de integração, passando de 5.000 efectivos escolares para mais de 25.000.
- No Ensino Superior público registou-se um crescimento a 31% dos efectivos, o que representa mais de 7.000 estudantes em relação ao ano anterior.
- Evolução do Ensino Superior privado dos pouco mais de 5.000 alunos do ano anterior para mais de 16.000.

Quanto à qualidade de ensino:

- Implementação, à escala nacional, de três programas, visando a melhoria da qualidade de ensino: Reforma Educativa do Subsistema do Ensino Geral, que, na sua fase experimental, abrange um total de 430 escolas, sendo 347 primárias, 52 do I Ciclo do Ensino Secundário, 11 do II ciclo, 2 de formação profissional e 18 de formação de professores do I Ciclo.
- Introdução de novos manuais escolares, programas, guias metodológicos, cadernos de actividade, fichas de actividade.
- Realização de 10 seminários metodológicos para a capacitação de professores, tendo sido beneficiários cerca de 2.000 professores de diferentes níveis de ensino.

Quanto ao número de alunos:

- Abrangência de cerca de 100.000 alunos, distribuídos pelas diferentes classes e níveis em fase de experimentação, enquadrados por mais de 3.000 professores.
- Reforma do ensino técnico-profissional, designada RETEP, que já caminha para o seu sexto ano de implementação, e a reforma curricular do ensino superior público, que, metodologicamente, está a ser conduzida pela Reitoria da Universidade Agostinho Neto, cujos resultados são, no cômputo geral, manifestamente positivos em termos de eficácia e eficiência.

Entretanto, se por um lado, desde o fim da guerra civil angolana, em Abril de 2002, até à actualidade se têm verificado desenvolvimentos significativos no sistema educativo, principalmente do ponto de vista do aumento e da melhoria da cobertura da rede escolar, um dos grandes desafios prende-se com a qualidade do ensino, quer a nível dos agentes (professores e alunos), quer dos conteúdos e metodologias, e a definição clara de política do ensino baseada na convivência interlinguística.

3.7.3 Que professor para o ensino em/de português em Angola?

Na convivência da língua portuguesa com as línguas nacionais de origem africanas, encontramos várias situações que se podem levantar e que remontam ao passado colonial. Interpelado a tecer algumas considerações sobre o assunto, Kajibanga, na entrevista concedida, começa por salientar o facto de o sistema colonial não desenvolver muito a escolarização, fazendo com que o mundo rural fosse profundamente discriminado. Daí, à altura da independência nacional, a maioria dos angolanos ser analfabeta, com uma taxa a rondar os cerca de 97%, de acordo com a constatação de Manuel Ferreira (Ferreira, 1988: 30). Sendo a língua portuguesa a única língua de acesso à ilustração, conforme referimos, este aspecto terá prejudicado, sobremaneira, a expansão e o domínio da própria língua portuguesa em Angola. Depois da independência nacional, também não se observou um grande investimento, nem na promoção da língua portuguesa, nem na formação de professores da mesma língua. Uma boa parte de ensinantes da referida língua não tinha formação específica no domínio de ensino do português⁷⁷ (quanto mais das LNOA!).

No que concerne à tentativa de buscar soluções para diminuir os índices do analfabetismo herdados do colonialismo, a situação parece não evoluir favoravelmente. Deste modo, no intuito de suprir a escassez de quadros à escala nacional, Angola recorre à cooperação internacional, designadamente os países do então Bloco Socialista, com os quais partilhava ideologias. Esta situação permitiu a introdução de novos currículos e programas, porém sem experimentação e, principalmente sem qualquer ajustamento com a realidade específica do país, do ponto de vista dos recursos humanos e materiais disponíveis. Criou-se assim um desfasamento entre os objectivos propostos e os recursos e meios necessários para a sua respectiva implementação. Não admira, efectivamente, que devido à introdução de modelos educativos importados, decalcados e alheios à realidade e à especificidade angolanas, que a taxa de analfabetismo e, sobretudo, a qualidade de ensino continuassem longe das expectativas. Podemos, apesar de tudo, reconhecer, a título excepcional, alguns benefícios trazidos da cooperação internacional em determinados domínios, como por exemplo: i) a manutenção do Sistema Educativo em funcionamento; ii) a criação de bolsas de estudo; iii) a formação de quadros em várias áreas.

Baseando-se na sua experiência de professor universitário e antigo responsável por uma instituição do Estado vocacionada a formar professores de português, Kajibanga citado compara as políticas linguísticas dos Estados francês e português coloniais, reconhecendo ao primeiro algum investimento, não apenas na formação de professores de língua francesa através da concessão de bolsas de estudo, como também na criação de condições físicas para um bom exercício da função docente, por exemplo, a criação de bibliotecas. Na realidade

⁷⁷ Entrevista com Kajibanga, 2010.

angolana, este sociólogo angolano reconhece que o próprio Estado, depois de declarar oficial a língua portuguesa, não deu grandes passos para o desenvolvimento de políticas linguísticas que pudessem levar os angolanos a exprimirem-se correctamente no modo escrito ou oral. De facto, nem mesmo a variante angolana de português (VAP) foi potenciada e desenvolvida, pelo que carece de aprofundamento.

Consequentemente, em relação aos agentes de ensino e aos contextos laborais que os envolvem, deve um professor, hoje, ser fundamentalmente um agente de mudança. Neste século XXI, os nacionalismos deveriam dar lugar ao universalismo, os preconceitos étnicos e culturais à tolerância, à compreensão, ao pluralismo, à democracia. O cerne do processo pedagógico deve ser constituído por uma forte relação entre o professor e o aluno. Há muito que o professor deixou de ser apenas o transmissor de conhecimentos, mas sim, alguém que consegue ajudar os alunos a resolver problemas, de forma a tornarem-se sujeitos autónomos e interventivos, livres e democratas. Mediante o exposto, que se pode enquadrar no âmbito da formação do professor de qualquer ramo do saber, procuramos definir o professor de língua portuguesa, uma vez que, em nossa opinião, poderá ser um elemento chave na formação da jovem democracia angolana.

Sabendo-se, à partida, que não se apresenta tarefa fácil, primamos pela exigência de um professor culto, com uma personalidade onde a dimensão da teoria, da práxis e da crítica coabitem em dinâmica e constante interacção. Exige-se que nos primeiros anos de ensino não seja um mero alfabetizador, mas alguém com capacidades, entre outras: i) o saber-relativo à teoria; ii) o saber-fazer relativo à práxis; iii) o saber-ser/saber-estar relativo à dimensão crítica. Do ponto de vista das competências gerais exigidas ao professor de língua portuguesa, deverão convergir nos seguintes parâmetros: i) o poder prático-poético, que se traduz na conectização das capacidades de falar/escrever/ouvir/ler; ii) o poder teórico, que, por sua vez, remete para a capacidade de interpretar e de explicitar, formulando hipóteses, arquitectando teorias e modelos, construindo esquemas...; iii) o poder crítico, que fundamenta, justifica e confirma os produtos do poder teórico sobre a língua, estabelecendo critérios e padrões de gramaticalidade, de aceitabilidade, clarificando pressupostos, em suma, problematizando o poder teórico sobre a língua. Todavia, para além do exposto, pretende-se um verdadeiro profissional de ensino que saiba organizar-se à volta da questão das aprendizagens fundamentais, tidas como verdadeiros “pilares” da educação (De Lord, 1996): a) aprender a conhecer; b) aprender a fazer; c) aprender a viver juntos; d) aprender a ser.

3.7.4 Que formação para o professor de português em Angola?

Conforme refere o “Currículo de formação de professores do 1º Ciclo de ensino secundário (2003)”, a formação de professores pode considerar-se uma área de educação que merece

uma atenção especial, visto que, se a qualidade de ensino está associada à qualidade dos programas de formação (conteúdos), não deixa de ser menos importante a qualidade dos agentes formadores do processo de ensino (professores). Porém, um dos grandes problemas ligados ao professor prende-se com o facto de a maioria não possuir perfil adequado para desempenhar as suas funções, ou seja, não apresentar, em muitos casos, formação com agregação pedagógica exigida. O próprio INIDE (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação) está ao corrente da situação, embora se refira, exclusivamente, a professores que leccionam nos Institutos Médios Normais (IMN). Esta instituição deixa claro que “a estrutura dos IMN não contempla a formação de professores para todas as disciplinas que correspondem aos currículos do ensino de base, pois, muitos, por exemplo, os de Educação Moral e Cívica, Educação Visual e Plástica e Formação Manual e Politécnica, são recrutados sem terem a formação inicial, bem como não frequentam cursos específicos, nas respectivas áreas, antes do início de funções”.

Mais concretamente no que concerne à língua portuguesa, língua oficial e veicular de escolarização, a situação é idêntica, daí o motivo de procurarmos conhecer o perfil do ensinante do português em Angola. Trouxemos, para o efeito, uma síntese de dois casos: o caso do teste de admissão ao curso de língua portuguesa no ISCED (Instituto Superior de Ciências da Educação) e o de alguns dados de um questionário sobre professores de língua portuguesa aplicado em determinadas escolas de Luanda.

No primeiro caso, foi realizado um teste de acesso ao ensino superior para o ano académico de 2008, no ISCED de Luanda, no curso de língua portuguesa. Segundo informações obtidas dos responsáveis pelo curso⁷⁸, manifestaram interesse ao curso cerca de 800 candidatos, dos quais 611 foram admitidos ao exame. Destes, cerca de 80% são professores de português nos mais variados ciclos e escolas de Luanda. Todavia, o que mais nos surpreendeu não são tão-somente os resultados que oscilaram entre 4 e 20 valores numa escala de 0 a 20, mas, sobretudo as fraquezas evidenciadas, enquanto professores de português, ao nível da compreensão e produção textuais, bem como ao nível dos elementos do funcionamento da língua.

No outro caso, foi feita recolha de informação sobre professores de português, através de um questionário dirigido a professores de 6ª classe, de três escolas de Luanda. Apesar do carácter não representativo, a amostra oferece-nos uma visão dos vários problemas de que padece o ensino de português em Angola. 14 professores das três escolas dispuseram-se a responder ao questionário; apenas 22% tinham o português como língua materna, ao passo que para cerca de 78% o português era língua não materna; cerca de 23% dos inquiridos só tinha o nível básico, ou seja, 8ª classe (no regime antigo), sendo que nenhum deles tinha qualquer

⁷⁸ Referimo-nos concretamente ao Director do Departamento de Língua Portuguesa no ano académico de 2008 no ISCED de Luanda.

formação para exercer docência em língua portuguesa, pese embora a formação básica lhes proporcionar alguns elementos pedagógicos. Quanto aos motivos de leccionação do Português, é curioso verificar que cerca de 21% dos inqueridos afirmaram leccionar a língua portuguesa por necessidade de garantir uma actividade laboral; 15%, por ser a disciplina disponível; 21%, por gosto; 28% considerava ser por vocação e 15% dizia leccionar LP por formação (Nzau & Sardinha, 2009).

Com efeito, há questões de políticas que têm de ser resolvidas, de imediato, para melhorar a qualidade do ensino não apenas da língua portuguesa, como também das línguas nacionais de origem africana. A definição dessas políticas poderá, de igual modo, favorecer uma boa cooperação entre essas línguas, evitando tensões, em primeiro lugar entre a LP e as LNOA e, em segundo, as diferentes LNOA entre si. As consequências de uma má política e os seus bloqueios nesse domínio podem provocar, nos próprios estudantes, problemas tendentes à má aprendizagem quer da língua portuguesa, quer das línguas nacionais de origem africana.

Capítulo 4: Contribuição da Empiria

4.1 Justificação e descrição das opções metodológicas

Metodologia é um conceito polissémico, pois engloba vários elementos indispensáveis à elaboração de qualquer pesquisa científica, desde a definição do tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados, a previsão do tempo, o tratamento de dados, à apresentação dos resultados. Pela dimensão semântica, permite dar respostas a várias questões: *como?*, *com quê?*, *onde?*, *quanto?* Daí que, dado o seu carácter integrador dos parâmetros conceptuais e operacionais, pode, a metodologia, ser considerada, em si mesma, como teoria e método em torno dos quais gira todo o processo de recolha de análise de evidência (Neto, 2000). A bipolarização semântica de teoria e método constitui a referência de uso do vocábulo nesta investigação.

Efectivamente, o conceito em causa apela outros conceitos tais como métodos, técnicas, universo (população) e amostra. Por isso, é imprescindível que a selecção do instrumental metodológico esteja directamente relacionada com o problema da investigação, assim como dependente dos vários factores relacionados com a pesquisa (Marconi & Lakatos, 1999). Não se deve, contudo, perder de vista os objectivos que se pretende atingir nem as suposições levantadas, sejam elas confirmadas ou não.

Nesta óptica, feita a descrição teórica de alguns conceitos operadores da investigação, com recurso a teorias já elaboradas em literatura especializada, partimos para a descrição dos princípios orientadores da investigação quer a nível das escolhas, quer das etapas fundamentais que marcam a sua execução, em sintonia com tais referências teóricas. Trata-se, por outras palavras, de revelar o tipo de pesquisa, de definir o universo e a população, de caracterizar a amostra, de referir os instrumentos utilizados ao longo da colecta de informação e de indicar de que maneira são analisados os dados recolhidos, começando por especificar os objectivos e formular as hipóteses da investigação. Sequencialmente, são descritos os métodos de colecta de dados, a população e amostra; o processamento e a análise dos dados; e, finalmente, apresentados os resultados da investigação.

4.2 Especificação dos objectivos

Qualquer investigação quer seja de curto e médio prazo, quer de longo prazo como a nossa; esteja ligada a estudos formulativos, descritivos ou de verificação de hipóteses, deve poder declarar o que vai procurar e o que pretende alcançar (Ander-Egg, 1978), procurando

responder ao “por quê?”; “para que?” ou “para quem?”. São estas perguntas de enunciação que remetem para o termo objectivo. Nesta perspectiva, traçar os objectivos de qualquer investigação corresponde à definição da natureza do trabalho, ao tipo do problema a ser seleccionado e ao material a colectar (Cervo, 1978).

Com base nas questões centrais apresentadas, o objectivo geral desta investigação - assim designado por estar ligado a uma visão global e abrangente do tema, vinculando-se directamente à própria significação do estudo (Marconi & Lakatos, op. cit.) - orbita na discussão em torno dos mitos que ainda pairam sobre a presença da língua portuguesa em Angola, perspectivando o seu futuro. Tal discussão apoia-se no conceito-chave de nacionalização linguística, tendo como base de sustentação: i) a conciliação da pesquisa quantitativa e qualitativa, no que concerne aos métodos de abordagem do problema; ii) o predomínio da pesquisa exploratória e explicativa, do ponto de vista dos objectivos da investigação; iii) e a fusão da documentação indirecta e directa, em relação aos procedimentos técnicos. A escolha desta forma de materialização deve-se, em grande parte, por se adequar ao perfil da investigação, conforme pode ser visto nos itens adiante desenvolvidos. Derivam deste objectivo geral alguns objectivos específicos, isto é, aqueles que apresentam carácter mais específico, função intermediária e instrumental, permitindo, por um lado, atingir o objectivo geral e, por outro, aplicá-lo a situações particulares (Marconi & Lakatos, idem), a saber:

- Aferir funções da língua portuguesa em Angola no quadro de uma sociedade pluralista.
- Avaliar o estatuto político e social da língua portuguesa em Angola.
- Averiguar a consciência de assunção da língua portuguesa em Angola.
- Averiguar a distribuição da frequência do uso da língua portuguesa em vários espaços do quotidiano.
- Destacar, em prol de um modelo de ensino ideal, aquele que permita a coexistência pacífica entre as várias línguas.

4.3 Formulação de hipóteses

Toda a investigação científica orientada por uma macro questão de partida requer uma ou várias respostas. Estas, que no princípio têm sempre um carácter supositório, probabilístico e provisório, são, tecnicamente falando, as hipóteses. Nesta óptica, as hipóteses podem ser consideradas como enunciados gerais de relações entre variáveis (Marconi & Lakatos, 2003); proposições que procuram verificar a validade de respostas existentes para um ou vários problemas (Marconi & Lakatos, 1999); elementos indispensáveis para que um trabalho seja considerado uma verdadeira investigação, visto que traduzem o espírito de descoberta que

caracteriza qualquer trabalho científico e fornecem à investigação um fio condutor (Quivy & Campenhoudt, 2002). Tais suposições anteriores à constatação dos factos, por isso provisórias, devem ser testadas para posteriormente se validarem (Marconi & Lakatos, 1999). Aqui, a confirmação ou infirmação das hipóteses terá como base de sustentação a análise dos resultados da investigação empírica.

Em relação aos pressupostos, a formulação das hipóteses da investigação partiu dos seguintes postulados: i) desde a introdução do português em Angola no século XV, oficialização no século XX, até à actualidade, este tem vindo a ganhar um estatuto político e uma função social de dimensões nacionais até então incomparáveis; ii) durante a transição para a independência de Angola, era pouco provável escolher-se uma das línguas autóctones para língua oficial, temendo-se as consequências que tal escolha poderia representar no processo de construção da nação. Porém, este argumento não justifica, por si só, a regressão que se verificou no uso das línguas de origem africana, sobretudo nos centros urbanos e nas zonas semi-urbanas.

Associam-se aos pressupostos as hipóteses que abaixo apresentamos:

HIPÓTESE 1:

Ao expandir-se pelo país, o uso do português tende a deixar de ser privilégio exclusivo de uma elite, de uma minoria escolarizada ou do meio urbano, passando a ser usufruto da população em geral. Este quadro aumenta a sua popularidade, tornando-o a língua mais falada, com fortes indícios de poder ganhar o estatuto político de língua nacional.

HIPÓTESE 2:

A expansão da língua portuguesa pelo país, mormente em áreas outrora da “exclusividade” das línguas nacionais de origem africana, favorece a sua aceitação perante o clima de retraimento em relação ao uso das línguas de origem africana, principalmente em zonas urbanas e semi-urbanas.

HIPÓTESE 3:

Por se tratar de língua oficial do ensino, existe uma relação bidimensional literacia/língua portuguesa assim sintetizada: quanto maior é a frequência do uso do português, maior é a literacia e a mobilidade social. Haverá, entretanto, maior índice de literacia se maior for a complementaridade entre as línguas, nomeadamente através da institucionalização do ensino bilingue.

4.4 Recolha de informação

Partindo da percepção de que toda a acção de pesquisa se traduz no acto de procurar informação, a estratégia metodológica desse acto baseia-se necessariamente entre dois extremos: Shulman apud Neto (1986); Cohen e Manion (1989) falam em paradigma investigativo normativo-positivista versus paradigma interpretativo. Aqui se encontram vinculados os métodos quantitativos do tipo hipotético-dedutivo, exímios em testar hipóteses que se pretendem confirmar ou infirmar. Guba e Lincoln apud Neto (op. cit.), em relação aos dois extremos, falam em paradigma racionalista versus naturalista, ao passo que Biddle e Anderson citados por Neto (idem) debruçam-se sobre uma perspectiva confirmatória versus perspectiva de descoberta. Ora, se no paradigma investigativo normativo-positivista versus paradigma interpretativo encontramos métodos quantitativos, no caso da dicotomia racionalista versus naturalista, de Guba e Lincoln, sobressaem os métodos qualitativos que, de acordo com Patton (1990), procuram compreender de modo holístico os sujeitos (pensamento-acção) em contextos específicos.

Nesta investigação, apostamos na fusão de métodos qualitativos e quantitativos, pese embora alguns investigadores, principalmente os defensores mais puristas de cada paradigma metodológico, sustentem conciliação incompatível de ambos (Tashakkori & Teddlie apud José Marques, 2006). Nós, porém, concordamos com aqueles que consideram vantajoso o recurso aos dois métodos, uma vez que permite revelar aspectos que um só poderia deixar oculto. Ainda assim, a conciliação de métodos quantitativos e qualitativos apresenta outras vantagens. Por exemplo: i) ajuda a analisar o objecto de estudo de diferentes ângulos e a iluminar os seus aspectos mais importantes, contribuindo, deste modo, para obter uma imagem mais completa e válida do objecto investigado; ii) permite, de acordo com Massey, que designou a conciliação por *ethnosurvey*, ultrapassar a fraqueza dos métodos quantitativos e qualitativos e gerar um conjunto de dados com maior fidelidade e validade (Massey, 1999).

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos no quadro da nossa investigação justifica-se não somente pelo carácter multidimensional do estudo em causa, mas também por considerarmos, parafraseando Neto (op. cit.), que o acesso e a representação do conhecimento não pode residir numa separação absoluta entre o que se considera ser do âmbito da quantidade e do âmbito da qualidade. Aliás, para confirmar essa relação estreita entre os dois métodos, Caws (1989: 26) sustenta que “*Qualitative and quantitative do not divide up a territory, they both cover it, overlapping almost totally*”. Consideramos, nesta óptica, que *Ethnosurvey*, na linha de Massey, é um quadro metodológico viável à análise de aspectos relacionados com a dimensão política e sociocultural da língua portuguesa na sociedade angolana.

Este quadro metodológico pode ajudar a articular e completar, qualitativamente, diferentes visões de actores individuais acerca de considerações que justifiquem o processamento de tais dimensões supracitadas em busca da nacionalização. Pode ajudar, de igual modo, a revelar dados quantitativos sobre os sentimentos individual e colectivo dos inquiridos em torno do grau de assunção e da distribuição da frequência do uso ou da ocorrência da LP em vários espaços, bem como a sua convivência com as línguas angolanas de origem africana. Nesta perspectiva, do ponto de vista das metodologias, a investigação apoia-se, grosso modo em: i) documentação indirecta, que tanto pode abranger a pesquisa documental ou de fontes primárias (documentos originais: arquivos públicos, documentos parlamentares, diários, autobiografias), como a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias (transcritos de fontes primárias: obras sobre várias áreas interdisciplinares, incluindo periódicos especializados, webgrafia, estatísticas, relatórios de pesquisa). Aqui, o destaque recai sobre a pesquisa bibliográfica, por ser a base de toda a fundamentação teórica da investigação.

A pesquisa bibliográfica garantiu a recolha diversificada de informações, a partir de elementos bibliográficos existentes, que versam directa ou indirectamente sobre a língua portuguesa no mundo e em África em geral, e em Angola em particular. A documentação indirecta foi determinante, ao servir de variável do conhecimento básico, já existente, que, em confrontação com a outra variável, que se apoia na documentação directa, permitiu-nos uma ideia menos difusa do problema em estudo; ii) documentação directa engloba uma panóplia de técnicas usadas na colecta de dados, principalmente na investigação de campo e/ou no estudo de caso, tais como: a) *formulário* (roteiro de perguntas enunciadas pelo entrevistador e preenchidas por ele com as respostas do pesquisado); b) *medidas de opinião e de atitudes* (para assegurar a equivalência de diferentes opiniões e atitudes, a fim de as comparar); c) *testes* (para obter dados que permitam medir o rendimento, a frequência, a capacidade ou conduta de indivíduos, de forma quantitativa); d) *sociometria* (técnica quantitativa que procura explicar as relações pessoais entre indivíduos de um grupo); e) *análise de conteúdo* (permite a descrição sistemática, objectiva e quantitativa do conteúdo da comunicação); f) *história de vida* (procura dados relativos à experiência íntima de alguém com conhecimento do objecto em estudo); g) *pesquisa de mercado* (obtenção de informação organizada e sistemática sobre o mercado, tendo em vista ajudar o processo decisivo nas empresas, minimizando a margem de erros) (Lakatos & Marconi (1996).

Podendo também a pesquisa documental ser considerada como recolha e análise de textos oficiais ou de documentos produzidos por entidades, importa não minorar a importância da Internet que nos permitiu chegar a documentos disponibilizados em linha que, por outras vias, seria mais difícil obtê-los.

4.4.1 Pesquisa qualitativa: entrevista

A entrevista é amplamente considerada como um procedimento utilizado em investigação (social) para a recolha de informações. Moser e Karton apud Bell (2004) consideram-na como conversa entre um entrevistador e um entrevistado, com o objectivo de extrair determinada informação. Entendimento semelhante têm Quivy e Campenhoudt (1992) para quem a entrevista permite ao investigador retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Sendo uma técnica de diagnóstico, ela gira em torno de três variáveis: “quem diagnostica” (entrevistador), “quem se diagnostica” (entrevistado) e “o que se diagnostica” (o assunto, a informação).

Sem nos demarcarmos do objectivo principal de qualquer entrevista - a obtenção de informações sobre determinado assunto ou problema - incorporamos na nossa investigação um estudo qualitativo através desta técnica, cujos objectivos, quanto ao conteúdo e à luz da classificação proposta por Selltitz (1987), visa recolher informações diversificadas e em quantidade quer para o enriquecimento do quadro teórico fundamentado a partir da documentação indirecta, quer para a consolidação dos resultados da análise quantitativa.

4.4.1.1 Tipo de entrevista

No quadro dos diferentes tipos, a nossa entrevista pode ser considerada como um “questionário aberto”, devido ao seu carácter alargado e ambiguidade, no sentido que Ghiglione e Matalon (1993) fazem do termo. Todavia, uma vez que houve necessidade de recorrer a respostas por escrito, devido à impossibilidade de algumas individualidades seleccionadas para um encontro frente-a-frente, e dada à escassez de tempo, tivemos que criar um quadro de referência que funcionou como grelha temática de orientação. Esta dualidade introduziu algumas alterações na elaboração das referidas grelhas, apesar de, no essencial, não haver fugas às temáticas definidas. Coube-nos, como entrevistadores, orientar a entrevista, tanto numa modalidade como noutra, para o objectivo definido, recorrendo àquilo que Quivy e Campenhoudt (op. cit.) chamam de “empurrões”, de maneira a facilitar a livre expressão do entrevistado, e sempre que notámos uma tendência de desvio por parte daquele.

4.4.1.2 Acerca dos entrevistados

A nossa entrevista está orientada para cidadãos de nacionalidade angolana, preferencialmente residentes em Angola. Os mesmo podem integrar, com base na categorização proposta por Quivy e Campenhoudt (idem), a 1ª categoria, ou seja, aquela que abarca, entre outros elementos, investigadores e/ou indivíduos especializados e peritos nos

assuntos em investigação. Uma vez que o seu objectivo foi definido em função do seu carácter de apoio à fundamentação teórica, a selecção dos entrevistados baseou-se no critério de reconhecimento da idoneidade, conhecimento mútuo e experiência dos entrevistados nos assuntos em análise, para além, como é óbvio, da disponibilidade.

Optamos por este tipo de amostragem não casual e não probabilística devido ao carácter complementar da informação recolhida, a par da vantagem de ser rápido, barato e consideravelmente fácil, sobretudo na modalidade “por conveniência”, pese embora a sua estreita ligação a casos em que não se pretenda extrapolar para o universo os resultados e conclusões. Contudo, ainda que Arber (1993) lhe reconheça a inconveniência que pode aumentar o nível de enviesamento, dada a elevada probabilidade de apenas se restringir a indivíduos do circuito do entrevistador, aqui, reconhecidamente, esse perigo não se coloca, pelas razões que atrás referimos, uma vez que os resultados não têm impacto passível de criar tal enviesamento.

4.4.1.3 Procedimentos

Definido o tipo e o número dos entrevistados, partimos para os contactos preliminares, com recurso ao correio electrónico, antes de nos deslocarmos a Angola, e através do telefone, depois de lá nos encontramos, ficando definidos os procedimentos da entrevista. Todas as entrevistas foram agendadas para serem aplicadas em Luanda, no intervalo cronológico compreendido entre 4 de Junho e 4 de Julho de 2010. Todavia, como tínhamos que nos deslocar a pelo menos quatro províncias a fim de procedermos à aplicação do inquérito, houve necessidade de fazer uma boa gestão do tempo, tarefa nem sempre fácil, no intuito de evitar o risco de ficarmos sem os dados de que necessitávamos.

Quando tudo parecia correr dentro do previsto, começaram, de súbito, a surgir os imprevistos. Nesta óptica, a primeira contrariedade que tivemos que superar foi, infelizmente, o desaparecimento físico de um dos indivíduos visados, o malgrado Ruy Duarte de Carvalho, a quem, com pesar, desejamos que a sua alma descanse em paz. Por força desta fatalidade, o número de entrevistados, que inicialmente era de cinco indivíduos, ficou reduzido a quatro, pois o tempo que dispúnhamos (para a realização das duas actividades - entrevista e inquérito) tornou-se insuficiente para entabular novos contactos.

Outro imprevisto surgiu quando dois dos quatro restantes se mostraram indisponíveis em poder conceder a entrevista oral, alegadamente por questões de agenda, porém predispondo-se, desde já, a darem o seu contributo à investigação por via da entrevista escrita. Para efeito, sugeriram que lhes fosse enviado o guião por correio electrónico, comprometendo-se a endereçar-nos pela mesma via, e com celeridade, as respectivas respostas. De facto, apesar de vários autores considerarem que a entrevista se caracteriza, ao contrário do inquérito, por

um contacto directo entre o entrevistador e o entrevistado, entre desistir dela e prosseguir, optamos pelo sim, aceitando a modalidade da entrevista escrita por intermédio do correio electrónico. Aceitámo-la, efectivamente, por acreditarmos na idoneidade dos indivíduos e por confiarmos na viabilidade da Internet, tendo em conta o seu carácter usual na actualidade. No quadro do cumprimento da duração da investigação, considerámos, aliás, vantajoso receber as respostas por escrito, como forma de evitar as transcrições que, como é óbvio, consomem demasiado tempo.

Do ponto de vista da execução, a entrevista oral foi aplicada em Luanda, na data acordada (dia 17 de Junho de 2010), na casa do entrevistado. Com recurso a meios auditivos para a gravação e o armazenamento da informação recolhida, a mesma decorreu sem irregularidades, nada havendo, por isso, a registar. Em termos de tempo, a entrevista durou cerca de 45 minutos.

Quanto à entrevista por escrito, dado que as respostas tinham que ser enviadas, à distância, por meio do correio electrónico, a Internet foi a grande ferramenta de trabalho. Entretanto, quando tudo parecia estar bem encaminhado, restando-nos apenas esperar as respostas, surgiu um outro revés com implicações directas na redução do número de entrevistas disponíveis. Trata-se da ausência de respostas escritas por parte de alguns dos informadores visados, sem justificação aparente, apesar de tudo ter sido previamente acordado. Em consequência, a entrevista ficou reduzida a apenas dois indivíduos, ou seja, duas respostas, das quatro possíveis, uma em cada modalidade (oral e escrito), representando 40% da totalidade prevista, mas, ainda assim, com informação adicional muito preciosa ao estudo.

4.4.2 Pesquisa quantitativa: inquérito

De uma maneira geral, o inquérito é a técnica de perguntar ou de construção de dados cujo objectivo é “obter respostas imprescindíveis à prossecução de determinadas finalidades, geralmente de controlo, e com a possibilidade de se arrogarem de legitimidade para perguntar” (Ferreira, 1986, pp. 165-166). Ao longo da observação, o inquérito por questionário é uma das técnicas muito usuais. Referindo-se a esse tipo de técnica, Quivy e Campenhoudt (op. cit.) apresentam-na como técnica que consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimento ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores. De facto, o nosso inquérito não se afasta dessa linha apresentada por Quivy e Campenhoudt. Aqui, a partir de uma série de questões relacionadas com a língua portuguesa em Angola, dirigidas a um público que constitui a amostra, pretendemos averiguar a consciência de assunção da língua portuguesa, assim como o grau da

distribuição da frequência do uso ou da ocorrência, em vários espaços do dia-a-dia angolano, cadinhos que nos conduzem à nacionalização da mesma língua.

4.4.2.1 Caracterização

Baseando-nos na classificação das formas de administração apresentadas por Moreira (1994), o nosso inquérito é de natureza auto-administração, pois as respostas foram introduzidas pelos próprios inquiridos; e de questões fechadas quanto ao tipo de questões, porque para cada questão foi fornecida uma lista pré-estabelecida de respostas possíveis, cabendo aos inquiridos indicar a melhor, a mais adequada (Ghiglione & Matalon, op. cit.). Podemos ainda enquadrar o nosso inquérito, no que concerne ao conteúdo, no grupo que Ghiglione e Matalon (idem, ibidem) consideram, na falta de melhor termo, por “questões de opinião”, na medida em que, de uma maneira ou doutra, o questionário procura revelar opiniões, atitudes e preferências da população em estudo, procurando ver até que ponto o seu sentimento pode ou não ser representativo da população em estudo. Entretanto, apesar da nossa escolha, temos consciência dos riscos deste tipo de inquérito de auto-administração. Por exemplo, Leeuw e Zouwen (1992) apontam-lhe o risco de baixar a percentagem de respostas, enquanto Marconi e Lakatos (1999) e Moreira (op. cit.) vêem nele a possibilidade do risco de respostas incompletas, ilegíveis ou incompreensíveis, mesmo nos casos em que o questionário é respondido. Ora, apesar das desvantagens supracitadas, outros investigadores como Hill e Hill (2005); Kant e Berenson (1975) e inclusive Moreira supracitado reconhecem-lhe o mérito de atenuar os perigos que poderiam resultar do carácter imediato das respostas que é característico no inquérito do tipo *face-to-face*; a poupança de custos; e a redução do enviesamento da escolha do inquirido.

4.4.2.2 Selecção dos inqueridos e aplicação do questionário

Conscientes de todos os riscos supracitados e no intuito de os atenuar, a aplicação do questionário foi precedida de um pré-teste para avaliar o grau de clareza, de utilidade e de aceitação das questões. Este exercício serviu também para assegurar a viabilidade do questionário, podendo melhorá-lo caso a situação assim exigisse. No fim da aplicação, o pré-teste demonstrou tratar-se de um questionário facilmente manuseável, de respostas simples, com uma duração estimada de 10 minutos. Estavam, assim, criadas as condições para a fase seguinte que consistiu na distribuição do questionário aos sujeitos que constituem a amostra.

A entrega foi feita directa e pessoalmente aos visados, tendo ficado acordado o prazo máximo de 10 dias para o preenchimento, excepto nos casos de inquiridos que preferiram responder de imediato: 28 no Huambo, 37 em Cabinda, 10 no Bengo e 95 em Luanda. Dada a dispersão dos locais onde foi aplicado o questionário, não nos foi possível fazer, pessoalmente, a recolha da totalidade do questionário não respondido imediatamente. Nesta óptica, os

questionários distribuídos em Cabinda, Luanda e Bengo foram recolhidos por nós. Em relação ao questionário distribuído no Huambo, uma vez que não conseguimos obter a totalidade de respostas durante o tempo da nossa permanência no local, a solução encontrada foi confiar ao pároco da Igreja do Canhe, sr. Padre Graciano Kapingala, a incumbência de recolher o questionário não respondido presencialmente, uma vez que parte deste tinha sido distribuída naquela paróquia, depois da missa dominical do dia 6 de Junho de 2010. Pela mesma razão anteriormente evocada, solicitámos também a colaboração da Teresa Custódio, prima de um amigo, residente naquela cidade do Planalto Central, no sentido de recolher os demais questionários que, tendo sido distribuídos fora da paróquia, não foram respondidos in loco. Foi-lhe pedida também ajuda para receber os questionários provenientes do Padre Graciano a fim de no-los enviar em Luanda, antes do nosso regresso a Portugal, a 4 de Julho. De facto, a estratégia funcionou positivamente, pois permitiu-nos obter mais 29 respostas validadas, elevando para 57, dos 100 estimados, o número de questionários validados do Huambo.

4.4.2.3 População e amostra

O inquérito foi aplicado no período compreendido entre 4 de Junho e 4 de Julho de 2010, em Angola, tendo como objectivo principal, conforme aludimos, averiguar os níveis de consciência de assunção da língua portuguesa e o grau da distribuição da frequência do uso ou da ocorrência em vários meios. Foi intencionada uma amostra inicial de 500 sujeitos, composta equitativamente por 250 indivíduos de cada sexo, de acordo com a tabela imediatamente apresentada abaixo:

Tabela 19: Respostas dos inquiridos

Frequência Prevista		Respostas completas		Respostas incompletas		Sem respostas dadas	
Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
250	250	177	124	1	0	73	126
Total: 500		Total: 301 (60,2%)		Total: 1 (0,25%)		Total: 99 (39,8%)	

A definição da amostra inicial tinha como base de sustentação critérios que permitissem obter uma representatividade o mais abrangente possível a nível nacional. Para o efeito, foram consideradas quatro zonas, em nossa opinião, estratégicas: Cabinda (Norte), Cunene (Sul), Luanda (Poente), e Lundas (Leste). Ainda no quadro de abrangência da representatividade, foi também nossa intenção obter dados que pudessem viabilizar uma análise baseada na oposição urbanidade versus ruralidade. Todavia, vários obstáculos surgidos ao longo da investigação empírica, que são comuns em investigações como a nossa, condicionaram a aplicação do questionário nos moldes previstos. Assim, conscientes de que seria difícil conseguir uma completa cobertura nacional, mesmo que houvesse boa vontade e empenho da nossa parte, na medida em que «rara é a comunidade tão pequena a ponto de ser possível

contactar todos os seus indivíduos como informantes» (Giselle, 2004: 119), a apresentação dos resultados e das conclusões a partir da amostra final exige alguma prudência quanto à generalização para a dimensão nacional devido: i) à insuficiência de dados provocada pela falta de uma base de dados oficial e actualizada relativa à actual situação da língua portuguesa em Angola; ii) à quantidade do questionário validado e de províncias onde foi aplicado, se compararmos estes dados com o vastíssimo universo nacional, com uma área de 1 246 700km², e uma população numerosa que vem oscilando, numericamente, entre os 14 602 002 habitantes⁷⁹, em 2002, e os 17,5 milhões⁸⁰, em 2008, distribuída em 18 províncias; iii) ao facto de que uma análise com representatividade nacional deveria abranger, proporcionalmente, em nossa opinião, as principais zonas habitacionais da população angolana: as zonas rural e urbana.

Ora, olhando para os dados relativos às zonas de residência dos sujeitos inquiridos (tabela 24), chega-se à conclusão que há, de facto, um grande fosso entre as zonas em causa. Tal desproporção não coíbe o valor da pesquisa empírica, embora possa interferir no âmbito da análise. Convém ainda referirmos que a aplicação do questionário em zonas rurais poderia colocar-nos alguns constrangimentos passíveis de dificultar o cumprimento do calendário da investigação. Assim sendo, reavaliada a situação do universo da pesquisa por influência das limitações supracitadas, a solução foi, porque achámos sensato, adaptar a investigação aos meios que dispúnhamos, optando por zonas acessíveis e por um público-alvo que estivesse mais ao nosso alcance. A partir de então, houve necessidade de redefinir o universo⁸¹, passando a compor-se por 500 indivíduos singulares, de nacionalidade angolana, residentes em Angola, nas províncias de Cabinda, Luanda, Bengo e Huambo, com primazia a falantes de língua portuguesa, em situação de língua materna e não materna, ou bilingues do tipo LP + LNOA (falantes de língua portuguesa e língua nacional de origem africana). Para cada província foi estimada uma população composta por 100 pessoas, excepto Luanda, que se apresenta com 200 pessoas, facto justificado pelo elevado número de habitantes, em comparação com as demais províncias. A tabela da província de residência dos inquiridos pode ilustrar a redefinição da amostra que acabamos de descrever.

⁷⁹ Ministério da Educação da República de Angola (2003) *Currículo de Formação de Professores do I Ciclo do Ensino Secundário*, Luanda: INIDE, 1ª edição.

⁸⁰ África Digital 21 - DF, 16/11/2008 - 11:00, acedido a 8.1.2009, 13h45.

⁸¹ Entendido como entidade que em ciências sociais se designa por caso, tanto sejam pessoas singulares, famílias, empresas, ou qualquer outro tipo de entidade para o qual o investigador pretende retirar conclusões a partir da informação fornecida Hill e Hill (2005).

Tabela 20: Província de residência dos inquiridos

Província definida	Frequência			Percentagem da frequência validada
	Prevista	Validada	Não validada	
Cabinda	100	94	6	31,2%
Luanda	200	130	70	43,2%
Bengo	100	14	86	4,7%
Huambo	100	57	43	18,9%
Província não definida				
Benguela		3		1%
Uíge		2		0,7%
Sem resposta		1		0,3
Total	500	301	199	100%

4.5 Apresentação dos resultados

Terminada a fase de aplicação do questionário e tendo em nosso poder os dados resultantes dessa actividade de recolha de informação, partimos para a do tratamento estatístico, pois só deste modo lhes poderíamos atribuir o verdadeiro significado, no intuito de os analisar ou interpretar correctamente. A análise e o tratamento dos resultados tiveram como principal suporte a base de dados suportada pelo software SPSS (Statistic Package for Social Sciences), na versão para o Windows.

Uma vez que é necessário seleccionar as variáveis de acordo com estudos anteriores, com base numa teoria ou considerando as hipóteses por confirmar, a selecção das variáveis que compõem o nosso questionário teve em atenção as questões centrais da investigação, os objectivos a que nos propomos atingir e as hipóteses formuladas. Em termos de orientação, o estudo “Alguns dados estatísticos sobre a língua portuguesa em Luanda”, publicado por Pepetela, em 1986, serviu de principal base de comparação e orientação, para além, obviamente, de outros estudos.

Terminada a apresentação e discussão dos resultados, são apresentadas, como se pode ver adiante, as conclusões e limitações da investigação, assim como o lançamento de algumas sugestões para investigações futuras. Segue, de imediato, a apresentação dos resultados para posterior discussão.

4.5.1 Perfil dos inquiridos

O questionário está organizado em três partes, contendo cada uma informações de relevância particular na consecução dos objectivos pretendidos. A primeira parte, que se refere ao perfil dos inquiridos, é constituída por sete variáveis que fornecem elementos sociodemográficos da

população. Destas variáveis constam o género, a idade, a escolarização, a profissão, a zona de vivência habitual, a província de nascimento e a província de residência. Aqui, não apenas são fornecidas informações gerais sobre as variáveis acima nomeadas, mas também informação implícita útil para o enriquecimento da fundamentação teórica da investigação, principalmente no que diz respeito ao carácter assimétrico da distribuição da população pelo país.

A análise da variável género, de acordo com a tabela que se segue, mostra que foram validados 301 questionários, pertencendo a maior percentagem a indivíduos do sexo masculino, com cerca de 58,8%. Este valor percentual corresponde a uma frequência de 177 indivíduos. Quanto aos indivíduos do sexo feminino, a frequência ficou pelos 124 questionários validados, o que representa uma percentagem de 41,2%. Pese embora a intenção de equilibrarmos a percentagem do género dos sujeitos inquiridos, houve maior participação masculina por razões alheia à nossa vontade.

Tabela 21: Género dos inquiridos

Género	Frequência	Percentagem
Masculino	177	58,8%
Feminino	124	41,2%
Total	301	100%

Em termos de idade, a faixa etária dos sujeitos inquiridos é de carácter intervalar, pois a intenção não é de identificar as idades em separado, mas, sim, compaginá-las em intervalos. Nesta óptica, a idade dos inquiridos tem o intervalo mínimo de 16 a 25 anos de idade e o máximo de > de 65 (mais de 65) anos. A adopção da idade mínima de 16 anos teve como critério o facto de, em termos de crescimento humano, ser visto como período central da adolescência, podendo, a partir daí, o indivíduo ser responsabilizado pelos seus actos. Em relação à idade máxima, não colocamos restrições, daí a opção por um intervalo aberto, de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 22: Idade dos inquiridos

Idade	Frequência	Percentagem
16 a 25 anos	139	46,2%
26 a 40 anos	99	32,9%
41 a 55 anos	53	17,6%
56 a 65 anos	9	3,0%
> de 65 anos	1	0,3%
Total	301	100%

Olhando para a tabela da idade dos inquiridos, comprova-se, com facilidade, a ideia de proporcionalidade inversa entre o crescimento da idade e as frequências. O mesmo é dizer que houve maior participação de indivíduos mais jovens, notando-se uma progressiva fraca participação à medida que a idade avança. Este tipo de comportamento, embora pareça

irrelevante, pode ajudar a definir os meandros da análise dos resultados, permitindo maior incisão sobre aqueles que mais sofrem dos efeitos da língua portuguesa.

Conforme foi exposto, o questionário tem como público-alvo sujeitos angolanos falantes da língua portuguesa, independentemente de ser em situação de língua materna ou língua não materna. O painel escolaridade básica a superior merece destaque, em virtude de a língua portuguesa continuar a ser, para muitos angolanos, uma língua aprendida, ou seja, que envolve processos cognitivos, e não adquirida natural e espontaneamente. Nesta óptica, o português, em Angola, está polarizada, respectivamente, em língua não materna e segunda para uns, enquanto se vem assumindo como língua materna para outros, uma realidade em franca expansão. Ora, se no segundo caso ela se desenvolve, basicamente, através do processo de aquisição da linguagem, no primeiro, a escola é o seu principal palco de aprendizagem. A tabela que se segue resume a informação sobre o grau de escolarização dos sujeitos que constituem a amostra, donde a diversificação do nível de formação pode ajudar a diversificar a informação recolhida.

Tabela 23: Escolarização dos inquiridos

Escolarização	Frequência	Percentagem
Ensino Primário	3	1,0%
Ensino Secundário	28	9,3%
Ensino Médio	92	30,6%
Ensino Superior	178	59,1%
Total	301	100%

Uma variável relevante, tendo em conta a utilidade das informações que dela se pode extrair, diz respeito à zona de vivência habitual dos sujeitos inquiridos. Esta funciona como base de assunção e de padronização trivalente dos sujeitos inquiridos pelas categorias da sua localização e inscrição no “locus” do uso da língua portuguesa nas categorias de ruralidade, urbanidade e semi-urbanidade. A mesma realidade configura as duas principais tendências em torno da abordagem do uso da língua portuguesa em Angola: uso como língua materna no meio urbano e uso como língua não materna/segunda no meio rural. Os sujeitos que compõem a amostra estão distribuídos em três zonas, conforme a tabela abaixo. Todavia, a distribuição disforme dos indivíduos por cada zona leva-nos a reforçar o apelo em torno das cautelas em relação à generalização das conclusões, com base nos resultados deste inquérito, para todo o nacional.

Tabela 24: Residência habitual dos inquiridos

Residência	Frequência	Percentagem
Zona rural	14	4,7%
Zona semi-urbana	107	35,5
Zona urbana	180	59,8
Total	301	100%

Olhando para os dados da tabela em análise, nota-se, evidentemente, uma desproporcionalidade de informação entre as três zonas, ainda que, em nossa opinião, este facto não deva coibir o valor da investigação. Temos consciência das limitações dos resultados introduzidos por essa diferença, assim como o facto de a investigação se centrar em falantes da língua portuguesa, tornando a amostra não essencialmente representativa da população nacional. Todavia, os mesmos resultados obtido pela mesma amostra não deixam de revelar, ainda que sob a forma de tendência, a consciência do uso e da assunção da LP pela população inquirida, tanto e sobretudo na urbanidade, quanto na semi-urbanidade e até certo ponto na ruralidade. Por uma questão de relação entre as variáveis, são apresentadas a seguir a província de residência e de nascimento dos inquiridos.

Tabela 25: Província de residência dos inquiridos

Província definida	Frequência	Percentagem
Cabinda	94	31,2%
Luanda	130	43,2%
Bengo	14	4,7%
Huambo	57	18,9%
Província não definida		
Benguela	3	1%
Uíge	2	0,7%
Sem resposta	1	0,3
Total	301	100%

A análise da tabela acima indicada permite-nos concluir que, pese embora termos definido um universo de quatro províncias, nem todos os inquiridos residem nas províncias seleccionadas. Eis a razão do aparecimento da informação adicional contida em “província não definida”. Deste modo, a fim de criarmos maior complementaridade por intermédio da introdução de um segundo termo de comparação, procedemos à inclusão da variável “província de nascimento dos inquiridos”, que a seguir apresentamos.

Tabela 26: Província de nascimento dos inquiridos

Opções	Frequência	Percentagem
Bengo	15	5,0%
Benguela	8	2,7%
Bié	2	0,7%
Cabinda	89	29,6%
Cunene	2	0,7%
Huambo	56	18,6%
Huíla	8	2,7%
Kwando-Kubango	2	0,7%
Kwanza-Norte	7	2,3%
Kwanza-Sul	3	1,0%
Las Tunas - Cuba	1	0,3%
Luanda	73	24,3%
Lunda-Norte	6	2,0%
Malanje	5	1,7%
Moxico	1	0,3%
Uíge	18	6,0%
Zaire	5	1,7%
Total	301	100,0

A informação desta variável de origem dos sujeitos inqueridos apresenta-se como um dado útil, embora não indispensável, quando comparada com a da província de residência, no intuito de revelar o carácter assimétrico da distribuição da população pelo país, bem como a mistura de indivíduos de etnias e culturas diferentes. Obviamente, para o projecto político angolano de construção de nação, num território de nações, este critério é fundamental, para além de favorecer, em nossa opinião, o português, a única língua com dimensão nacional.

Em suma, quanto ao perfil dos inquiridos, a amostra final é constituída por 301 questionários validados, dos quais 177 (58,8%) são do género masculino e 124 (41,2%), do género feminino, cujo intervalo etário mínimo é de 16 a 25 anos e máximo de > 65 anos (mais de 65 anos), e uma escolarização que oscila entre o Ensino Primário e Superior. Os sujeitos inquiridos, residentes em zonas rural (14 frequências - 4,7%), semi-urbana (107 frequências - 35,5%) e urbana (180 frequências - 59,8%), são provenientes de diversas províncias de Angola, mas residentes em quatro províncias, onde foram inquiridos: Cabinda (94 frequências - 31,2%), Luanda (130 frequências - 43,2%), Bengo (14 frequências - 4,7%) e Huambo (57 frequências - 18,9%). Há ainda a considerar 3 frequências (1%) de Benguela, 2 frequências (0,7%) de Uíge e 1 frequência (0,3%) sem indicação da província de residência, perfazendo um total de 301 (100%) frequências.

4.5.2 Distribuição da frequência do uso e grau de assunção da língua portuguesa

Dando sequência à apresentação dos resultados, a segunda e a terceira partes do questionário são de natureza conteudística. Ambas nos permitem obter informações necessárias sobre o nível de consciência da assunção da língua portuguesa pelos angolanos, assim como o grau da distribuição da frequência do uso da mesma língua em Angola quer numa perspectiva individual, quer colectiva, visando a consecução dos objectivos e a projecção de algumas recomendações.

Por intermédio da análise dos dois níveis, os inquiridos puderam manifestar, por exemplo, “se falam a língua portuguesa”; “desde quando a falam”; “as razões por que a falam”; “o grau de domínio da mesma língua”; “a frequência do uso da LP em espaços diferenciados”; “se falam alguma língua angolana de origem africana”; “em que língua conseguem transmitir melhor o que pensam e sentem” (no caso de sujeitos bilingues). Puderam, de igual modo, expressar o seu sentimento se “quando usam a LP pensam e sentem que é língua alheia e do outro ou se a consideram sua língua”; “se se pode considerar o português como a língua mais falada em Angola na actualidade” ou se, pelo contrário, acham que “os angolanos apresentam resistência à língua portuguesa” e, por exemplo, “se seria benéfica ou não para Angola o uso exclusivo das línguas nacionais de origem africana em detrimento da LP”.

Este tipo de análise assume uma grande importância, pois ao introduzir variáveis como rejeição ou aceitação, pode permitir esclarecer que a rejeição da língua em causa é susceptível ou não de influenciar a absorção dos valores da mesma língua. Para nós, a rejeição psico-sociolinguística de uma língua por parte dos usuários/utentes pode desencadear grandes entraves na absorção dos valores dessa língua. O mesmo entrave é capaz de impedir que a língua, e neste caso a língua portuguesa, exerça o principal papel de elemento de identificação e de aproximação dos povos: os povos das diversas etnias angolanas e estes com os povos que, apesar da origem não africana, são tão angolanos quanto os outros. No fundo, é uma tentativa de elaboração de “mapa” em que os registos de assunção/rejeição estejam muito bem vinculados, permitindo afirmar com categoria sobre o processo da naturalização da língua portuguesa em Angola. Por outro lado, ao averiguar a frequência do uso da língua portuguesa e a sua distribuição em vários locais da vida individual ou colectiva, este tipo de análise é susceptível de fornecer elementos indispensáveis à avaliação da difusão territorial da língua portuguesa e as consequências desse fenómeno, estando criadas as bases de discussão sobre o processo da nacionalização da mesma língua.

Particularmente, os resultados da parte II do questionário indicam, em termos concretos, que a totalidade dos inquiridos (301/ 100%) falam a língua portuguesa, dos quais 217 (72,1%) falam-na desde que nasceram, contra 84 (27,9%) que aprenderam a falá-la depois. As razões por que falam a língua portuguesa diferem de indivíduo para indivíduo, sendo que a maioria, 139 (46,2%), justifica o uso como sendo a língua falada desde à nascença, ao passo que apenas uma minoria de 1 frequência (0,3%) alega ter sido obrigada a falar o português pelos pais. Além disso, 85 (28,2%) destacam o facto de ser a única língua que lhes permite comunicar com todos os angolanos, do mesmo modo que 36 (12%) relacionam o uso da LP à realidade de ser a língua de ensino e 17 (5,6%), por preferência e gosto; 8 (2,7%) falam o português por ser a única língua que se fala em casa; 6 (2%) manifestam falar o português por não saberem falar nenhuma outra língua de Angola e por ser a língua que falam no trabalho. Por último, 3 (1%) justificam o uso da LP por outra razão qualquer.

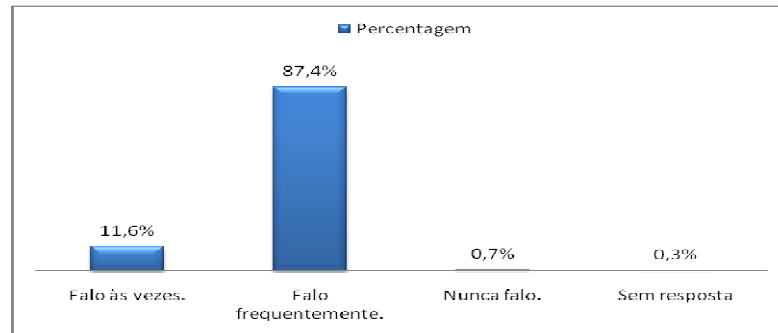
Quanto à performance do domínio da língua em questão, quase metade dos inquiridos (150/49,8%) consideram ter bom domínio, contra 100 (33,2%), 50 (16,6%) e 1 (0,3%) dos inquiridos que consideram ter domínio razoável, ou seja, mais ou menos, muito bom e sem resposta, respectivamente, como atesta a tabela abaixo.

Tabela 27: Grau de domínio da língua portuguesa

Opções	Frequência	Percentagem
Muito bom	50	16,6%
Bom	150	49,8%
Razoável (+/-)	100	33,2%
Mau	0	0%
Sem resposta	1	0,3%
Total	301	100%

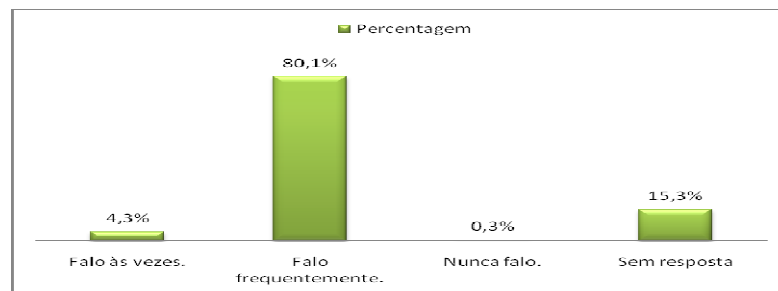
Dado que a questão da frequência do uso da língua portuguesa e a sua distribuição em vários meios dominou a segunda parte, foram destacados cinco meios que consideramos essenciais para a nossa investigação: meio familiar, meio laboral, meio escolar, com os amigos e com desconhecidos. Os resultados revelam que 263 (87,4%) falam frequentemente a língua portuguesa no meio familiar, 35 (11,6%) falam às vezes, 2 (0,7%) nunca falam e 1 (0,3%) sem resposta.

Gráfico 1: Freq. do uso da língua portuguesa no meio familiar (em %)



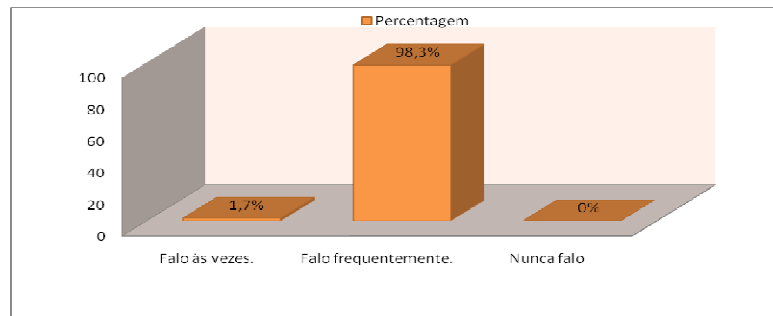
Em relação à distributividade do uso ou da frequência no meio laboral, a tendência não altera, uma vez que a maioria, 241 (80,1%), considera falar a língua portuguesa com frequência no meio laboral, ao passo que 13 (4,3%) falam às vezes e 1 (0,3%) nunca fala. Há, entretanto, a considerar um número significativo de inquiridos, 46 (15,3%), que não responderam à pergunta.

Gráfico 2: Freq. do uso da língua portuguesa no meio laboral (em %)



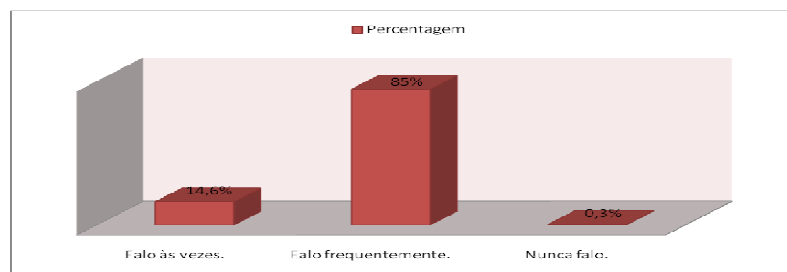
No que concerne à frequência de uso do português no meio escolar, os resultados apontam para um uso esmagador da LP neste meio, uma vez que 296 (98,3%) inquiridos assumem falar o português frequentemente. Apenas 5 (1,7%) afirmam falar às vezes.

Gráfico 3: Freq. do uso da língua portuguesa no meio escolar (em %)



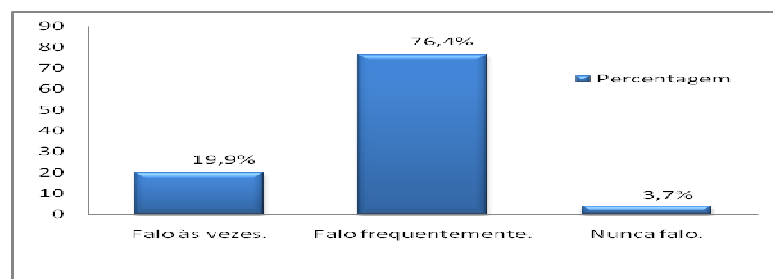
Quanto à distributividade do uso ou da frequência perante os amigos, os resultados também não se desviam daquilo que tem sido a tônica em todos os meios. Aqui, 256 (85%) inquiridos reafirmam o uso frequente da LP com os amigos, 44 (14,6%) falam às vezes e apenas 1 (0,3%) confessa nunca falar a mesma língua com os amigos.

Gráfico 4: Freq. do uso da língua portuguesa com amigos (em %)



Por último, diante de pessoas desconhecidas, o uso da língua portuguesa continua a ser esmagador. Nesta óptica, embora a maioria dos inquiridos (230/76,4%) fale frequentemente o português com desconhecidos, há que referir um número considerável de inquiridos que assumem não falá-lo frequentemente, mas às vezes (60/ 19,9%). Por último, 11 (3,7%) nunca falam o português perante os desconhecidos.

Gráfico 5: Freq. do uso da língua portuguesa com desconhecidos (em %)



Uma vez que o questionário foi aplicado numa sociedade pluralista, onde é frequente afirmar-se que a realização da língua portuguesa ocorre em situação de plurilinguismo nacional e

bilinguismo individual em bastantes casos, procurámos inquirir se no seio da população se confirmava tal processo. Nesta óptica, as questões colocadas visavam, em primeiro lugar, inquirir se a população-alvo falava alguma língua de origem africana para, em seguida, no caso dos sujeitos bilingues (do tipo LP + LOA), colhermos informações sobre em qual língua, entre a LP e as LNOA, a referida população conseguia transmitir melhor o pensamento e sentimento. A análise desta questão serviu, de entre outros fins, para destacarmos, por exemplo, a importância da língua materna e a sua influência no indivíduo. Em relação à pergunta “Fala alguma língua de origem africana?”, os resultados do gráfico que a seguir apresentamos revelam que a maioria é bilingue.

Gráfico 6: Uso das línguas nacionais de origem africana (em %)



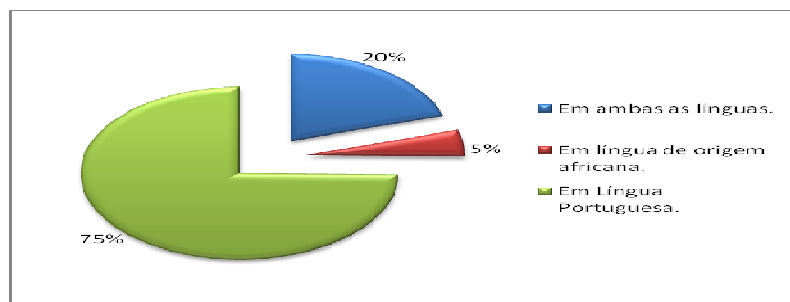
Essa maioria é composta por 206 (68%) indivíduos, ao passo que o número de inquiridos que declararam não falar nenhuma língua de origem africana, isto é, monolíngues de língua portuguesa, ficou nas 89 (30%) frequências. Cerca de 2% dos inquiridos, ou seja, 6 frequências, não responderam. O predomínio da língua portuguesa volta a manifestar-se através da pergunta “Em que língua consegue transmitir melhor o que pensa e sente?”. Todavia, esta questão é antecedida de outra na qual pretendíamos fazer um levantamento das línguas de origem africana faladas pelos sujeitos bilingues inquiridos. A referida indicação corresponde aos dados apresentados na tabela que se segue.

Tabela 28: Línguas de origem africanas dos inquiridos

Opções	Frequência	Porcentagem
Cuanhama	2	0,7%
Ibinda	68	22,5%
Kaloji	1	0,3%
Kicongo	28	9,3%
kimbundu	35	11,6%
Kissolongu	2	0,7%
Lingala	3	1%
Luvale	2	0,7%
Não falo	92	30,6%
Nganguela	2	0,7%
Ngoya	1	0,3%
Nhaneca-Humbe	2	0,7%
Sem resposta	11	3,7%
Tchókwe	4	1,3%
Umbundu	48	15,9%
Total	301	100%

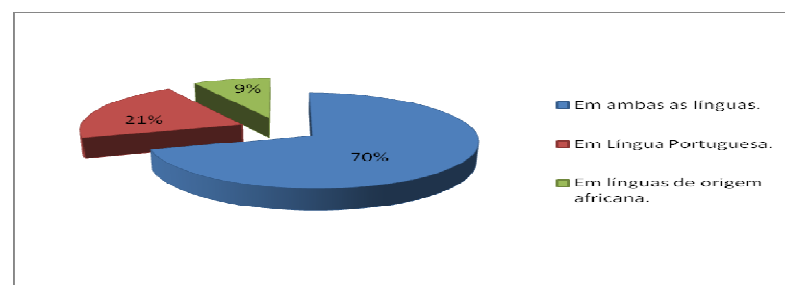
Retomando a questão da língua através da qual os sujeitos inquiridos conseguem transmitir melhor o pensamento e o sentimento, os resultados revelam, conforme vem expresso no gráfico abaixo, que 225 (75%) inquiridos assumem fazê-lo melhor em língua portuguesa, ao passo que 61 (20%) acham ser em ambas as línguas. Apenas 15 (5%) inquiridos consideram que conseguem transmitir melhor o pensamento e o sentimento em línguas de origem africana.

Gráfico 7: Língua de melhor transmissão de pensamento e sentimento (em %)



Por influência do carácter multicultural e multilinguístico, o nosso propósito passou por inquirir a população-alvo acerca do ensino bilingue. Este levantamento é útil, pois em sociedades como Angola, a definição de uma política educativa assente na real situação do país pode ser fundamental quer para o desenvolvimento das competências dos alunos bilingues, na primeira fase da sua formação escolar, quer para melhorar a qualidade do próprio ensino. A pergunta colocada é: “Gostaria que o ensino oficial fosse feito apenas em língua portuguesa ou em línguas de origem africana, ou em ambas as línguas? Os resultados expressos no gráfico que seguidamente apresentamos são reveladores de uma realidade que tem pecado em demasia por atraso, porque tarda em se afirmar, apesar de algumas iniciativas. Tais resultados indicam que a maioria, 212 (70%) inquiridos, defende um ensino bilingue, ou seja, feito em língua portuguesa e em línguas de origem africana, contra 63 (21%) e 26 (9%) inquiridos que preferem ensino monolíngue quer feito exclusivamente em língua portuguesa, quer em línguas de origem africana, respectivamente.

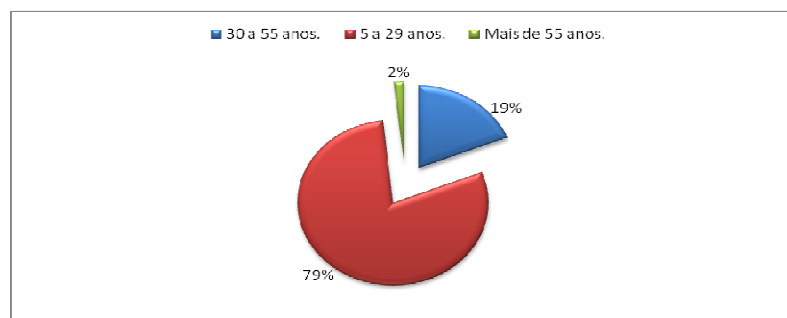
Gráfico 8: Preferência de língua para o ensino oficial (em %)



Por último, em relação ao nosso interesse acerca da faixa etária, no universo da variável “idade”, que faz maior uso da língua portuguesa, a pergunta colocada é: “Que faixa etária

lhe parece falar a língua portuguesa com maior frequência em Angola?”. Os resultados obtidos demonstram que são os indivíduos mais jovens, aqui situados no intervalo etário de 5 a 29 anos de idade, que mais falam a língua portuguesa, com 239 (79%) frequências. Regressivamente, seguem os indivíduos de 30 a 55 anos, com 57 (19%) frequências e, por último, os indivíduos com mais de 55 anos, apenas 5 (2%) frequências. De facto, estes dados vêm reforçar uma tendência já verificada em “Alguns dados estatísticos sobre a língua portuguesa em Luanda”, estudo publicado por Pepetela em 1986, conforme nos vamos debruçar nas discussões. Por ora, apresentamos o gráfico sobre o uso da LP consoante a faixa etária.

Gráfico 9: Faixa etária que mais usa a língua portuguesa (em %)

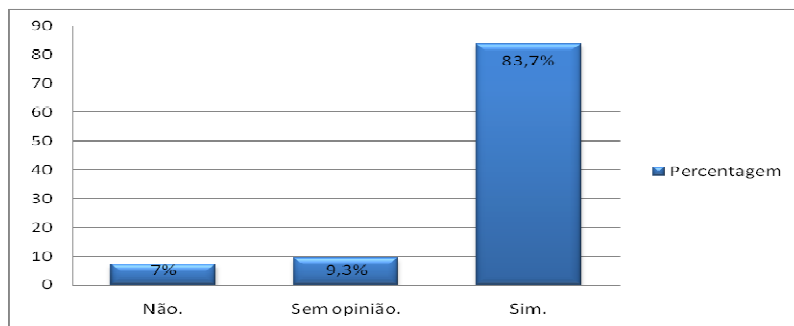


Dando sequência à apresentação de resultados nesta parte final do questionário, a terceira em termos meramente estruturais, dedicamos especial atenção à avaliação do grau de consciência de assunção da língua portuguesa, assim como o que esta língua representa em relação às suas congéneres de origem africana. Por outras palavras, pretendemos saber se os angolanos aceitam a língua portuguesa como sua língua ou se, pelo contrário, resistem à sua presença; se o uso da língua portuguesa está ou não em regressão; se a mesma língua representa entrave ao desenvolvimento das outras línguas, podendo desencadear uma situação de glotofagia; se seria benéfico, ou não, manter todas as línguas de Angola. Para o efeito, foi elaborado um questionário com uma série de cinco perguntas, no intuito de cada inquirido poder expressar a sua opinião em torno dos assuntos anunciados.

Devido ao facto de não encontrarmos disponível qualquer base de dados oficial e actualizado sobre o número concreto de falantes angolanos da língua portuguesa quer como língua materna, quer como língua não materna, aumentou o nosso interesse em conhecer as opiniões da população inquirida, para daí retirarmos ilações acerca da dimensão do uso da língua em análise. Nesta perspectiva, a pergunta inicialmente colocada é: “Na sua opinião, o português é a língua mais falada actualmente em Angola?”. Os resultados obtidos, apesar da insuficiente representatividade, revelam que 252 (83,7) inquiridos acham que o português é, de facto, a língua actualmente mais falada em Angola. Opinião contrária expressam 21 (7%) inquiridos, ao

considerarem que o português não é a língua mais falada. De referir que 28 (9,3%) inquiridos não expressam qualquer opinião a respeito do assunto.

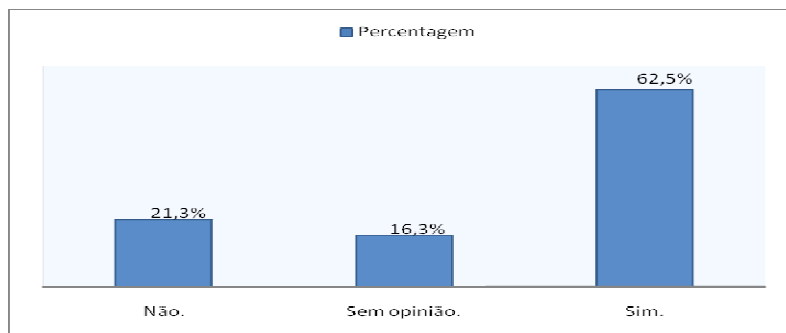
Gráfico 10: Português é a língua mais falada em Angola (em %)



Contudo, esta tendência de generalização do uso da LP, ainda que por confirmar oficialmente através de estudos de carácter mais abrangente, tem como indicador de base o inquérito realizado em 1996 que, em termos de hierarquização, atribuía ao português o 2º lugar de língua materna mais falada.

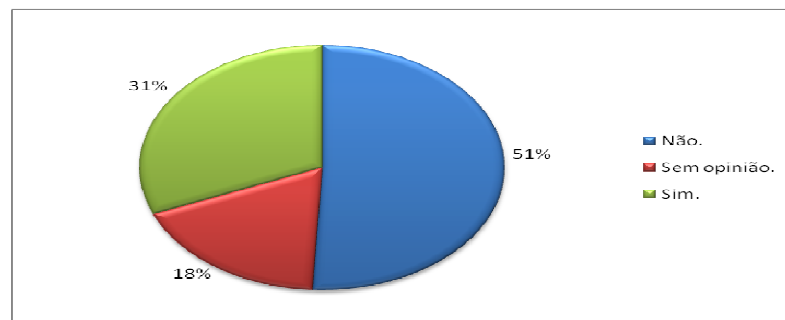
Na sequência da questão anterior, cujos resultados confirmam, claramente, maior uso da língua portuguesa na actualidade angolana, decorrem duas perguntas que com esta estabelecem alguma complementaridade. A primeira consiste em averiguar, concretamente, o grau de pertença da língua portuguesa pelos angolanos, por intermédio da pergunta “Acha que os angolanos consideram que a língua portuguesa também lhes pertence?” Aqui, os resultados deixam poucas dúvidas, pois num universo de 301 questionários validados, somente 64 (21,3%) acham que os angolanos não consideram que a língua portuguesa também lhes pertence. Opinião contrária tem a maioria, composta de 188 (62,5%) inquiridos, que, de facto, não tem dúvidas em considerar que a língua portuguesa pertence também aos angolanos. Ainda no universo dos inquiridos, 49 (16,3%) não manifestaram qualquer opinião, conforme atesta o gráfico abaixo.

Gráfico 11: Os angolanos acham também sua a língua portuguesa (em %)



A segunda pergunta, feita como reforço à pergunta directamente anterior, e que surge na sequência da necessidade de sabermos se os angolanos consideram também sua a língua portuguesa, procura averiguar se há ou não resistência à língua portuguesa por parte dos angolanos. Para o efeito, a pergunta colocada é: “Acha que os angolanos apresentam resistência à língua portuguesa?” Os resultados demonstram grau de complementaridade com as duas perguntas anteriores. Tal grau pode ser testada na informação do gráfico abaixo apresentado, onde a maioria, 153 (51%), não encontra qualquer resistência à língua portuguesa. Ainda sim, um número significativo composto por 94 (31%) inquiridos acha que há resistência, ao passo que 54 (18%) inquiridos não apresentam nenhuma opinião. Daí considerarmos que os resultados não permitem confirmar taxativamente total ausência de resistência ao português.

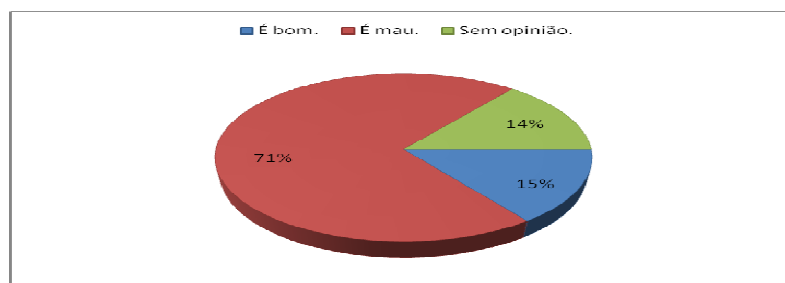
Gráfico 12: Os angolanos apresentam resistência à língua portuguesa (em %)



Decorre, ainda, do espírito de assunção da língua portuguesa, uma pergunta que assume grande importância: “No caso concreto de Angola, deixar de se falar a língua portuguesa para se falar apenas as línguas de origem africana seria bom ou mau?”

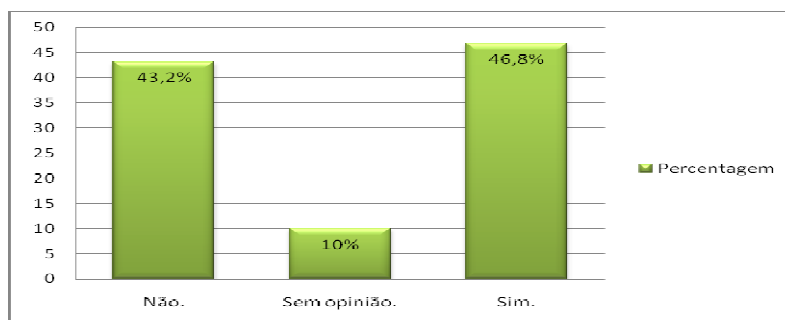
Não devemos perder de vista que a realização da língua portuguesa em Angola ocorre em situação de multilinguismo, significando que ela partilha espaço com outras línguas. Deste modo, a obtenção de informação acerca dessas línguas congéneres da língua portuguesa pode permitir ilações passíveis de contribuir, pela sua utilidade, para uma definição de política linguística adequada à realidade angolana. Ora, apesar de os resultados serem francamente favoráveis à manutenção da língua portuguesa, sobram algumas dúvidas quanto à opinião contrária. Os mesmos resultados apresentados no gráfico que se segue revelam que 214 (71%) inquiridos acham ser mau deixar de falar a língua portuguesa para se falar apenas as línguas de origem africana; apenas 44 (15%) acham bom, enquanto 43 (14%) não têm opinião, num universo de 301.

Gráfico 13: Deixar de falar o português e falar apenas as língua africanas (em %)



Quanto ao questionamento se a língua portuguesa representa perigo para a vitalidade das línguas de origem africana, os resultados não são conclusivos como, aliás, sucede noutros casos. Revela-se, aqui, um equilíbrio entre o sim e o não que traduz dúvida, se bem que se registre, como é evidente no gráfico, alguma vantagem em considerar a língua portuguesa um perigo. Nesta óptica, 130 (46,8%) inquiridos consideram a língua portuguesa um perigo à vitalidade das línguas africanas de origem africana, contra 141 (43,2%) que não vêem qualquer perigo, e 30 (10%) inquiridos não têm qualquer opinião.

Gráfico 14: A língua portuguesa é um perigo à vitalidade das línguas africanas (em %)



Em suma, a informação obtida na segunda e terceira partes reveste-se de uma importância assinalável, na medida em que pode ajudar a levantar uma ponta do véu em relação a um dos temas candentes da actualidade angolana: a questão da nacionalização da língua portuguesa.

4.6 Discussão dos resultados

Terminada a apresentação dos resultados, resta-nos, neste ponto, e na sequência da intenção expressa no título, abrir um pequeno espaço de debate de situações mais relevantes, permitindo entrever indicadores de tendências que remetam para o processo de nacionalização da língua portuguesa. Para o efeito, a discussão vai orientar-se em dois alinhamentos que, duma maneira geral, congregam uns dos critérios da análise do processo de nacionalização de uma língua: i) distribuição da frequência do uso ou da ocorrência da língua portuguesa; ii) consciência de assunção ou aceitação da língua portuguesa.

Conforme manifestamos ao longo da nossa abordagem, a nacionalização da língua portuguesa é um processo que tem vindo a despertar algum interesse. Embora as intervenções pautem por um discurso cauteloso, a situação actual da língua portuguesa tem estimulado o desafio de investigar sobre o assunto. Aqui, pelas nuances que estabelece com a nossa investigação, vamos tomar com elemento de comparação alguns dados apresentados por Pepetela no seu estudo, de 1986. O mesmo estudo baseou-se nas línguas faladas em quatro importantes municípios da Província de Luanda - Ingombota, Maianga, Kilamba-Kiaxi e Rangel - e que representavam mais de metade da população de Luanda, de acordo com o censo de 1983. Apesar de se tratar de um estudo cujo universo corresponde apenas a quatro municípios de Luanda, o que lhe torna não representativo como, honestamente, o próprio autor faz questão de alertar, as situações reveladas são surpreendentes, atendendo, principalmente, o contexto situacional em que se insere (realizado nos primeiros dez anos directamente a seguir a independência).

Em termos de resultados, o estudo revela que 100% de jovens dos quatro municípios falavam português, assim como perto de 90% de mais velhos também, não querendo isto significar que todos o dominavam na totalidade. Luísa d'Almeida (1998) chama atenção à necessidade de conhecer os estratos sociais incluídos no estudo, embora no período da sua realização a estratificação dicotómica asfalto vs musseque; cidade branca vs cidade negra; cidade de ricos vs cidade de pobres se tivesse esbatido com a invasão do centro pela periferia, processo, actualmente, em inversão: a degradação do nível de vida e do poder económico faz com que as pessoas que ocupavam casas nas zonas nobres aluguem-nas a estrangeiros ou a nacionais mais ricos e façam o movimento inverso de regresso aos musseques.

Quanto à percentagem de indivíduos que afirmavam falar as línguas nacionais de origem africana nesses municípios, o estudo mostra, estatisticamente, que é de cerca de 50%, ou um pouco mais; quanto à distribuição de uso das línguas nacionais de origem africana, consoante as idades, o estudo conclui que são sobretudo crianças, dos 5 aos 14 anos, que as menos falam, entre 18 e 32%, e, inversamente, as que mais falam o português, cerca de 100%. Segundo o autor, esta situação de uso do português por crianças poderia significar a importância do papel da escolarização nesse processo, embora a correlação não fosse directa, pois muitas dessas crianças não eram escolarizadas. No que concerne à população que disse falar somente o português, a percentagem é inferior a 50%. Pestana associa vários factores *sociopolíticos* e *históricos* (itálico nosso) que levam os pais a promoverem a língua portuguesa junto dos filhos, desde o prestígio da língua, destacando os factores língua oficial e língua das elites, passando pela preparação para a escola, na medida em que é considerada como meio de promoção social até à convivialidade com outras crianças de outros meios sociais, visto a escolha acolher crianças de origens diferenciadas e línguas maternas próprias.

Em termos históricos, a incidência recai sobre o facto de na época colonial a língua portuguesa não ser apenas prestigiada, mas obrigatória, enquanto as suas congéneres africanas, remetidas ao estatuto de “dialecto”, tinham o uso vedado não só no ensino, mas também no mundo do trabalho e da vida pública. Por outro lado, o domínio da língua portuguesa era, conforme referimos, uma condição indispensável tanto para a categoria de cidadão, como para a de civilizado. Conclui-se, assim, que grande parte da população urbana de todas as idades não só fale o português como também tenha um certo domínio desta língua, e até tenha deixado, por completo, de falar o idioma de seus ancestrais (d’Almeida, op. cit.). A tendência confirma-se no nosso estudo, na medida em que a maioria dos inquiridos considera ter “Bom” domínio da língua portuguesa, representando quase a metade (49,8%), contra 33,2% e 16,6% que manifestaram ter domínio “razoável” (+/-) e “muito bom”, respectivamente.

A hipótese apresentada pelo autor para estudos posteriores era a de que “a língua portuguesa se tornara muito rapidamente hegemónica em Luanda” (d’Almeida pensa que já o era, por razões históricas apontadas, e pela alteração do sistema de ensino iniciado nos últimos anos da época colonial); “que a tendência parecia apontar para uma socialização das crianças unanimemente em língua portuguesa, havendo a necessidade de preservar as línguas nacionais sob pena de perda do bilinguismo inicial”; que o grupo linguístico que só falava português estava, por essa razão, em progressão, o que poderia colocar esta língua como uma das línguas maternas mais importantes do ponto de vista quantitativo”. Reconhece-se, considera o autor, que se trata de um português com uma evolução própria, autónoma, relativamente ao português de Portugal, por influência do meio social e linguístico locais. Baseando-se nas tendências supracitadas, colocando a hipótese da irreversibilidade de tais tendências, Pestana coloca em discussão a questão de ser ou não correcto continuar a considerar a língua portuguesa como língua estrangeira ou se, embora estrangeira, não poderia ser nacionalizada.

De facto, volvidos 25 anos desde a publicação do estudo de Pepetela, a situação conheceu novos contornos, sem se afastar, no essencial, da preocupação de Pepetela que é também a nossa, pela actualidade que incorpora. Ora, quer a distribuição da frequência do uso ou da ocorrência da língua portuguesa, quer a consciência da sua assunção ou aceitação, que correspondem aos dois alinhamentos da discussão definidos, ambas são, na linha do que foi dito na apresentação dos resultados, de natureza conteudística. Com efeito, uma vez que o plurilinguismo angolano se caracteriza por uma diferença estatutária entre o português, língua oficial, mas de origem estrangeira, e as línguas de origem africana, maioritariamente consideradas como línguas nacionais, a análise do estado do uso e da aceitação ou rejeição de uma determinada língua podem ter um papel preponderante na adopção de estratégias de cooperação entre as línguas. Por exemplo, se houver alguma rejeição psico-sociolinguística da língua e, neste caso, da língua portuguesa por parte dos angolanos, esta atitude pode

representar um grande obstáculo na assimilação de todos os elementos de valor que envolvem a mesma língua. Em contrapartida, a aceitação não só será permissivo à adopção dos elementos supracitados da língua, mas, fundamentalmente, poderá ser cada vez mais determinante para estimular a unidade territorial, um traço característico dessa língua. Aliás, os resultados da investigação dão azo à sustentação de que a língua portuguesa introduz facilidade de entrosamento entre os angolanos. Este entrosamento é, de per si, um dado a ter em conta, pois quanto maior for o número de angolanos transferidos para o ambiente da língua portuguesa, ou seja, quanto mais angolanos a assumirem no seu dia-a-dia, mais patamares atinge o projecto político angolano de criação da nação. Nesta óptica, a língua portuguesa é um instrumento de grande valor para a materialização do ideário de “um só povo e uma só nação”.

Acresce-se o facto de a distribuição do uso ou da ocorrência da língua portuguesa poder permitir a elaboração daquilo que podemos designar por mapa de registos de uso que poderá autorizar um diagnóstico capaz de determinar se a língua portuguesa está em regressão ou progressão em termos de uso. O mesmo diagnóstico é importante para se determinar se vale a pena continuar a considerar o português como língua estrangeira. Assim sendo, através da pergunta directa “Fala a língua portuguesa?”, obtivemos resultado esclarecedor, na medida em que, independentemente do grau de domínio da mesma língua e da zona de vivência, todos os inquiridos afirmaram falá-la, num universo de cerca de 68,4% de falantes bilingues. De facto, esta situação não apenas confirma a nossa hipótese, como também vai de encontro com a posição sustentada por Pepetela, ao aludir que a língua portuguesa tem vindo a assumir-se, exponencialmente, no plano interno, como língua materna (L1) de muitos angolanos, ultrapassando todas as outras línguas de Angola⁸², sendo dominada, nos tempos actuais, por mais de 90% dos angolanos, embora uns se expressem melhor do que os outros⁸³. Na esteira de Pepetela, o estudo de Hodges publicado em 2002 atribui-lhe 26% de falantes maternos. Portanto, não obstante a escassez de dados oficiais e a precariedade daqueles que têm sido publicados em estudos particulares, os resultados desta investigação sustentam que a massificação do português contribui para a sua afirmação como meio privilegiado de comunicação quer no contexto nacional, superando o umbundo, que até à década de 90 ainda se posicionava à frente do português, quer no contexto transnacional.

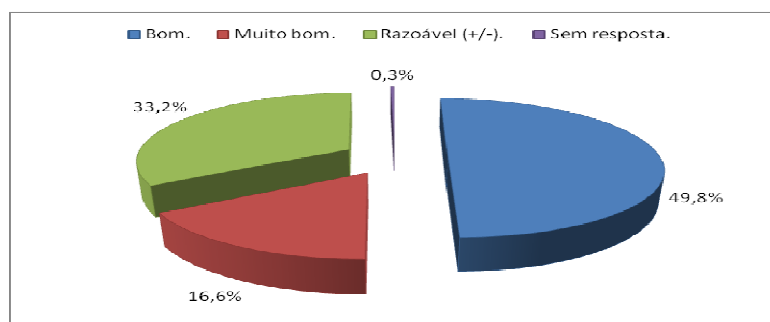
Uma vez que 100% dos inquiridos afirmaram falar a língua portuguesa independentemente da zona de vivência e do grau de domínio da mesma língua, interrogados sobre este último aspecto por intermédio da pergunta “Como classifica o seu grau de domínio da LP?”, as respostas são heterogéneas. Ainda assim, a maioria considera “Bom” o seu grau de domínio da língua portuguesa, representando quase a metade. Estamos a falar, em termos percentuais, de 49,8%, isto é, 150 inquiridos, contra outros 100, 50 e 1 inquiridos, cujos graus de domínio

⁸² Pepetela. In www.diarioliberalidade.org. Página consultada a 29.04.2010, 2h00.

⁸³ Pepetela. Idem.

expressos são “Razoável”, “Muito Bom” e “Sem Resposta” respectivamente. O gráfico que se segue é ilustrativo dessa realidade.

Gráfico 15: Grau do domínio da língua portuguesa (em %)



Ora, se os resultados são esclarecedores pelo facto de todos declararem falar a língua portuguesa independentemente do grau de domínio da mesma língua e da zona de vivência habitual (zona urbana, semi-urbana ou rural), a indicação das razões por que falam essa língua constituiu uma variável que também nos chamou atenção. Com recurso à escala de diferencial semântico adaptado, visto que tanto esta como a de Likert e Stapel admitem modificações na sua forma original (Hall, 2007), apresentamos uma lista de itens, pedindo aos inquiridos a escolha da melhor resposta à pergunta “Por que razão fala a língua portuguesa?”. As reacções dos inquiridos são até certo ponto surpreendentes. Ao lado de uma corrente enraizada - nós também nos revemos nela - de que o uso da LP em Angola se justifica por estabelecer a comunicação entre indivíduos de cujas línguas maternas não há intercompreensão, tem vindo a ganhar cada vez mais peso, nas últimas décadas, o facto de a mesma língua se assumir como língua materna de muitos angolanos. É neste caminhar paralelo entre ser o directório da comunicação nacional e vir sendo língua materna que a maioria dos inquiridos assume, aqui, a língua portuguesa como aquela que fala desde que nasceu.

Tabela 29: Razões por que fala a língua portuguesa

Opcões	Frequência	Percentagem
Outro	3	1,0%
Por não saber falar nenhuma outra língua de Angola	6	2,0%
Por ser a língua que falo desde que nasci	139	46,2%
Porque é a língua de ensino	36	12,0%
Porque é a língua que falo no meu trabalho	6	2,0%
Porque é a única língua que me permite comunicar com todos os angolanos	85	28,2%
Porque em casa só se fala a língua portuguesa	8	2,7%
Porque os pais obrigaram-me a aprender	1	0,3%
Porque prefiro (e gosto)	17	5,6%
Total	301	100%

Entretanto, embora a disposição das preferências dos inquiridos nos cause algum espanto, o mais curioso para nós, em relação aos resultados da tabela, prende-se com o facto de estarmos perante um universo bilingue em maioria.

No quadro da distributividade do uso ou da frequência da língua portuguesa, foi também nossa preocupação conhecer a frequência do uso da mesma língua no seio de vários espaços, através do mapeamento dos registos de uso no “meio familiar”, no “meio laboral”, no “meio escolar”, “com amigos” e “com desconhecidos”. Estes registos permitiriam analisar não apenas a expansão da língua portuguesa, assim como o estado geral do uso da mesma língua. Portanto, a informação sobre o lugar de uso é relevante, pois fornece elementos de análise das funções da língua portuguesa. Os resultados da pergunta “Relativamente aos espaços que se seguem, com que frequência costuma falar a língua portuguesa?”, apresentados na tabela abaixo, reforçam a tendência da generalização do uso da língua portuguesa, fundamentalmente nos centros urbanos e semi-urbanos.

Tabela 30: Frequência do uso do português/locais (em %)

Opções	Meio familiar		Meio laboral		Meio escolar		Com amigos		Com desconhecidos	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Falo às vezes	35	11,6%	13	4,3%	5	1,7%	44	14,6%	60	19,9%
Falo frequentemente	263	87,4%	241	80,1%	296	98,3%	256	85,0%	230	76,4%
Nunca falo	2	0,7%	1	0,3%	0	0%	1	0,3%	11	3,7
Sem resposta	1	0,3%	46	15,3%	—	—	—	—	—	—
Total	301	100%	301	100%	301	100%	301	100%	301	100%

De facto, a análise do quadro permite-nos constatar, independentemente do ambiente, uso frequente do português inclusive em ambientes familiares de sujeitos bilingues, onde se poderia supor uma baixa frequência: 87,4% contra apenas 0,7% de não uso. Este resultado pode indiciar que a LP tem vindo a deixar de ter uso exclusivo extra-familiar para se posicionar, à semelhança das suas congéneres africanas, como língua materna e também de uso intra-familiar, a par de deixar de ser um instrumento de socialização apenas com o mundo exterior, mas também uma língua de socialização com a família.

Como indica a tabela, a percentagem de uso no meio familiar é somente superada pela percentagem do meio escolar, onde está muito próximo dos 100%, ou seja, 98,3%. Evidentemente, esta elevada percentagem de ocorrência no meio escolar não constitui, de todo, uma surpresa, uma vez que o português é a única língua oficial da escolaridade, se bem que “o Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais” (Lei de Bases do Sistema de Educação 13/2001).

Em relação ao meio laboral, não é estranha a elevada frequência de uso da LP. Como indicam os dados da tabela sobre a origem dos inquiridos, a população das províncias de Angola é difusa. Deste modo, o facto de no meio laboral interagirem indivíduos muito heterogéneos, com línguas maternas de origem africana diferentes⁸⁴, pode fazer desencadear, com naturalidade, o uso de uma língua entendível por todos, para além do prestígio que o mesmo uso pode revestir. Efectivamente, nesse particular, o português ganha toda a concorrência, pois é a única língua, no contexto das línguas de Angola, com essa propriedade de entendimento colectivo e de prestígio suposto. Daí que 80,1% dos inquiridos, em exercício de actividade laboral, tenham manifestado falar a língua portuguesa frequentemente durante o exercício das suas funções no meio laboral.

Merecem ser referenciadas, de igual modo, as percentagens do uso de português com amigos e desconhecidos. A língua portuguesa em Angola, como tantas outras línguas oficiais espalhadas pelo mundo, tanto pode funcionar como elemento de poder, quanto como principal elemento para manifestar o nível de literacia dos falantes. Estas duas funcionalidades podem ajudar a compreender a elevada percentagem de uso perante os amigos, 85%, sendo, às vezes, a vontade de afirmação grupal um imperativo. Ora, uma vez que o português é uma língua que nutre uma forte relação com poder, ou seja, com as pessoas que governam, é óbvio que com naturalidade os falantes tentem transferir essa ideia de poder para as suas relações sociais do dia-a-dia. Não admira, por esse motivo, que em grupos híbridos de amigos, compostos por falantes de língua portuguesa e de línguas de origem africana, se manifeste um pendor de domínio por falantes daquela, mesmo que tal comportamento se revele de forma intuitiva. Pese embora pareça uma constatação simplista, pode, em nossa consideração, ajudar a reflectir e a perceber a força que as línguas exercem nas sociedades e, no caso concreto, da língua portuguesa na sociedade angolana.

Quanto à frequência de uso com desconhecidos, apesar das diferenças percentuais, é também elevada, com 76,4%. Entendemos, todavia, que esta elevada percentagem pode remeter para duas leituras baseadas no diferencial literacia e iliteracia e, em suma, entre campo e cidade. Todavia, destacamos em primeiro lugar o facto de se tratar de pessoas desconhecidas. Aqui, conforme referimos no capítulo 2, parece haver um pressuposto a governar as pessoas, permitindo-lhes fazer a selecção com base nesse diferencial. Tal pressuposto rege-se pelo seguinte princípio: na dúvida, a língua portuguesa é a solução. Justifica-se, deste modo, o esforço empreendido por pessoas de musseques em falar a LP, como forma de revelar o seu nível de literacia, marcar a sua posição socioeducativa perante o interlocutor e minimizar o “mussequismo”. Nesta óptica, a LP é também língua de prestígio. Pouco provável é a segunda leitura, em que, por pressupor, mesmo que num pensamento intuitivo, que se trata de um indivíduo da (i)literacia por ser desconhecido, pode provocar alguma hesitação na escolha da

⁸⁴ Há, contudo, quem tenha o português como língua materna.

língua de comunicação. Assim se pode justificar a frequência de quase 20% de inquiridos que manifestaram falar às vezes a língua portuguesa com desconhecidos.

Em suma, há selecções forçadas pelos interlocutores, mesmo não sendo do seu agrado e preferência. Podemos, assim, inferir que a LP em Angola não é somente falada por agrado, em todos os meios. O uso é, certas vezes, forçado por uma conjuntura específica, podendo até ser considerada como uma forma de vida. Daí que o português, no contexto multilingue da sociedade angolana, seja uma necessidade.

As demais opções apresentam dados muito díspares, cuja utilidade é menos relevante para a nossa análise. Ainda assim, confirmam o uso da língua portuguesa evidenciado, de forma gradativa, por “falo frequentemente”, “falo às vezes” e “nunca falo”. Entre as duas últimas opções, nota-se maior percentagem em “falo às vezes”, com a máxima de 19,9%, em “Com desconhecidos”, e a mínima de 1,7%, em “Meio escolar”. No que concerne à menor percentagem, esta verifica-se em “Nunca falo”, com máxima de 3,7%, em “Com desconhecidos” e mínima de 0%, em “Meio escolar”.

O carácter multicultural e multilinguístico de Angola, que tem suscitado no seio da comunidade científica angolana algum interesse em torno do conceito de democratização do ensino, leva-nos, de igual modo, a destacar outros assuntos que a política linguística angolana deveria ter em atenção. Aliás, a questão da política linguística é tão relevante que deveria fazer parte da política geral do país, considerando a língua uma prioridade, por ser uma condição essencial de desenvolvimento económico e social. A relevância da política linguística fá-la “uma previsão e uma escolha”. Nesta óptica, exige uma “visão clara dos objectivos a atingir, um conhecimento aprofundado dos problemas a resolver, uma determinação dos métodos e meios a utilizar e a criação de uma instituição eficaz e leve”. Um destes assuntos que destacamos no âmbito da política linguística é o bilinguismo, principalmente na perspectiva de definir o tipo que melhor pode servir os anseios da sociedade angolana, visto que a maioria dos inquiridos o defende. De facto, o ensino bilingue não é uma temática nova, pese embora ainda se manter clivagens estatutárias entre a língua portuguesa e as demais línguas de Angola. Os resultados da nossa investigação revelam necessidade de implementação do ensino bilingue (do tipo LB+LP) em que as línguas maternas seriam o garante do ensino nos primeiros anos de escolarização, sendo substituídas paulatinamente pela língua oficial portuguesa nos ciclos de ensino seguintes, pois a introdução da língua materna no ensino: i) é um factor de inclusão social (aproximar as crianças da escola e esta à comunidade); ii) pode favorecer o sucesso escolar do ponto de vista didáctico-pedagógico (ajudar o desenvolvimento cognitivo das crianças). Os mesmo resultados revelam reconhecimento de que o próprio sucesso do ensino do português dependerá muito da complementaridade com outras línguas maternas.

Em relação à consciência da assunção/ aceitação, o segundo critério para avaliarmos se o português reúne requisitos que permitam a sua nacionalização, a discussão assenta em cinco itens (perguntas) que sintetizamos na tabela abaixo apresentada, juntamente com as respectivas frequências e percentagens.

Tabela 31: Itens constantes da 3ª parte do questionário

PERGUNTAS	RESPOSTAS					
	Sim		Não		Sem Opinião	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1. O português é a língua mais falada actualmente em Angola?	252	83,7%	21	7%	28	9,3%
2. Os angolanos consideram que a língua portuguesa também lhes pertence?	188	62,5%	64	21,3%	49	16,3%
3. Os angolanos apresentam resistência à língua portuguesa?	94	31%	153	51%	54	18%
4. Os angolanos acham que a língua portuguesa representa perigo para as línguas africanas?	141	46,8%	130	43,2%	30	10%
5. Deixar de se falar o português para se falar apenas as línguas africanas seria bom?	44	15%	214	71%	43	14%

A análise dos dados apresentados na tabela comprova várias tendências actuais, umas de forma mais categórica do que outras. Em relação à pergunta “O português é a língua mais falada actualmente em Angola?”, os resultados confirmam que o uso da língua portuguesa, longe de estar em regressão, encontra-se em franca ascensão, em virtude da sua expansão em espaços outrora da “exclusividade” das línguas nacionais de origem africana, mesmo que a insuficiência de dados requeira alguma prudência para podermos confirmar categoricamente uma tese. Este fenómeno de expansão, que influencia a aceitação/assunção, ao permitir maior contacto, confere ao português uma transversalidade e um status de “plataforma comunicativa extensiva”. O espírito de assunção revelado na pergunta anterior vem reforçado nos resultados das perguntas subsequentes.

Quanto à pergunta “Os angolanos consideram que a língua portuguesa também lhes pertence?”, os resultados indiciam estar em crescendo uma nova visão na forma como estes olham para a língua portuguesa. Nesta óptica, a visão depreciativo-tradicional de “língua alheia”, “língua dos portugueses”, “língua do colonizador” e “língua estrangeira”, que marcou um longo período, vem cedendo espaço a um novo ambiente marcado pela assunção do português como língua dos angolanos, dado confirmado por mais de 62% dos inquiridos.

De facto, se atendermos que a faixa etária que mais usa o português na perspectiva do nosso estudo se situa entre os 5 e os 29 anos, e a que menos usa, >55 (mais de 55) anos, podemos estar perante a confirmação de uma tendência preocupante em relação ao futuro de algumas línguas de origem africana, sobretudo o kimbundo, já manifestada por Pepetela, em 1986. Ora, sabendo-se que “qualquer fenómeno social que mostre uma incidência maior nos grupos de menor idade da população terá tendência a crescer no futuro”, há, de facto, motivos de preocupação, na medida em que os resultados da nossa investigação revelam que são os

indivíduos dos 5 a 29 anos de idade que mais falam o português, com 239 (79%) frequências. Regressivamente, seguem os de 30 a 55 anos, com 57 (19%) frequências, e, por último, aqueles que têm mais de 55 anos, com apenas 5 (2%) frequências. Podemos, assim, admitir, com base nestes resultados, a tendência de uso gradativo decrescente do português quanto à idade, ou seja, o uso tende a diminuir conforme aumenta a idade dos falantes. Paralelamente à idade, observa-se, de igual modo, um uso gradativo crescente do português em relação à zona de residência, isto é, aumenta a frequência à medida que se aproxima dos centros urbanos. Não obstante as circunstâncias de cada estudo, o certo é que quer num, quer noutro, nota-se uma dinâmica de assunção do português que contrasta com um certo clima de retraimento do uso das línguas nacionais de origem africana, principalmente nos centros urbanos.

No que concerne em saber se os angolanos apresentam resistência à língua portuguesa, os resultados jogam complementaridade com os das perguntas anteriores, embora tais resultados não sejam concludentes, na medida em que mais de 30% dos inquiridos acham haver resistência. Deste modo, ainda que a maioria não considere essa possibilidade (cerca de 51%), os referidos resultados não permitem concluir rigorosamente a ausência de resistência à língua portuguesa, mas, sim, a necessidade de se manter vivas todas as línguas. Com efeito, julgamos tratar-se de um comportamento compreensível, tendo em conta o carácter multilinguístico angolano, ainda que a assunção por uma parte considerável da população seja pacífica e tenda a enraizá-la nas suas vidas.

Decorre ainda do espírito de assunção da língua portuguesa uma pergunta que assume grande importância pelo facto de inquirirmos o comportamento acerca de um provável uso exclusivo das línguas de origem africana em detrimento da língua portuguesa: “Deixar de se falar a língua portuguesa para serem faladas apenas as línguas de origem africana seria bom ou mau?” Não devemos perder de vista que a realização da língua portuguesa em Angola ocorre em situação de plurilinguismo. Isto significa que ela partilha espaço com outras línguas. Deste modo, a obtenção de informação acerca destas línguas congêneres da língua portuguesa poderá permitir ilações úteis que, por sua vez, poderão contribuir para uma definição de política linguística adequada à realidade angolana. Ora, se os resultados são francamente favoráveis à manutenção da língua portuguesa, dúvidas temos quanto à opinião inversa.

Contudo, seja como for, a realidade envolvente dá-nos margem para inferirmos que a língua portuguesa está numa dinâmica de expansão e assunção imparáveis. Essa dinâmica social, reforçada com a guarida do Estado que a legitimou sua língua oficial, interna e exteriormente, e, neste contexto, seu principal defensor, abre-lhe as portas da nacionalização. Em contrapartida, muitas línguas de origem africana continuam com futuro incerto, sobretudo nos centros urbanos, se bem que esta verificação não nos possa, contudo, levar a afirmar peremptoriamente que se esteja perante uma situação de ordem glotofágica.

Aliás, as respostas ao questionamento acerca dos perigos que a língua portuguesa pode representar para a vitalidade das línguas de origem africana legitimam a nossa posição, embora se registre uma ligeira vantagem em considerar a língua portuguesa como perigo para a vitalidade das suas congéneres africanas (46,8% contra 43,2%). O equilíbrio percentual em causa deve ser um bom indicador da necessidade de se manter vivas as demais línguas, apostando numa política linguística que apoie a diversidade, institucionalizando, no caso do sistema educacional, um ensino bilingue.

Considerações finais

1 Conclusões gerais da investigação

Ainda que o questionário apresente carácter restritivo por influência de algumas variáveis relacionadas com o perfil dos inquiridos, fundamentalmente a desproporcionalidade de representação entre as zonas rural e urbana, os resultados obtidos tanto no quadro teórico, como na investigação empírica, não deixam de revelar conclusões interessantes sobre os principais assuntos que constituem o cerne da investigação. O quadro teórico forneceu os fundamentos teóricos, uma vez que aí foram definidos os principais conceitos operatórios. Foram, de igual modo, apresentadas algumas contribuições particulares, maioritariamente inconcludentes, por escassez de dados oficiais actualizados, mas, ainda assim, com valor inquestionável. Evidentemente, sendo uma base de orientação e apoio à construção do próprio modelo da investigação, o quadro teórico distingue-se pela abundância da oferta, em oposição à limitação que ensombra os estudos empíricos. Aqui, a maior parte dos trabalhos de investigação sobre a língua portuguesa em Angola a que tivemos acesso parece privilegiar as descrições linguísticas em comparação com as abordagens sociolinguísticas. Nesse rol de estudos, excepção seja feita e destaque seja dado a “Alguns dados estatísticos sobre a língua portuguesa em Luanda”, estudo de Pepetela publicado em 1986, onde afere as línguas faladas em quatro municípios da província de Luanda - Ingombota, Maianga, Kilamba-Kíaxi e Rangel - que representavam, na altura, mais de metade da população de Luanda, de acordo com o censo de 1983.

Na linha do estudo supracitado, perfila a nossa investigação, onde abrimos uma janela de diálogo científico baseado na interdisciplinaridade. Tal diálogo funciona como um dispositivo de opções que necessita do contributo de cada ciência para a sua activação. Funciona, de igual modo, como uma discussão em aberto; uma temática em reflexão no plano interno; enfim, um assunto que investigações futuras poderão aumentar vigor substancial. Ora, numa altura em que crescem os debates sobre o futuro da “nação” angolana, onde, ao lado de outros assuntos, a questão linguística é, em nossa opinião, pertinente e actual, embora sensível, reflectir em torno dos mitos que ainda pairam sobre a presença da língua portuguesa em Angola para melhor se perspectivar o futuro linguístico angolano não só é legítimo e imperioso como também desafiador. Eis a razão por que nos predispusemos a: i) aferir funções da língua portuguesa em Angola no quadro de uma sociedade pluralista; ii) avaliar o estatuto político e social da língua portuguesa em Angola; iii) averiguar a consciência de assunção da língua portuguesa em Angola; iv) averiguar o grau da distributividade do uso ou da frequência em vários espaços; v) destacar, em prol de um modelo de ensino ideal, aquele que permita a coexistência pacífica entre as várias línguas.

Evidentemente, com base nestes cinco itens que, por outra terminologia, constituem os objectivos, e atendendo as questões centrais da investigação, que orbitam em torno do processo de nacionalização da língua portuguesa, apresentamos, sumariamente, as conclusões gerais em três alinhamento, segundo a descrição que a seguir apresentamos.

Sobre a expansão irreversível da língua portuguesa

Não obstante a escassez de dados oficiais e a precariedade daqueles que têm sido publicados em estudos particulares, incluindo o nosso, por falta de censos, estes, na ausência de outros mais fiáveis, têm revelado um carácter irreversível de expansão territorial da língua portuguesa, por influência da política do Estado colonial e pós-colonial, do conflito armado, da pressão dos meios de comunicação, da instauração da democracia e da alfabetização em língua portuguesa. Paralelamente, os mesmos dados têm confirmado tendencialmente: i) a língua portuguesa tem vindo a deixar de ser língua exclusiva do meio urbano para, inversamente falando, se intrometer na ruralidade; ii) um aumento do número de falantes que a têm como língua materna e única, assim como o de falantes não maternos, havendo iminente probabilidade de ser uma das línguas maternas mais importantes de Angola do ponto de visto do uso; iii) uma acentuada massificação que contribui para a afirmação do português como meio privilegiado de comunicação quer no contexto nacional, superando o umbundo que até à década de 90 ainda se posicionava à frente deste, quer no contexto transnacional. Daí estimarmos pela dinâmica de uso - embora careça de confirmação por insuficiência de dados, mas concordando com Pepetela - que cerca de 90% dos angolanos, se não falam, pelo menos entendem o português. Entretanto, um dos grandes desafios passa por confirmar quantitativamente, em trabalhos futuros de maior dimensão nacional, a tendência aqui anunciada.

Por intermédio dos resultados do questionário, constatámos, ainda que sob forma de tendência, um ambiente que aponta para a nacionalização da língua portuguesa em Angola, fruto do elevado grau de difusão territorial; da distribuição da frequência do uso; da consciência de assunção; do número de falantes maternos e não maternos e, fundamentalmente, da forte relação que esta nutre com o poder. A caminhada rumo à nacionalização é, em nossa opinião, irreversível, pois o poder político dá sinais inequívocos para tal propósito, como ilustra a intervenção do Presidente da República: “Devemos ter a coragem de assumir que a língua portuguesa (...) que já é hoje língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como a língua nacional em Angola”. Sentimento idêntico de nacionalização é manifestado no paralelismo que se estabelece entre a mesma língua e algumas iguarias que, pese embora a sua origem sul-americana e asiática (no caso da mandioca e do sarrabulho respectivamente), se angolanizaram, convertendo-se na alimentação basilar, sobretudo a mandioca, de grande parte dos angolanos.

Acerca da democratização do ensino: o ensino bilingue

A nacionalização da língua portuguesa apela outros processos entre os quais a democratização do ensino, que por sua vez apela o bilinguismo e o ensino bilingue. Ora, tanto num quanto noutro processo, os resultados da investigação comprovam que há consciência, por parte da população, da importância de ambos os processos. Nesta óptica, apesar de a maioria dos inquiridos ser bilingue, sendo também falantes da língua portuguesa desde à nascença, estes assumem com clareza um ensino bilingue. O seu comportamento confirma que mesmo havendo uma relação bidimensional literacia / língua portuguesa; mesmo que por influência dessa relação se assumia a existência de proporcionalidade directa entre maior frequência do uso da língua portuguesa e maior literacia e mobilidade social, o índice de literacia será maior quanto maior for a complementaridade entre as línguas, a partir da democratização do ensino, ou seja, da implementação do bilinguismo no ensino, que pode ser do tipo L1B + L2P (língua de origem bantu + língua portuguesa).

Evidentemente, em causa está um modelo bilingue que favoreça, sobretudo, as crianças de língua materna não portuguesa. Em termos práticos, as línguas maternas seriam o garante do ensino nos primeiros anos de escolarização, sendo substituídas paulatinamente pela língua oficial portuguesa nos ciclos de ensino seguintes. Esta implementação é duplamente benéfica, pois, se do ponto de vista social, a democratização ou introdução da língua materna no ensino é um factor de inclusão, do ponto de vista didáctico-pedagógico é um favorecedor do sucesso escolar. Por isso, muitos metodólogos, inclusive os *savants* das Nações Unidas, têm apelado incansavelmente para a necessidade de implementação do ensino bilingue, principalmente em sociedades pluralistas, não apenas pela importância da L1 para o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também como forma de as aproximar da escola e esta à comunidade. O próprio sucesso do ensino da língua portuguesa e a democratização das línguas nacionais de origem africana exigem medidas rigorosas das autoridades traduzidas em política linguística dinâmica a desenvolver, adequando-se à realidade angolana.

Portanto, mesmo admitindo a existência de reformas, estas não devem continuar a ser expressão de uma mera retórica, com fim decorativo, mas, sim, a solução de problemas concretos. E isto só é alcançável se se passar da “palavra” à “acção”, do “gabinete” para o “campo” e do “decreto” para a “realização”. O desafio não é individual, não é apenas dos políticos, exigindo, assim, numa perspectiva democrática, o empenhamento de todos.

Sobre a assunção e distribuição da frequência do uso da língua portuguesa

Uma vez que a realização da língua portuguesa ocorre em ambiente de pluralismo linguístico nacional, tomamos também como centrais as questões relacionadas com a assunção e a distribuição da frequência do uso da língua portuguesa, pois a sua análise pode ajudar a

esclarecer algumas questões levantadas no início da investigação. Entretanto, por uma questão metódica, e de forma a nos precavermos de redundâncias desnecessárias, os dois itens em causa são sintetizados numa única rubrica.

Neste contexto, quanto à assunção e distribuição da frequência do uso da língua portuguesa, os resultados do questionário não deixam de fornecer indicadores importantes sobre o grau de aceitação da língua portuguesa por parte dos angolanos, assim como a frequência de uso em vários locais, apesar de termos consciência de que as estatísticas valem pelo que valem. A análise dos mesmos resultados determina que a língua portuguesa é assumidamente língua de Angola e dos angolanos, mesmo que em muitos casos não exerça genuinamente a verdadeira função identificadora, por esta estar mais implícito às línguas de origem africana. Entretanto, ainda que os resultados confirmem a assunção do português na globalidade ao ponto de este, em Angola, já não ser um mito, mas, sim, uma certeza cada vez mais presente na vida dos angolanos, individual ou colectivamente, há que ter alguma prudência. O apelo à prudência exige-se em virtude de não ser de todo conclusivo descartar sentimentos desencontrados em torno do português, não obstante o facto de ser uma “preciosidade” nos moldes em que o Estado deseja construir a nação angolana.

As línguas não são sistemas indiferentes entre si. São, pelo contrário, sistemas muito solidários e tolerantes à compenetrabilidade. Por exemplo, a disposição de integração do léxico kimbundu ou de qualquer outra língua africana no português e vice-versa, longe de ser uma invasão, é uma incorporação integrativa. Esta capacidade de assimilação ou de osmose faz parte da vitalidade e do desenvolvimento das línguas. O importante é não permitir que o processo de nacionalização em curso incorpore o espírito das hegemonias herdadas da colonização e da integração de Angola na economia mundial, não favoráveis à diversidade cultural, étnica e linguística. Poder-se-á atenuar o clima de retraimento que já é notório em relação ao uso das línguas de origem africana principalmente nos centros urbanos.

A língua portuguesa enriquece a diversidade na diversidade. Tal processo de enriquecimento, que remonta aos primórdios da presença portuguesa em terras angolanas, foi legitimado na década de 70, aquando da proclamação do português como língua oficial, passando, oficialmente, a naturalizar-se. Por influência desse processo de naturalização, o português falado em Angola é uma variante que expressa a angolanidade, uma característica enriquecida pelo perfume das línguas africanas que lhe conferem uma sonoridade melódica. E, contendo, desde já, traços próprios proporcionadores de existência autónoma, vem caminhando firmemente em busca da nacionalidade angolana, enquanto se aguarda pela emissão do respectivo bilhete de identidade.

2 Limitações da investigação

Os trabalhos de investigação representam, na maior parte dos casos, obras inacabadas, correspondendo ao fim de uma etapa passível de abrir espaço para novas abordagens. Deste modo, no intuito de alcançar os objectivos a que nos propusemos, mesmo colocando todo o nosso empenho na tentativa de conceder à investigação a profundidade analítica necessária, reconhecemos, ainda assim, algumas limitações. Pelo que não estaríamos a ser honestos se lhe atribuíssemos o traço acabado, sobretudo por se tratar de uma temática pertinente, actual e sensível. Por conseguinte, a actualidade e pertinência do tema transformam-no num campo aberto, onde os vários contributos, incluindo o nosso, passam, de alguma forma, pela participação num debate importante e igualável aos que envolvem outros interesses, por exemplo, económicos. Entendemos que estes, sobrepondo-se a outros motivos de interesse nacional, parece que adiam - para não usarmos expressões incómodas - discussões mais abrangentes e menos artificiosas de outros assuntos que a construção da nação impõe, como por exemplo, o modelo organizacional que melhor se adequa à realidade angolana, no quadro do processo de construção de uma nação etnicamente heterogénea, a par da valorização dos padrões de referência e de unidade nacional, onde a questão linguística é, certamente, relevante.

Enquanto projecto de investigação em torno da questão de nacionalização da língua portuguesa, a nossa intenção recaiu, de imediato, tal como deixámos expresso na apresentação dos resultados, sobre a necessidade de reunir dados que pudessem garantir uma representatividade nacional, o mais abrangente possível, em termos de amostragem. Nesta óptica, projectámos uma população passível de ser representativa do país, considerando algumas províncias, pela sua localização geográfica, como estratégicas para a inquirição dessa população. Ainda no quadro de um projecto e na mesma intenção de obtermos uma amostra abrangente em termos de representatividade, foi também nossa intenção obter dados que pudessem viabilizar uma análise baseada na oposição entre a população urbana e rural.

Por conseguinte, quando partimos para a materialização do projecto, fomos dando conta de alguns obstáculos e contrariedades, muitos dos quais habituais em trabalhos da natureza da nossa investigação, e que, de facto, acabaram por condicioná-la igualmente. Nesta óptica, uma das primeiras fontes de limitação prende-se com a multiplicidade de assuntos que o processo de nacionalização envolve, obrigando, pela necessidade de estabelecer fronteiras do objecto de estudo, que o nosso contributo, nesse processo, se circunscrevesse na reflexão em torno do grau de aceitação da língua portuguesa e a sua distribuição do uso, assim como a questão da democratização do ensino, sem pormos de lado a questão da naturalização da língua. Ora, em relação à descrição do quadro teórico, a limitação surge pela escassez de referências, visto que a maior parte de estudos a que tivemos acesso é mais de vocação da

história da língua, dando primazia a descrições linguísticas, em detrimento de análises sociolinguísticas.

Quando partimos para o estudo empírico, o risco de surgimento de elementos que pudessem introduzir limites significativos acentuou-se por várias razões, sendo, no entanto, mais relevantes as de natureza económica, devido ao seu impacto no êxito da actividade. Sendo Angola o espaço onde seria aplicado o questionário, e estando a investigação a decorrer em Portugal, havia necessidade de reunir recursos, viabilizando a deslocação não só a Angola, como também a todas as províncias seleccionadas. Entretanto, as carências denotadas, aliadas à pressão do tempo provocada pela necessidade de cumprir os prazos, condicionaram a aplicação do questionário nos moldes previstos. Nesta perspectiva, tomada a consciência da impossibilidade de conseguirmos uma completa cobertura nacional, por não nos dispormos de meios suficientes para a concretização das deslocações às províncias previamente definidas, embora houvesse boa vontade e empenho da nossa parte, tivemos de nos guiar dentro daquilo que era alcançável, sob pena de não cumprir os prazos estabelecidos e o tempo concedido para o efeito, pois as obrigações profissionais exigiam-nos outro tipo de esforço. É de salientar que enquanto decorria a investigação de doutoramento, tínhamos que a conciliar com a investigação exigida pelos compromissos laborais, ou seja, quer por necessidades lectivas, quer por exigências de divulgação científica, por exemplo, a participação em alguns congressos tanto nacionais, como internacionais.

Assim, com base nos objectivos da investigação e nas suas questões centrais, as principais limitações desta investigação prendem-se com: i) a insuficiência de dados estatísticos provocada pela falta de uma base de dados oficial e actualizada relativa à actual situação da língua portuguesa em Angola; ii) a quantidade do questionário validado e de províncias onde foi aplicado, se compararmos estes dados com o vastíssimo universo nacional e a densidade populacional; iii) o facto de a população que compõe a amostra abranger falantes do português, apesar de muitos serem bilingues, sendo maioritariamente residentes em zonas urbana e semi-urbana, quer dizer, com pouca incidência da zona rural. Os factos apontados nesta alínea 3 limitam a investigação, na medida em que a sua aproximação ao português é susceptível de desencadear maior sentimento afectivo, em comparação com aqueles que não o falam ou que vivem em meio rural.

Em suma, pese embora considerarmos alcançados os objectivos definidos, as limitações introduzidas pelo quadro que acabamos de descrever aumentam o nosso interesse em trabalhos futuros de maior amplitude, em todos os níveis, visando, por um lado, obter informações que permitam compreender o quadro linguístico angolano, e, por outro, propor, a partir dessa informação, caminhos considerados mais adequados em prol de uma cooperação harmoniosa entre as línguas de Angola, mesmo que a nacionalização do português se faça de imediato.

3 Sugestões para futuras investigações

Conforme explicamos na Introdução, a escolha da temática da nacionalização da língua portuguesa para objecto de estudo da nossa investigação relaciona-se com a sua actualidade e pertinência, caracterizadas por um processo de expansão territorial, com dinâmicas de contornos algo irreversíveis, tendo como conseqüências o contacto da mesma língua com indivíduos residentes em zonas nunca antes da rota do português, e um aumento galopante do número de falantes maternos e não maternos. Ora, tratando-se uma temática actual que perspectiva o próprio futuro da “nação” angolana, o contributo de todos torna-se importante, podendo ser benéfico à população, que poderia não se sentir excluída na discussão da “(res)publica”, e ao país, acabando por reduzir barreiras étnicas. Para o efeito, cabe aos governantes criarem condições que permitam a participação massiva da população em geral nessa discussão em crescendo, em busca de caminhos considerados mais adequados em prol de uma sã harmonia.

Parece-nos que, à medida que avançam as discussões em torno da questão da nação em Angola, se acentuam, simultaneamente, as discussões em torno da nacionalização da língua portuguesa. Ora, apesar de, à luz da literatura sobre a expressão “língua nacional”, encontrarmos critérios de selecção que permitam afirmar que esta língua pode perfeitamente ser já considerada como língua nacional, a sua nacionalização é um processo que caminha em paralelo com o da construção da própria nação angolana, carecendo ainda de confirmação. Não nos devemos esquecer que o Português é a única língua de dimensão nacional no uso literal da expressão. Deste modo, mediante o quadro acima descrito, seria interessante confirmar tal tendência, não com políticas de imposição, mas com recurso à investigação empírica à escala nacional, ou seja, abrangendo, em proporcionalidade, não apenas falantes de língua portuguesa em situação de língua materna ou segunda, mas, de igual modo, as duas principais zonas habitacionais da população angolana: zona rural e urbana. Este tipo de exercício reveste-se de uma importância assinalável, pois permite esclarecer se a língua portuguesa é pacificamente aceite como língua nacional e não apenas língua veicular como, de resto, é às vezes usada para dissimular a expressão “nacional”, ou se, pelo contrário, se deve reservar o estatuto “nacional” apenas às línguas de origem africana.

Sabemos que vários são os modos de realização de uma língua. Entretanto, em Angola, a realização da língua portuguesa vem ocorrendo numa situação de pluralidade linguística. Desde a proclamação da independência em 1975, altura em que o português é formalmente proclamada língua oficial, até ao momento actual, têm-se observado algumas iniciativas governamentais, pese embora o carácter algo decorativo de muitas delas, no sentido de adaptar o sistema educativo às exigências de cada contexto quer histórico e político, quer social, visando a subsequente tomada de medidas para melhorar a qualidade da educação oferecida às populações. Neste contexto, partindo do pressuposto de que o próprio sucesso do

ensino da língua portuguesa, no quadro de um ensino bilingue, dependerá muito da complementaridade com outras línguas maternas, cremos ser fundamental que os decisores implementem medidas rigorosas traduzidas em política linguística que acompanhe a tal dinâmica social, tendo como pano de fundo o reconhecimento da diversidade cultural e linguística de Angola. Como fazer? Incentivando a investigação linguística e a materialização de algumas propostas já existentes, como por exemplo a concepção de um plano nacional que permita o ensino da língua nacional de origem africana predominante na zona escolar. Porque fazê-lo? Acreditamos que a introdução das línguas maternas africanas no ensino pode promover a integração dos que se sentem excluídos, mormente por meio da mudança do papel da escola e da valorização da cultura da comunidade, evitando possíveis desigualdades provocadas pelo uso exclusivo da língua portuguesa.

Urge ainda dizer que a formação de professores passa por uma recontextualização adequada ao país em questão, do mesmo modo que o sistema de ensino necessita, em todos os ciclos, de verdadeiros profissionais, com uma formação sólida quer científica e cultural, quer pedagógica que lhes permita saber fazer em cenários de multiculturalidade. De facto, ensinar uma língua é diferente de ensinar línguas em simultâneo. Aspectos de vária ordem, onde incluímos metodologias diversas, ganham uma importância capital na formação hoje exigida àqueles que exercem docência. Cremos que não há língua que resista se o seu ensino não for eficaz.

Conforme expressamos anteriormente, em Angola, a realização da língua portuguesa ocorre numa situação de multilinguismo. Isto implicou a necessidade de estatuir as línguas, tendo a língua portuguesa, a partir de então, usufruído formalmente o estatuto de língua oficial, passando as línguas de origem africana para o de línguas nacionais. Ora, a nacionalização da língua portuguesa poderá não só exigir a revisão do(s) conceito(s), como também introduzir uma redefinição na abordagem do fenómeno linguístico angolano. Assim, seria interessante compreender se o futuro da língua portuguesa passa por ser “a língua nacional de Angola” ou simplesmente língua nacional, neste caso, à semelhança das outras. Tal aspecto pode parecer irrelevante, mas pertinente, ao não trilharem os mesmos caminhos.

Terminamos com a convicção de que a verdade da ciência é clara e probativa, no entanto, os seus contributos não se esgotam aí, valorizando os caminhos trilhados em busca de tal verdade. A nossa investigação está, sim, imbuída desse espírito, podendo fornecer um grande contributo à língua portuguesa em Angola, muito fortemente indiciado pelo subtítulo “um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização”.

Bibliografia

- Academia de Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editora Verbo, G - Z.
- ADPP Angola e o Ministério da Educação (2006). *Plano de Expansão 10 Novas Escolas de Professores do Futuro*. Luanda.
- Agualusa, José Eduardo (1997). *A Língua Portuguesa e o seu Futuro em África*. http://www.janusonline.pt/1997/1997_3_26.html#1. Acedida a 20 de Março de 2010.
- Alexandre, Pierre (1967). *Langues et Langage en Afrique Noire*. Paris: Payot.
- Almeida, Luiz Fernando de (Coord.) (2006-2007). *Relatório do grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil*. In <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/12/grupo-de-trabalho-da-diversidade-linguistica-do-brasil-relatorio.pdf>. Acedida a 12.06.2010.
- Amaral, Ilídio (2000). *Em Torno dos Nacionalismos Africanos: memórias e reflexões em homenagem a Mário Pinto de Andrade, 1928-1990*. Águeda: Granito Editores e Livreros.
- Ander-Egg, Ezequiel (1978). *Introducción a las técnicas de investigación social; para trabajadores sociales*. Buenos Aires: Humanitas (7ª ed.).
- Andrade, Mário Pinto (1962). *Liberté pour l'Angola*. Paris: François Maspero.
- Arber, Sara (1993). "Designing samples". In Nigel Gilbert (Org.). *Researching Social Life*. London: Sage, pp. 58-82.
- Bell, Judith (2004). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva (original de 1993).
- Bender, Gerald J. (2004). *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila (Coleção Ensaio - 21).
- Biderman, Maria Tereza Camargo (s/d). *Teoria Lingüística (Lingüística Quantitativa e Computacional)*. Brasil: Rio de Janeiro/São Paulo.
- Birmingham, David (1974). *A Conquista Portuguesa de Angola*. Porto: A Regra do Jogo (original de 1965).
- Bonal, X. (2000a). "O multiculturalismo interno e externo em Espanha: Funções de legitimação e recontextualização educativa". In *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 14, pp. 7-24.
- Boanal, X. (2000b). "La coeducación como democratización de la enseñanza". In *Aula de innovación educativa*, nº 88, pp. 28-29.
- Branco, Alberto M. V. (2006). "África: um continente em mutação. A terceira vaga de transições democráticas e alguns dos impactos políticos da Globalização em Estados não-democráticos". In *Millenium*, Revista do ISPV, nº 32, pp. 60-66.
- Bright, William (1974). "As Dimensões da Sociolinguística". In Fonseca, Maria Stella Vieira da & Neves, Moema Facure (orgs.) *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, pp. 17-23.

- Cabral, Amílcar (1976). "Resistência Cultural". In *Textos políticos Amílcar Cabral*. Secretaria de Estado e Acção Social Escolar, MEIC: Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, pp. 137-141.
- Calvet, Louis-Jean (1996). *Les politeques linguistiques*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Calvet, Louis-Jean (1974). *Linguistique et Colonialisme - petit traité de glottophagie*. Paris: Payot.
- Carreira, António (1983). *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata, (1460 - 1878)*. Lisboa: Imprensa Portuguesa (2ª Edição).
- Castro, Ivo (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cauvin, Jean (1980). *Comprendre la parole traditionnelle*. Les classiques africains. Paris : Édition Saint-Paul.
- Cavacas, Fernanda (1994). *O Texto Literário e o Ensino da Língua Portuguesa em Moçambique*. Lisboa: Colecção Sete.
- Caws, P. (1989). "The law quality and quantity, or what numbers can and can't describe". In Glassner, B. & Moreno, J. (eds.). *The qualitative-quantitative distinction in the social sciences*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 13-28.
- Centro de Estudos Angolanos (1965). *História de Angola*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cervo, A. L. (1978). *Metodologia Científica para uso de Estudantes*. New York: McGraw.
- Chatelain, Heli (1888/89). *Kimbundu Grammar. Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt.
- Chivela, David Leornado & Nsiangengo, Pedro (2004). *Currículo de Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário*. Luanda: Ministério da Educação, República de Angola.
- Cohen L. & Manion L. (1989). *Research methods in education*. London: Croom Helm.
- Comissão Europeia (2004). *Muitas Línguas, uma só família. As línguas na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Série 'A Europa em movimento'.
- Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1992). *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa.
- Correia, Virgílio (s/d). *Sistema de Ensino, Transição Societal e Práticas Educativas. Estratégias dos Actores Sociais*. In <http://www.apantropologia.net/publicacoes/actascongresso2006/cap5/VergilioCorreia.pdf>. Acedida a 23.01.2011.
- Couto, Jorge (2001). "Língua Portuguesa: perspectivas para o século XXI". In *Diário de Notícias*, de 19 de Março.
- Cristóvão, Fernando (Dir. e Coord) (2007). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores (2ª edição).
- Cruz, José Ribeiro da (1940). *Notas de Etnografia Angolana*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, LDA.

- Cuesta, Pilar Vasquez (1990). "O ensino do português enquanto língua segunda em Angola". In *Angolê: Artes, Letras, Ideias*, nº 1, pp. 15-18.
- Cunha Celso e Cintra Lindley (2002). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa (17ª edição).
- D'Almeida, Luísa (1998). "Angola - Portugal: Que Futuro?". In Rosas, Fernando & Rollo, Maria Fernanda (coord.). *Portugal na Viragem do Século - Língua Portuguesa: A Herança Comum*. Lisboa: Assírio & Alvim, Cadernos do Pavilhão de Portugal, EXPO 98, pp. 9-86.
- Dan, Wei (2006). *Globalização e Interesses Nacionais: A Perspectiva da China*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Delors, Jacques de (1996). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI*. Lisboa: ASA.
- Diffie, Bailey w. & Winus, George D. (1977). *A Fundação do Império Português - 1415-1580*. Lisboa: Veja, Volume I.
- Dubois, J., Giacomo, M., Guespin, L., Marcellesi, C., Marcellesi, J. & Mevel, J. (Orgs.) (2007). *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix (15ª edição).
- Ducrot, Oswald e Todorov, Tzvetan (1978). *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (5ª edição).
- Enciclopédia Multilíngue Livre (Wikipédia) (s/d). *Chegada de Diogo Cão no Congo*. In http://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_C%C3%A3o. Acedida a 23.02.2008.
- Encyclopædia Britannica (Online). *Lingala language*. <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/342347/Lingala-language>. Acedida a 23.08. 2011.
- Esperança, José Paulo (2008). *Uma Abordagem Ecléctica ao Valor da Língua: O Uso Global do Português*. Lisboa: ISCTE / Instituto Camões.
- Faria, Isabel Hub, Pedro, E. R., Duarte, I. & Gouveia, C. A. M. (Orgs.) (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Favrod, Charles-Henri (1980). *Enciclopédia do Mundo Actual - A Linguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Fernandes, J. & Ntongo, Zavoni (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Luanda: Editorial Nzila.
- Ferreira, Manuel (1989). *O Discurso no Percurso Africano I*. Lisboa: Plátano Editores.
- Ferreira, Manuel (1988). *Que futuro para a língua portuguesa em África?* Linda-a-Velha: Editor ALAC.
- Ferreira, Virgínia (1986). "O inquérito por Questionário na Construção de Dados Sociológicos". In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 165-196.
- Fiske, John (2002). *Introdução ao estudo da Comunicação*. Lisboa: Edições ASA (7ª edição).
- Frias, M. J. (1992). *Língua Materna - Língua Estrangeira: Uma Relação Multidimensional*. Porto: Porto Editora.
- Fromkin, V. & Rodman, R. (1993). *Introdução à Linguagem*. Coimbra: Almedina.

- Furtado, Claudio (1998). "Democracia em África: Possibilidades e Limites". In "África". São Paulo - USP: Centro de Estudos Africanos, nº 20-21, pp. 199-217.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) (2009). *Ensino do Português no Estrangeiro - Dados Gerais*. Lisboa: Material fornecido a 03.12.2009 pelo GEPE.
- Gallisson, R. & Coste, D. (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O inquérito - Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Glissant, Edouard (2008). "Acerca da mestiçagem nas Caraíbas". In <http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label38/dernier/15creolisation.html>. Acedida a 13.01.2008. (Entrevista concedida a Tirthankar Chanda).
- Gonçalves, Irene da Purificação (1998). *Bilinguismo no 1º Ciclo do Ensino Básico - ensino precoce duma língua estrangeira, currículo e sucesso educativo*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação.
- Gonzaga, Norberto (1963). *História de Angola (1482 - 1963)*. Lisboa: Edição do C.I.T.A., Fundo de Turismo e Publicação.
- Gramadi, Juliette (1983). *Introdução à Socio-Linguística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Grin, François (2005). *O ensino das línguas estrangeiras como política pública*. Paris: Relatório Encomendado pelo Haut Conseil de L'evaluation de L'ecole.
- Grosjean, F. (1982). *Life with Two Languages: An Introduction to Bilingualism*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Guthrie, Malcolm (1948). *The Classification of The African Languages*. London: Oxford University Press.
- Hall, Prentice (2007). *Medidas e Escalas: escalas não comparativas*. In <http://www.estv.ipv.pt/PaginasPessoais/malva/EstudosMercadol/aulasMinhas/capitulo%209.pdf>. Acedida a 20.04.2011.
- Harmers, J & Blanc, M (2000). *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1980). *O processo de descolonização em Angola, 1974 - 1976*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Henriques, Isabel Castro (2004). *Território e Identidade - A Construção da Angola Colonial (c. 1872-c. 1926)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Hilário, Mónica (s/d). *A Língua Portuguesa como instrumento veiculador de identidade nacional em Angola*. In <http://users.domaindx.com/africadebate/ad2%20monica%20hilario.htm>. Acedida a 16.07.2008.
- Hill, Manuela Magalhães & Hill, Andrew (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo (2ª edição).
- Hobsbawm, Eric J. (2004). *A Questão do Nacionalismo - nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar (2ª edição).

- Hodges, Tony (2002). *Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais: Principia.
- Hoebel, Adamson & Frost, Everett (2006). *Antropologia cultural e social*. São Paulo: Cultrix.
- ILTEC & DGIDC do MED de Portugal (2003-2005). *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa - Apresentação do Projecto*. Versão digital [em linha]. In http://www.iltec.pt/divling/_pdfs/cd1_apresentacao.pdf. Acedida a 05.03.2010.
- Institut de Statistique de l'Unesco (2006). *Recueil de Données Mondiales sur L'éducation 2006*. Montréal, Canadá.
- Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação - INIDE (2004). *Currículo da Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Secundário*. Luanda: Ministério da Educação.
- Inverno, Liliana (2005). "A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintáctico do sintagma nominal". In Carvalho, Ana (Ed.). *Português em contacto*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert. http://www.uc.pt/creolistics/research/angola/inverno_forthcoming. Acedida a 12.07.2010.
- Jean-Claude, Beacco & Michael, Byram (Coords.) (2003). *Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe, de la diversité linguistique à l'éducation plurilingue*. Estrasburgo: Divisão de Políticas linguísticas do Conselho da Europa.
- Jorge, Manuel (2006). "Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. Conceitos, Preceitos e Preconceitos do Nacionalismo Angolano". In *Latitudes*, nº 28, Dezembro. In http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17/28/17_28_02.pdf. Acedida a 12.03.2011.
- Jorge, Manuel (1998). *Para Compreender Angola - Da política à Economia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Jornal de Angola (2006). *Acerca da situação do ensino em Angola no biénio 2002/2005*. In [http://www.jornaldeangola.com/Secção especial_02/01/2006](http://www.jornaldeangola.com/Secção_especial_02/01/2006). Acedida a 22.04.2008.
- Kajibanga, Víctor (2001). *Sociedades Étnicas e Espaços Socioculturais: uma contribuição ao estudo da problemática das culturas étnicas e da cultura nacional em Angola*. Moscovo: síntese de comunicação apresentada no Instituto de África da Academia de Ciências da Rússia e na Universidade Estatal de Moscovo, em Novembro. In http://www.casafricana.net/artigos/Sociedades_Etnicas_e_Espacos_Socioculturais_Por_Victor_Kajibanga.swf. Acedida a 23.06.2010.
- Kant, L. & Berenson, C. (1975). "Mail surveys and response rates: a literature review". In *Journal of Marketing Research*, Vol. 12, pp. 440-453.
- Lakatos, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade (1996). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas.
- Langacker, R. W. (1977). *A Linguagem e a sua Estrutura*. Petrópolis: Editora Vozes Lda (3ª edição).

- Leeuw, E. D. de & Zouwen, J. Van Der (1992), "Data quality and mode of data collection: methodology and explanatory model". In *La qualité de l'information dans les enquêtes*. Paris: Éditions Dunod, pp. 11-31.
- Lima, José Lopes de (1841). *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lopes, Ana Cristina Macário (1984). "Linguística Textual: objectivos e pressupostos teóricos". In *Biblos*, Coimbra, Vol. LX, pp. 90-102.
- Lopes, Armando Jorge (1997). *Política Linguística. Princípios e Problemas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária.
- Maingueneau, Dominique (1997). *Introdução à Linguística*. Lisboa: Gradiva.
- Marconi, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Marconi, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria (1999). *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas.
- Marques, Irene Maria Guerra (1983). *Algumas Considerações Sobre a Problemática Linguística em Angola*. Separata do Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa: I Volume, pp. 205-223.
- Marques, José Carlos Laranjo (2006). *Os Novos Movimentos Migratórios Portugueses - O Caso da Emigração Portuguesa para a Suíça*. Universidade de Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Sociologia.
- Martinet, André (1991). *Elementos de Linguística Geral*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (11ª edição).
- Martinho, Ana Maria Mão-de-Ferro (s/d). *A língua portuguesa em África: perspectivas presentes e futuras*. <http://cvc.instituto-camoes.pt/idiomatico/04/plemafrica.pdf>. Acedido a 15.05.2010.
- Martins, João V. (1993). *Crenças, Adivinhação e Medicina Tradicionais dos Tutchokwe do Nordeste de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Martins, M. Wilson (1949). *Pour une definition de democratie - Analyse philosophique des conflits actuels d'ideologie*. Paris: UNESCO.
- Massey, Douglas (1999). When surveys fail: na alternative for data collection. In Arthur A. Stone, et al. (eds.). *The Science of self report: implications for research and practice*. New York: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 145-160.
- Mateus, Maria H. Mira, Pereira, Dulce & Fischer, Glória (coord.) (2008). *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Textos de Educação.
- Mateus, Maria H. Mira (2002). *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Mauro, Tulio de (2000). *Linguística Elementar*. Lisboa: Editorial Estampa.
- M'bokolo, Elikia (1993). *Ethnie et Pouvoir*. Maputo: Conferência Nacional sobre Cultura, 13 de Julho, Doc. 13 CNC/93.

- Medeiros, Eduardo (1997). “Etnias e etnicidades em Moçambique - Notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre os povos de língua(s) emakhuwa e élómwè e advento da etnicidade macua e lómue”. In *Africana*, de Setembro, nº 18, pp. 81-104.
- Mediateca - Caixa Geral de Depósitos (2007). *Cabo Verde, dez ilhas, um país, cinco continentes*. Lisboa: Neogrifo - Artes Gráficas (1ª edição).
- Melo, João (2010). “O português, língua nacional angolana”. In *África 21*, de Abril. <http://lusofoniahorizontal.blogspot.com/2010/06/joao-melo-o-portugues-lingua-nacional.html>. Acedido a 12.09.2010.
- Mendes, Beatriz Correia (1985). *Contributo Para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Lisboa: Centro de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mingas, Amélia A. (2000). *Interferência do Kimbundu no português Falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Mingas, Amélia A. (1998). “O português em Angola: Reflexões”. In *VIII Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa* (Vol. 1). Macau: Centro Cultural da Universidade de Macau, pp. 109-126.
- Ministério da Educação de Angola (2003). *Currículo de Formação de Professores do I Ciclo do Ensino Secundário*. Luanda: INIDE (1ª edição).
- Ministério da Educação de Portugal (2005). *A Língua Portuguesa no Mundo*. In http://www.dgide.min-edu.pt/lingua_portuguesa/linguaportugmundo.asp. Acedida a 14.08.2007.
- Mollica, Maria Cecilia (2004). “Fundamentação Teórica: conceituação e delimitação”. In Mollica, Maria Cecilia & Braga, Maria Luiza (Orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 9-14.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nardi, Jean Baptiste (2002). “Cultura, Identidade e Língua Nacional no Brasil: Uma Utopia?”. In *Caderno de Estudos da FUNESA*, nº 1, Arapiraca/AL. Versão digital [em linha] http://www.apreis.org/docs/bresil/Cult_lang_bres_jBnardi_vp.pdf. Acedida a 02.12.2010.
- Neto, Maria da Conceição F. M. Pessoa (2000). *Práticas de Leitura na Aula de Português - Entre as Perspectivas Transmissiva e Interpretativa da Educação*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação Mestrado em Educação.
- Neves, Fernando (1974). *Negritude e Revolução em Angola*. Paris: Edições ETC.
- Nzau, Domingos G. Ndele (2010). “Uma Língua, vários sentimentos? O Caso da Língua Portuguesa em Angola”. In Vieira, C., L. Alexandre & Nzau, D. (Orgs.). *II Colóquio Internacional Relações Culturais Portugal - África: Mitos e Realidades Vivenciais e Artísticas*. Covilhã: Universidade da Beira Interior (no Prelo).
- Nzau, Domingos G. Ndele (2009). “Acerca da situação linguística de Cabinda: línguas ou variantes da mesma língua? - Análise do exercício da autoria linguística”. In Petter, M.

- & Mendes, R. Beline (Ed. e Orgs.). *Proceedings of the Special Word Congress of African Linguistics. Exploring the African Language Connection in the Americas* - São Paulo: Editora Humanitas, pp. 299-314.
- Nzau, Domingos G. Ndele & Sardinha, M. G. d'Almeida (2008). "Multilinguismo e direitos linguísticos: o direito à diversidade linguística (O caso de Angola)". In *11ª Conferência Internacional sobre Direito e Língua da Academia Internacional de Direito Linguístico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, de 16 a 19 de Julho.
- Nzau, Domingos G. Ndele (2004). *Contributo para o Estudo de Ibinda*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, Dissertação de mestrado.
- Obenga, Théophile (1985). *Les Bantu: Langues, Peuples et Civilisations*. Paris: Présence Africaine.
- Oliveira, Américo de (s/d) *A literatura angolana de tradição oral e a sua recolha: tipologias e historial*. Leiria: ESE/Instituto Camões/Universidade Agostinho Neto.
- Oliver, Roland & Face, J. D. (1980). *Breve História de África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Panoff, Michel & Perrin, Michel (1973). *Dicionário de Etnologia*. Lisboa: Edições 70.
- Patraquim, Luís Carlos (2009). *Caril de Bacalhau: Receita Impossível*. In Vieira, Cristina & Nzau, Domingos (Orgs.). *Actas do I Colóquio Internacional Relações Culturais Portugal - África: Pontes para o Futuro*, UBI, pp. 93-104.
- Pestana, Artur Maurício (2010). "O português é a língua da nacionalidade". In *Diário Liberdade*. Entrevista publicada no dia 29 de Abril, na página Web <http://www.diarioliberalidade.org>. Acedida a 15.06.2010.
- Pestana, Artur Maurício (2002). *Sobre a Génese da Literatura Angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, Críticas e Ensaios.
- Pestana, Artur Maurício (1986) "Alguns dados estatísticos sobre a língua portuguesa em Luanda". In *Edições Novembro*, nº 88, pp. 9-11.
- Pereira, Alexandre & Poupá, Carlos (2004). *Como Escrever uma Tese, monografia ou livro científico usando o Wodr*. Lisboa: Edições Sílabo (3ª edição).
- Pinto, Paulo Feitor (2008). *Política de Língua na Democracia Portuguesa (1974-2004)*. Lisboa: Universidade Aberta, Tese de Doutoramento.
- Porto Editora (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Porto Editora (2003-2011). "A Semântica". In *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora. Consultada em 21.04.2011. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$semantica](http://www.infopedia.pt/$semantica)>.
- Portugal, Francisco Salinas (1999). *Entre Próspero e Caliban*. Galiza: Edicións Laiovento.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.
- Redinha, José (1970). *Distribuição Étnica da Província de Angola*. Lisboa: CITA, Fundo de Turismo e Publicidade (6ª edição).

- Rego, Sóstenes Valente (2000). *Contributo para a Constituição de um Corpus de Portuguesismo em Myungwe*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), Dissertação de mestrado.
- República de Angola (2001). *Lei de Bases do Sistema de Educação*. Luanda: Assembleia Nacional.
- República Popular de Angola (1975). *Lei Constitucional - Lei da Nacionalidade*. Luanda: Edição INA.
- Rocha, Edmundo (2009). *Angola - Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950 - 1964)*. Lisboa: Dinalivro.
- Santos, João Marinho dos (1998). *Estudos sobre os Descobrimentos e a expansão portuguesa*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Santos, José Eduardo dos (2007). *Soberania, Desenvolvimento, Identidade Nacional - Discursos do Presidente*. Luanda: Edições Maianga.
- Saussure, Ferdinand de (1992). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Schuchardt, Hugo (1979-1888). *The ethnography of variation: selected writings on pidgins and creoles*. Markey, T. L. (ed. e trans.). Ann Arbor: Karoma (original de 1888).
- Selltiz, C., Wrightsman, L. & Cook, S. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo (2ª edição).
- Siguan, Miguel & Mackey, William-François (1986). *Éducation et Biliguisme*. Paris: Unesco, Delachaux & Niestlé.
- Silva, Gabriela Maria Moreira da (2006). *Educação e Género em Moçambique. A língua é um factor determinante para o sucesso escolar das raparigas nos meios rurais? Estudo de caso em duas escolas com programa bilingue*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos.
- Silva, Giselle Machline de Oliveira e (2004). “Coleta de dados”. In Mollica, Maria Cecilia & Braga, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Editora Contexto, pp. 117-133.
- Simão, Pinda (2006). “Línguas Nacionais vão entrar no Sistema Oficial de Ensino em 2006”. In *Angonotícias*. http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=2249. Acedido a 23.de Setembro de 2008.
- Shulman, L. S. (1986). “Paradigms and research programs in the study of teaching: a contemporary perspective”. In Wittrock, M. C. (ed.). *Handbook of research on teaching*. New York: MacMillan, pp. 3-36.
- Szymaniak, Włodzimierz Gozef (Coord.) (2000). *Dicionário de Ciências da Comunicação*. Porto: Porto Editora.
- Tavani, Guiuseppe (1976). “Problemas da expressão linguístico-literária nos países africanos de independência recente”. In *Estudos Italianos em Portugal*, nº 37 a 39, pp. 79-92. Lisboa: Instituto Italiano de Cultura.
- Tavares, Clara Ferrão (2007). *Didáctica do Português - Língua Materna e Não Materna - No Ensino Básico*. Porto: Porto Editora.

- Teyssier, Paul (1994). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora (6ª edição).
- Torgal, Luís R., Pimenta, Fernando T. & Sousa, Julião S. (Coords.) (2008). *Comunidades Imaginadas - Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Trask, R. L. (2004). *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. São Paulo - Brasil: Editora Contexto.
- Trigo, Salvato (2008). “Da fraternidade das palavras ao grande desafio”. In Vieira, Cristina & Nzau, Domingos (Orgs.). *Actas do I Colóquio Internacional Relações Culturais Portugal - África: Pontes para o Futuro*, UBI, pp. 15-34.
- Unesco (2003-2006). *Convenção para a salvaguarda do Património Cultural e Imaterial*. In. http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9. Acedida a 18.08.2010.
- Unesco Ad Hoc Expert Group on Endangered Languages (2003). *Language Vitality and Endangerment*. Paris. In <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00120-EN.pdf>. Acedida a 05.07.2010.
- Unesco (2000). *Rapport mondial sur la culture - Diversité culturelle, conflit et pluralisme - Extraits de la version française à paraître prochainement*. Paris: Éditions Unesco.
- Unesco (1989). *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore* In http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9. Acedida a 18.08.2010.
- Unesco (1987). *As políticas de educação e de formação na África Subsahariana*. Paris: Place de Fontenoy.
- Unesco (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. In http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9. Acedida a 18.08.2010.
- Valdman, Albert (1978). *Le créole: structure, statut et origine*. Paris: Klincksieck.
- Vargas, Raul Osório (2005). “O Lugar da Oratura na Revista Reportagensaio: um Flagrante de Flkcomunicação”. In *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Uerj - 5 a 9 de Setembro de 2005*. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0593-1.pdf>. Acedida a 23.01.2010.
- Vatomene, Kukanda (1985). *Notas de Introdução à Linguística Bantu*. Lubango: Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto.
- Veiga, Manuel (2004). *A Construção do Bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Venâncio, José Carlos (2009). “A Cruzada Anti-Occidental: da Inquietude ao Diálogo”. Oração de sapiência apresentada na abertura do ano lectivo. UBI, de 12 de Outubro. In <http://www.urbi.ubi.pt/arquivo/2009/505-2009-09-22/6320/>. Acedida a 15.11.2010.

- Venâncio, José Carlos (1996). *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII - um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Venâncio, José Carlos (1993). *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana*. Lisboa: Ulmeiro.
- Venâncio, José Carlos (1992/93). “História, Sociedade e Conflito: estatuto e função social da língua portuguesa em Angola”. In *Revista da Lusofonia*, nºs. 29-34, pp. 191-196.
- Villas, Gaspar do Couto Ribeiro (1938). *História colonial*. Vila Nova de Famalicão: Grandes Ateliers Gráficos «Minerva» de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.
- Vilela, Mário (2001). “Reflexões sobre a política linguística nos PALOP”. In *Africana Studia*, nº 4, pp. 33-48.
- Wurm, A. de Stephen & Baumann, Theo (1996). *Atlas des Langues en Péril dans le Monde*. Paris: [Editions Unesco/Pacific Linguistics](http://www.terminometro.info/ancien/b29/fr/atlas.htm), ISBN: 92-3-203255-4. In <http://www.terminometro.info/ancien/b29/fr/atlas.htm>. Acedida a 12.06.2008.
- Zau, Filipe (2010). “A Língua Portuguesa também é nossa”. In *Jornal de Angola*, de 28 de Março.
- Zau, Filipe (2007). “A Língua Portuguesa e as Línguas Africanas: a cooperação necessária para uma estratégia de desenvolvimento sustentado e endógeno em Angola”. In *Jornal de Angola, secção Vida e Cultura*, de 21 de Outubro.
- Zau, Filipe (1998). *A cooperação entre a língua portuguesa e as línguas nacionais africanas: uma necessidade pedagógica do ensino primário em Angola*. Lisboa: Universidade Aberta, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais.

ANEXOS

ANEXO A: Inquérito

ANEXO A1: Questionário



Universidade da Beira Interior
Departamento de Letras
Doutoramento em Letras

PROJECTO DE DOUTORAMENTO

A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização

INQUÉRITO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DO USO E
GRAU DE ASSUNÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

Autor: Domingos Gabriel Dele Zau
Local de aplicação: Angola

Data: Junho/Julho

QUESTIONÁRIO

Este inquérito insere-se numa investigação de doutoramento a decorrer na Universidade da Beira Interior, Portugal. Pretendemos, a partir do mesmo, obter informações sobre a distribuição da frequência do uso da língua portuguesa, em variados locais, e sobre o grau de assunção da mesma língua, material necessário para o debate em torno do processo da sua nacionalização. Todos os dados fornecidos destinam-se exclusivamente para o fim proposto. Nesta óptica, não deixe de responder, pois as suas respostas são fundamentais quer para o bom desenrolar da investigação, quer para tornar possível o alcance dos objectivos pretendidos.

BEM-HAJA!

1. PERFIL DO INQUIRIDO

1. Género:

Masculino

Feminino

2. Idade:

16 a 25 anos 26 a 40 anos 41 a 55 anos 56 a 65 anos Mais de 65 anos

3. Escolarização:

Primária

Secundária

Média

Superior

4. Profissão _____

5. Zona de vivência habitual:

Urbana

Rural

Semi-Urbana

6. Província de nascimento: _____

7. Província de residência: _____

2. DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DO USO OU DA OCORRÊNCIA

1. Fala a Língua Portuguesa?

Sim

Não

2. Desde quando fala a Língua Portuguesa?

Desde que nasci

Aprendi depois

3. Escolha apenas uma opção que corresponde à razão por que fala a Língua Portuguesa ou indique outra razão no espaço correspondente à opção “Outra”.

Porque prefiro (e gosto)

Por ser a língua que falo desde que nasci

Porque em casa só se fala a Língua Portuguesa

Porque os pais obrigaram-me a aprender

Porque é a língua de ensino

Porque é a língua que falo no meu trabalho

Por não saber falar nenhuma outra língua de Angola

Porque é a única língua que me permite comunicar com todos os angolanos

Outra : _____.

4. Como classifica o seu grau de domínio da Língua Portuguesa?

Muito bom

Bom

Razoável (mais ou menos)

Mau

5. Relativamente aos espaços que se seguem, com que frequência costuma falar a Língua Portuguesa?

5.1. *Meio familiar:*

Falo frequentemente

Falo às vezes

Nunca falo

5.2. *Meio Laboral:*

Falo frequentemente

Falo às vezes

Nunca falo

5.3. *Meio Escolar:*

Falo frequentemente Falo às vezes Nunca falo

5.4. *Com amigos:*

Falo frequentemente Falo às vezes Nunca falo

5.5. *Com desconhecidos:*

Falo frequentemente Falo às vezes Nunca falo

6. Fala alguma língua de origem africana? Sim Não

6.1. Se fala, qual? (indique aquela que mais domina) _____

7. Em que língua consegue dizer melhor o que pensa e sente?

Em Língua Portuguesa

Em língua de origem africana

Em ambas as línguas

3. GRAU DE ASSUNÇÃO OU ACEITAÇÃO

8. Gostaria que o ensino oficial fosse feito: (Seleccione apenas uma opção).

Em Língua Portuguesa

Em línguas de origem africana

Em ambas as línguas

9. Que faixa etária lhe parece falar a Língua Portuguesa com maior frequência em Angola?

5 a 29 anos

30 a 55 anos

Mais de 65 anos

10. Diga a sua opinião em relação às afirmações que se seguem:

10.1 O Português é a língua mais falada actualmente em Angola.

Sim

Não

Sem opinião

10.2 Os angolanos consideram que a Língua Portuguesa também lhes pertence.

Sim

Não

Sem opinião

10.3 Os angolanos apresentam resistência à Língua Portuguesa.

Sim

Não

Sem opinião

10.4 Os angolanos acham que a Língua Portuguesa representa perigo para a vida das línguas de origem africana.

Sim

Não

Sem opinião

10.5 No caso concreto de Angola, deixar de falar a Língua Portuguesa para falar apenas as línguas de origem africana:

É bom

É mau

Sem opinião

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

ANEXO B: Entrevista

ANEXO B1: Grelha temática

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR

Realizador: Domingos Gabriel Ndele Nzau

Curso: Letras

Credenciais: Estudante de doutoramento em Letras

Localidade da entrevista: Angola

Data: 2010

Título: *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização.*

2. OBJECTIVO DE ENTREVISTA

Esta entrevista insere-se numa investigação de doutoramento a decorrer na Universidade da Beira Interior, Portugal. Girando em torno de duas áreas temáticas: nação em Angola e língua portuguesa no processo de construção da nação, pretendemos, a partir da mesma, obter informações variadas sobre as áreas temáticas anunciadas, no intuito de enriquecer o quadro teórico do nosso estudo contributivo sobre o processo de nacionalização da língua portuguesa. Todos os dados fornecidos destinam-se exclusivamente para o fim proposto. Nesta perspectiva, contamos consigo porque confiamos na sua idoneidade. Não deixe de dar a sua opinião, uma vez que, para nós, ela é fundamental quer para o bom desenrolar da investigação, quer para tornar possível o alcance dos objectivos pretendidos.

3. PRINCIPAIS TÓPICOS

3.1 Processo de construção da nação em Angola.

3.2 Língua portuguesa no processo de construção da nação em Angola.

ANEXO B2: Entrevista nº 1

ENTREVISTA COM O PROFESSOR VÍCTOR KAJIBANGA

(Luanda, 17 de Junho de 2010)

1- Sobre a nação em Angola, em que medida podemos ou não considerar a sua existência?

Primeiro, gostaria de citar, aqui, a pessoa que proclamou a independência nacional, António Agostinho Neto, que dizia que Angola era um conjunto de várias Nações. O próprio partido no poder, MPLA, tem uma palavra de ordem que é “Um só Povo, uma só Nação”. Ora bem, “Um só Povo, uma só Nação” é, do meu ponto de vista, um slogan político que pode ser visto de duas maneiras: tanto pode significar o projecto político de formação e consolidação da nação, como também pode significar o não reconhecimento da pluralidade etnolinguística e cultural de Angola. Eu acho que a nossa perspectiva deve ser do reconhecimento permanente dessa pluralidade étnica, cultural e linguística que só enriquece o nosso país, Angola. Relativamente à existência ou não da nação, eu considero que estamos num processo de construção da nação e nesse processo, as comunidades étnicas desempenham também um papel fundamental, na medida em que uma boa parte dos actores das comunidades étnicas às vezes têm a ideia de nação dentro daquilo que são os mitos fundadores das áreas socioculturais deles. Portanto, é importante que haja uma grande contribuição relativamente a isso. Portanto, nós em Angola temos, do meu ponto de vista, o Estado a construir a nação. E isso aconteceu também em muitos países em que o Estado desempenha um papel fundamental na construção da nação. Portanto, nós estamos num país em que nem todos falam a LP, porque para considerarmos a existência da nação as pessoas têm que se comunicar também na mesma língua. Portanto, na nação conta o território, que nós já temos; um passado comum, tanto da escravatura, como da colonização, assim como da guerra civil, que também já temos; temos também um outro aspecto comum que é termos a mesma LO de Estado, a LP – elemento que pode contribuir para a troca de bens culturais, simbólicos e para a própria construção da nação; e temos também um outro aspecto positivo que é o facto de a maioria dos angolanos professarem a Religião Cristã. Portanto, há, à partida, condições para que o projecto da nação, com o qual sonharam os nacionalistas angolanos, seja materializado. Mas afirmar que temos nação quando, há cerca de oito anos, saímos de uma guerra civil, pode significar ter uma noção de nação muito ingénua e muito empírica, porque normalmente na nação não entram em guerra os próprios filhos da nação. As nações entram em guerra contra outras nações e outros povos e não internamente. Portanto, um dos aspectos para que a nação exista é a existência da paz, sobretudo social e paz cultural.

2- Partindo do pressuposto de que os membros de uma mesma nação não entram em conflito entre si, podemos constatar que durante muito tempo, os povos das várias etnias de Angola definiram-se por oposição a um "inimigo" comum: o sistema colonial. Esta "unidade" é suficiente para justificar a existência de uma nação angolana nesse período? Comente.

Sim, por isso eu dizia que nós temos um passado comum, que é a escravatura pela qual os nossos povos passaram, a colonização – mas não é só a colonização como tal – a própria luta contra a colonização também é um passado comum que deve ser potenciado no projecto da formação e consolidação da nação.

3- Mas em contrapartida, o fim da guerra colonial abriu espaço para o início de uma luta, neste caso, entre os membros dessa tal sociedade nacional. Será que esta situação terá enfraquecido ou mesmo adiado a formação da nação?

Sim, mas esse foi um problema das elites políticas. As elites políticas podem, digamos assim, facilitar, resolver o problema que sociologicamente chamaria “questão nacional”, como podem não facilitar a resolução dessa questão nacional. Eu creio que durante a luta de libertação nacional as elites políticas não tinham resolvido, ou melhor, não tinham programado bem como iriam resolver a questão nacional. Aliás, essa questão nacional sempre se colocou porque, até pela origem dos nossos povos que integravam reinos e Estados diversos, e pelo facto de a maioria não falar a mesma língua, embora a maioria seja originária do substrato bantu, existiam diferenças apesar de tudo, e tinham existido conflitos - não esqueçamos - entre os vários reinos. Portanto, esse era um passivo que até os próprios nossos antepassados não tinham resolvido, porque tinha surgido na agenda, digamos, uma outra questão que era a luta contra a colonização, mas que também as elites políticas, as lideranças dos movimentos de libertação nacional também não resolveram. E por vezes, problemas pessoais, problemas internos desses movimentos de libertação nacional e das elites acabaram por beliscar de maneira profunda o projecto de construção nacional; acabaram por beliscar a questão nacional. Portanto, eu continuo a pensar - e não tenhamos ilusão - que a questão nacional ainda se coloca. Mesmo nesse capítulo, o sistema de ensino não tem estado a desempenhar um papel crucial nisso. Por exemplo eu sou daquele que pensam que a literatura e o seu ensino é fundamental para a formação do patriotismo e da ideia de nação. Mas nós não temos por exemplo nenhum cânone literário nacional. Todos os países que formaram, criaram e consolidaram a nação têm um cânone literário. O cânone literário não é para ser resolvido no Ministério da Educação. Cabe à Assembleia Nacional resolver esse problema. Por exemplo, na 1ª classe todos os alunos devem saber o texto tal, do escritor tal; o poema tal do texto tal do escritor tal; 2ª classe, idem (...) até terminar a formação. E podem ser introduzidas no cânone literário peças da tradição oral dos

diversos povos de Angola. Em Angola, não há, por exemplo, no sistema, de ensino uma disciplina que faça alusão à diversidade étnica e cultural que o país tem. É necessário que as pessoas saibam, por exemplo, que a maioria que vive no Uíge ou no Zaire são Bacongo e falam Kicongo. Até nas próprias designações, às vezes confunde-se a etnia com a língua. Portanto, acho que, relativamente a isso, estas questões ainda não estão resolvidas, tirando as Forças Armadas que acabam por dar alguma contribuição, por ser uma instituição castrense, que tem determinadas regras/normas, acabando por contribuir um pouco para o patriotismo, a angolanidade, etc. Todavia, o sistema de ensino não tem contribuído, porque eu sou daqueles que pensam que a literatura - mesmo as peças que são estudadas no âmbito da língua portuguesa, literatura, poesia, contos, etc – podem contribuir na criação e formação de referências comuns. Por exemplo, não se encontra nenhum português que não saiba o poema de Camões “As armas e os Barões assinalaram...”. Mas nós, aqui, temos problemas sérios nesse domínio, pois não há referências culturais nesse capítulo. Portanto, acho que a questão da nação, como dizia Ernest Renan, é o presbítero de todos os dias, é algo que podemos pensar que está resolvido quando, na realidade, não está. Em suma, a questão do cânone é essencial em qualquer parte do mundo. Se não há referências culturais comuns isto torna-se complicado mesmo tendo em conta a diversidade étnica porque o sistema que se tem em Angola é um sistema de ensino nacional e não sistema de ensino étnico. Por isso, no contexto nacional devia haver um cânone nacional. A questão das etnias não se coloca. Ora, o que quero dizer é que também podem ser introduzidas peças da literatura oral traduzidas em língua portuguesa com a versão original nessa literatura que vai ser ensinada em língua portuguesa. Trata-se de ensino das culturas étnicas em língua portuguesa. Aliás, o português é a única língua oficial. Mesmo os manuais que vão ser ensinados nas línguas nacionais serão traduções de manuais de língua portuguesa. Portanto, a língua portuguesa é a matriz.

4- Podemos admitir que, neste momento, os angolanos vivem uma nação forjada pelo próprio colonialismo e caminhamos, quiçá, para a construção de uma nação à maneira da realidade angolana?

Não, nós não temos um projecto de nação forjado pelo colonialismo. Nós ainda temos um projecto de nação que foi forjado durante a primeira guerra de libertação nacional. Esse projecto não foi consolidado por razões que acabei de referir, porque os próprios movimentos tinham origens ideológicas muito distintas. Se ler os documentos fundadores de tais movimentos chegará à conclusão que existiam ideias que não eram as mesmas relativamente ao projecto de nação. Contudo, acabou por prevalecer o projecto do Movimento que proclamou a independência nacional, que, digamos, se encontra na fase de consolidação. Mas ainda está a ser consolidado em termos de ideias – e acho que acompanhou o debate havido em torno da Nova

Constituição. Portanto, esse debate em torno da Nova Constituição, que não é ainda um debate acabado, inscreve-se também no projecto de construção da nação.

5- Considerando a língua como uma variável importante para a existência de uma nação, uma vez que temos um território (de Cabinda ao Cunene), mas várias línguas, muitas delas diferentes, sendo o português a única língua de abrangência territorial, será que podemos admitir que a mesma terá tido impacto no processo de construção da nação angolana?

Sim, teve impacto e tem importância. Por isso eu dizia que um dos aspectos fundamentais desse projecto de construção, formação e consolidação da nação angolana é o facto de termos também a língua portuguesa, porque sem isto, se calhar, teríamos aqui várias federações, ou seja, estaríamos aqui também num projecto de reabilitação dos antigos reinos. Portanto, esta é uma questão que até foi resolvida desde a criação da OUA. Os “pais” do nacionalismo africano - já não falo do nacionalismo angolano - tinham já chegado à conclusão que era melhor manter as fronteiras tal e qual existiam e não voltarmos aos problemas antigos, passivos que não nos levariam a lado nenhum. Por esta razão, nas nossas condições, quem cria a nação é o Estado. Portanto, nós temos um Estado, insisto, em busca da nação. Esse Estado tem várias caracterizações. Uma delas é que a língua oficial desse Estado é a língua portuguesa.

Uma das questões de fundo é saber como utilizar este instrumento que é a língua portuguesa nesse processo de construção da nação. Ninguém discutiu em momento nenhum, nem na Assembleia nem em sítio nenhum que a língua portuguesa não é nem pode ser a língua de Estado. Mesmo em relação às línguas nacionais, houve debates. Há pessoas que defendiam que elas deviam estar em pé de igualdade com a língua portuguesa, também como língua oficial de Estado, mas em relação à língua portuguesa, este tipo de debate nunca se colocou. Então, se nós tivermos em consideração que o autor central na construção da nação é o Estado, então esse problema está resolvido por que o próprio Estado declara a língua portuguesa como língua oficial. Agora o debate que se coloca é como utilizar esta língua portuguesa como instrumento para a construção e consolidação da nação. Essa língua como instrumento para formatar o imaginário cultural, para, digamos assim, formar referentes culturais. Esta é que é a grande questão. E toda a comunidade, imprensa, Igrejas... têm um papel preponderante nesse processo.

6- O ex-Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Fernando Ganhão, disse que “teria sido impossível que em 25 de Junho de 1975 (data da independência de Moçambique) se tivesse escolhido uma das várias línguas moçambicanas para língua nacional, porque as querelas que isso traria fariam decerto perigar a existência de estado uno, teriam impossibilitado a unidade que criámos no seio do nosso Partido Frelimo e impedido as vitórias que já alcançámos na edificação das bases materiais e ideológicas para a construção da sociedade socialista”. O que acha deste pensamento no contexto angolano?

Sim, o Reitor da UEM de Moçambique terá dito isso, mas eu penso que do ponto de vista histórico a proclamação da nossa independência tinha que ser feita em língua portuguesa: em primeiro lugar porque houve uma tribalização do nacionalismo. Quanto a isso, sabe-se que houve problemas sérios entre os três movimentos de libertação nacional – refiro-me concretamente a FNLA, MPLA e UNITA – e esses problemas entre os movimentos tinham também um cunho, ou melhor, pelo menos eram levados para questões tribais. Como se dizia na altura, embora ainda não existissem pesquisas sólidas sobre isto, no discurso do senso comum dizia-se que o MPLA era sobretudo kimbundu; a FNLA era sobretudo kicongo e a UNITA, sobretudo umbundu. Portanto, creio que estas questões, embora tenham vindo do senso comum e da propaganda política – porque na realidade as coisas não eram bem assim – impediram para que se pudesse fazer a proclamação da independência nacional numa das línguas nacionais. Além disso, a própria colonização não contribuiu em nada para o desenvolvimento das línguas locais. Por isso, creio que a proclamação da independência tinha que ser feita em língua portuguesa porque era a língua oficial. Acresce-se a isto o facto de ser a língua que todos os letrados (elite intelectual) - e uma boa parte dos nacionalistas eram letrados – era a língua, repito, de comunicação entre eles e entre as pessoas provenientes de várias latitudes do nosso país.

7- Por altura da independência, a língua portuguesa representava Portugal; Portugal significava colonialismo e a descolonização de tudo era a palavra de ordem. Entretanto, a mesma língua ficou e tornou-se uma variável fundamental em Angola. Comente.

Penso que o acto da proclamação da independência nacional supunha também o confisco e a nacionalização da língua portuguesa. Como se sabe, a primeira constituição da República Popular de Angola consagrava a língua portuguesa como língua oficial do Estado. Além disso, gostaria de dizer que, na altura da independência nacional, não tínhamos em Angola nenhuma das línguas nacionais que tivesse sido muito desenvolvida e que fosse falada em todo o território. Até mesmo as formas de escrita das nossas línguas nacionais não eram uniformes: a Igreja Católica tinha uma grafia distinta da utilizada pelas Igrejas Protestantes. Além disso, a língua portuguesa era a língua da escola – todas as pessoas ou a maioria tinha aprendido a ler e a escrever em língua portuguesa; a literatura, os manuais (...) tudo o que existia estava escrito em

língua portuguesa. Os próprios documentos oficiais dos movimentos de libertação nacional vinham escritos em língua portuguesa. Os Estatutos, os programas mínimos e máximos vinham escritos em língua portuguesa, salvo outro documento traduzido por uma questão de afirmação do movimento no continente ou no mundo. Creio que os movimentos de libertação nacional nunca colocaram na sua agenda a questão da negação da língua portuguesa, porque seria, de algum modo, confundir aquilo que era o colonialismo na sua essência daquilo que é o potencial cultural da própria língua portuguesa que não foi criada nem fundada pelos colonialistas, pois quando o colonialismo surgiu já a língua portuguesa existia.

8- Tendo em conta as valências que a língua portuguesa representa no contexto angolano, quais os principais problemas que enfrenta na sua convivência com as demais línguas de Angola?

Os problemas são diversos, e vêm desde o período colonial. Em primeiro lugar porque o sistema colonial não desenvolveu muito a escolarização. O mundo rural foi profundamente discriminado nesse capítulo. Por esta razão é que à altura da independência nacional a maioria dos angolanos eram analfabetos. Ora, sendo a língua portuguesa na altura a única língua de acesso à ilustração, isto terá prejudicado sobremaneira a expansão e o domínio da própria língua portuguesa em Angola. Depois da independência nacional, também não houve um grande investimento na promoção da língua portuguesa. Digo isto porque não houve grande investimento na formação de professores de LP. Uma boa parte de pessoas que ensinaram a LP não eram formadas nesse domínio nem estavam preparadas para ensinarem a língua portuguesa. Também o factor guerra que fez com que o mundo rural, que já no tempo colonial tinha sido prejudicado nesse domínio, fosse novamente objecto de discriminação nessa matéria. Além disso – e digo-o como Professor universitário e antigo responsável de uma instituição que forma professores de língua portuguesa – além disso, repito, na política de Estado do Governo Português, relativamente à língua portuguesa, comparada, por exemplo, com a política francesa, notava-se uma grande diferença: os franceses sempre investiram na formação de professores de língua francesa, na criação de bibliotecas, enquanto nós tivemos sempre dificuldades com as autoridades portuguesas, no sentido de conseguirmos uma abertura, relativamente a essa questão: abertura política na formação e concessão de bolsas de estudo para formação de professores de língua portuguesa. O próprio Estado angolano, apesar de declarar oficial a língua portuguesa, não deu grandes passos para a promoção, o desenvolvimento dessa língua, para que de facto todos os angolanos pudessem exprimir-se correctamente de forma escrita e oral em língua portuguesa, embora possa admitir que hoje há uma variante angolana dessa língua, sem dúvidas. Mas nem mesmo essa variante angolana foi potenciada e desenvolvida nesse capítulo. Por outro lado, se está lembrado, os primeiros que pediram junto das Nações Unidas que a língua portuguesa fosse

considerada língua oficial de trabalho da ONU foram os angolanos, na pessoa do presidente Agostinho Neto. Portanto, neste capítulo, nós estivemos muito mais avançados do que os próprios portugueses que só ultimamente começaram a pronunciar-se relativamente a isso.

9- Retomando a ideia de ensino, está em curso a experiência da introdução das línguas de origem africana no Sistema de Ensino Oficial. Considerando a diversidade cultural e linguística angolana, como estas línguas podem ser distribuídas no ensino de forma menos conflituosa?

Bem, acho que há, aqui, um problema de convivência entre a língua portuguesa e as línguas nacionais, embora considere também o português como uma língua nacional, já que é a língua oficial do Estado. Mas as línguas nacionais [de origem africana], na sua convivência com o português, acho que há muitos e variadíssimos problemas. E são problemas sobretudo de política. Em primeiro lugar, foram definidas pelo Ministério da Educação as línguas a serem ensinadas e tidas como principais ou mais importantes. Ora, do meu ponto de vista, não existem línguas mais e menos importantes. Ainda que seja falada por uma minoria, é sempre uma língua e tem que ter o mesmo estatuto. Por isso, acredito que, mesmo entre as próprias línguas nacionais, encontraremos vários problemas. Por exemplo, ao ensinar-se o tchókwe no Leste de Angola, será um bocado complicado porque o Leste de Angola tem várias comunidades étnicas que não falam tchókwe: a comunidade dos rundas propriamente ditos que falam runda; os baluba, que falam tchiluba; os lutchazes, que falam lutchaze; os luvali, que falam luvali, etc. Creio que haverá, aqui, conflitos entre estas comunidades étnicas nacionais por verem as suas línguas relegadas ao segundo plano. Por outro lado, sou daqueles que defendem que para resolvermos o problema da convivência entre a língua portuguesa e as línguas nacionais é importante que, por exemplo, uma boa parte da documentação magna do país seja também traduzida nas línguas nacionais e não escolher algumas línguas nacionais, mas fazer esforço no sentido de traduzir toda a documentação em todas as línguas nacionais existentes. Por outro lado, não há dúvidas que a introdução das línguas nacionais no sistema de ensino é importante. Estudos vários, sociológicos, sociolinguísticos e outros provam que as pessoas que aprendem, sobretudo no sistema primário, na sua língua materna, têm possibilidades de terem um aproveitamento melhor, um aproveitamento, digamos assim, que lhes permita ter uma melhor formação. De qualquer modo, defendo que a introdução das línguas nacionais no sistema de ensino não deve ser feita em prejuízo da aprendizagem da língua portuguesa, nem vice-versa. Portanto, eu creio que há aqui questões de políticas que têm que ser resolvidas à partida para podermos evitar tais conflitos, primeiro entre a língua portuguesa e as línguas nacionais, e, em segundo, as línguas nacionais entre si. Por outro lado, há bloqueios que a má política pode provocar nos próprios estudantes que acabarão por não aprender bem nem a língua portuguesa nem as línguas nacionais.

10- Na sequência do que acabou de dizer, ocorre-lhe um modelo ou um país com modelo que pode ser viável para Angola?

Acho que Moçambique tem estado muito mais avançado, embora a posição do Governo moçambicano, em relação à língua portuguesa, seja um bocado diferente da nossa. Mas Moçambique tem estado até a resolver o problema numa tripla plataforma: i) o ensino da língua portuguesa como língua oficial do Estado; ii) o ensino das línguas nacionais; iii) o ensino da Língua Inglesa, tudo a partir do ensino primário. Creio que é uma experiência que nós deveríamos aproveitar, até porque temos um passado comum, somos países irmãos e creio que o governo moçambicano investiu muito no capítulo da formação de linguistas e de professores de várias línguas nacionais. A título de exemplo, estive há dias com um dos linguistas moçambicanos que escreveu um dicionário de língua portuguesa e língua inglesa, usado a partir do ensino primário, mas que foi publicado pelo Ministério da Educação. Foi ele quem me informou que têm também dicionários de língua portuguesa e línguas nacionais usados já a partir do ensino primário e língua inglesa. Quer dizer que Moçambique tem estado a resolver, ou melhor, está muito avançado nestas questões de convivência entre a língua portuguesa, as línguas nacionais e a língua estrangeira mais usada no país que é o inglês.

11- Sobre a necessidade de as crianças aprenderem em língua materna nos primeiros anos de escolarização, como agir, sabendo que em Angola o português é língua materna de muitas crianças?

Sim, mas para aquelas crianças cuja língua materna é a língua portuguesa têm que aprender nessa língua. Mas gostaria de dizer que em muitas províncias, em muitas áreas de Angola rural, são poucas as pessoas que têm a língua portuguesa como língua materna. Repito, para aquelas crianças que têm o português como língua materna, devem aprender em língua portuguesa. Todavia, há casos de crianças que em casa ninguém fala português. Portanto, confronta-se com a língua portuguesa na escola. E são muitas comunidades nesta situação, sobretudo no mundo rural.

12- Tendo em conta a realidade angolana actual, acha que estão criadas as condições humanas e os meios materiais suficientes para que a introdução das línguas nacionais de origem africana no sistema de ensino oficial tenha o impacto que se espera?

Não acredito que neste preciso momento tenhamos as condições humanas e os meios materiais criados, assim como considero não haver, de igual modo, condições humanas e meios materiais criados para o bom ensino da língua portuguesa, apesar de já ter uma grande tradição. Mas, o facto de não termos as condições criadas não significa que primeiro temos que criar todas as condições e depois é que iremos avançar. O trabalho tem de ser feito em simultâneo. Mas eu

tenho conhecimento que já foram elaborados alguns manuais para o ensino primário em algumas línguas. Creio também que o Ministério da Educação vai avançar para uma etapa experimental, mas eu gostaria de querer que esta etapa experimental contribua paralelamente na criação de condições humanas e materiais possíveis. Agora, um outro aspecto que eu creio que tem sido descorado tem a ver com a experiência dos países vizinhos nossos, porque todas as línguas nacionais faladas em Angola, excepto o umbundu, ou seja, todas as comunidades étnicas de Angola são transnacionais. Ora, nesses países vizinhos, onde estão também as comunidades étnicas de Angola, existe já uma experiência nesse capítulo. Por exemplo, na vizinha República da Namíbia, há ensino na língua cuanhama. Há inclusive jornais, diários que saem em inglês, em afrikaans, assim como também na língua cuanhama, ou seja, há jornais bilingues. Eu creio que para as línguas que já se encontram consolidadas noutros países, não temos razões para tentarmos inventar uma coisa diferente. Tem que haver uma cooperação entre os países onde essas línguas são faladas, no caso do cuanhama em Angola e na Namíbia; o tchókwe, em Angola, na RDC e na Zâmbia; o kicongo, em Angola, RDC, Congo Brazavile e Gabão (...), porque há já trabalho feito nesses países. Daí a necessidade de cooperação e interacção com esses países para aproveitarmos a experiência deles. Infelizmente, não tenho dados que apontam no sentido de ter havido alguma cooperação ou interacção nesse sentido.

13- Não acha que há espírito de menor esforço, ou seja, como quem diz: temos a língua portuguesa. Agarremo-nos nela e já está?

Acho que à dada altura e, quiçá, devido à guerra, não se prestou a devida atenção ao problema linguístico angolano porque, como dizia, mesmo em relação à língua portuguesa, as coisas não andaram bem. Tudo o que faz parte da esteira espiritual do país, como as questões de cultura, línguas, etc, não foi muito desenvolvido. Se ler os documentos sobre diversas conferências e certames sobre cultura nacional que foram sendo desenvolvidas desde a década de 80, actividades que foram organizadas, primeiro pela então Secretaria de Estado da Cultura, e depois pelo Ministério, vai reparar que essa questão das línguas nacionais, mesmo a questão da língua portuguesa, foi sempre rebatida nesses encontros nacionais organizados e patrocinados pelo próprio Estado. Portanto, a preocupação esteve sempre na agenda, mas a materialização destas preocupações é que constitui um grande problema.

14- Se até à altura da independência nacional a dúvida era “Qual o futuro da língua portuguesa em África (PALOP)”, hoje, inversamente, a tendência parece remeter para nos interrogarmos sobre o futuro das línguas nacionais de origem africana. É esse o seu entendimento?

O meu entendimento não é esse porque há províncias em que, até na administração, a comunicação entre as pessoas é feita em línguas nacionais de origem africana. Quem não conhece o interior do país pode afirmar isso, mas quem conhece o interior do país e vai a determinadas instituições públicas encontra as pessoas a falar na sua língua nacional. Se for a Cunene, vai deparar que mesmo na administração as pessoas comunicam nas suas línguas nacionais. Nas Lundas, idem. Portanto, essa questão dum futuro ameaçado das línguas nacionais de origem africana talvez seja em determinadas áreas, principalmente em centros urbanos como Luanda, mas não se coloca na mesma dimensão em relação a outras regiões. Portanto, a questão do perigo que a língua portuguesa possa representar em relação às línguas nacionais de origem africana é uma questão relativa. Até porque é actualmente que nós estamos também a decidir o futuro da língua portuguesa. Essa questão do Acordo Ortográfico levanta também a questão da decisão do futuro da língua portuguesa como património linguístico comum de todos os países que a têm como língua oficial. Basta, para o efeito, acompanhar os debates em torno destas questões. As línguas nacionais de origem africana vão, na minha opinião, sobreviver até pelo facto de as comunidades que as veiculam serem transnacionais, porque essas pessoas, nas próprias fronteiras – porque não são apenas línguas fixadas em Angola - estão também nos países vizinhos. Uma boa parte de Angolanos tem família cá em Angola e nesses países vizinhos. Trata-se de países que estão independentes, tirando a Namíbia, desde a década de 1960. E nesses países, as línguas em questão não desapareceram, continuando a sobreviver. Mesmo na RDC, com o surgimento de lingala, que chega a ser até mais falado do que a língua francesa, as outras línguas sobreviveram e continuaram.

15- Mas não serão línguas remetidas para o uso exclusivo n a oralidade e não passam disso?

Não. Eu acredito que sejam línguas remetidas apenas para a oralidade porque a experiência de outros países ajuda a afirmar isso. Mas aqui é também importante ver o papel das Igrejas que nessas comunidades a comunicação, a liturgia, a pregação é feita nas línguas nacionais de origem africana. Como se pode ver, isso não depende só do povo e do Estado. Há outras instituições que têm uma grande contribuição para continuar a manter essas línguas como línguas vivas.

ANEXO B2: Entrevista nº 2

ENTREVISTA COM PEPETELA

(Por correio electrónico)

1- Sobre a existência da nação em Angola, em que medida podemos ou não considerar Angola uma criação colonial?

R: Foi a colonização que traçou as fronteiras e deu portanto a Angola um território próprio; foi a colonização que juntou povos e chefias que se dividiam e enfrentavam; foi a colonização ainda que, ao levar a evangelização e outros factores culturais, com destaque para a língua portuguesa, deu a Angola algumas características que a distinguem dos países vizinhos. Até o próprio nome do território lhe foi dado pela colonização. Em certa medida, há pois uma acção colonial importante. No entanto, para haver nação angolana contribuiu em muito a luta dos angolanos contra essa própria colonização, luta essa que fez o povo compreender que adquiria uma identidade própria e diferente de outras identidades (regionais, étnicas, etc.).

2- Durante a época colonial, os povos das várias etnias de Angola definiram-se por oposição a um "inimigo" comum: o colonialismo. Esta "unidade" é suficiente para justificar a existência de uma nação angolana nesse período? Comente.

R: Acho que o processo da criação de uma nação é longo e muito difícil de ser balizado rigorosamente. O facto de ter havido muita resistência ao colonialismo, particularmente depois de 1961, reforçou o processo. Mas também (embora pareça paradoxal) a própria guerra civil que se seguiu à independência ajudou a firmar a ideia de nação (porque obrigou as pessoas a moverem-se pelo território, a entrarem em contacto com outras realidades e etnias, a procurarem pontos de convergência, a crescer o fenómeno da urbanização e portanto abertura para outras culturas, etc.). É um projecto hoje muito forte mas que ainda não está consolidado e portanto sujeito a recuos (o caso de Cabinda é um exemplo, mas também as Lundas podem sofrer movimentos separatistas). Portanto, estamos num processo longo de construção da nação, bastante mais avançado que os países da região, mas ainda não consolidado.

3- O fim da guerra colonial marca o início da guerra civil. Terá este facto adiado a construção da nação em Angola? Comente.

R: Acho que respondi atrás. Não adiou, antes pelo contrário. E podemos afirmar que se Angola não se partiu nessa altura, é porque o projecto de nação já estava bastante forte, o que impediu qualquer demagogo de se lançar na aventura da divisão.

4- A nação pressupõe partilha de alguns elementos. Que variáveis lhe parecem definir com mais propriedade a existência de nação em Angola, tendo em conta o seu carácter pluriétnico?

R: Uma variável importante é as pessoas, independentemente da sua etnia ou região de origem, se identificarem com todos os símbolos que representam a nação. Cada vez mais, as pessoas colocam à frente o facto de serem angolanos e só depois a sua origem, mesmo se para isso usam as línguas respectivas. Afirmações de orgulho nacional em alguns acontecimentos (culturais, políticos, desportivos, etc.).

5- Por altura da independência, a língua portuguesa representava Portugal; Portugal significava colonialismo e a descolonização de tudo era a palavra de ordem. Entretanto, a mesma língua ficou e tornou-se uma variável fundamental em Angola. Comente.

R: Desde o princípio o MPLA definiu a língua portuguesa como a da unidade, a oficial e a do ensino, pelo menos numa primeira fase. Sendo o partido que ficou no poder, aplicou essa teoria, tal como o fizeram as outras ex-colónias portuguesas. O caso angolano até era mais privilegiado nesse aspecto, pois havia já uma razoável taxa de cobertura do português no país.

6- O ex-Reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Fernando Canhão, disse que “teria sido impossível que em 25 de Junho de 1975 (data da independência de Moçambique) se tivesse escolhido uma das várias línguas moçambicanas para língua nacional, porque as querelas que isso traria fariam decerto perigar a existência de estado uno, teriam impossibilitado a unidade que criámos no seio do nosso Partido Frelimo e impedido as vitórias que já alcançámos na edificação das bases materiais e ideológicas para a construção da sociedade socialista”. O que acha deste pensamento no contexto angolano?

R: Passava-se a mesma coisa, não havia outra escolha. Houve um líder político que falou em se adoptar o francês, para não o fazer à língua do colonizador, e provocou reacções tão hilariantes que teve de recuar no discurso. Alguma pessoa do norte aceitaria que o umbundu fosse considerado a língua oficial, apesar de ser a mais falada das línguas africanas? E vice-versa? No caso angolano, a escolha estava feita anteriormente, estava inscrita nos factos, nem houve discussão. Hoje podemos perguntar-nos se não haveria outra alternativa, mas no momento nem dúvidas suscitava.

7- O que se pode esperar da língua portuguesa em Angola? Como aproveitar as valências da Língua Portuguesa a favor da sociedade angolana?

R: Sendo a língua da unidade, oficial, do ensino, da promoção social e estando a atingir todos os extractos da sociedade, só se pode pensar que está para ficar. Aliás, o próximo censo da população vai confirmar o que se supõe já hoje. Não só a língua portuguesa é conhecida, a diferentes níveis, por quase toda a população, como será a língua materna mais importante da Angola actual. Temos de a aproveitar como temos feito. O meu problema não é esse: o meu problema é o facto de a língua portuguesa estar a esmagar as línguas africanas, a começar pelo kimbundu que hoje raramente é falado por jovens, mesmo rurais. Isso poderá acontecer às outras línguas.

8- Está em curso a experiência da introdução das línguas nacionais de origem africana no Sistema de Ensino Oficial. Considerando a diversidade linguística e cultural angolana, como estas línguas podem ser distribuídas no ensino de forma menos conflituosa? Ocorre-lhe alguma experiência e/ou algum paradigma (modelo) viável para Angola?

R: Sempre defendi esse princípio, mesmo quando tinha alguma responsabilidade na Educação. Mas sempre soube que seria muito difícil de implementar. É também um processo complicado e longo. Terá de haver oferta na mesma escola de várias línguas possíveis e não só a que é "dominante" na região. Sobretudo nas cidades, as populações estão muito misturadas e portanto a "dominância" é entre aspas e relativa. As experiências africanas não foram muito conclusivas na altura em que estudei um pouco esse assunto. Mas já há muitos anos que não acompanho as experiências e por isso declaro-me perfeitamente incompetente para escolher um modelo viável.

9- Acha que estão criadas as condições humanas e meios materiais para que a introdução das línguas nacionais de origem africana no ensino tenha o impacto que se espera?

R: Não podemos ter pressa nesse assunto. Temos de dar passos firmes mas cautelosos. É essencial, tem de se fazer. E ir aprendendo o como fazer à medida que se for avançando. As condições vão sendo criadas, se houver vontade política. Esse problema, assim como o da unidade nacional, está muito dependente da vontade política.